

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**

---

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

PROGRAMA DE **PÓS**-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

**VENÇA SE FOR CAPAZ – REELEIÇÃO PARLAMENTAR, DISTRITOS  
ELEITORAIS E PARTIDOS NO BRASIL**

José Alexandre da Silva Júnior

**Recife – 2013**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**

---

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

PROGRAMA DE **PÓS-GRADUAÇÃO** EM CIÊNCIA POLÍTICA

**VENÇA SE FOR CAPAZ – DISTRITOS, PARTIDOS E REELEIÇÃO  
PARLAMENTAR NO BRASIL**

*Tese apresentada como requisito indispensável à obtenção do título de Doutor em Ciência Política pelo Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), sob a orientação do Professor Dr. Enivaldo Carvalho da Rocha.*

**Recife – 2013**

Catálogo na fonte  
Bibliotecária Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

S586v Silva Júnior, José Alexandre da.  
Vença se for capaz : reeleição parlamentar, distritos eleitorais e partidos  
no Brasil / José Alexandre da Silva Júnior. – 2013.  
203 f. : il. ; 30 cm.

Orientador : Prof. Dr. Enivaldo Carvalho da Rocha  
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.  
Programa de Pós-graduação em Ciência Política, 2013.  
Inclui Referências e anexos.

1. Ciência política. 2. Eleições – Brasil. 3. Distritos eleitorais – Brasil. 4.  
Partidos políticos – Brasil. I. Rocha, Enivaldo Carvalho da (Orientador). II.  
Título.

320 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2017-003)

Ata da Reunião da Comissão Examinadora para julgar a Tese do aluno **JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA JÚNIOR**, intitulada: **“VENÇA SE FOR CAPAZ – REELEIÇÃO PARLAMENTAR, DISTRITOS ELEITORAIS E PARTIDOS NO BRASIL”**, para obtenção do grau de Doutor em Ciência Política.

Às 14 horas do dia 08 de março de 2013, no Auditório do Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco, reuniram-se os membros da Comissão Examinadora para defesa de Tese de Doutorado José Alexandre da Silva Júnior, intitulada: **“VENÇA SE FOR CAPAZ – REELEIÇÃO PARLAMENTAR, DISTRITOS ELEITORAIS E PARTIDOS NO BRASIL”**, para obtenção do grau de Doutor em Ciência Política, composta pelos professores doutores: Enivaldo Carvalho da Rocha (Orientador), Marcelo de Almeida Medeiros (Examinador Interno), Carlos Ranulfo Melo (Examinador Externo), Manoel Wanderley Duarte Santos (Examinador Externo) e Francisco de Souza Ramos (Examinador Externo). Sob a presidência do primeiro, realizou-se a arguição do candidato **JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA JÚNIOR**. Cumpridas todas as disposições regulamentares, a Comissão Examinadora considera a Tese APROVADA. E nada mais havendo a tratar, eu, Daniel Neto Bandeira, secretário do Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco, lavrei a presente Ata que dato e assino com os membros da Comissão Examinadora, Recife, 08 de março de 2013.

---

Daniel Neto Bandeira (Secretário)

---

Prof. Dr. Marcelo de Almeida Medeiros (Examinador Interno)

---

Prof. Carlos Ranulfo Melo (Examinador Externo)

---

Prof. Dr. Manoel Leonardo Wanderley Santos (Examinador Externo)

---

Prof. Dr. Francisco Ramos (Examinador Externo)

---

José Alexandre da Silva Júnior (Aluno)

Para Ana Carolina.

## AGRADECIMENTOS

Difícilmente um trabalho como esse pode ser reduzido ao esforço de um homem só, por isso grande parte dele deve-se a preciosa colaboração de conjunto de pessoas. Instituições, mestres, amigos e familiares, alguns dos quais faço questão de citar nominalmente.

Primeiro, quero mencionar as instituições que contribuíram de forma decisiva para realização dessa tese. Portanto, agradeço a CAPES principal financiador dessa pesquisa. Sou também grato ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco. Nesse âmbito agradeço ainda a Faculdade de Ciências Sociais da UFG, mas particularmente ao Setor de Política.

Dentre os mestres, gostaria de agradecer a dois em particular: primeiro ao Prof. Carlos Ranulfo Melo (UFMG) que embora de outro programa, não poupou esforços para fazer a leitura e a crítica construtiva de cada capítulo. Um exercício de co-orientação digno de nota máxima. Gostaria de agradecer a amizade e o apoio do meu orientador Prof. Enivaldo Carvalho da Rocha, que ofereceu suporte institucional e a tranquilidade necessária para realização desse trabalho.

Cito ainda o apoio não menos importante dos amigos que leram, comentaram e acompanharam a construção dessa tese. A Natália Maria Leitão de Melo e Dalson Britto Figueiredo Filho meu muitíssimo obrigado.

Por fim, vale agradecer sempre a minha mãe, que me ensinou o valor inestimável da determinação e da disciplina. E claro, agradecer a mulher a quem devo suporte maior, dividiu comigo cada momento de angústia, cada suspiro de cansaço, cada alegria, a Ana Carolina, minha esposa, a quem dedico esse trabalho.

“Vai-se tornando o tempo  
estranhamente longo  
a medida que encurta.  
O que ontem disparava,  
desbordado alazão,  
hoje se paralisa  
em esfinge de mármore  
e até o sono, o sono  
que era grato e era absurdo  
é um dormir acordado  
numa planície grave.”

**Carlos Drummond de Andrade**

## RESUMO

Os incentivos para reeleição parlamentar são iguais em sistemas majoritários e proporcionais? A maior parte da literatura especializada brasileira admite que sim. Em especial, porque não considera a estrutura hierárquica de distritos e partidos. O objetivo central dessa tese é mostrar que não apenas o RPLA, mas também o multipartidarismo brasileiro, modifica a estratégia para reeleição parlamentar. Portanto, testo duas hipóteses centrais: 1) características dos distritos e dos partidos explicam a variação do sucesso eleitoral dos candidatos à reeleição; 2) aspectos dos distritos e dos partidos explicam a variação do efeito de alguns determinantes da reeleição. Em termos metodológicos, o desenho de pesquisa analisa dados sobre candidatos, distritos e partidos no período 1994-2010. Claramente, o esforço maior será mensurar a influência do contexto a partir de duas estratégias: 1) exame do desempenho eleitoral dos candidatos à reeleição agrupados por tipos de distritos, de partidos e de sistemas partidários; 2) estimação de modelos hierárquicos (linear e logístico) com distritos e partidos como níveis de análises. Os resultados sugerem que: 1) as variáveis independentes exercem efeitos diferentes para *incumbents* novatos e veteranos; 2) tanto a média segurança eleitoral quanto a probabilidade de vitória varia significativamente entre distritos e partidos; 3) o nível de competição entre os *incumbents* nos distritos ajuda a explicar a variação da segurança e do sucesso eleitoral dos candidatos à reeleição; 4) A variação do efeito da receita de campanha é significativa e pode ser explicada pela concentração e estabilidade dos sistemas partidários estaduais.

**Palavra-Chave:** Reeleição. Eleição. Distrito. Partido.

## **ABSTRACT**

Are the incentives for reelection parliamentary the same in majority and proportional electoral systems? The majority of Brazilian political science literature would say yes since most analytical models does not consider the hierarchical structure of both electoral districts and parties. The main purpose of this thesis is to show that the not only OLPR (open list proportional representation) but also Brazilian multiparty system change strategies for parliamentary reelection. On substantive grounds, I test two central hypotheses: (1) characteristics of both districts and parties explain the variation of the average of electoral success of incumbents, (2) characteristics of both districts and parties explain the variation in the effect of some determinants of reelection. Methodologically, the research design analyzes data about candidates, parties and districts during the 1994-2010 period. Clearly, the greater effort of this research is to account for the context influence. To do so, I employ two approaches: (1) to examine the electoral performance of incumbents clustered by types of districts, parties and party systems and (2) to estimate hierarchical models (linear and logistic) with districts and parties as levels of analysis. The results suggest that: 1) independent variables exert different effects for novice and more experienced incumbents; (2) not only electoral safety mean but also the winning probability varies significantly across electoral districts and political parties; (3) the level of incumbent competition helps to explain the variation of the both electoral security average security and incumbents' electoral success; and (4) the variation of the effect of campaign spending is significant and it can be explained by the concentration and stability of the state party systems.

Key-word: Reelection. Election. District. Party.

## LISTA DE FIGURAS

**Figura 2.1** – Média do Percentual de votos dos *incumbents* por distrito (AP) Novatos e Veteranos

**Figura 2.2** – Votação primeiro mandato - diferença de desempenho e probabilidade de reeleição

**Figura 5.1** – Distribuição dos pontos estimados em torno da reta de resíduos

**Figura 5.2** – Votos e Log da Receita de Campanha (*Incumbents* MG e SP 2010)

## LISTA DE GRÁFICOS

**Gráfico 2.1** – Percentual de Votos e Número de *incumbents* (AP)

**Gráfico 2.2** – Percentual de Votos dos *incumbents* por distrito (AP)

**Gráfico 2.3** – Percentual de Candidatos à Reeleição Eleitos

**Gráfico 2.4** – Percentual de Candidatos à Reeleição Eleitos por Distrito

**Gráfico 2.5** – Percentual de Votos e Coeficiente de Variação (AP) (1994-2010)

**Gráfico 2.6** – Percentual de *Incumbents* Eleitos e Coeficiente de Variação (1994-2010)

**Gráfico 2.7** – Número de Candidato a Reeleição por Partido e por Eleição

**Gráfico 2.8** – Número de Candidatos Desistente da Reeleição por Partido e por Eleição

**Gráfico 2.9** - Percentual de Votos e Número de *Incumbents* Novatos e Veteranos (AP)

**Gráfico 2.10** - Percentual de Candidatos à Reeleição Eleitos - Novatos e Veteranos (AP)

**Gráfico 2.11** – Coeficiente de Variação e Percentual de Sucesso Eleitoral – Novatos

**Gráfico 2.12** – Coeficiente de Variação e Percentual de Sucesso Eleitoral – Veteranos

**Gráfico 2.13** – Diferença de Percentual de Votos (1ª tentativa de reeleição – conquista do 1º mandato)

**Gráfico 2.14** - Diferença de Percentual de Votos por Distrito

**Gráfico 3.1** - Número Médio de *Incumbents* e Percentual de Votos

**Gráfico 3.2** - Número de *Incumbents* e Soma do Percentual de Votos por Município

**Gráfico 3.3** – Coeficiente de Variação do Número de Candidatos à Reeleição (1994 – 2010)

**Gráfico 3.4** – Coeficiente de Variação do Número de Candidatos à Primeira Reeleição (1994 – 2010)

**Gráfico 3.5** – Média do Percentual de Votos por Nível de Competitividade

**Gráfico 3.6** – Média do Percentual de Votos - Nível de Competitividade (Coligações)

**Gráfico 4.1** – Média do Percentual de Votos e Nível de Concentração(AP)

**Gráfico 4.2** – Média do Percentual de Votos e Nível de Estabilidade (AP)

**Gráfico 4.3** – Média do Percentual de Votos e Nível de Instabilidade (AP)

**Gráfico 5.1** – Sucesso Eleitoral por Partido (1994-2010)

**Gráfico 5.2** - Modelo Regressão Linear – Votos e Receita de Campanha

## LISTA DE TABELAS

**Tabela 2.1** – Votos Recebidos por *Incumbent* e Desafiantes (1994-2010)

**Tabela 2.2** – Candidatos à Reeleição por Situação Eleitoral (1994-2010)

**Tabela 2.3** – Desafiantes por Situação Eleitoral (1994-2010)

**Tabela 2.4** - Candidatos à Reeleição por Partido (1994-2010)

**Tabela 2.5** – Correlação - Percentual dos *Incumbents* e Votação dos Desistentes

**Tabela 2.6** – Correlação - Percentual dos *incumbents* e votação dos desistentes (Partidos)

**Tabela 2.7** - Percentual de Votos - Conquista do Primeiro Mandato (AP)

**Tabela 2.8** – Percentual de Votos na Conquista do Primeiro mandato (AP)

**Tabela 2.9** – Diferença de Desempenho - Candidatos Reeleitos e Não Reeleitos (AP)

**Tabela 2.10** – Diferença de Desempenho - Candidatos Reeleitos e Não Reeleitos (AP)

**Tabela 3.1** – Número de *Incumbents* e Percentual de Votos

**Tabela 3.2** – Correlação - Número de *incumbents* e Percentual de Votos – Controle por Município

**Tabela 3.3** – Número de Candidatos à Reeleição por Eleição e por Distrito

**Tabela 3.4** – Número de Candidatos à Primeira Reeleição por Eleição e por Distrito  
**Tabela 3.5** – Medidas Descritivas - Percentual de Votos por Nível de Competitividade (AP)  
**Tabela 3.6** – Nível de Competitividade e Situação Eleitoral dos Candidatos  
**Tabela 3.7** – Nível de Competitividade e Situação Eleitoral - Novatos  
**Tabela 3.8** – Nível de Competitividade e Situação Eleitoral - Veteranos  
**Tabela 3.9** – Análise Descritiva - Coligações Proporcionais  
**Tabela 3.10** – Percentual de Votos - Coligados e Independente – Novatos  
**Tabela 3.11** – Percentual de Votos - Coligados e Independentes – Veteranos  
**Tabela 3.12** – *Status* do Partido e Sucesso Eleitoral – Novatos  
**Tabela 3.13** – Status do Partido e Sucesso Eleitoral - Veteranos  
**Tabela 3.14** – Correlação – Número de *incumbent* e Total de Votos da Coligação – Controle Estado  
**Tabela 3.15** – Medidas Descritivas do Percentual de Votos - Nível de Competitividade (Coligações)  
**Tabela 3.16** – Nível de competitividade e Situação Eleitoral – Novatos (Coligação)  
**Tabela 3.17** – Nível de Competitividade e Situação Eleitoral – Veteranos (Coligação)  
**Tabela 3.18** – Percentual de Votos *Incumbents* Apoiados pelo Governador – Novatos  
**Tabela 3.19** – Percentual de Votos *incumbnets* Apoiados pelo Governador – Veteranos  
**Tabela 3.20** – Apoio do Governador e Sucesso Eleitoral - Novatos  
**Tabela 3.21** – Apoio do Governador e Sucesso Eleitoral - Veteranos  
**Tabela 3.22** – Apoio do Governador e Sucesso Eleitoral - Novatos – Distritos Mais Compartilhados  
**Tabela 3.23** – Apoio do Governador e Sucesso Eleitoral - Veteranos - Distritos Mais Compartilhados  
**Tabela 3.24** – Percentual de Votos e Apoio do Presidente - Novatos (AP)  
**Tabela 3.25** – Percentual de Votos e Apoio do Presidente - Veteranos (AP)  
**Tabela 3.26** – Apoio do Presidente e Sucesso Eleitoral – Novatos  
**Tabela 3.27** – Apoio do Presidente e Sucesso Eleitoral - Veteranos  
**Tabela 3.28** – Apoio do Presidente e Sucesso Eleitoral - Novatos – Distritos Mais Compartilhados  
**Tabela 3.29** – *Status* do Partido e Sucesso Eleitoral - Veteranos - Distritos Mais Compartilhados  
**Tabela 4.1** – Percentual de Votos por Partidos (1994-2010) (AP)  
**Tabela 4.2** – Sucesso Eleitoral por Partido (1994-2010)  
**Tabela 4.3** – Sucesso Eleitoral por Partido - Novatos (1994-2010)  
**Tabela 4.4** – Sucesso Eleitoral por Partido - Veteranos (1994-2010)  
**Tabela 4.5** – Percentual de Votos por Bloco Partidário (AP)  
**Tabela 4.6** – Sucesso Eleitoral por Bloco Partidário  
**Tabela 4.7** – Sucesso Eleitoral por Bloco Partidário – Novato  
**Tabela 4.8** – Sucesso Eleitoral por Bloco Partidário – Veterano  
**Tabela 4.9** – Percentual de Votos por Variação da Posição Ideológica (AP)  
**Tabela 4.10** - Comparação Múltiplas das Médias (AP)  
**Tabela 4.11** – Sucesso Eleitoral por Variação na Clareza Ideológica  
**Tabela 4.12** – Percentual de Votos por Clareza Ideológica –Novatos (AP)  
**Tabela 4.13** – Percentual de Votos por Clareza Ideológica – Veterano (AP)  
**Tabela 4.14** – Sucesso Eleitoral por Clareza Ideológica- Novatos  
**Tabela 4.15** – Sucesso Eleitoral por Clareza Ideológica – Veteranos  
**Tabela 4.16** – Máquina Partidária e Sucesso eleitoral – Novatos  
**Tabela 4.17** – Máquina Partidária e Sucesso eleitoral – Veteranos  
**Tabela 4.18** – Modelo Logístico – Máquina Partidária  
**Tabela 4.19** – Percentual de Votos por Nível de Concentração (AP)  
**Tabela 4.20** – Sucesso Eleitoral por Nível de Concentração – Novato  
**Tabela 4.21** – Sucesso Eleitoral por Nível de Concentração – Veterano  
**Tabela 4.22**– Medidas descritivas - Percentual de Votos por Nível de Estabilidade (AP)  
**Tabela 4.23** – Sucesso Eleitoral por Nível de Estabilidade – Novato  
**Tabela 4.24** – Sucesso Eleitoral por Nível de Estabilidade – Veterano  
**Tabela 4.25** – Medidas descritivas - Percentual de Votos por Nível de Instabilidade (AP)  
**Tabela 4.26** – Sucesso Eleitoral por Instabilidade da Competição Eleitoral – Novato

**Tabela 4.27** - Sucesso Eleitoral por Instabilidade da Competição Eleitoral – Veterano  
**Tabela 5.1** – Teste de Modelo Nulo – Segurança Eleitoral por Distrito  
**Tabela 5.2** – Determinantes da Reeleição – Novatos  
**Tabela 5.3** – Determinantes da Reeleição - Veteranos  
**Tabela 5.4** – Teste dos Efeitos Aleatórios – Variação por Distrito – Novatos  
**Tabela 5.5** – Teste dos Efeitos Aleatórios – Variação por Distrito – Veteranos  
**Tabela 5.6** – Determinantes da Constante – Novatos  
**Tabela 5.7** – Determinantes da Constante - Veteranos  
**Tabela 5.8** – Teste de Modelo Nulo – Sucesso Eleitoral por Distrito  
**Tabela 5.9** – Determinantes da Reeleição – Veteranos  
**Tabela 5.10** – Teste dos Efeitos Aleatórios – Variação por Distrito – Veteranos  
**Tabela 5.11** – Determinantes da Constante – Veteranos  
**Tabela 5.12** – Potencial Explicativo do ICCR Cluster – Veteranos  
**Tabela 5.13** – Teste de Modelo Nulo – Segurança Eleitoral por Partido  
**Tabela 5.14** – Determinantes da Reeleição – Novatos  
**Tabela 5.15** – Determinantes da Reeleição – Veteranos  
**Tabela 5.16** – Teste dos Efeitos Aleatórios – Variação por Partido – Novatos  
**Tabela 5.17** – Teste dos Efeitos Aleatórios – Variação por Partido - Veteranos  
**Tabela 5.18** – Variação dos Determinantes – Novatos  
**Tabela 5.19** – Variação dos Determinantes – Veteranos  
**Tabela 5.20** – Determinantes da Reeleição  
**Tabela 5.21** – Teste dos Efeitos Aleatórios  
**Tabela 5.22** – Variação dos Determinantes

## **LISTA DE QUADROS**

**Quadro 1.1** – Causas do Crescimento da Reeleição Parlamentar  
**Quadro 1.2** - Modelos Mistos: em Busca da Precisão da Estimacão  
**Quadro 1.3** - A reeleição Parlamentar e Suas Consequências  
**Quadro 2.1** - Relação de Variáveis - “Tese do Trampolim”  
**Quadro 2.2** - Relação de Variáveis Trabalhadas na “Reeleição em Alta”  
**Quadro 3.1** – Lista de Hipóteses  
**Quadro 3.2** - Desenho de Pesquisa  
**Quadro 3.3** - Especificação das Variáveis  
**Quadro 3.4** – Distribuição dos Distritos por Nível de ICCR  
**Quadro 4.1** – Lista de Hipóteses  
**Quadro 4.2** - Desenho de Pesquisa  
**Quadro 4.3** - Especificação das Variáveis  
**Quadro 4.4** – Nível de Fragmentação e Estabilidade dos Sistemas Partidários  
**Quadro 4.5** – Nível de Instabilidade da Competição Eleitoral  
**Quadro 5.1** – Lista de Hipóteses  
**Quadro 5.2** - Desenho de Pesquisa  
**Quadro 5.3** - Especificação das Variáveis

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	13
<b>1 . Capítulo 1 – A Reeleição Parlamentar em outras tradições: lacunas do debate brasileiro</b> .....	15
1.1 Introdução .....	16
1.2 A reeleição em alta .....	17
1.3 Reflexos da reeleição parlamentar .....	30
1.4 Consequências da reeleição parlamentar .....	32
1.5 Resumo do debate.....	37
1.6 O caso brasileiro .....	38
<b>2 . Capítulo 2 – A Reeleição Parla menta no Brasil</b> .....	40
2.1 Introdução .....	41
2.2 O debate brasileiro.....	42
2.3 Magnitude e Multipartidarismo.....	49
2.4 Resultados .....	52
2.5 Retrato à brasileira.....	75
<b>3 . Capítulo 3 –Reeleição Parlamentar e o sistema eleitoral</b> .....	76
3.1 Introdução .....	77
3.2 Contextualização do debate .....	77
3.3 A reeleição e o personalismo eleitoral .....	79
3.4 O RPLA e a reeleição no Brasil.....	81
3.5 O efeito das regras .....	82
3.6 Resultados.....	84
3.7 A força do contexto .....	105
<b>4 . Capítulo 4 – Reeleição Parlamentar, Partidos e Sistemas Partidários</b> .....	107
4.1 Introdução .....	108
4.2 Por que partidos?.....	109
4.3 Talvez Partidos .....	112
4.4 Partidos e reeleição no Brasil .....	121
4.5 Resultados.....	124
4.6 Partidos e sistemas: os efeitos .....	143
<b>5 . Capítulo 5 –Reeleição ponderada: distrito, partidos e sistemas partidários</b> .....	145
5.1 Introdução .....	146
5.2 Variação da reeleição por distrito e partido .....	147
5.3 Variação dos estimadores .....	150
5.4 Procedimentos metodológicos .....	156
5.5 Resultados.....	161
5.6 Estimadores por distritos e partidos.....	175
<b>6. Conclusão</b> .....	176
<b>Referências Bibliográficas</b> .....	179
<b>Anexos</b> .....	194

## INTRODUÇÃO

O cálculo dos determinantes da reeleição é igual em sistemas majoritários e proporcionais? Em sistemas bi e multipartidário? A literatura especializada não deixa dúvidas sobre diferenças entre sistemas majoritário e proporcional (Lijphart, 2003; Powell, 1998). Apesar disso, a estimação dos determinantes da reeleição tem seguido procedimentos metodológicos muito semelhantes nos dois modelos (Katz e King, 1999; Honaker, Katz e King, 2002). No Brasil, os principais trabalhos sobre o tema incorporam apenas de modo tímido e indireto as características do Sistema de Representação Proporcional por Lista Aberta (RPLA). Da mesma forma, eles não fazem grandes esforços para analisar os efeitos práticos do multipartidarismo (Pereira e Rennó, 2001; 2007; Pereira, Leoni e Rennó, 2002; Samuels, 2002). A proposta dessa tese é levar a sério as características dos sistemas eleitoral e partidário brasileiro. Mais especificamente, considerá-los como níveis de análise distintos do individual. Esse desafio exige alterações substantivas na estratégia de análise do fenômeno.

A primeira medida é considerar o efeito dos sistemas na constituição do grupo de candidatos à reeleição. O RPLA permite e incentiva a disputa entre *incumbents* de diferentes fases da carreira. Nesse caso, levar o sistema a sério é considerar os candidatos à primeira reeleição como um grupo diferente daquele formado por parlamentares que estão a mais tempo renovando seus mandatos. Portanto, procura-se demonstrar que as principais “moedas” da dinâmica eleitoral (*financiamento de campanha, apoio do governador e etc.*) não têm o mesmo valor para os dois grupos. Em especial, porque novatos e veteranos disputam a renovação do mandato no “mano a mano”.

A segunda iniciativa é testar os efeitos da competição e da dependência eleitoral. O RPLA brasileiro motiva a competição e a dependência eleitoral dos *incumbents* frente a outros atores políticos (governadores e presidentes). Portanto, a questão é saber como o número de *incumbents* presentes na disputa e o compartilhamento do apoio de governadores e presidentes afetam o desempenho eleitoral. Afinal, os atributos do mandato continuam importando em um cenário em que os *incumbents* se enfrentam abertamente? Se sim, há poucos motivos para levar a diferença entre os sistemas eleitorais “à vera”. Ou seja, pode-se estimar os determinantes da reeleição aqui como se estivesse em “New Haven”.

Por fim, considerar o peso da fragmentação, da volatilidade e das máquinas partidárias. Um dos efeitos clássicos da representação proporcional é o crescimento do número efetivo de partidos. No Brasil, boa parte deles lança candidatos próprios para concorrer à reeleição parlamentar. Em geral, esses partidos constroem máquinas eleitorais espalhadas pelos 27 Estados brasileiros. Por fim, não é segredo para ninguém que os nossos eleitores são bastante voláteis. Portanto, interessa saber se o retorno eleitoral dos atributos do mandato é afetado por essa característica. Afinal, esse retorno é semelhante em sistemas bi e multipartidário? Em caso afirmativo, pode-se desprezar muito do que se diz sobre os sistemas partidários quando o assunto for reeleição parlamentar no Brasil.

Ao final, espera-se contribuir para o debate em dois pontos específicos. Primeiro, na necessidade de diferenciar os *incumbents*. A tese procura evidenciar que os modelos de análise dos determinantes da reeleição parlamentar precisam considerar, no mínimo, a distinção entre *incumbents* de primeira viagem e veteranos. Segundo, deixar claro que o efeito dos determinantes da reeleição não se resume a frequência e quantidade. Em outros termos, busca testar a importância de variáveis do contexto político.

Para realizar essa tarefa, o primeiro passo é evidenciar que o debate sobre o desempenho eleitoral dos *incumbents* está, em grande medida, vinculado às regras do sistema eleitoral e partidário. Como evidência, o primeiro capítulo apresenta o debate nos Estados Unidos. A tradição que mais discutiu o assunto. Na sequência, o objetivo é problematizar a mensuração do fenômeno. A mudança de sistemas (contexto) tem impacto não apenas sobre as causas, mas também sobre a magnitude do fenômeno. Isso significa que o modo como se mensura o desempenho eleitoral dos *incumbents* deve sofrer alterações. Por exemplo, a tradicional comparação entre *incumbent vs. challengers* (desafiantes) diz pouco sobre o fenômeno no Brasil. A discussão prossegue com o objetivo de mensurar o efeito da competição entre *incumbents*. Na mesma leva, procura-se testar a importância do apoio dos governadores e dos candidatos à reeleição. No quarto capítulo da tese, analisa-se o sistema partidário: fragmentação, volatilidade e máquina. Busca-se estimar a influência desses fatores na disputa pela renovação do mandato parlamentar. O quinto capítulo unifica as discussões, as variáveis dos sistemas eleitorais e partidários são incorporadas ao modelo de estimação dos determinantes da reeleição. Por fim, as considerações finais resumem os argumentos e os achados da tese.

## **CAPÍTULO 1**

---

**A REELEIÇÃO PARLAMENTAR EM OUTRAS TRADIÇÕES:**

**LACUNAS DO DEBATE BRASILEIRO**

## 1.1 INTRODUÇÃO

Na literatura especializada norte-americana, o primeiro aspecto ressaltado sobre a reeleição parlamentar é a magnitude. São discutidas razões para acréscimos e/ou reduções do fenômeno (Burnham, 1970; 1974; Erikson, 1971; 1972; Kostroski, 1973; Mayhew, 1974; Tufte, 1973; Ferejohn, 1977; Fiorina, 1977; Jacobson, 1987). Para começar, Mayhew (1974) aponta um declínio na proporção de distritos com alta competitividade na eleição para Câmara dos Deputados a partir de meados dos anos 1950.<sup>1</sup> Erikson (1971; 1972) demonstrou que a vantagem dos *incumbents* mais que dobrou no período entre o final dos anos 1960 e meados da década seguinte. Para o mesmo período, Tufte (1973) identificou uma sensível redução na *swing ratio*.<sup>2</sup> Por fim, Kostroski (1973) apontou um forte crescimento na vantagem dos *incumbents* frente aos desafiantes nas disputas para o Senado estadunidense ocorridas no pós-guerra.

Depois de uma série trabalhos, o aumento da vantagem dos *incumbents* a partir de meados dos anos 1960 passou a ser consenso. Todavia, existem fortes dúvidas sobre a duração e o significado desse fato. Estudos mais recentes mostram que o crescimento registrado é datado e não pode ser considerado uma tendência (Stonecash, Brewer e Mariani, 2003; Stonecash, 2003; 2008). A alegação é que esse crescimento aparenta ser apenas uma oscilação comum dentro de uma série histórica maior. Ele não passaria de um reflexo do reagrupamento histórico de eleitores democratas e republicanos (Stonecash, 2008; Black e Black, 1987, 2002; Abramowitz e Saunders, 1998; Bartels, 2000). Adicionalmente, Jacobson (1987; 2007) defende que esse crescimento não pode ser traduzido como aumento da segurança eleitoral dos *incumbents*. Para ele, o aumento médio da performance eleitoral dos aspirantes a reeleição não diminuiu significativamente o risco de derrota deles. Segundo Jacobson (1987), parte da literatura faz confusão ao enfatizar demais a margem de vitória em vez de analisar apenas sucesso ou fracasso dos *incumbents*. Seja como for, o certo é que o debate se intensifica a partir dos anos 70.

---

<sup>1</sup> Mayhew (1974) considerou competitivos os distritos em que o vencedor conseguiu menos que 60% dos votos.

<sup>2</sup> Taxa corresponde ao número de cadeiras obtido por um partido dada a porcentagem de votos que ele recebe.

## 1.2 A REELEIÇÃO EM ALTA

Parte da literatura especializada norte-americana acredita que a vantagem eleitoral dos *incumbents* decola a partir de meados dos anos 1960 (Cf. Burnham, 1970; 1974; Erikson, 1971; 1972; Kostroski, 1973; Mayhew, 1974; Tufte, 1973; Ferejohn, 1977; Fiorina, 1977). Nessa corrente, a discordância fica por conta das razões que geraram esse crescimento. De partida, são apontadas três prováveis causas: 1) mudança institucional; 2) mudança comportamental; 3) mudança institucional e comportamental.

Dentre as mudanças institucionais, o destaque vai para o redesenho dos distritos eleitorais (*redistricting*) e para a oscilação na tradução de votos em assentos (*swing ratio*) (Butler, 1963; Butler e Stokes, 1969; Tufte, 1973). Já a mudança de comportamento refere-se a alterações no julgamento do eleitor. O argumento é que os atributos do candidato vêm ganhando cada vez mais espaço (Erikson, 1971; Burnham, 1970; 1974; Ferejohn, 1977; 1986). Por fim, Mayhew (1974) argumenta que mudanças institucionais são as responsáveis por alterações no comportamento eleitoral. O foco da explicação passa a ser o aumento de recursos à disposição dos *incumbents* (Mayhew, 1974; Fiorina, 1977; Jacobson, 1987).

### *Mudança Institucional*

Parte da literatura acredita que a redução no *swing ratio* e o consequente aumento da vantagem dos *incumbents* são frutos de alterações nas fronteiras dos distritos eleitorais (Butler, 1963; Tufte 1973; 1974; Cain, 1985; King e Gelman, 1991; Cox e Katz, 2004; e Brunell, 2008). Para eles, a maior segurança eleitoral dos *incumbents* foi criada artificialmente. Precisamente, por meio da redefinição das fronteiras dos distritos eleitorais, processo que costuma ocorrer de dez em dez anos após a recontagem da população norte-americana. Embora haja diferentes formas de decidir sobre essas novas fronteiras, a regra mais comum é através de um projeto de lei. Isso significa que o processo é inescapavelmente influenciado pela política partidária (cf. Brunel, 2008, Cox e Katz, 2004). Não sem motivo, Tufte (1973) afirma “Our data indicate that a major element in the job security of incumbents is their ability to exert significant control over the drawing of district boundaries” (p. 551)<sup>3</sup>. Para ele, a manipulação das fronteiras tende a favorecer os *incumbents* porque os eleitores de preferências partidárias distintas não se

---

<sup>3</sup> Nossos dados indicam que o principal elemento para a segurança eleitoral dos *incumbents* é a sua capacidade de exercer controle significativo sobre a definição dos limites dos distritos.

distribuem aleatoriamente entre os distritos. <sup>4</sup> Nos Estados Unidos essa prática não é nova, sendo amplamente conhecida como *gerrymandering*.<sup>5</sup> Nas palavras de Tufte (1973):

*The purpose of gerrymandering is to shift the seats-votes curve and thereby produce a party advantage. A party advantage may also arise when the votes of districts with widely different turnouts or sizes are aggregated, as in the case of many formerly malapportioned state legislatures.* (Tufte, 1973: 548) <sup>6</sup>.

Os estudos realizados por Stokes (1968) sobre o parlamento britânico servem de base para a tese de Tufte (1973; 1974). Stokes (1968) mostra que as eleições parlamentares britânicas sofrem mais influência de forças nacionais que o pleito para Câmara dos Deputados estadunidense. Como consequência, os eleitores dos maiores partidos têm uma distribuição mais equânime, sendo a *swing ratio* mais acentuada nas “terras da rainha”. Segundo Tufte (1974) pelo mesmo motivo as eleições parlamentares descasadas do Executivo federal (*in off-year*) apresentam um *swing ratio* menor que as eleições conjuntas (*in on-year*) nos Estados Unidos. A nacionalização do pleito aumenta o *swing ratio* e reduz a segurança eleitoral dos *incumbents*. Estudos realizados por Butler (1963) confirmam esta hipótese, Ele constata um amplo viés partidário e um reduzido *swing ratio* nas eleições estadunidense dos anos 1960. Segundo Tufte (1973) a correspondência entre o acréscimo no percentual de votos do partido e o número de assentos conquistados é menor nos Estados Unidos que no Reino Unido. Isso porque o eleitorado britânico tem uma distribuição mais equânime quanto à preferência partidária. Essa característica, até certo ponto geográfica, torna a composição da Câmara dos Deputados estadunidense menos suscetível a essa preferência. Tufte (1973) afirma que:

---

<sup>4</sup> Tufte (1973) também aponta falhas nas regras de transformação de votos em assentos como outro fator que gera a redução do *swing ratio*. Para ele, não há razões teóricas para sustentar a chamada regra de *cube law*, objetivamente ela não traduz com imparcialidade a correspondência entre votos recebidos e assentos conquistados.

<sup>5</sup> “The term “gerrymandering” comes to us thanks to the actions of the Governor of Massachusetts, Elbridge Gerry, circa 1810–11. He will be remembered as the man who engineered an oddly shaped district in his state to favor an incumbent from his own party.” (Brunnel, 2008:3)

(“O termo ‘gerrymandering’ surgiu graças às ações do governador de Massachusetts, Elbridge Gerry, por volta de 1810-11. Ele é lembrado como o homem que projetou, em seu estado, um distrito de forma estranha, com o objetivo de favorecer um candidato à reeleição de seu próprio partido”).

<sup>6</sup> “O objetivo do gerrymandering é mudar a curva de assentos-votos e, assim, produzir uma vantagem partidária. Uma vantagem partidária também pode surgir quando os votos dos distritos com amplas diferenças no comparecimento às urnas ou no tamanho são agregados, como no caso de muitas legislaturas estaduais anteriormente desproporcionais.”

*The swing ratio indicates the potential for turnover in representation. The smaller the swing ratio, the less responsive the party distribution of seats is to shifts in the preferences of voters. The extreme case is a swing ratio near zero; such a flat seats-votes curve means that the distribution of seats does not change with the distribution of votes. (Tufte, 1973: 550).*

Em resumo, o redesenho dos distritos é a chave da explicação para o acréscimo da vantagem dos *incumbents*. Em especial, devido à distribuição desigual dos eleitores em relação à preferência partidária no território estadunidense. Sob essa condição, o redesenho tende a ser realizado para favorecer os *incumbents* reduzindo o *swing ratio* e diminuindo a sensibilidade do sistema eleitoral a alterações na preferência partidária (Tufte, 1973; Butler, 1963; Brunel, 2008; Cox e Katz, 2004). Para que as mudanças nas preferências dos eleitores sejam revertidas em mudanças na composição da Câmara é necessário obedecer a condições geo-espaciais bastante peculiares. No entanto, o problema maior é que o redesenho é realizado para evitar que distritos marginais (*marginal district*) surjam com frequência (Tufte, 1973; Butler, 1963, Cox e Katz, 2004).

#### *Mudança Comportamental*

Outra causa apontada para o crescimento da vantagem dos *incumbents* é atribuída a uma mudança de comportamento do eleitor (Erikson, 1971; 1972; Kernell, 1974; Burnham, 1970; 1974; Ferejohn, 1977; 1986; Mayer, 2008; Bartels, 2000, Cover 1977; Krehbiel e Wright, 1983). Precisamente, redução da identificação partidária desse eleitorado. Segundo Burnham (1970) a associação entre os altos níveis de *swing ratio* e de identificação partidária durante o século XIX não é fruto do acaso. Para ele, a identificação partidária está na base do *swing ratio*. À medida que a identificação diminui o *swing ratio* é reduzido, como consequência, aumenta a segurança eleitoral dos *incumbents* (Burnham, 1974). Segundo Erikson (1972), a erosão da identificação partidária e o crescimento do número de eleitores independentes são os principais motores do aumento da vantagem dos *incumbents*. Nas palavras dele:

*An increased incumbency advantage beginning in 1966 is not so mysterious as it may seem, since the timing of its occurrence coincides with that of the reported erosion of party identification as an electoral force in the late 'sixties. Possibly the electorate's decreasing partisan loyalty, signaled by such indicators as the*

*post-1964 surge in the number of Independent voters, is the cause of the apparent boost in the incumbency advantage.* (Erikson, 1972: 1240)<sup>7</sup>.

Para Ferejohn (1986), a partir da década de 1960 o eleitor começa a assumir uma postura mais pragmática. A identificação partidária deixa de ser o único, ou o mais forte, parâmetro para orientar o voto de uma parcela cada vez mais ampla do eleitorado (Arseneau e Wolfinger, 1973; Bartels, 2000; Mayer, 2008). Ferejohn (1986) argumenta que essa característica do eleitor norte-americano começa a perder espaço para outros parâmetros, tais como, o desempenho do presidente e, principalmente, os atributos dos *incumbents*.

Vale salientar que os propositores dessa corrente acreditam que não se trata simplesmente de um acréscimo de eleitores independentes. Eleitores com identificação partidária definida, em especial os democratas, se mostram mais favoráveis aos *incumbents* na década de 1970 que anteriormente. Essa mudança também não se deve apenas a um reagrupamento de eleitores com preferências partidárias distintas (Cf. Cover 1977; Krehbiel e Wright 1983), ou seja, não corresponde a uma redistribuição dos eleitores entre os partidos Democrata e o Republicano. Ferejohn (1977) é categórico ao afirmar que “at least some of the change in voting behavior has occurred within party identification levels” (Ferejohn, 1977:174)<sup>8</sup>. Ele conclui que eleitores partidários estão se tornando mais responsivos a critérios não-partidários para decidir o voto para Câmara. A consequência maior disso é a singularização da disputa. Torna-se um confronto direto entre *incumbents* e desafiantes com pouca mediação dos partidos (Cf. Mayer, 2008; Bartels, 2000).

#### *Mudança comportamental e institucional*

A terceira explicação para o acréscimo da vantagem dos *incumbents* supõe uma interação entre mudanças institucionais e comportamentais. Precisamente, acredita-se que o aumento de recursos a disposição dos *incumbents* motiva uma mudança de comportamento do

---

<sup>7</sup> “O aumento da vantagem dos *incumbents* começando em 1966 não é tão misterioso como parece, uma vez que a ocorrência desse aumento coincide com a erosão da identificação partidária no final dos anos 1960. Possivelmente a diminuição da lealdade partidária, indicada pelo aumento do número de eleitores independentes pós-1964, é a causa aparente do aumento da vantagem dos *incumbents*.”

<sup>8</sup> “pelo menos uma parte da variação no comportamento dos eleitores ocorreu dentro dos níveis de identificação partidária.”

eleitor. Mayhew (1974) atribui a queda na competitividade nas eleições para a Câmara dos Deputados estadunidense a um acréscimo no volume de informação fornecida sobre os *incumbents*. Segundo ele, os *incumbents* passam a construir uma conexão direta com eleitor via cartas, e-mails e outras formas de publicidade. Não sem razão, aumentam os gastos com a propaganda (Meyer, 1980; Fenno, 1978; Cover, 1977, Young, 2005). Supostamente, o resultado é um aumento da segurança eleitoral. Por isso, para Mayhew (1974):

*The answer to the incumbency advantage question could be a remarkably simple one: the more hundreds of thousands of messages congressmen rain down on constituents the more votes they get.* (Mayhew, 1997:311) <sup>9</sup>.

Fiorina (1977) concorda com Mayhew (1974), mas acredita que a conexão entre recursos e crescimento da vantagem dos *incumbents* não estava suficientemente explicitada. Para ele, o aumento da vantagem dos *incumbents* não depende exclusivamente da maior veiculação de informações sobre o mandato. Da mesma forma, ele não está totalmente vinculado a uma postura mais vigilante dos eleitores. Por fim, também não corresponde exatamente a uma independência do parlamentar frente ao programa do seu partido. Segundo Fiorina (1977), tais posturas podem até existir, como apontou Mayhew (1974), mas elas não são suficientes para explicar o fenômeno. Nesse sentido, ele aposta que a explicação precisa contar com um elemento a mais: o crescimento da burocracia federal.

O papel do governo federal na prestação de serviços às bases eleitorais e o aumento da vantagem dos *incumbents* crescem simultaneamente. Fiorina (1989) afirma que esse fato não é mera coincidência. Assim como não foi por acaso que a relevância dos deputados no processo de elaboração de políticas aumentou nas últimas décadas (Fiorina, 1989). O raciocínio é simples: o governo federal aumenta a rede de serviços prestados aos cidadãos, esses, por sua vez, utilizam os seus representantes para ampliar seu acesso ao governo. Dessa forma, o deputado assume uma função relevante na mediação entre a estrutura burocrática de assistência do governo e as bases eleitorais. Em especial, porque o eleitor demanda cada vez mais eficiência no cumprimento dessa função (Cf. Parke e Parke, 1985; Young, 2005; Petrocik e Desposato, 2004; Goodman e et al, 2007; Rivers e Fiorina, 1989). Portanto, existe um efeito interativo entre

---

<sup>9</sup> “A resposta para a questão da vantagem dos *incumbents* pode ser extremamente simples: quanto mais mensagens os congressistas enviam para os eleitores, mais votos eles obtêm.”

uma mudança institucional (crescimento da burocracia e rede de serviços) e a alteração no comportamento do eleitor (aumento da demanda pelos serviços). A vantagem dos *incumbents* derivaria de sua influência política e da sua habilidade de levar a rede de serviços federais para suas bases (Fiorina, 1981). Nesse cenário, a experiência do parlamentar seria decisiva. Quanto mais experiente, mais hábil e mais prestigiado se torna o deputado (Polsby, 1968; 2004; McKelvey e Reizman, 1992). Como consequência, cresce a sua segurança eleitoral. Fiorina (1977) enfatiza o papel do parlamentar nesse ciclo:

*As the federal role has expanded, congressmen have shifted emphasis from the controversial to the noncontroversial, from the programmatic to the nonprogrammatic. Ferejohn no doubt is correct; electoral behavior has changed. But at least part of that change is endogenous to the system. Congressmen are not merely passive reactors to a changing electoral climate. In no small part they have helped to change that climate.* (p. 181)<sup>10</sup>.

Segundo Cox e Katz (1996), o debate sobre as causas do crescimento da vantagem eleitoral dos *incumbents* ainda está em aberto. Não sem razão, as explicações mais recentes trabalham com as três causas apresentadas e acrescentam outras possibilidades (Gelman e King, 1990; Gelman e Huang, 2008). Além disso, boa parte dos trabalhos estima efeitos interativos entre as causas (Levitt e Wolfram, 1997; Carson, Engstrom e Roberts, 2007). De qualquer forma, conhecer a literatura pioneira é fundamental para compreender a discussão. Essa seção teve como objetivo apresentá-la. O quadro abaixo sumariza esse esforço:

**Quadro 1.1 – Causas do Crescimento da Reeleição Parlamentar**

Principais Autores	Causa	Definição
Butler, 1963; Tufte, 1973; 1974;	Mudança Institucional	A ampliação da vantagem dos <i>incumbents</i> é resultado da redefinição das fronteiras dos distritos eleitorais combinada com a distribuição partidária do eleitorado estadunidense.

<sup>10</sup> “Como o papel do governo federal tem se expandido, os parlamentares mudaram a ênfase do controverso para o não-controverso, de questões programáticas para não-programáticas. Sem dúvida, Ferejohn está correto: o comportamento eleitoral mudou. Mas, pelo menos uma parte dessa mudança é endógena ao sistema. Os congressistas não simplesmente reagem passivamente a uma mudança no ambiente eleitoral. Em grande parte, eles ajudaram a mudar esse ambiente”.

Erikson, 1971; 1972; Kernell, 1974; Burnham, 1970.	Mudança Comportamental	A ampliação da vantagem dos <i>incumbents</i> é resultado da redução da importância da identificação partidária na decisão do voto e o fortalecimento do pragmatismo eleitoral.
Mayhew, 1974; Fiorina, 1977; 1989;	Mudança institucional e comportamental	A ampliação da vantagem dos <i>incumbents</i> é resultado do maior pragmatismo do eleitor combinada com o aumento dos recursos a disposição dos <i>incumbents</i> e da rede de serviços oferecidos pelo governo federal.

Fonte: Elaboração Própria.

### *Modelos Mistos*

Qual das três causas tem primazia na explicação? Segundo Gelman e King (1990), a resposta a essa questão deve ser precedida de outra, a saber, qual a melhor medida para mensurar a vantagem dos *incumbents*. Há diferentes formas de mensurá-la, embora poucas tenham sido submetidas a testes estatísticos de validade (Gelman e King, 1990). De início, Erikson (1971) a estimou a partir da volatilidade eleitoral nacional e de alguns outros fatores. Alford e Brady (1988) utilizaram a média da *sophomore surge* e *retirement slump*, mas sem os devidos cuidados com a ausência de dados (Gelman e King, 1990).<sup>11</sup> Garand e Gross (1984) utilizaram a diferença entre a margem de voto dos *incumbents* vencedores e derrotados. Já Collie (1981) propôs uma metodologia diferente: 1) Classificou os distritos com eleições sem *incumbents* na disputa (*open seat*) como seguros ou disputados; 2) comparou o desempenho eleitoral dos vencedores dessa disputa na eleição seguinte.

Segundo Gelman e King (1990), o passo mais importante é livrar a estimação de vieses. Em especial, devido à ausência de dados. Para Gelman e King (1990) o crescimento da vantagem dos *incumbents* nas últimas décadas do século passado é indiscutível. Mas, não é verdade que essa vantagem não existia anteriormente (Alford e Brady, 1988). Estimações não enviesadas evidenciam isso. Dessa forma, Gelman e King (1990) buscam a precisão da medida e definem a vantagem dos *incumbents* pela seguinte equação:

*The Proportion of the vote received by the incumbent legislator in his or her district is less, if he or she runs against major party opposition (thus, is unobserved in an open seat election). More proportion of the vote received by*

<sup>11</sup> *Sophomore surge* - a média de votos que retorna ao parlamentar em sua primeira disputa a reeleição. *Retirement slump* - média de votos perdida pelo partido do parlamentar que decide não disputar a reeleição.

*the incumbent party in that district, if the incumbent legislator does not run and all major parties compete for this open seat; (thus, is unobserved if the incumbent runs for reelection).* (Gelman e King, 1990 p.02).<sup>12</sup>

Portanto, os principais vieses estão na estimação das medidas mais utilizadas: *Sophomore surge* e *Retirement slump*. Em especial, devido ao fato de boa parte dos distritos não oferecem condições para calculá-las. Dessa forma, a mensuração dessas medidas é baseada em uma pequena fração do total das disputas (Cf. Cover e Mayhew, 1977). Gelman e King (1990) utilizam uma metodologia diferente e livram a estimação de vieses. Dessa forma, foram capazes de concluir que a vantagem dos *incumbents* derivava de duas dimensões: “*This is the sum of two effects: (1) personal advantage gained by a candidate due to his or her incumbency, and (2) advantage gained by a party because its incumbent candidate is of higher quality than the typical open seat candidate.*” (Gelman e King, 1990:1153)<sup>13</sup>.

Gelman e Huang (2008) seguem a mesma sugestão, todavia retomam mais detidamente o debate sobre os componentes da vantagem dos *incumbents*. Por isso, desenvolvem um modelo capaz de mensurar a variação da vantagem dos *incumbents* a partir de análise de múltiplos níveis. Eles acreditam que a diferença entre o desempenho eleitoral de *incumbents* e de desafiantes é influenciado por vários níveis de análise. Três para ser preciso: o distrito, o candidato e a eleição (Gelman e Huang, 2008). Para eles, os atributos dos candidatos interagem com características específicas dos distritos. A diferença na margem de vitória entre disputas com e sem *incumbents* é influenciada por características dos distritos no qual ocorre o embate. Por exemplo, a volatilidade eleitoral altera o efeito dos atributos do candidato sobre a margem de vitória dos *incumbents* (Gelman e Huang, 2008; Ansolabehere e Snyder, 2002). Em resumo, Gelman e Huang (2008) enumeram algumas vantagens do modelo multi-nível:

*(1) a framework that allows estimation of the variation of incumbency effects as well as their mean level; (2) more precise and stable estimates of the mean level itself; (3) a decomposition of between-district heterogeneity into variation in*

<sup>12</sup> “A proporção dos votos recebidos pelo *incumbent* no seu distrito é menor, se ele concorre contra o partido de oposição principal (assim, não é observado em uma eleição *open seat*). Ela é maior quando o *incumbent* concorre naquele distrito onde todos os principais partidos não competem pelo assento disponível; (assim, não é observado se os *incumbents* concorrem à reeleição)”.

<sup>13</sup> “Isso é a soma de dois efeitos: (1) vantagem pessoal obtida por um candidato pelo fato de ser *incumbent* e (2) vantagem obtida por um partido porque seu candidato *incumbent* é de melhor qualidade do que o candidato *open seat* típico”.

*baselines, incumbency advantage, and year-to-year variability; and (4) better fit to actual election data.*(Gelman e Huang, 2008 p. 445).<sup>14</sup>

Segundo Cox e Katz (1996) o debate sobre os componentes da vantagem dos *incumbents* é bastante acalorado. Em especial, pela dificuldade de estimar com precisão a magnitude do efeito de cada um dos componentes. Cox e Katz (1996) acreditam que essa vantagem é derivada de um efeito direto e indireto, em alguns casos, ponderada por alterações no desenho dos distritos. O direto resulta dos recursos inerentes ao mandato (assessoria, viagens, propaganda e etc.) (Mayhew, 1974; Fiorina, 1977). Já o indireto é gerado pelos adversários. Melhor dizendo, ele é fruto da capacidade dos *incumbents* afastarem os desafiantes mais qualificados (Cox e Katz, 1996; 2004; Jacobson, 1987). Adicionalmente, um terceiro elemento é a mudança de comportamento do eleitorado, menos atinente ao partido e mais ligado aos atributos dos candidatos (Ferejohn, 1977; Romero e Sanders, 1994; Krehbiel e Wright, 1983). Portanto, a vantagem dos *incumbents* seria criada por três componentes: os efeitos direto e indireto e os atributos do candidato. De acordo com Cox e Katz (1996; 2004) o terceiro tem um destaque maior. Eles mostram que os atributos dos *incumbents* têm se tornado cada vez mais importante. O crescimento nos recursos dos deputados aumenta a capacidade de afastar os desafiantes mais qualificados. Todavia, não há razões teóricas para acreditar que este seja o motivo do aumento do efeito dos atributos dos candidatos. Contrariamente, os fatores desse crescimento são uma valorização maior da experiência do candidato e da rede que ele possui desde campanhas passadas. Não sem razão, Cox e Katz (1996) são taxativos ao afirmar que:

*If one wants to explain the overtime development of the incumbency advantage in U.S. House elections, it is crucial to understand why having had previous electoral experience - our operational measure of candidate quality - became more and more important in predicting vote shares.* (Cox e Katz, 1996 p.480)

15.

---

<sup>14</sup> (1) uma estrutura que permite a estimativa da variação dos efeitos do *status* de *incumbent*, bem como o seu nível médio, (2) estimativas mais precisas e estáveis do efeito médio em si, (3) decomposição da heterogeneidade entre distritos baseada na variação de linhas de base, na vantagem dos *incumbents* e na variação ano a ano e (4) melhor ajuste aos dados eleitorais reais.

<sup>15</sup> Se se quer explicar o desenvolvimento da vantagem dos *incumbents* na eleição do Congresso dos EUA, é crucial entender porque ter tido experiência eleitoral prévia - nossa operacionalização da qualidade dos candidatos - torna-se cada vez mais importante para prever as votações.

Adicionalmente, Cox e Katz (2004) argumentam que a recontagem da população e o redesenho dos distritos são fatores que reforçam essa tendência. Ou melhor, eles tornam os atributos dos candidatos ainda mais importantes. O argumento é que regularidade dos ciclos de redesenho dos distritos promove uma maior focalização de *incumbents* e desafiantes experientes na coordenação de suas campanhas. Em especial, no sentido de desenvolver uma política de não enfrentamento entre eles (Cox e Katz 2004; Carson, Engstrom e Roberts, 2007). Esse mesmo movimento é responsável por uma queda na influência das organizações partidárias locais nas campanhas eleitorais para a Câmara (Cox e Katz, 2004). Portanto, o voto passa a ser conferido a quem prestar mais serviços e a quem tiver maior capacidade de ganhar o eleitor. Não é por coincidência que esses candidatos são em sua maioria deputados mais experientes e aptos a transferir benefícios (Cf. Fenno, 1978; Rhode, 1979, McKelvey e Reizman, 1992). Nesse sentido, pode-se afirmar que a identificação partidária abre espaço para a qualidade do candidato como parâmetro de decisão do voto (McKelvey e Reizman, 1992; Payne, 1980; Cox e Katz, 1996 e 2004; Hinkley, 1980; Krasno, 1994).

Levitt e Wolfram (1997) adotam uma metodologia semelhante à de Cox e Katz (1996). Eles buscam decompor a vantagem dos *incumbents* em três componentes principais: 1) benefícios diretos do mandato (propaganda, prestação de serviço e etc.); 2) capacidade de afastar desafiantes qualificados e 3) atributos pessoais do candidato. Os resultados a que eles chegam evidenciam que o efeito dos benefícios ligados ao mandato se manteve estável durante a série examinada (1948-1990). Contrariamente, a capacidade dos *incumbents* afastarem desafiantes qualificados cresce e, ao que parece, seria o principal responsável pelo aumento da vantagem dos *incumbents* (Levitt e Wolfram, 1997). Baseados em Karson e Green (1988) eles utilizam o índice de qualidade do candidato e analisam os atributos de *incumbents* e desafiantes. Concluem que os desafiantes são mais qualificados onde a disputa não conta com um *incumbent*. Ou seja, a uma queda na qualidade dos adversários dos *incumbents*. Segundo Levitt e Wolfram (1997), é possível pensar num conjunto de razões plausíveis para isso. Primeiro, o desafiante torna-se cada vez menos disposto a investir tempo e dinheiro contra os *incumbents*. Principalmente, considerando o aumento dos custos e do nível de competitividade das campanhas (Abramowitz, 1991; Jacobson, 1989). Da mesma forma, cresce também o estigma associado ao perdedor, a derrota é vista cada vez mais como uma mancha no *curriculum* dos candidatos. Por outro lado, o *incumbent* se mostra cada vez mais empenhado na disputa,

encarando-a como crucial para o seu futuro político (Jacobson e Kernnel, 1981; Mann e Wolfinger, 1980). Como adiantou Levitt (1994) essa dinâmica é constante e varia pouco de eleição para eleição.

Carson, Engstrom e Roberts (2007) reforçam a tese anterior. No entanto, eles analisam dados do século XIX (1872-1900). O objetivo de Carson, Engstrom e Roberts (2007) era responder uma antiga questão: afinal, o maior controle do partido, presente com mais força no século XIX, é capaz de neutralizar a importância dos atributos do candidato? Trabalhos anteriores ou negaram a vantagem ou não conseguiram decompô-la suficientemente (Garand e Gross, 1984; Alford e Brady, 1989; Ansolabehere, Snyder e Stewart, 2000). Mais que isso, Jacobson (1989) afirma que numa era de forte controle dos partidos “the quality of individual candidates would be of small electoral consequence.” (p.775).<sup>16</sup> Segundo Carson, Engstrom e Roberts (2006; 2007) o controle dos partidos não é incompatível com a saliência dos atributos dos candidatos. Isso porque os partidos podem funcionar como um time. Precisamente, alocam os candidatos mais qualificados para disputar as eleições na qual as condições são mais favoráveis. Desse modo, aumentam as chances de vitória do candidato e a possibilidade de formar bancadas maiores (Aldrich, 1995; Cox e McCubbins, 1993; Desposato e Petrocik, 2003). Por outro lado, candidatos conhecidos e experientes ajudam a potencializar a preferência partidária. Summers (2004) mostra como os candidatos podem funcionar como verdadeiros agentes do partido embora estejam focados na realização da sua própria campanha.

A tese de Carson, Engstrom e Roberts (2007) acaba por desafiar o diagnóstico elaborado por Cox e Katz (2004). Para eles, a capacidade dos *incumbents* afastarem desafiantes qualificados está presente de modo significativo desde século XIX. Isso é verdade mesmo sem a presença da recontagem e do redesenho dos distritos, apontados como decisivos para escalada dessa capacidade no século seguinte (Cf. Cox e Katz, 2004). Em resumo, a relevância do atributo do candidato e a capacidade de evitar colisões com desafiantes qualificados são aspectos muito mais antigos do que se supunha (Carson, Engstrom e Roberts, 2007). Logo, parte da explicação que aponta os atributos do candidato como variável chave para o aumento da vantagem dos *incumbent* no século XX precisava ser ponderada (Carson, Engstrom e Roberts, 2007). Nas palavras dos autores:

---

<sup>16</sup> “a consequência eleitoral da qualidade de candidatos individuais seria pequena”.

*The results lead to two related and important conclusions. First, even though political parties certainly played a prominent role in recruiting candidates and conducting elections, this did not necessarily prevent differentials between experienced and nonexperienced candidates from affecting electoral outcomes. Second, the growth in the incumbency advantage during the late twentieth century cannot be due solely to an increase in the importance of candidate quality. (Carson, Engstrom e Roberts, 2007 p.298).<sup>17</sup>*

De modo mais radical, o trabalho de Ansolabehere e Snyder (2002) nega a capacidade de explicação das principais causas apontadas pela literatura. Após analisar a reeleição em diferentes níveis (Legislativo federal, estadual e Executivo estadual) eles afirmam que: “theories of incumbency advantages based on redistricting, legislative irresponsibility, pork barrel politics, and other features of legislatures do not explain the incumbency advantage.” (Ansolabere e Snyder, 2002 p.2).<sup>18</sup> Nesse estudo, boa parte dos *incumbents* analisados não dispõe dos recursos citados. Mas ainda assim a margem de vitória deles frente aos desafiantes é crescente. Em outros termos, a variação comumente apontada parecer ter causas ainda não observadas. Isso é válido mesmo contra a tese da mudança de comportamento do eleitor (Ferejohn, 1977; Romero e Sanders, 1994; Krehbiel e Wright, 1983). O argumento é que no nível estadual o eleitorado não apresenta sinais de mudança, mas o viés pró-*incumbent* continua existindo nesse nível. Ou seja, é pouco provável que a maior relevância dos atributos dos candidatos seja uma explicação razoável para o aumento da vantagem dos *incumbents*. Vale salientar que os estudos de Ansolabere, Brady e Fiorina (1992) e Ansolabere e Snyder (2002) não questionam o acréscimo da vantagem dos *incumbents*, em especial, na sua tradução em aumento de sucesso eleitoral (*reelection rate*). Mas deixa a questão das causas em aberto.

---

<sup>17</sup> “Os resultados levam a duas importantes conclusões relacionadas. Primeiro, apesar dos partidos políticos terem certamente desempenhado um papel proeminente no recrutamento de candidatos e na realização de eleições, isso não necessariamente evita que as diferenças entre os candidatos experientes e inexperientes afetem os resultados eleitorais. Segundo, o crescimento da vantagem dos *incumbents* durante o final do século XX não pode ser unicamente devido a um aumento da importância da qualidade do candidato.”

<sup>18</sup> Teorias sobre as vantagens dos *incumbents* baseadas na mudança do desenho dos distritos, na irresponsabilidade legislativa, políticas de *pork barrel* e em outras características do legislativo não explicam a vantagem dos *incumbents*.

Segundo eles, “the common pattern of growth suggests that the incumbency advantage is part of a nation-wide political transformation.” (Ansolabere e Snyder, 2002 p.10)<sup>19</sup>.

Existem ainda muitos outros trabalhos discutindo a magnitude e os componentes da vantagem dos *incumbents*. Não é pretensão aqui revisar todos os trabalhos sobre o tema, mas sim apresentar a problematização do fenômeno feita pela literatura especializada. Diferente dos trabalhos preliminares, as explicações tratadas nessa seção trabalham com múltiplas causas para o fenômeno. Atualmente, a discussão gira em torno de qual delas exerce o maior efeito. O quadro abaixo sumariza a discussão dessa seção:

**Quadro 1.2 - Modelos Mistos: em Busca da Precisão da Estimação**

Principais Autores	Causas	Definição
Cox e Katz, 1996;	Atributos do mandato; Qualidade dos desafiantes; Mudança comportamental;	O maior volume de recurso controlado pelos <i>incumbents</i> somado ao maior pragmatismo do eleitorado aumenta a chance de vitória dos candidatos à reeleição e afasta os bons desafiantes.
Cox e Katz, 2004;	Redesenho dos distritos; Anteriores;	Além da dinâmica anterior, a regularidade dos ciclos de redesenho dos distritos é combinada com uma política de não enfrentamento entre <i>incumbents</i> e desafiantes experientes.
Levitt e Wolfram, 1997;	Atributos do mandato; Qualidade dos desafiantes; Atributos pessoais;	Os <i>incumbents</i> se empenham cada vez mais na busca da reeleição. O custo da campanha sobe e cresce o medo do desafiante ser taxada de <i>loser</i> (perdedor). Consequente, enfrentam adversários cada vez menos qualificados.
Carson, Engstrom e Roberts, 2007;	Alocação partidária dos candidatos; Atributos pessoais;	Efeito interativo entre partidos e candidatos. Os partidos distribuem os candidatos conforme suas chances de vitória. Os candidatos mais experientes potencializam a preferência partidária.
Ansolabehere e Snyder, 2002; Ansolabere, Brady e Fiorina, 1992;	Nenhum dos anteriores	O aumento da vantagem dos <i>incumbents</i> acontece também para candidatos que não dispõem de grandes recursos e em lugares em que não há sinais de mudança no comportamento do eleitor.

Fonte: Elaboração Própria.

<sup>19</sup> O padrão de crescimento comum sugere que a vantagem dos *incumbents* é parte de uma transformação política de âmbito nacional.

### 1.3 – REFLEXOS DA REELEIÇÃO PARLAMENTAR

Embora a literatura documente largamente o crescimento da vantagem dos *incumbents* restam muitas dúvidas sobre a extensão e o significado desse movimento. Segundo Stonecash (2003) a mais importante delas é sobre a participação dos candidatos na sua criação. A questão é saber se eles são protagonistas ou coadjuvantes nesse movimento. Como visto, a maior parte das explicações apontam os atributos e habilidades do *incumbent* como causa principal. Mais que isso, alguns observam interação entre essa dimensão e mudanças de comportamento do eleitorado (Erikson, 1971; 1972; Kernell, 1977; Burnham, 1970; 1974; Ferejohn, 1977; 1986; Mayer, 2008; Romero e Sanders, 1994; Bartels, 2000, Cover 1977; Krehbiel e Wright 1983).

Para Stonecash (2003) esse mesmo fenômeno pode ser visto por outro ângulo. Para tanto, o primeiro passo é incluir na análise as disputas vencidas por diferenças mais amplas (*uncontested seat*). O segundo é acompanhar longitudinalmente os dados focando alterações nessas disputas. Precisamente, como elas se transformam em embates apertados. Em resumo, Stonecash (2008) sugere que é possível construir uma interpretação diferente sobre o fenômeno. Vale dizer, Jacobson (1987) já sustentava posição semelhante. Para ele, o aumento da vantagem dos *incumbents* foi mal interpretado pela literatura. Ele não pode ser visto como queda na competitividade eleitoral. Melhor dizendo, esse crescimento não garante uma maior segurança eleitoral para os *incumbents* (Jacobson, 1987). Embora a margem de vitória tenha se tornado mais ampla, isso não alterou significativamente o número de *incumbents* com alto risco de derrota (Jacobson, 1987, 2003). Para Jacobson (1987) a inclusão de todos os distritos na análise é fundamental. Para Stonecash (2008): “If uncontested districts are excluded, there is an increase over time in the average vote percentage. If all districts are included, there is no increase.” (p. 7).<sup>20</sup> Não se trata apenas de questionar a tendência de crescimento da vantagem dos *incumbents*, mas principalmente, observar se existem outras escamoteadas por ela. Tanto Jacobson (2007) quanto Stonecash (2007) destacam um avanço da filiação partidária. Segundo eles, os políticos norte-americanos se tornaram ainda mais ligados ao partido durante as últimas décadas do século passado.<sup>21</sup> Essa seria inclusive uma das chaves para entender o que se passa com os *incumbents* nesse mesmo período.

---

<sup>20</sup> Se os distritos sem muita disputa são excluídos, há um aumento ao longo do tempo na percentagem média de votos. Se todos os distritos são incluídos, não há aumento.

<sup>21</sup> Essa tendência contradiz o que grande parte da literatura afirma. Como visto anteriormente, o argumento corrente é que a filiação partidária está em queda tanto dentre os eleitores quanto dentre os políticos.

O crescimento da vantagem dos *incumbents* reflete um realinhamento partidário secular do eleitorado (Key, 1959).<sup>22</sup> Não sem razão, alguns autores consideram esse fenômeno como o mais importante para explicar as mudanças na política norte-americana nos últimos 50 anos (Cf. Black e Black, 1987; 2002; Abramowitz e Saunders, 1998; Bartels, 2000; Jacobson, 2007; Polsby, 2004; Stonecash, 2007). Nesse período, a configuração do eleitorado republicano e democrata se modifica significativamente, em especial, em termos geográficos e étnicos (Black e Black, 2002; Sinclair, 1982; Polsby, 2004). Para Stonecash (2007) esse movimento é o responsável pelo que foi interpretado como o aumento da vantagem dos *incumbents*. O foco individual tira de cena o aspecto mais importante do fenômeno, a saber, seu viés partidário. Decididamente, a questão não é o aumento, mas o que ele representa. No agregado, é possível notar que os *incumbents* democratas e republicanos registram movimentos distintos no seu desempenho eleitoral a partir dos anos de 1960 (Stonecash, Brewer e Mariani, 2003). Enquanto os republicanos aumentam sua vantagem sobre os *challengers* os democratas experimentam o oposto, embora não na mesma proporção (Stonecash, Brewer e Mariani, 2003; Stonecash, 2007; 2008).

A questão é saber como o realinhamento partidário secular do eleitorado explica essa tendência. A resposta precisa ser buscada nas causas desse realinhamento. Segundo Abramowitz e Saunders (1998) o ponto a ser investigado é o esforço dos presidenciáveis na busca por novas bases eleitorais. Nessa perspectiva, eles funcionariam como pivôs de uma mudança na preferência eleitoral. Republicanos e Democratas marcham na direção oposta a fim de conquistar novos territórios (Degler, 1964; Sanders, 1999; Phillips, 1969; Carter, 1995: 324–414). Precisamente, enquanto os democratas desenvolveram estratégias para conquistar bases ao Norte, os republicanos se esforçaram para atrair para as suas fileiras os conservadores do Sul (Black e Black, 1987; 2002; Dionne, 1997; Green et al., 1998). Vale dizer, ambos os movimentos são protagonizados pelos presidenciáveis de cada partido. O resultado é uma reconfiguração de boa parte dos distritos norte-americanos em termos de preferência partidária. O argumento de Stonecash (2008) é que o desempenho eleitoral dos *incumbents* sofre pesada influência dessas flutuações.

*If an incumbent's district is won by his or her presidential candidate, the incumbent's situation will likely be fairly safe. If an incumbent is running in a*

---

<sup>22</sup> Na literatura existe uma diferença entre o realinhamento crítico e o secular. O primeiro foca uma mudança abrupta nos grupos de eleitores apoiadores de um dos partidos. O segundo corresponde a uma mudança relativa nesses grupos, em especial, focando a transferência deles de um partido para o outro.

*district being won by the presidential candidate of the other party, the incumbent's situation is much less likely to be safe.* (Stonecash, 2008:69).<sup>23</sup>

O detalhe é que existe um descompasso entre a mudança de preferência partidária na disputa presidencial e o reflexo disso no voto para a Câmara. Essa dinâmica é evidenciada na análise da correlação entre o voto para os dois pleitos (Jacobson, 2007; Stonecash, 2008). Stonecash (2008) mostra que a correlação cai no período em que os presidentiáveis estão no esforço de expansão de suas bases, mas volta a patamares altos (0.80) nos anos seguintes. Vale dizer, esse movimento de ajustamento acontece em tempos diferentes para os dois partidos (Democrata e Republicano). Por sua vez, Jacobson (2007) evidencia que a correlação se mantém alta no começo desse século. Além disso, ele mostra que a polarização da disputa presidencial tem se tornado um elemento fundamental para analisar as disputas para as cadeiras na Câmara. Em resumo, o descompasso desaparece na sequência dos pleitos. Segundo Stonecash (2008) e Jacobson (2007) esse é o movimento que a literatura entendeu como crescimento da vantagem dos *incumbents*. Particularmente, o crescimento do desempenho eleitoral dos *incumbents* republicanos.<sup>24</sup> Nessa perspectiva, o fenômeno não é individual e sim partidário. Ele é fruto do realinhamento das bases eleitorais dos dois maiores partidos.

#### **1.4 CONSEQUÊNCIAS DA REELEIÇÃO PARLAMENTAR**

Independente do que ela seja, é fundamental observar as diferentes leituras sobre a reeleição parlamentar. O que dizer de um sistema democrático onde a maioria dos parlamentares é reconduzida? O que pensar de outro onde ocorre o contrário? O debate sobre o sentido da reeleição é antigo e remete a trabalhos pioneiros da Ciência Política contemporânea. Para Downs (1957) faz parte de um regime democrático a chance do eleitor decidir pela continuação ou mudança do governo. Para ele, o julgamento tem por base uma comparação entre a renda de utilidade oferecida pelo governo e a que o eleitor esperava conseguir. Caso a

---

<sup>23</sup> “Se o distrito do *incumbent* é vencido por seu candidato a presidente, a situação do *incumbent* provavelmente será bastante segura. Se um *incumbent* está concorrendo em um distrito onde quem ganha é o candidato presidencial de outro partido, é provável que a situação do *incumbent* seja muito menos segura.”

<sup>24</sup> Segundo esses autores a partir de 1970 o partido republicano começa a ganhar espaço em meio ao eleitorado do Sul. Esse movimento é reflexo direto da ação de presidentes republicanos em busca de novas bases de sustentação. Devido a isso, o crescimento da segurança eleitoral dos *incumbents* tem um viés republicano (Cf. Jacobson, 1989; 2007 e Stonecash, 2008).

diferença não seja grande o voto tende a ser pela continuidade (Downs, 1957). Mais tarde, essa premissa foi aplicada por Mayhew (1974b) e Fenno (1978) para analisar o comportamento parlamentar. Mayhew (1974b) acredita que a premissa é mais adequada para o nível individual. Por isso, ele buscou detalhar as estratégias desenvolvidas pelos deputados para conquistar a reeleição, tais como, *advertising, credit claim, position taking e pork barrel* (Mayhew, 2002).<sup>25</sup> Já Fenno (1978) analisou em detalhe o esforço feito pelos parlamentares para conquistar/manter uma boa reputação em suas bases eleitorais. Para Fenno (1978) nos Estados Unidos os deputados utilizam três estratégias para realizar essa tarefa, eles buscam: 1) demonstrar expertise política (qualificação); 2) enfatizar característica em comum com o eleitorado e 3) demonstrar simpatia (compreensão e cuidado com o eleitor).

A reeleição nesse cenário reflete, em maior ou menor grau, o julgamento do eleitor de acordo com as promessas e com as realizações dos seus representantes (Mckelvey, 1975, Kramer, 1977, Fiorina, 1981). O eleitor vota retrospectivamente se pronunciando pela aprovação ou rejeição do deputado. Em tese, a reeleição serve como um instrumento de controle do representante. Segundo Ferejohn (1986) não é estranho pensar que o representante se esforça para adiantar os anseios do eleitor. Mesmo que o julgamento dele seja condicionado pela assimetria informacional e outras inconstâncias do jogo político (Ferejohn, 1986). Seja como for, reconduzir um parlamentar é demonstrar satisfação com o *status quo*, representa a vontade de não mudar. Todavia, restam dúvidas sobre a abrangência desse sentimento. Segundo Mayhew (1974b) durante muito tempo as eleições para a Câmara dos Deputados nos Estados Unidos foram usadas para influenciar o governo. Fortes oscilações na composição da Casa são vistas como resposta do eleitorado a ações do partido no governo. Mais que isso, pode representar o desejo do eleitor ver aprovado projetos que foram parados ou barrados por outras composições da Casa.

Essa pequena discussão é suficiente para mostrar que a reeleição é tida há muito tempo como peça chave do regime democrático norte-americano. Entretanto, a descoberta do aumento da segurança eleitoral dos *incumbents* a partir dos anos 1960 não foi recebida de modo tranquilo (Cf. Stonecash, 2008; King e Gelman, 1991; Stokes e Miler, 1962). Para ser didático, é possível separar as perspectivas entre pessimistas e otimistas.

---

<sup>25</sup> Em português pode-se entender essas estratégias como: Propaganda, reclamação de créditos por realizações, posicionamento e benefícios oferecidos as bases.

*Perspectivas pessimistas*

Mayhew (1974b) acredita que esse fenômeno representa a tendência do eleitor desvincular o desempenho dos deputados do desempenho presidencial. Até certo ponto, essa distância afeta diretamente a capacidade do eleitor julgar a performance do governo. Além disso, motiva uma busca desenfreada por recursos para serem aplicados na construção/manutenção da reputação do parlamentar (Mayhew, 1974b; Jacobson, 2001). Fiorina (1977) esboça preocupação semelhante. Para ele, a maior segurança eleitoral dos *incumbents* tem um custo muito alto. Mais precisamente, motiva os deputados a proverem benefícios particularistas para suas bases eleitorais (*pork barrel*). Contrariamente, diminui o interesse deles por questões mais gerais (nacionais) (Fiorina, 1977; 1989; Rivers e Fiorina, 1989; Tufte, 1973). Segundo Stonecash (2008) esses atores “see the extensive use of public resources as an inappropriate exploitation of public tax dollars for the promotion of individual careers” (Stonecash, 2008:4).<sup>26</sup>

Outro efeito negativo é uma possível queda na responsividade do parlamentar frente as suas bases (Fiorina, 1973; Froman, 1963; Burnham, 1970). A maior segurança eleitoral dos *incumbents* torna-os praticamente imbatíveis frente aos desafiantes. A certeza da vitória reduz o empenho deles frente aos anseios do eleitorado. A chave da responsividade é a competição, na ausência dela os representantes se tornam menos atentos a suas bases (Fiorina, 1977; King, 1991; Campbell e Jurek, 2003). Esse mesmo movimento também acontece em relação aos partidos e as políticas nacionais (Mayer, 2008; Romero e Sanders, 1994; Bartels, 2000). A maior segurança é garantida por um voto mais pessoal que partidário. Como consequência, os líderes partidários tendem a encontrar mais dificuldade para alinhar as suas bancadas. Segundo Patterson (2006) “an effect is to reduce Congress’s responsiveness to political change” (Patterson, 2006: 366).

Por fim, esse movimento pode ser visto como resultado da habilidade política dos *incumbents* na montagem da cartografia eleitoral (Tufte, 1973). As “manobras” efetuadas criam inclusive uma distância maior entre mudanças na vontade do eleitorado e alterações na composição da Câmara. Cox e Katz (1996; 2004) defendem que o redesenho dos distritos potencializam a segurança eleitoral dos *incumbents*. Em especial, por evitar colisões entre eles

---

<sup>26</sup> “Vêm o uso extensivo de recursos públicos como uma exploração inadequada dos impostos públicos para a promoção de carreiras individuais.”

e desafiantes qualificados. Portanto, a maior segurança não só pode ser fruto de “manobras” políticas como pode reduzir a qualidade dos competidores (Cox e Katz 1996; 2004).

### *Perspectivas otimistas*

Contrariamente, algumas interpretações observam essas mudanças como positivas. Ferejohn (1977; 1986), a exemplo de Erikson (1971), acredita que o eleitor parece ter se tornado mais informado e consciente. Para essa perspectiva, o eleitor tende a se tornar menos dogmático em termos partidários e passa a exercer um controle mais intenso sobre o seu representante. Essa característica força o representante a ser mais responsivo a sua base. Ao substituir a fidelidade partidária pelos atributos dos candidatos, o eleitor tem mais incentivo para basear seu voto no comportamento dos seus representantes. Da mesma forma, o deputado terá mais motivos para responder os anseios do eleitorado. Segundo Ferejohn (1986), a inferência do eleitor é indireta, já que impossível ter acesso à ação dos representantes. Logo, o voto nessa perspectiva se baseia no nível de renda que o eleitor consegue auferir. Mais pragmático, o eleitor exige ações e não se contenta com promessas (Burnham, 1970; Erikson, 1971; Ferejohn, 1977; 1986). Uma premissa básica desse modelo é que o custo da reeleição não pode ser proibitivo.<sup>27</sup> Do contrário, o representante não terá incentivos para se submeter ao julgamento do eleitorado (Ferejohn, 1977; 1986).

Outro efeito positivo é a tendência de profissionalização dos parlamentares (McKelvey e Reizman, 1992). Parte da literatura acredita que sucessivas reeleições geram um melhor funcionamento da máquina legislativa (Polsby, 1968, Balir e Henry, 1981, Rosenthal, 1996). O pressuposto é que o maior tempo na Casa legislativa favorece a internalização do *modus operandi* do Legislativo (Squire, 1992; 1998). Contrariamente, a renovação parlamentar é vista como sinal da fragilidade do Legislativo. Mais precisamente, sintoma da baixa capacidade de manter e profissionalizar o seu quadro (Squire, 1992, Cox e Morgenstern, 1993; Hibbing, 1993; Berry, Berkman e Schneiderman, 2000).

Poucos são os trabalhos que buscam precisar as consequências do acréscimo da vantagem dos *incumbents* e o conseqüente aumento da sua segurança eleitoral (King, 1989; King e Gelman, 1991). Alterações na responsividade e o viés partidário são amplamente anunciados e pouco mensurados. Nas palavras de King e Gelman (1991): “responsiveness is

---

<sup>27</sup> Segundo Ferejohn (1986) o benefício também não pode ser alto ao ponto de fazer com que o representante prefira auferir vantagens do cargo ao invés de buscar a reeleição.

then the change in the percentage of legislative seats for a single point change in votes (p. 117)<sup>28</sup>. Já o viés partidário “is the difference between the expected proportion of seats won by Democratic minus the expect proportion (p.177).<sup>29</sup> Por essas definições, nota-se que quanto maior o viés menor tende a ser a responsividade. Segundo King e Gelman (1991) a responsividade eleitoral experimenta uma queda substantiva a partir de 1946. Entretanto, menos de um terço dessa queda pode ser explicada pela tendência de crescimento da vantagem eleitoral dos *incumbents*. Por outro lado, o viés partidário experimentou um crescimento pró-Republicano nos anos de 1940, mas foi se movendo na direção dos Democratas até meados de 1980. Nesse aspecto a participação dos *incumbents* é bem destacada; ela é capaz de explicar todo redirecionamento do viés (King, 1989; King e Gelman, 1991).

Em tese, há muito ainda a ser investigado sobre as consequências do aumento da vantagem eleitoral dos *incumbents* (Ferejohn, 1977; 1986 e King e Gelman, 1991). Claramente, a literatura é bastante controversa quanto à interpretação do fenômeno. Os poucos trabalhos empíricos sobre o tema ainda são bastante incipientes, restando uma vasta agenda inexplorada (King e Gelman, 1991). Seja como for, essa seção tenta elencar as principais perspectivas. O quadro abaixo sumariza essa discussão:

**Quadro 1.3 - A Reeleição Parlamentar e Suas Consequências**

Perspectivas	Principais Autores	Definição
Pessimistas	Mayhew, 1974b; Fiorina, 1977; Rivers e Fiorina, 1989	O foco no candidato desvincula a avaliação do <i>incumbent</i> da performance presidencial. Além disso, a maior segurança eleitoral torna os <i>incumbents</i> menos responsivos ao partido e ao leitor;
Otimistas	Ferejohn, 1977; 1986; Erikson, 1971; McKelvey e Reizman, 1992;	O aumento do pragmatismo torna o eleitor mais atento a ação dos deputados. Por consequência, aumenta a responsividade do parlamentar. Além disso, a reeleição aumentar o grau de profissionalização do Legislativo.

Fonte: Elaboração Própria.

<sup>28</sup> Responsividade é então a alteração no percentual de cadeiras legislativas para uma mudança de um único ponto nos votos.

<sup>29</sup> “É a diferença entre a proporção esperada de assentos conquistados pelos Democrata menos a proporção esperada de assentos conseguidos pelo republicano.”

## 1.5 RESUMO DO DEBATE

Notadamente, o debate norte-americano sobre o tema gira em torno da magnitude e das causas do fenômeno. Parte da literatura acredita que a vantagem dos *incumbents* tem um aumento ímpar a partir dos anos de 1960 (Burnham, 1970; 1974; Erikson, 1971; 1972; Kostroski, 1973; Mayhew, 1974; Tufte, 1973; Ferejohn, 1977; Fiorina, 1977; Gelman e Huang, 2008; Ansolabehere e Snyder, 2002; McKelvey e Reizman, 1992; Payne, 1980; Cox e Katz, 1996 e 2004; Levitt e Wolfram, 1997). Para essa perspectiva, esse aumento funciona como uma variável independente. Portanto, o debate fica restrito às causas desse crescimento. De início, os especialistas levantam três possíveis causas: mudanças institucionais, comportamentais ou ambas (Butler, 1963; Butler e Stokes, 1969; Tufte, 1973; Erikson, 1971; Burnham, 1970; 1974; Ferejohn, 1977; 1986; Mayhew, 1974; Fiorina, 1977; Jacobson, 1987; dentre outros). Na sequência, as análises se tornam mais rigorosas. Dessa forma, são discutidas novas metodologias tanto para mensurar o crescimento do fenômeno quanto para medir possíveis efeitos interativos entre as suas causas. Nas análises mais recentes, o destaque é conferido ao efeito dos atributos dos candidatos. Ao que parece eles explicam mais que os recursos e capacidade de afastar concorrentes qualificados (Gelman e King, 1990; King, 1989; Cox e Katz, 1996 e 2004; Levitt e Wolfram, 1997; Gelman e Huang, 2008).

No entanto, não existe consenso sobre quase nada. O efeito dos atributos dos candidatos e das demais causas apontadas é bastante questionado (Carson, Engstrom e Roberts, 2007; Ansolabere e Snyder, 2002). Da mesma forma, existe uma perspectiva que nega a independência do fenômeno. Precisamente, acredita que o crescimento da vantagem dos *incumbents* deriva do reagrupamento do eleitorado entre os principais partidos norte-americano. Um fenômeno que não é exatamente novo na política norte-americana e que pouco tem a ver com os *incumbents* diretamente (Stonecash, Brewer e Mariani, 2003; Stonecash, 2007; 2008; Abramowitz e Saunders, 1998; Bartels, 2000; Jacobson, 2007).

As dúvidas também marcam as interpretações sobre as consequências do fenômeno. Por um lado, o aumento da reeleição parlamentar é interpretada como algo maléfico ao sistema democrático. Em especial, porque representa o avanço do personalismo e/ou uma redução da responsividade dos parlamentares frente ao seu eleitorado. Para essa perspectiva, o crescimento

da vantagem dos *incumbents* custa caro ao sistema político norte-americano (Froman, 1963; Fiorina, 1973; 1977; 1989; Rivers e Fiorina, 1989; Tufte, 1973; Mayer, 2008; Romero e Sanders, 1994; Bartels, 2000; Cox Katz, 1996; 2004, dentre outros). Por outro lado, há quem defenda uma visão positiva. O argumento é que ele está vinculado a uma relação mais próxima entre eleitor e representante. O eleitor partidário (dogmático) adota um comportamento mais pragmático, mais atento às ações de seus parlamentares (Burnham, 1970; Erikson, 1971; Ferejohn, 1977; 1986). Além disso, o crescimento do nível de reeleição aumenta a chance de profissionalização dos parlamentares. Para alguns, isso tem um efeito direto positivo no papel que o Legislativo exerce na formulação de políticas públicas (McKelvey e Reizman, 1992; Polsby, 2004).

## 1.6 O CASO BRASILEIRO

É possível notar que vários elementos do debate estadunidense foram negligenciados pela literatura especializada brasileira. Sem sombra dúvida o debate é mais intenso por lá. Um indicador simples é o número de trabalhos relacionados ao tema. Nos Estados Unidos esse número chega a centenas, no Brasil não alcança uma dezena.<sup>30</sup> A explicação mais lógica para essa disparidade pode ser a diferença dos sistemas eleitoral e partidário dos dois países. Mas cabe a pergunta, apesar dessas diferenças é possível avançar mais por aqui? A proposta é identificar preocupações “estrangeiras” que podem ser investigadas no cenário brasileiro.

Primeiro, o debate sobre as medidas utilizadas para dimensionar o fenômeno. No Brasil, sabe-se pouco sobre a diferença entre a vantagem e a segurança eleitoral dos candidatos à reeleição. Portanto, o alerta que Jacobson (1987) fez sobre a confusão entre essas medidas pode ser válido para nós. Metodologicamente, isso significa que a análise do desempenho eleitoral dos *incumbents* precisa ser feita por meio de mais de uma medida. Mais que isso, o método utilizado para operacionalizá-las também é variado. Por exemplo, a vantagem eleitoral pode ser representada pelo *suphomore surge*. Ou seja, pela comparação do desempenho eleitoral do *incumbent* em dois momentos: como desafiante e na disputa pela reeleição. Dessa forma, a análise informa se e o quanto o candidato conseguiu melhorar seu desempenho com o exercício do mandato.

---

<sup>30</sup> O capítulo seguinte apresenta um resumo dos trabalhos sobre o tema no Brasil e coloca em evidência as principais lacunas sobre o tema por aqui.

Além das medidas, cabe destacar a questão das causas do fenômeno. Em especial, a análise da interação entre múltiplas causas. Como foi visto, a literatura estadunidense debate intensamente como aspectos individuais (atributos do mandato ou pessoais) e características de distritos, partidos e eleições interagem na composição do desempenho eleitoral dos candidatos à reeleição. A princípio, nada impede que algo semelhante seja feito para o contexto brasileiro. Afinal, é preciso saber, por exemplo, qual o impacto da magnitude e da competição nos distritos sobre o desempenho eleitoral dos *incumbents*. Mais que isso, identificar se as características individuais e as partidárias se reforçam ou se opõem.

Em resumo, a revisão do debate estadunidense abre o caminho para análises inovadoras sobre o fenômeno no Brasil. Traz preocupações diferentes e motiva a inclusão de variáveis antes desconsideradas por diferentes razões. Em certa medida, essa é o principal desafio dessa tese. Claro está que é preciso adotar cuidados metodológicos para promover as devidas adaptações. Mas, isso não torna estérreo o exercício de olhar para outras realidades e aprender com elas.

## **CAPÍTULO 2**

---

### **A REELEIÇÃO PARLAMENTAR NO BRASIL**

## 2.1 INTRODUÇÃO

Qual a magnitude da reeleição parlamentar no Brasil? Pode-se responder a essa pergunta sem levar em conta características dos distritos e dos partidos? Essas são as duas questões-chaves desse texto. Comparada a outras tradições, o debate sobre a reeleição parlamentar no Brasil é no mínimo incipiente. Por exemplo, o debate estadunidense sobre o tema tem mais de cinquenta anos e reúne dezenas e dezenas de trabalhos (Cf. Gelman e King, 1991; Cox e Katz, 1996; 2004). Lá se discute desde a adequação de medidas para mensurar o fenômeno até a multicausalidade do mesmo (Gelman e King, 1990; King, 1989; Cox e Katz, 1996 e 2004; Levitt e Wolfram, 1997; Gelman e Huang, 2008). Contrariamente, no Brasil a maioria dos trabalhos relacionados ao tema se divide entre focar os motivos para renovação da Câmara e buscar os determinantes da ambição política (Cf. Samuels, 2000; 2001; 2003; Santos, 2003; Leoni, Pereira e Rennó, 2003; 2004). Poucos são os estudos que se dedicam a análise propriamente dita da reeleição parlamentar (Pereira e Rennó, 2001; 2003). Mais que isso, nenhum dos trabalhos examina o fenômeno de modo detalhado. O exame da magnitude e da variação por eleição, distrito e partido foram deixadas para segundo plano.<sup>31</sup> Portanto, não é possível dizer se o desempenho eleitoral dos candidatos à reeleição vem melhorando, se a segurança eleitoral deles vem crescendo ou se esse quadro altera-se significativamente por distrito e por partido.

Dessa forma, o objetivo desse capítulo é apresentar uma discussão sobre a construção e a aplicação de diferentes medidas de mensuração da reeleição parlamentar. Além de examinar como algumas delas variam por distrito e por partido. Com isso, pretende-se mostrar que há um importante nível de especificação ignorado por trabalhos anteriores. O que pode ter afetado os resultados alcançados por eles. Afinal, dificilmente se constrói uma análise contundente de um fenômeno sem saber exatamente como mensurá-lo (King, 2001; Blalock, 1979; Zeller e Carmines, 1980).

Para tanto, esse texto está organizado em quatro seções. A primeira revisa o debate sobre a reeleição parlamentar no Brasil. Na sequência, o foco passa a ser as lacunas deixadas no debate. A terceira seção apresenta a análise desse desempenho em cinco pleitos. Mais que isso,

---

<sup>31</sup> Segundo King (1991), essa lacuna não é uma exclusividade brasileira, boa parte dos sistemas políticos que usam a RPLA não tem tradição nesse tipo de discussão.

a seção trata também da variação por distrito e partido e mostra o comportamento de medidas “clássicas” como o *retirement slump* e *sophomore surge*.<sup>32</sup> Por fim, a quarta e última seção resume os achados da análise e aponta os principais desafios para um estudo que se proponha a explicar mais detidamente a reeleição parlamentar no Brasil.

## 2.1 O DEBATE BRASILEIRO

A primeira controvérsia é quanto à relevância da reeleição parlamentar. Segundo Samuels (2000b), o tema que merece destaque no Brasil é a renovação e não reeleição. Dados levantados por ele indicam que cerca de 50% da Câmara é renovada a cada legislatura. Por isso, em sua opinião os esforços devem ser concentrados na busca das razões para tamanha debandada (Samuels, 2000b; 2003).<sup>33</sup> Por outro lado, Leoni, Pereira e Rennó (2003; 2004) afirmam que no Brasil a taxa de reeleição parlamentar é significativamente mais alta que em outros países da América Latina. Para eles, isso é o suficiente para o fenômeno não ser ignorado.

Sem dúvida, o que está em jogo nessa disputa é a capacidade de atração do poder Legislativo. Parte da literatura afirma que os deputados brasileiros não estão interessados em desenvolver uma carreira parlamentar. O mandato legislativo seria visto apenas como um “trampolim” para vãos mais altos (Samuels, 2000b; 2003; Santos, 2003; Abrúcio e Samuels, 1997; Abrúcio, 1998). Contrariamente, há quem defenda que o mandato legislativo tem se tornado cada vez mais atraente. A principal fonte desse crescente interesse seria o aumento dos custos e riscos envolvidos na disputa por outros cargos (Leoni, Pereira e Rennó, 2003; 2004). Nesse nível, a discussão concentra-se em estimar a ambição política dos deputados. Quais deles resolvem tentar a renovação do mandato (ambição estática), e principalmente, quais as motivações dessa escolha (Leoni, Pereira e Rennó, 2003; 2004; Samuels, 2000b; 2003).

De qualquer forma, em maior ou em menor grau, as investigações buscam responder uma pergunta simples: afinal, os deputados levam vantagem na disputa pela renovação do mandato? Uma resposta positiva é requisito básico para pensar os incentivos à ambição estática. Caso o mandato não confira nenhuma vantagem, a opção de tentar renová-lo torna-se, no

---

<sup>32</sup> *Retirement slump* corresponde ao número de votos retido pelo partido dado a aposentadoria (ou desistência) de um deputado concorrer à reeleição. Já o *Sophomore surge* é o saldo em votos conquistado pelo parlamentar dado a comparação com seu desempenho como desafiante (Gelman e King, 1991).

<sup>33</sup> Silva Júnior e Figueiredo Filho (2012), retratando o período de 1990 a 2006 identificaram a mesma magnitude, média de 50% de renovação.

mínimo, subótima (Samuels, 2000; 2003). O ponto mais controverso é o retorno eleitoral dos recursos distribuídos pelos aspirantes à reeleição. Samuels (2002) e Abrúcio e Samuels (1997) minimizam essa influência. Para eles, a chave para o sucesso eleitoral está em elementos que não estão ligados ao mandato. De forma contrária, a maior parte da literatura acredita que as ementas parlamentares ao orçamento são essenciais para o sucesso eleitoral dos deputados (Ames, 1995; 2003; Mainwaring, 2001; Pereira e Rennó, 2001; 2007; Santos, 2003; Nicolau, 2000; Novaes, 1996; Pereira e Mueller, 2002; 2003).

Em resumo, os adeptos da chamada “tese do trampolim” minimizam a relevância dos atributos do mandato parlamentar para o sucesso eleitoral dos deputados. Eles defendem a importância de elementos externos ao mandato. Já os que acreditam no crescimento da ambição estática defendem a ideia de que esses atributos são decisivos para o sucesso eleitoral. O debate está aberto, não há como dizer quem está com a razão. Entretanto, interessa saber qual é o conjunto de variáveis levantado pelos dois lados para explicar a reeleição parlamentar.

#### *A tese do trampolim*

O argumento central dessa tese é que a ambição política dos deputados é predominantemente “extra-legislativa”. Segundo Samuels (2000b) a razão central para isso tem origem em dois fatores principais: 1) baixo poder atrativo do Legislativo e 2) alta vulnerabilidade eleitoral dos aspirantes à reeleição. O primeiro fator resulta de uma excessiva concentração de poder nas mãos do Executivo. Isso nos três níveis de governo - municipal, estadual e federal. A organização dos trabalhos e da agenda da Câmara dos Deputados são marcadas por esse viés. Não sem razão, a maioria dos especialistas aponta o grau de centralização dos trabalhos e a capacidade do Executivo controlar sua agenda como características marcantes da Casa (Figueiredo e Limongi, 2001; Amorim e Santos, 2003; Amorim e Tafner, 2002; Santos, 2003). Segundo Santos (2003), enquanto a centralização desmotiva a construção de uma carreira parlamentar, o controle exógeno da agenda reduz o papel do Legislativo na formulação das políticas públicas. Ambas tornam a permanência no Legislativo menos atraente para os deputados (Samuels, 2000b).

A vulnerabilidade eleitoral deriva fundamentalmente do sistema de Representação Proporcional por Lista Aberta (RPLA). A disputa por recursos e espaço na mídia é quase proibitiva, uma vez que todos concorrem contra todos. São 513 deputados disputando uma fatia pequena de recursos. Além disso, a magnitude dos distritos contribui para obscurecer os

créditos pelas boas ações. Para Samuels (2001), há sempre um conjunto muito amplo de atores dispostos a reclamar os créditos pela provisão dos benefícios. Portanto, não é fácil para o eleitor separar o “joio do trigo”. Samuels (2000b) defende que essa dinâmica reforça a dependência dos deputados frente a líderes políticos locais. Abrúcio (1998) argumenta que a ambição política dos parlamentares é ponderada pela sua ligação com os governadores. No limite, eles surgem como a principal referência que o deputado tem para se apresentar ao eleitorado. Abrúcio e Samuels (1997) e Samuels (2000b) acreditam que os governadores substituem os partidos e servem como principal atalho informacional para os eleitores no pleito para a Câmara dos Deputados.

Vale acrescentar, a fragilidade dos partidos é um aspecto importante da fraqueza dos candidatos à reeleição no Brasil. Primeiro, porque torna a disputa entre esses candidatos ainda mais franca e aberta. Não existe uma lista eleitoral que os proteja da concorrência de colegas e/ou dos candidatos em geral. Além disso, nada garante aos aspirantes à reeleição uma maior capacidade de arrecadação de fundos para a campanha. Imagina-se que esse quadro seria diferente se os partidos fossem mais atuantes na organização delas (Samuels, 2001; Mancuso, 2003). Em resumo, o sistema eleitoral brasileiro fragiliza os aspirantes à reeleição por três razões básicas: 1) eles e os desafiantes aparecem em posição de igualdade na lista eleitoral; 2) a magnitude dos distritos coloca sempre a ameaça de alguém invadir seu território e 3) não existem regras que garantam a eles maior capacidade de arrecadação de fundos de campanha.

#### *Variáveis dependentes e independentes*

Claramente, a maioria dos trabalhos que advoga a “tese do trampolim” não tem a reeleição parlamentar como foco. Nessa perspectiva, o esforço maior é voltado para explicar outros fenômenos (*renovação e ambição*). No entanto, alguns poucos trabalhos focam o sucesso eleitoral dos aspirantes à reeleição. Em geral, mensura a partir do número de *votos recebidos* (Samuels, 2001; 2002). Adicionalmente, Santos (2003) tenta explicar o número de mandato dos parlamentares.

Nesses trabalhos é apontado um conjunto amplo de variáveis independentes. Samuels (2002) e Santos anotam a *experiência* e *qualidade* dos parlamentares. Na primeira, conta a passagem por cargos eletivos (*experiência política*) e não-eletivos da máquina estatal (*experiência burocrática*). A qualidade é definida a partir de uma lista elaborada por uma organização não-governamental. Para eles, o cálculo da reeleição é ponderado também pela

possibilidade de *migração partidária*. Outra preocupação de Samuels (2002) é mensurar o efeito da distribuição de recursos (*pork*), do financiamento de campanha e do retrospecto da votação dos aspirantes à reeleição (*votos na eleição anterior, Concentração e dominância eleitoral nos distritos*). É ainda comum a presença de algumas variáveis de controle, tais como: *posição na lista* em eleições anteriores, *número de mandatos*, ocupação de *cargos de destaque* na Câmara dos Deputados (Samuels, 2002). O quadro abaixo sumariza as variáveis utilizadas nessa perspectiva.

**Quadro 2.1** - Relação de Variáveis - “Tese do Trampolim”

Autor	Dependente	Independente	Controle
Samuels (2000; 2001; 2002 e 2003)	<i>Reeleição (Votos Recebidos)</i> <i>Reeleição (Oscilação)</i>	<i>Experiência Política</i> <i>Migração Partidária</i> <i>Pork</i> <i>Financiamento de campanha</i> <i>Dominância eleitoral</i> <i>Concentração eleitoral</i> <i>Votos na eleição anterior</i>	<i>Posição na Lista</i> <i>Nº mandatos</i> <i>Cargos</i>
Santos (2003)	<i>Reeleição (senioridade)</i>	<i>Experiência Política</i> <i>Experiência Burocrática</i>	<i>Idade</i> <i>Sexo</i> <i>Grau de Instrução</i>

Fonte: Elaboração Própria.

### *A reeleição em ascensão*

Pode-se dizer que essa corrente se constrói em contraponto a anterior. A motivação central é a defesa de que a reeleição parlamentar não é um fenômeno desprezível no Brasil (Leoni, Pereira e Rennó, 2003; 2004 Pereira e Rennó, 2003). Pelo contrário, o número de parlamentares que assumem uma ambição estática aqui é maior que em outros países da América Latina (Morgenstern, 2002; Leoni, Pereira e Rennó, 2003). Portanto, o esforço principal dessa corrente concentra-se em determinar as motivações que levam um parlamentar a tentar renovar o seu mandato (Leoni, Pereira e Rennó, 2003; 2004; Pereira e Rennó, 2003; Botéro e Rennó, 2007). Adicionalmente, alguns trabalhos se concentram em identificar as

variáveis que influenciam a probabilidade de reeleição dos deputados (Pereira e Rennó, 2001; 2007).

Para Leoni, Pereira e Rennó (2003) a análise da escolha do tipo de ambição precisa distinguir entre querer e poder. Segundo eles:

*A escolha que os legisladores fazem com relação a qual cargo vão concorrer na próxima eleição é orientada principalmente por uma auto-avaliação do desempenho no cargo e das chances de ter êxito nas eleições. Em outras palavras, as escolhas de carreira do legislador não são orientadas apenas pelas compensações do cargo pretendido, tais como remuneração mais alta ou equipe maior, mas também pela viabilidade eleitoral dessa escolha. (Leoni, Pereira e Rennó, 2003:46).*

Portanto, obrigatoriamente o deputado irá analisar os custos e riscos envolvidos em cada opção. Esse exercício não é simples. Exige, no mínimo, um exame bastante cuidadoso do complexo jogo eleitoral brasileiro. Provavelmente, os deputados não têm conhecimento e/ou controle sobre todos os componentes envolvidos nesse cálculo. Por isso, Leoni, Pereira e Rennó (2003; 2004) e Pereira e Rennó (2003) afirmam que não apenas os deputados menos qualificados disputam a reeleição. O fato dos mais qualificados preferirem outros cargos não autoriza esta ideia. Um deputado desse tipo pode muito bem não se sentir seguro o suficiente para assumir uma ambição progressiva. Ao fim e ao cabo, a decisão dependerá muito da postura do deputado diante do risco e da avaliação que ele faz da sua performance no cargo (Leoni, Pereira e Rennó, 2003; 2004; Pereira e Rennó, 2003).

Os componentes dessa avaliação são ponderados pelos determinantes da reeleição. Afinal, a ambição estática se torna mais atraente quanto menos arriscada for a disputa pela renovação do mandato. Pereira e Rennó (2001; 2007) procuram identificar as variáveis que fazem diferença na probabilidade de reeleição. De partida, o intuito é mostrar o efeito de variáveis de diferentes níveis (nacional, local) (Pereira e Rennó, 2001)<sup>34</sup>. Além disso, eles evidenciam que esses determinantes têm efeitos diferentes entre os grupos de parlamentares com ambições políticas distintas. Por fim, Pereira e Rennó (2007) conservam objetivos

---

<sup>34</sup> Pereira e Rennó (2007) criam uma classificação diferente para as variáveis e acrescentam a dimensão pessoal. No entanto, essa iniciativa representa apenas o acréscimo da variável *Prefeito* no modelo estimado por eles.

semelhantes e acrescentam mais um – observar se as variáveis que indicam a influência do presidente variam de acordo com o tipo de eleição (*open seat* ou não). Em todos esses trabalhos existe um esforço para mostrar que os atributos do mandato legislativo importam para conseguir a reeleição. Em especial, às emendas individuais orçamentárias apresentadas/aprovadas pelos deputados (Leoni, Pereira e Rennó, 2003; 2004; Pereira e Rennó, 2007).<sup>35</sup>

Em resumo, essa corrente enfrenta o diagnóstico apresentado pela “tese do trampolim” a partir de três assertivas: 1) a reeleição parlamentar não é um fenômeno desprezível no Brasil; 2) os riscos e os custos da disputa para outros cargos tornam a ambição estática atraente para muitos deputados (qualificados ou não); 3) alguns atributos do mandato parlamentar são decisivos para reeleição do deputado.

#### *Variáveis dependentes e independentes*

Como dito, os trabalhos se dividem entre explicar a ambição política e explicar a reeleição parlamentar. Aqui importa mais os últimos que os primeiros. A princípio, Pereira e Rennó (2001) se voltam para análise do sucesso ou fracasso dos deputados que tentam reeleger-se. Eles optam por mensurar o desempenho eleitoral dos aspirantes à reeleição a partir de uma variável dicotômica. A mesma metodologia é utilizada por trabalhos posteriores que tratam do tema (Pereira e Rennó, 2001; 2007).

Por outro lado, as variáveis independentes são classificadas quanto a sua origem (local e nacional). No âmbito local, parte delas refere-se à distribuição espacial dos votos dos candidatos à reeleição (Pereira e Rennó, 2001; 2007). Mais especificamente, são mensurados os níveis de *concentração* geográfica da votação e a *competição* nas bases eleitorais. Adicionalmente, é observado a manutenção da *base* eleitoral principal. Outro grupo de variáveis destina-se a mensurar o investimento feito pelo parlamentar. São contabilizados os *gastos de campanha*, a quantidade de *emendas aprovadas/executadas (pork)* e o *percentual* de aprovação e execução na principal base do parlamentar. Ainda nesse âmbito, os autores observam se o candidato à reeleição pertence ou não a *coalizão do governador* (Pereira e Rennó, 2001; 2007).

No grupo das nacionais é computado outro amplo conjunto de variáveis. Parte delas diz respeito à atuação do deputado na Casa: o número de *projetos* aprovados de autoria de cada

---

<sup>35</sup> O destaque para as emendas orçamentárias também se deve ao forte debate sobre o comportamento dos deputados brasileiros. Nesse campo, a questão é saber se existem razões para os parlamentares trocarem apoio ao executivo por liberação de emendas (para mais detalhe ver Figueiredo e Limongi, 2001; Pereira e Mueller, 2002; 2003; Santos, 2003; Nicolau, 2000; Ames, 2003; Amorim e Santos, 2003).

deputado, *ausência* deles nas seções e a passagem por cargos de destaque na *mesa diretora*, *comissões permanentes e especiais* e *liderança* de bancada. São contabilizados ainda o número de mandatos do parlamentar (*senioridade*), o número de cargos eletivos que ele ocupou (*experiência eleitoral*), a passagem pela *burocracia* estatal, se já foi *prefeito* e se tem origem *empresarial*. Os autores se preocupam também com variáveis ligadas a dimensão partidária, tais como: a *posição ideológica* do partido do candidato à reeleição (esquerda – centro – direita); a ocupação de *cargos no partido*, a mudança de legenda (*migração*) e a participação do partido na *coalizão* do governo federal. Por fim, observa-se o apoio do deputado ao Executivo (Pereira e Rennó, 2001; 2007). O quadro abaixo sumariza todas essas variáveis por trabalho.

**Quadro 2.2** - Relação de Variáveis Trabalhadas na “Reeleição em Alta”

Autor	Dependente	Independente
Pereira e Rennó (2001; 2003)	<i>Reeleição (sucesso/fracasso)</i>	<i>Concentração;</i> <i>Competição;</i> <i>Gasto de campanha;</i> <i>Mesma base;</i> <i>Emendas (apresentadas);</i> <i>Pork;</i> <i>Percentual ;</i> <i>Coalizão do Governador;</i> <i>Projetos;</i> <i>Ausência;</i> <i>Mesa diretora;</i> <i>Comissão Permanente</i> <i>Comissão Especial</i> <i>Líder</i> <i>Senioridade;</i> <i>Experiência eleitoral;</i> <i>Burocracia;</i> <i>Empresarial;</i> <i>Posição ideológica;</i> <i>Cargos no partido;</i> <i>Migração;</i> <i>Coalizão</i> <i>Apoio ao presidente</i>

Pereira e Rennó (2007)	<i>Reeleição (sucesso/fracasso)</i>	<i>Prefeito; (mais as anteriores)</i>
---------------------------	-------------------------------------	---

Fonte: Elaboração Própria.

### 2.3 MAGNITUDE E MULTIPARTIDARISMO

Como visto, a literatura brasileira apresenta três formas de mensurar a reeleição parlamentar. Ela é representada por: 1) número de votos recebidos; 2) número de mandatos e 3) sucesso ou fracasso eleitoral. Além disso, são inúmeras as variáveis levantadas para explicar a reeleição. Notadamente, a literatura nacional dedicou pouco esforço na discussão da variável dependente. Não há debate sobre qual medida dimensiona melhor o fenômeno. Mais que isso, nenhum trabalho compara duas medidas. Talvez por isso, é difícil responder se nossos parlamentares têm ampliado a sua vantagem eleitoral nos últimos pleitos. Outra lacuna corresponde ao silêncio sobre as variações desse desempenho por distrito. Os trabalhos também não apresentam análise de grandes séries temporais. Em geral, focam apenas uma ou duas eleições (Pereira e Rennó, 2001; Samuels, 2003; Pereira e Rennó, 2007).

Sabe-se que a reeleição parlamentar é bastante examinada em países como Estados Unidos e Reino Unido. No primeiro capítulo, foi apresentado um debate de quase 50 anos sobre o tema. Uma das consequências disso é o surgimento de modelos bastante presos à realidade desses países. A maioria dos trabalhos analisa distritos uninominais bipartidários. Apesar disso, não se pode dizer que o debate está restrito a esse tipo de contexto. Mais que isso, não há razão para abandonar o tema em países que apresentam sistemas eleitorais e partidários distintos. Jewell e Breaux (1988) e Weber, Tucker e Brace (1991) procuram estimar a vantagem dos aspirantes a reeleição em distritos com magnitudes maiores. Cox e Morgenstern (1995) também desenvolvem modelos para mensurar esse fenômeno em contextos semelhantes. Adicionalmente, trabalhos como os de Katz e King (1999) e Honaker, Katz e King (2002) trabalham problemas de adaptação ao multipartidarismo. Em todos é flagrante o esforço teórico e metodológico para adaptar as análises para os distritos multinominais multipartidários.

Mas, afinal, quais as principais dificuldades desta adaptação? Elas são de fato necessárias? De início, Cox e Morgenstern (1995) levantam o problema da classificação dos

distritos (*contested* ou *uncontested*).<sup>36</sup> A questão é saber qual a margem de vitória do *incumbent* que permite classificar a disputa como “apertada”. Claramente, a resposta depende muito da magnitude do distrito. Afinal, 5% dos votos não têm o mesmo impacto em distritos com magnitudes diferentes (Jewell e Breaux, 1991; Cox e Morgenstern, 1995). Vale dizer, essa mesma característica dificulta a interpretação de medidas como *sophomore surge* e *retirement slump*, comumente utilizada para mensurar a vantagem dos *incumbents* (Cf. Gelman e King, 1990). O número de candidatos lançados por partido também gera dificuldade na adaptação. Esse número não é fixo e não necessariamente acompanha a quantidade de vagas em disputa (Weber, Tucker e Brace, 1991). De certo, isso faz com que a competição eleitoral seja bastante singular entre os distritos. O que acaba alterando sensivelmente a vantagem que os *incumbents* alcançam. Cox e Morgenstern (1995) sugerem como solução considerar a diferença entre o total de cadeiras dominadas pelos principais partidos. Além disso, eles também recomendam a classificação dos distritos por magnitude e a estimação de modelos separados para cada categoria. Ambas as recomendações são decisivas para análise dos componentes que tem impacto no desempenho eleitoral dos *incumbents* (Cox e Morgenstern, 1995).

Por outro lado, o multipartidarismo traz outro conjunto de desafios. De partida, Katz e King (1999) chamam atenção para os riscos de uma adaptação grosseira. Segundo eles, alguns trabalhos simplificam a situação recorrendo ao “um contra todos”. Tal procedimento gera dois tipos de problema: viés e perda de informação. O viés deriva fundamentalmente do fato de que nem todos os partidos lançam candidatos em todos os distritos e eleições. A perda de informação deve-se principalmente ao agrupamento de candidatos de partidos bastante diferentes (Katz e King, 1999; Honaker, Katz e King, 2002). Portanto, a grande dificuldade da análise de sistemas multipartidários é a necessidade de combinar estratégias metodológicas. Para examinar o comportamento do eleitor a perspectiva precisa ser contextual. Por exemplo, se o propósito for avaliar como posições conservadoras afetam o comportamento de certo grupo de eleitores (Katz e King, 1999). A estratégia é outra se o objetivo é analisar o comportamento de uma base eleitoral. Nesse caso, recomenda-se a utilização da inferência ecológica e análise geo-espacial. Segundo Katz e King (1999), combinando as estratégias o pesquisador será capaz de desenvolver modelos que minimizam o efeito da ausência de dados. Melhor dizendo, a ausência de informação sobre partidos que resolvem não lançar candidatos em certos distritos.

---

<sup>36</sup> De acordo com o capítulo anterior, há uma grande dificuldade em definir a amostra (Stonecash, 2003; 2008; Gelman e King, 1990).

Em resumo, os trabalhos brevemente sumarizados nessa seção indicam caminhos para análise do desempenho eleitoral dos *incumbents* em distritos multinominais e multipartidários. Claro está que embora essa análise precise de muitos cuidados metodológicos, já existe um grande esforço em prol do seu desenvolvimento. Seguramente, o Brasil apresenta outras peculiaridades além das discutidas aqui, mas acredito que nenhuma seja proibitiva para análises mais criteriosas sobre o fenômeno. Mais que isso, a importância de examinar o fenômeno por distrito além de considerar o multipartidarismo não parece desprezível. Portanto, é plausível e salutar dar um passo atrás no debate para pensar formas de mensuração do desempenho dos nossos aspirantes à reeleição.

#### *Em novas medidas*

A peculiaridade natural do aspirante à reeleição é estar ocupando um cargo no momento da disputa. Essa afirmação até certo ponto óbvia tem implicações metodológicas não tão evidentes. Cox e Katz (1996) afirmam que existem duas formas de medir a vantagem dos aspirantes a reeleição em relação aos demais candidatos: 1) em termos de votos e 2) em termos de probabilidade de vitória. Na primeira, a medida representa a diferença do desempenho eleitoral de um candidato em dois momentos – quando era desafiante e na luta pela renovação do mandato. Na segunda, ela expressa a diferença de probabilidade de vitória de um mesmo candidato em duas situações – na disputa real pela reeleição e na hipótese dele ser um desafiante (Cox e Katz, 1996). As duas formas fazem comparações com os mesmos candidatos ocupando *status* distintos – aspirantes à reeleição e desafiantes. No contexto norte-americano esse exercício é facilitado pela fórmula de disputa majoritária. Em cada distrito, há geralmente apenas dois candidatos: um *incumbent* e um desafiante.

Talvez por isso, a literatura brasileira não realizou estudos utilizando nenhuma dessas medidas. Embora ela também tenha servido a análises de alguns distritos multinominais (Jewell e Breaux, 1991).<sup>37</sup> No entanto, o problema maior é ausência de análises que busquem precisar qual a vantagem eleitoral dos candidatos à reeleição parlamentar no Brasil. De acordo com Cox e Katz (1996) e Katz e King (1999), uma resposta adequada para essa pergunta precisa levar em consideração as peculiaridades do sistema eleitoral e partidário brasileiro. Precisamente, considerar que os distritos são multinominais com sistemas multipartidários. Isso implica examinar o desempenho eleitoral em diferentes contextos, quer seja em votos quer seja em

---

<sup>37</sup> Dado o formato da eleição proporcional nesse texto utilizarei apenas a primeira medida. Dessa forma, evita-se em boa medida problemas de adaptação a realidade político-eleitoral brasileira.

probabilidade de vitória. Portanto, é provável que uma resposta válida para os 27 estados brasileiros seja pouco confiável. Da mesma forma, parte dessa resposta pode depender do partido do candidato.

Por tudo isso, a análise do desempenho eleitoral dos *incumbents* no Brasil exige uma série de procedimentos metodológicos. O primeiro deles é examinar o fenômeno por distrito. Afinal, o sistema de RPLA praticado no Brasil fundamenta contextos diferentes entre os distritos. Na sequência, o desempenho eleitoral dos candidatos à reeleição é observado por partido. Adicionalmente, é observado o peso do viés anti-estático da ambição política dos parlamentares.<sup>38</sup> Por fim, o foco recai sobre os diferentes tipos de candidatos à reeleição. Analiso em separado, o desempenho eleitoral dos candidatos à primeira renovação do mandato. Em conjunto, os procedimentos visam retratar o comportamento de algumas medidas consideradas clássicas pela literatura norte-americana (*sophomore surge* e *retirement slump*), mas com a devida incorporação das características dos sistemas eleitoral e partidário.

## 2.4 RESULTADOS

A comparação direta entre *incumbents* e desafiantes é o caminho mais intuitivo para mensurar o fenômeno da reeleição parlamentar. O objetivo é confrontar diretamente o desempenho eleitoral dos candidatos dos dois grupos. A tabela abaixo apresenta a comparação da votação dos tipos de candidato.

**Tabela 2.1** – Votos Recebidos por *Incumbent* e Desafiantes (1994-2010)<sup>39</sup>

Ano	Candidatos à Reeleição				Desafiantes			
	Média	Desvio Padrão	Coefficiente de Variação	N	Média	Desvio Padrão	Coefficiente de variação	N
<b>1994</b>	41017,63	30160,50	73,53	325	10666,88	18251,88	171,11	2618
<b>1998</b>	61866,32	39589,96	63,99	383	11258,66	22369,17	198,68	2974
<b>2002</b>	89326,73	56633,86	63,40	370	11950,89	37944,64	317,50	3828
<b>2006</b>	81366,00	60446,12	74,29	451	10654,02	30365,12	285,01	4533
<b>2010</b>	95681,50	63130,33	65,98	442	10564,68	35381,42	334,90	4443

Fonte: TSE

<sup>38</sup> A ambição estática é aquele em que o parlamentar (ou outro mandatário) decide se candidatar para renovar seu mandato.

<sup>39</sup> O início da análise em 1994 se deve a disponibilidade dos dados. Os dados referentes a eleições anteriores não fornecem informações sobre os candidatos não eleitos ver Web TSE – [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br)

Os candidatos à reeleição apresentam médias de votos superiores. Em média, os aspirantes à reeleição têm um desempenho seis vezes maior. Todavia, chama atenção a magnitude dos coeficientes de variação. Para os desafiantes, a magnitude desse coeficiente fica muito acima dos 100% em todos os pleitos da série. O mesmo não pode ser dito quanto aos *incumbents*. Isso sugere uma heterogeneidade maior no primeiro grupo. Uma análise realizada a partir do “escore Z” revela que dentre os desafiantes existem ao menos 308 casos com valores acima de três desvios padrões da média.<sup>40</sup> Para os candidatos à reeleição esse número é bem inferior (26 casos). Conseqüentemente, as médias dos desafiantes são forte e frequentemente afetadas pela presença de casos influentes (*outliers*). Por tudo isso, o dado mais interessante da tabela, e talvez o único consistente, é o correspondente ao aumento de aspirantes a reeleição. Nas duas últimas eleições, o montante ultrapassou o número de 400, cerca de 20% a mais que no início da série. A quantidade de desafiantes aumentou ainda mais, cerca de 40%.

Outra forma de mesurar o desempenho eleitoral desses grupos é observar o percentual de eleitos. Visto por esse ângulo, os dados revelam a sorte de *incumbents* e desafiantes na luta por uma vaga na Câmara. As tabelas 02 e 03 abaixo trazem as informações.

**Tabela 2.2** – Candidatos à Reeleição por Situação Eleitoral (1994-2010)

Ano	Eleitos				Não Eleitos				Total
	Vaga		Média		Suplente		N.E		
	N	%	N	%	N	%	N	%	N
<b>1994</b>	144	44,3	61	18,8	101	31,1	19	5,8	325
<b>1998</b>	240	62,7	27	7,0	113	29,5	3	0,8	383
<b>2002</b>	237	64,1	28	7,6	98	26,5	7	1,9	370
<b>2006</b>	232	51,4	40	8,9	174	38,6	5	1,1	451
<b>2010</b>	266	60,2	28	6,3	143	32,4	5	1,1	442

Fonte: TSE

<sup>40</sup> Escore  $Z = \frac{x - \bar{x}}{s}$ , Onde  $x$  = escore;  $\bar{x}$  = média e  $s$  = Desvio Padrão

**Tabela 2.3** – Desafiantes por Situação Eleitoral (1994-2010)

Ano	Eleitos				Não Eleitos				Total
	Vaga		Média		Suplente		N.E		
	N	%	N	%	N	%	N	%	N
<b>1994</b>	209	8,0	99	3,8	1601	61,2	709	27,1	2618
<b>1998</b>	208	7,0	38	1,3	1997	67,1	731	24,6	2974
<b>2002</b>	198	5,2	50	1,3	2506	65,5	1074	28,1	3828
<b>2006</b>	205	4,5	39	0,9	3054	67,4	1235	27,2	4533
<b>2010</b>	179	4,0	39	0,9	3315	74,6	910	20,5	4443

Fonte: TSE

Em média, 66% dos candidatos à reeleição alcançam sucesso. O pico é registrado em 2002 (71,7%). Por outro lado, o fracasso médio é de 30%, o valor mais alto é registrado em 2006 (39,7%). Vale dizer, o número de candidatos está fracamente correlacionado com o percentual de sucesso ( $r = -0,285$ ) ou fracasso ( $r = 0,284$ ).<sup>41</sup> Ou seja, apenas 7,8% da variância de ambos são compartilhadas com a variância do número de candidatos. Um dado interessante da análise de correlação é o sinal, o aumento de aspirantes à reeleição na disputa está negativamente correlacionado com o sucesso, ainda que fracamente.

Pelo lado dos desafiantes, os números revelam um crescimento do fracasso e queda do sucesso. Mais uma vez, é preciso alertar que essa medida está longe de ser conclusiva. No caso deles, a variação no número de candidatos faz toda diferença. Cerca de 88% da variância do sucesso ( $r = -0,942$ ) e do fracasso ( $r = 0,943$ ) é compartilhada com a oscilação no número de desafiantes. Como era de se esperar, o número de candidatos está negativamente correlacionado com o percentual de eleitos nesse grupo.

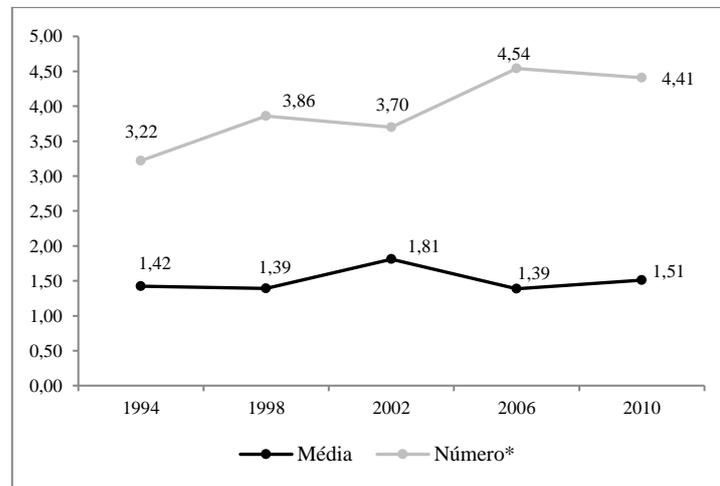
#### *A dinâmica dos distritos*

Embora esse quadro ofereça uma noção geral do desempenho dos candidatos à reeleição, essa primeira medida pode ser considerada frágil. Primeiro, o grupo dos desafiantes é extremamente heterogêneo. Nele, fortes concorrentes misturam-se com candidatos com pequenas chances de vitória. Segundo, grande parte da variação é explicada pela natureza do dado. Tanto o número de votos quanto o sucesso eleitoral variam de acordo com o tamanho do eleitorado e a magnitude dos distritos. Em consequência, a estimação do desempenho eleitoral

<sup>41</sup> Análise feita a partir do r do Pearson.

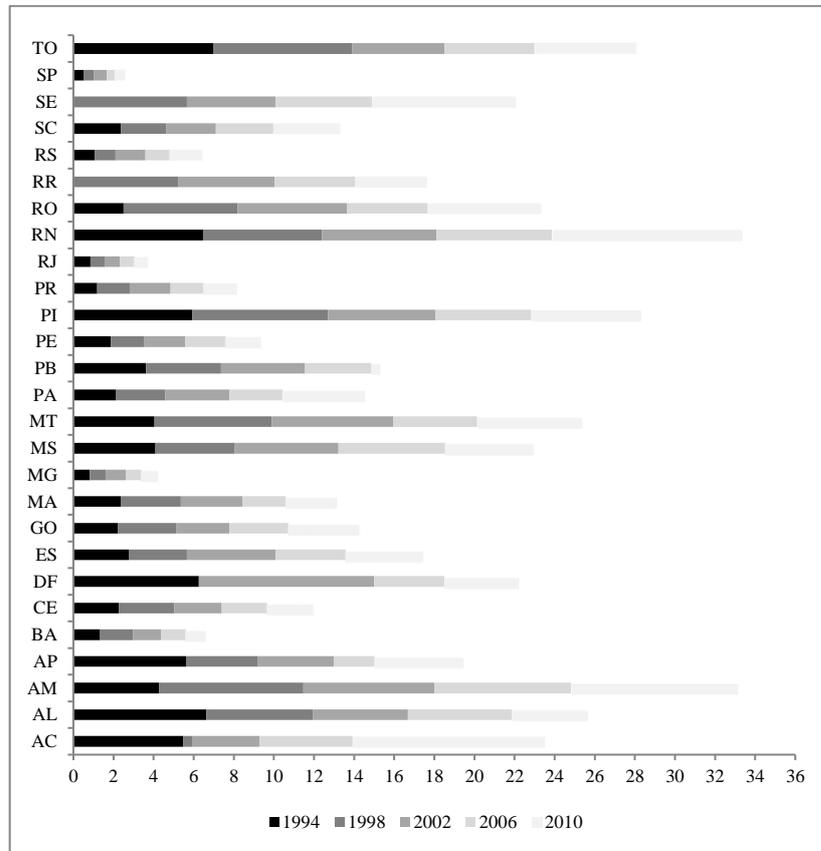
dos *incumbents* torna-se pouco precisa. Para aumentá-la, duas medidas podem ser adotadas: 1) contabilizar a média do percentual de votos válidos dos *incumbents* por eleição; 2) examinar a evolução desses números por distrito. Com o percentual de votos a tentativa é eliminar a variação na votação causada por oscilações na quantidade de votos válidos. Já a análise por distrito é utilizada para controlar a variação provocada pela magnitude dos distritos e pelo tamanho do eleitorado. Além disso, a pretensão é mudar o foco da comparação, já que os desafiantes não constituem um parâmetro fidedigno. Os gráficos abaixo apresentam os resultados desses novos procedimentos.

**Gráfico 2.1** – Percentual de Votos e Número de *incumbents* (AP)<sup>42</sup>



Fonte: TSE \* Número na escala de 1:100

<sup>42</sup> Amostra Aparada (AP) significa que a análise é feita retirando-se os *outliers*, ou seja, os casos que estão a mais de três desvios padrões da média.

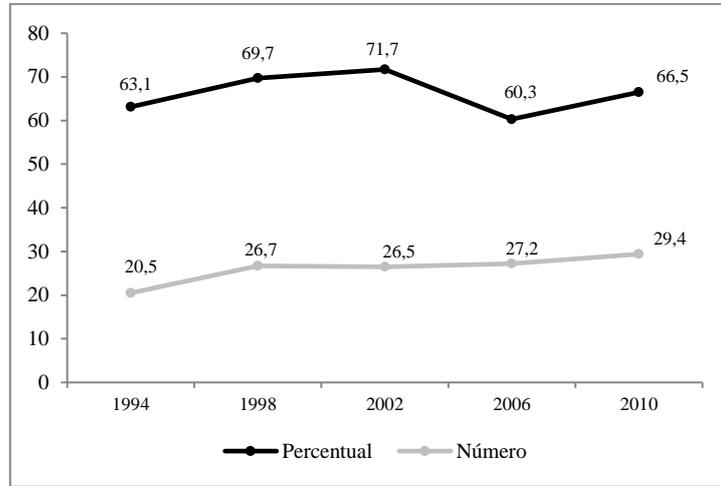
**Gráfico 2.2** – Percentual de Votos dos *incumbents* por distrito (AP)

Fonte: TSE

De acordo com o gráfico 2.1 a média do percentual de votos válidos dos *incumbents* sofre dois acréscimos e duas reduções ao longo do período. Entretanto, a série se encerra num patamar maior que o inicial. Por outro lado, o desempenho eleitoral dos *incumbents* tem dinâmicas bem distintas dentre os distritos brasileiros.<sup>43</sup> Em termos substantivos, isso significa que é preciso localizar a disputa para melhorar o diagnóstico. Resta saber se esse mesmo cenário se repete quando a medida é o sucesso eleitoral. Os gráficos 2.3 e 2.4 ilustram a resposta.

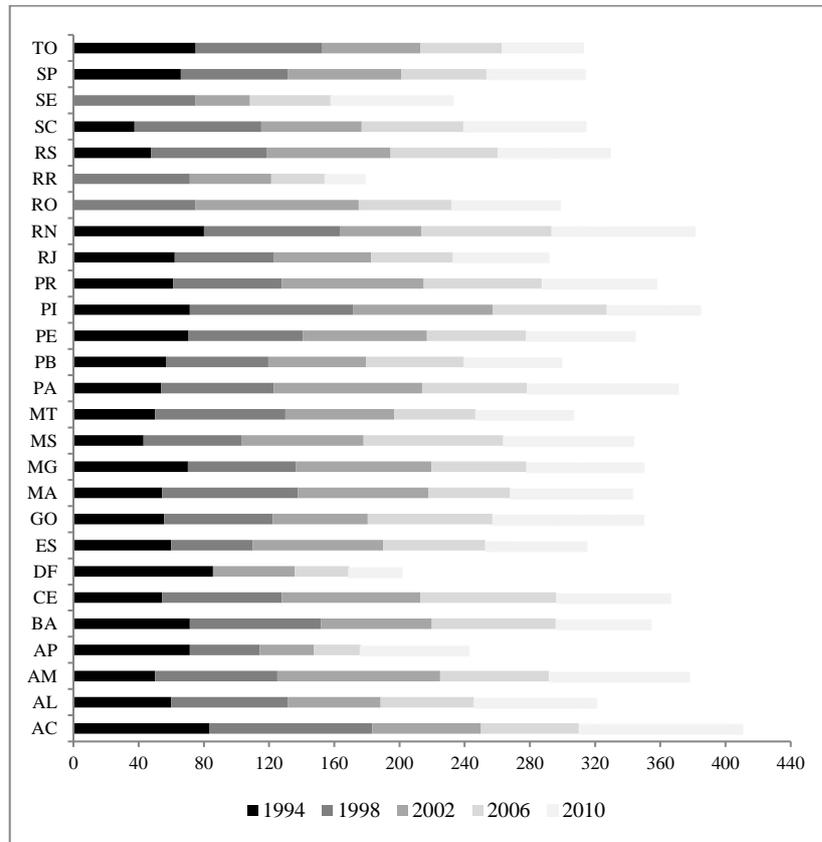
<sup>43</sup> Em anexo está disponível uma tabela com a média do percentual de votos válidos por estado e por eleição de modo que o leitor tem a oportunidade de observar onde e quando ocorreram os melhores e os piores desempenhos.

**Gráfico 2.3 – Percentual de Candidatos à Reeleição Eleitos**



Fonte: TSE \* Número na escala de 1:10

**Gráfico 2.4 – Percentual de Candidatos à Reeleição Eleitos por Distrito**



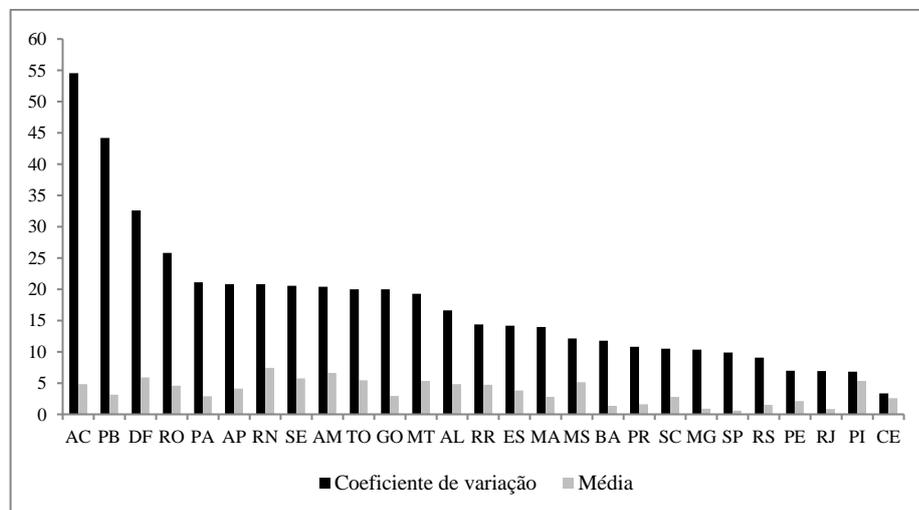
Fonte: TSE

Dentre as cinco eleições analisadas quatro apresentam crescimento no percentual de eleitos. De acordo com o gráfico 2.3, a única queda é registrada em 2006 (-11,4), eleição posterior ao maior pico da série 2002 (71,7%). Mais que isso, a série se encerra com um patamar maior que o inicial. Todavia, essa dinâmica não é fielmente reproduzida nos distritos. De fato, há um conjunto de distritos que registra o melhor desempenho dos *incumbents* em 2002, mas há também várias exceções. Em resumo, os números apontam mais crescimentos que reduções, em especial, em termos de percentual de eleitos. Porém, as oscilações das duas medidas são bastante localizadas, ambas apresentando flutuações peculiares entre os distritos.

### *Estabilidade da Disputa*

A literatura recomenda que não apenas a análise seja feita por distrito, mas também que os distritos sejam agrupados (Weber, Tucker e Brace, 1991). Para tanto, é preciso escolher um parâmetro. Dado o interesse na dinâmica do percentual de votos dos *incumbents*, o parâmetro escolhido são as medidas que representam esse percentual. O gráfico abaixo apresenta a variação entre os distritos.

**Gráfico 2.5** – Percentual de Votos e Coeficiente de Variação (AP) (1994-2010)

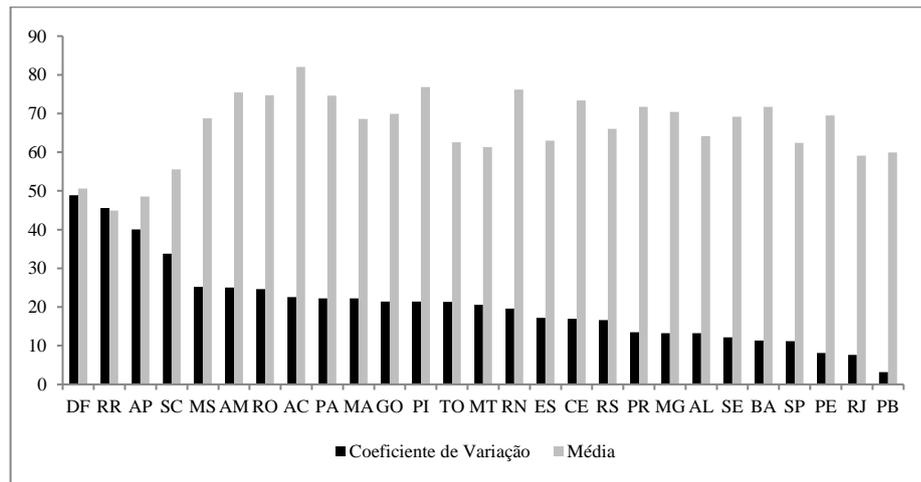


Fonte: TSE

Mesmo retirando os *outliers* da amostra, a variação da média é bastante distinta entre os distritos. Claramente, a disputa é menos estável nos distritos do AC (54,55%), PB (44,16%), DF (32,58%) e RO (25,80%). Contrariamente, CE (3,37%), PI (6,83%), RJ (6,94%) e PE (6,98%) são os distritos em que os *incumbents* conseguem médias muito próximas em todas as

eleições.<sup>44</sup> Portanto, são distritos em que o desempenho eleitoral dos candidatos à reeleição é mais estável. Dinâmica parecida pode ser constatada em termos de percentual de eleitos. Há uma variação diferenciada dessa medida dentre os distritos brasileiros. O gráfico abaixo ilustra essa variação.

**Gráfico 2.6** – Percentual de *Incumbents* Eleitos e Coeficiente de Variação (1994-2010)



Fonte: TSE

De acordo com o gráfico acima, o DF (48,85%) seguido por RR (45,60%) AP (40,05%) e SC (33,77%) são os distritos que apresentam as maiores oscilações no percentual de candidatos à reeleição eleitos. Contrariamente, PB (3,19%), RJ (7,65%) e PE (8,14%) são os distritos com maior estabilidade quanto ao percentual de eleitos.<sup>45</sup>

Em resumo, esses resultados mostram que parece adequado separar os distritos antes de traçar um diagnóstico sobre o desempenho eleitoral dos *incumbents* brasileiros. Mais que isso, a análise feita até o momento revela que: 1) tanto a média do percentual de votos válidos quanto à média do percentual de eleitos oscila no período, mas encerram a série com patamares acima do inicial; 2) Ambas possuem dinâmicas diferentes dentre os estados brasileiros e 3) Os distritos podem ser classificados quanto ao nível de estabilidade das duas variáveis no período.

<sup>44</sup> A lista completa pode ser consultada nos anexos. Nela consta inclusive o número de casos por distrito em cada eleição.

<sup>45</sup> A lista completa pode ser consultada nos anexos. Nela consta inclusive o número de casos por distrito em cada eleição.

### Os Partidos

O quadro geral do desempenho eleitoral dos *incumbents* no Brasil também precisa ser observado pelo prisma partidário. Parte da literatura norte-americana acredita que o aumento da vantagem dos candidatos à reeleição sinaliza a perda de importância dos partidos na decisão do voto do eleitor (McKelvey e Reizman, 1992; Payne, 1980; Cox e Katz, 1996 e 2004; Hinkley, 1980; Krasno, 1994). No Brasil, poucos apostariam em qualquer relação nesse sentido. Mas isso não impede de olhar o fenômeno pelo prisma partidário. Por aqui, a maior curiosidade é saber se o desempenho eleitoral dos *incumbents* de partidos distintos varia significativamente. Além disso, revelar a capacidade dos partidos manterem os votos dos parlamentares que não optam pela reeleição. O primeiro desafio é escolher quais partidos serão considerados na análise. Nesse capítulo, o critério é número de partidos efetivos. De acordo com Nicolau (2006), o número médio de partidos efetivos no período (1994-2010) é de 8,3. Portanto, serão examinados em separado os oitos partidos com maior número de candidatos à reeleição. A tabela abaixo reporta as informações sobre a distribuição partidária dos candidatos à reeleição parlamentar no Brasil.

**Tabela 2.4 - Candidatos à Reeleição por Partido (1994-2010)**

Partidos	Eleitos		Não Eleitos	
	N	%	N	%
DEM	220	74,80	74	25,20
PCdoB	28	77,80	8	22,20
PDT	52	53,60	45	46,40
PL	74	63,8	42	36,2
PMDB	243	68,60	111	31,40
PP	182	65,70	95	34,30
PSB	44	57,10	33	42,90
PSDB	161	67,90	76	32,10
PT	181	73,00	67	27,00
PTB	78	61,90	48	38,10
Outros	44	45,8	52	54,2

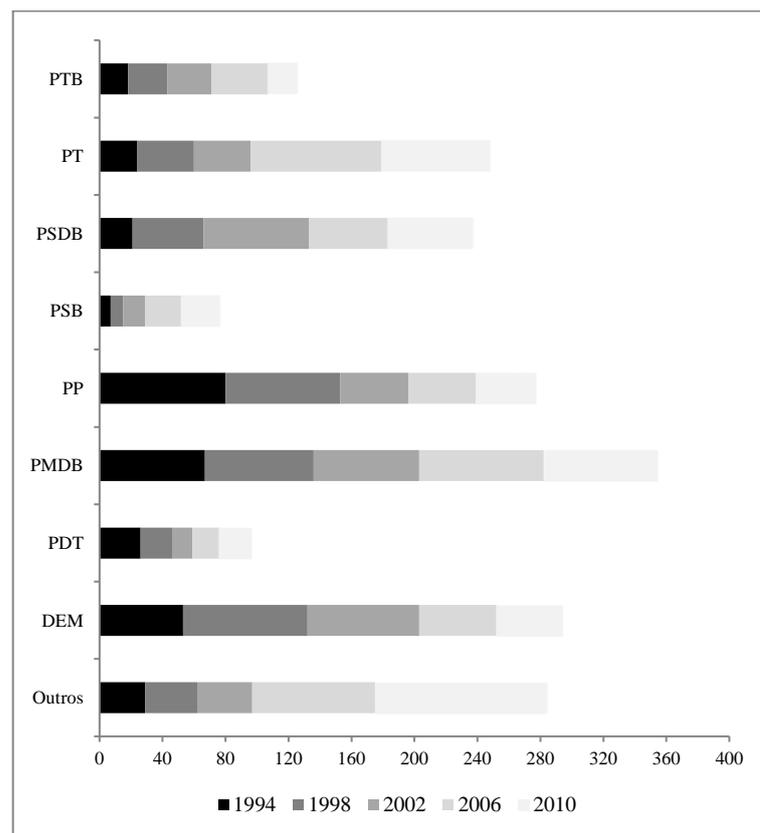
Fonte: TSE  $\chi^2 = 31,373$   $p = 0,001$

CC = 0,128  $p = 0,001$ <sup>46</sup>

<sup>46</sup> Testes realizados sem levar em consideração a categoria outros, artificialmente criada para agrupar todos os partidos considerados não efetivos no período.

Dentre os oito partidos com maior número de candidatos no período, o DEM é o partido com melhor percentual de eleitos (74,80%). Em números absolutos, o PMDB é o partido com maior número de candidatos eleitos no período. Contrariamente, o PDT é o partido com maior percentual de não eleitos. Em números absolutos, o PMDB lidera também o *ranking* de partidos com maior contingente de não eleitos. O teste de dependência estatística entre as variáveis aponta a significância da relação.<sup>47</sup> Portanto, há indícios de que o sucesso eleitoral dos candidatos varia significativamente por partido. Embora importante, esse cenário resulta de um nível bastante agregado dos dados. Mais especificamente, há uma oscilação não revelada por eleição. O gráfico abaixo apresenta a oscilação do número de candidatos por partido e por eleição.

**Gráfico 2.7** – Número de Candidatos a Reeleição por Partido e por Eleição

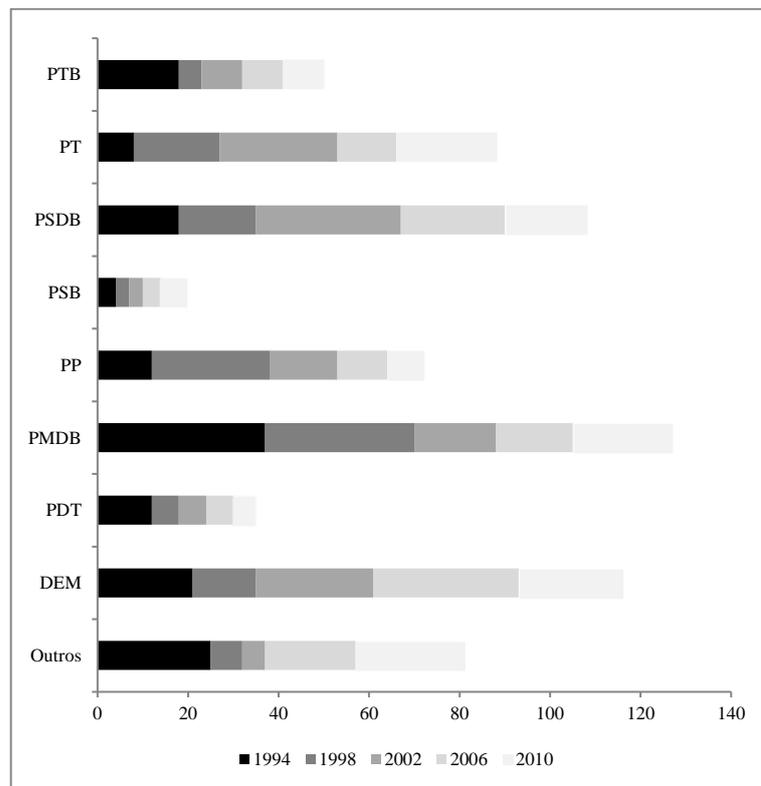


Fonte: TSE

<sup>47</sup> A significância estatística nesse trabalho é conferida por um p valor menor ou igual a 0,05.

Parte desse resultado deve-se a dinâmica da ambição política no Brasil. Segundo Samuel (2003) cerca de 60% dos parlamentares brasileiros resolve concorrer para outros cargos ou desistem da carreira política.<sup>48</sup> Portanto, a oscilação no número de candidato não é forçada apenas pelo fracasso de parte da bancada na eleição anterior. Para ser mais preciso, o gráfico abaixo apresenta o número de desistentes por partido e por eleição. Vale dizer, são considerados desistentes todos os parlamentares que resolveram não disputar a renovação do mandato.

**Gráfico 2.8** – Número de Candidatos Desistente da Reeleição por Partido e por Eleição



Fonte: TSE

Ao se considerar o tamanho das bancadas no período, nota-se que o PSDB (31,30%) é o partido com o maior percentual de candidatos que resolvem não concorrer à reeleição. Ele é seguido pelo PTB (28,41%) e DEM (28,29%). Uma das medidas pensadas pela literatura estadunidense para mensurar a reeleição parlamentar é observar o impacto dessa desistência (*retirement slump*). No caso dos EUA, a maioria é causada pela aposentadoria do parlamentar. De qualquer

<sup>48</sup> Vale informar que os dados do trabalhados pelo Samuels (2003) são referentes aos pleitos realizados na década de 1990 (1990-1998). Estudos mais recentes mostram que a taxa de ambição estática tem crescido nos pleitos mais recentes (ver Pereira e Rennó, 2001; 2007).

modo, é possível avaliar se no Brasil a desistência acarreta perda de voto para o partido. Para se aproximar de uma resposta utilizo uma análise de correlação. A ideia é observar se o número de votos conquistados por candidatos que decidem não renovar seus mandatos está correlacionada com a média de votos do grupo de *incumbents* que opta pelo contrário. A tabela abaixo reporta o teste de correlação efetuado.

**Tabela 2.5** – Correlação - Percentual dos *Incumbents* e Votação dos Desistentes<sup>49</sup>

Controle	Variáveis	Percentual dos Desistentes	Percentual dos <i>Incumbents</i>
UF	Percentual dos Desistentes	1,00	0,157**
	Percentual dos <i>Incumbents</i>	0,157**	1,00

Fonte: TSE \*\*  $p < 0,05$   $n = 257$

A correlação controlada por estado apresenta um coeficiente fraco, positivo e significativo. Apenas 2,5% da variância são compartilhadas entre as duas variáveis. Isso significa que a decisão dos parlamentares não concorrer à reeleição não altera a média de votos obtidos pelos candidatos. Na hipótese dos partidos terem capacidade de manter os votos conferidos a sua bancada, esperava-se uma correlação positiva forte. De qualquer modo, vale investigar se esse resultado é semelhante para todos os partidos. A tabela abaixo reporta os coeficientes de correlações por partido.

**Tabela 2.6** – Correlação - Percentual dos *incumbents* e Votação dos Desistentes (Partidos)<sup>50</sup>

Partido	Coeficiente	N
PTB	0,210	14
PT	0,411***	42
PSDB	0,318**	42
PSB	0,215	6
PP	0,693***	21
PMDB	-0,122	57
PDT	0,472	9
DEM	0,603***	45

Fonte: TSE \*\*\*  $p < 0,000$  \*\*  $p < 0,05$

<sup>49</sup> Análise de correlação realizada pelo  $r$  de Pearson. O mesmo teste foi realizado com o Spearman apresentando resultados bastante semelhantes.

<sup>50</sup> Análises de correlação realizadas pelo  $r$  de Pearson. Os mesmos testes foram realizados com o Spearman apresentando resultados bastante semelhantes.

Com exceção do PMDB, todos os coeficientes tem sinal positivo. No entanto, apenas três partidos merecem destaque: PDT (0,472), DEM (0,603) e PP (0,693). No caso dos dois últimos o coeficiente aponta para uma relação moderada e significativa. Para esses dois partidos o compartilhamento de variância está acima de 30%. De qualquer modo, pode-se dizer que esse patamar ainda é fraco.<sup>51</sup> Na maior parte dos casos, a renúncia da renovação do mandato não gera crescimento da média do percentual de votos obtido pelos candidatos que decidem concorrer à renovação. Ao que parece, os partidos não são capazes de manter os “votos livres”.<sup>52</sup> Esse quadro sofre uma variação por distrito. No entanto, a análise dessa variação precisa levar em considerações variáveis dos partidos e dos sistemas partidários estaduais. Por isso será examinada nos capítulos seguintes.

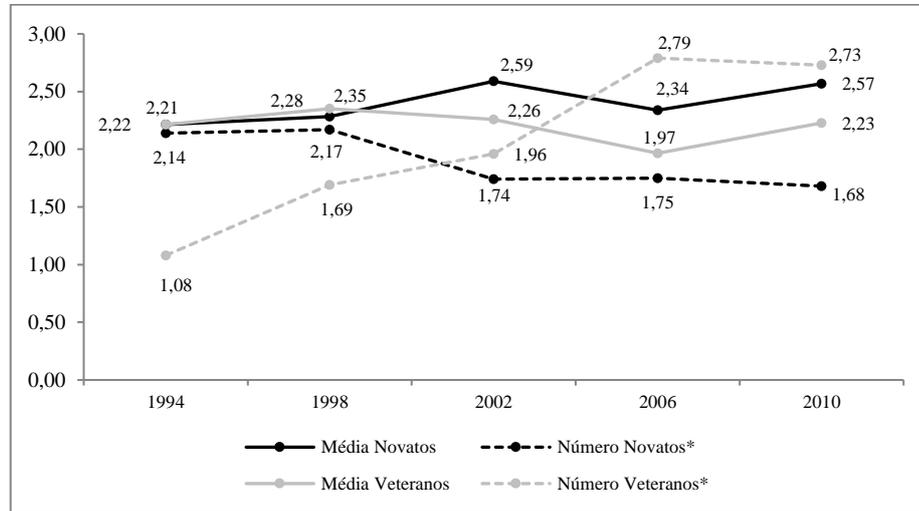
#### *A heterogeneidade do grupo*

Como visto anteriormente, a ambição política brasileira tem características bem peculiares. Boa parte dos parlamentares prefere concorrer a cargos no Executivo. Dentre outras coisas, isso implica que uma grande parcela de candidatos à reeleição é composta por marinheiros de primeira viagem (novatos). Dessa forma, há razões empíricas e teóricas para crer que ao menos o desempenho eleitoral desses candidatos precisa ser observado em separado. Apesar disso, poucos trabalhos examinam grupos particulares de *incumbents* no Brasil (Samuels, 2003). Para não repetir o erro, a primeira iniciativa é separar candidatos à primeira reeleição dos demais. Na sequência, o foco passa a ser a comparação entre o desempenho eleitoral desses candidatos na tentativa de reeleição e na conquista do mandato. O gráfico abaixo ajuda a cumprir a primeira etapa.

---

<sup>51</sup> Há várias classificações dos coeficientes de correlação, aqui uso como base a reportada por Dancey, Christine P. e Reidy, John (2006).

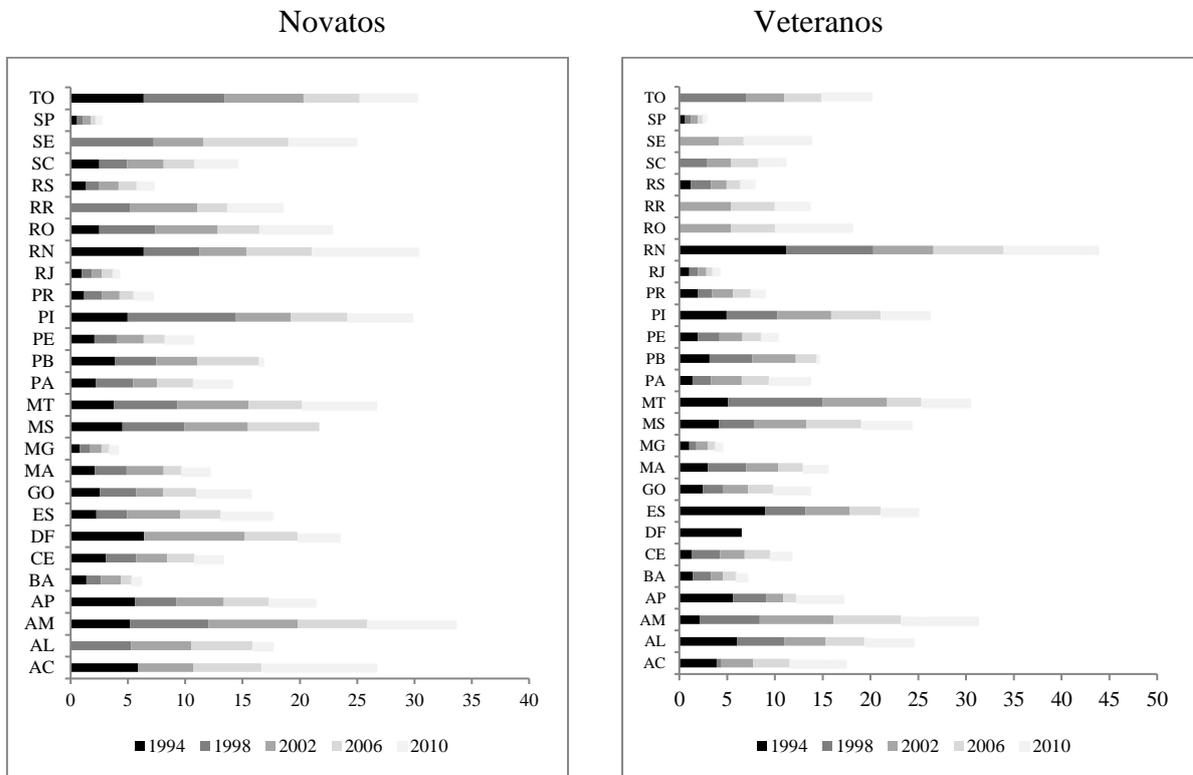
<sup>52</sup> Análise semelhante foi tentada tendo o percentual de votos conquistado por todos os candidatos do partido. Os coeficientes obtidos são ainda mais baixos, mesmo que controlando o número de candidatos por eleição. Portanto, os indícios mostram que os principais partidos brasileiros não são capazes de manter a votação liberada por candidatos que decidem não renovar o mandato parlamentar.

**Gráfico 2.9** - Percentual de Votos e Número de *Incumbents* Novatos e Veteranos (AP)

Fonte: TSE \* Numero na escala 1:100

No início da série, a média do percentual de votos dos dois grupos é semelhante. Todavia, na maior parte dela a média dos novatos supera a dos veteranos. Isso indica que os candidatos à primeira renovação têm em média melhor desempenho que aqueles que estão a mais tempo renovando os seus mandatos. Já o número de candidatos tem um comportamento inverso, o número de novatos cai (-21%) e número de veteranos cresce (60%) no período. De acordo com a análise feita anteriormente, é de se esperar que a variação ganhe contornos próprios em cada um dos 27 distritos brasileiros. Os gráficos 2.6 e 2.7 ajudam a investigar essa hipótese.

**Figura 2.1** – Média do Percentual de votos dos *incumbents* por distrito (AP)

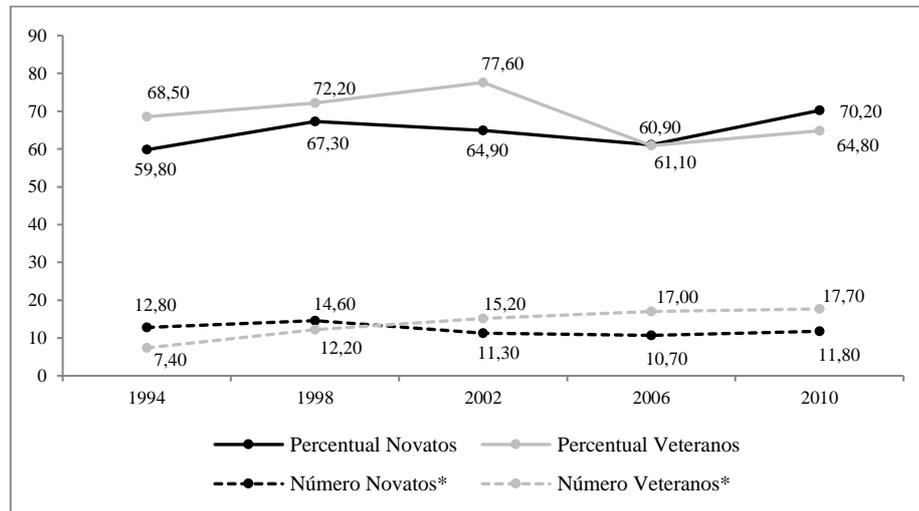


Fonte: TSE

Fonte: TSE

Visivelmente, os percentuais médios são mais altos dentre os novatos. Todavia, a dinâmica é bem diferente entre os distritos. A variação compartilhada entre os percentuais médios dos dois grupos é da ordem de 52%.<sup>53</sup> Isso significa que a covariação entre elas corresponde apenas à metade da variação dos percentuais. Portanto, parte da variação acontece de modo independente. Como já foi visto anteriormente, a dinâmica do percentual de votos não reflete com precisão o percentual de eleitos. Portanto, vale conferir como *incumbents* novatos e veteranos se diferenciam quando o assunto é a conquista do mandato. O gráfico traz mais informação sobre essa medida.

<sup>53</sup> Análise de correlação feita através do r de Pearson = 0,725 p < 0,000 e n = 120, controlada por estado.

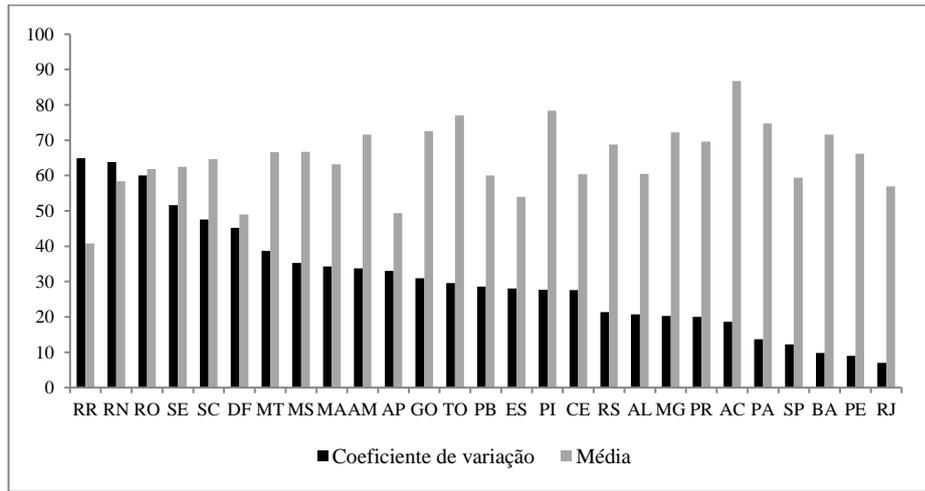
**Gráfico 2.10** - Percentual de Candidatos à Reeleição Eleitos - Novatos e Veteranos (AP)

Fonte: TSE \* Numero na escala 1:100

O percentual de eleitos é mais favorável para os veteranos, ao contrário do que apresentou a média do percentual de votos válidos. Em apenas um dos cinco pleitos o percentual de novatos eleitos supera o de veteranos. Essa dinâmica é apenas parcialmente refletida pelo número absoluto de candidatos eleitos dos dois grupos. Isso significa que é preciso observar o número bruto de candidatos para ter uma noção mais completa do sucesso eleitoral. Sem dúvida, parte dessa relação pode ser explicada pela dinâmica da ambição política implícita. Seja como for, há um aparente paradoxo entre os resultados apresentados pela média e pelo percentual de eleitos. A chave desse enigma pode estar nas coligações proporcionais. Os *incumbents* veteranos acabam sendo mais favorecidos pelas coligações formadas.<sup>54</sup> Obviamente, esse efeito não acontece da mesma forma em todos os distritos. Existem distritos em que o sucesso eleitoral é maior e mais estável, considerando os cinco pleitos. Os gráficos abaixo apresentam um quadro do percentual de eleitos para os dois grupos por distrito.

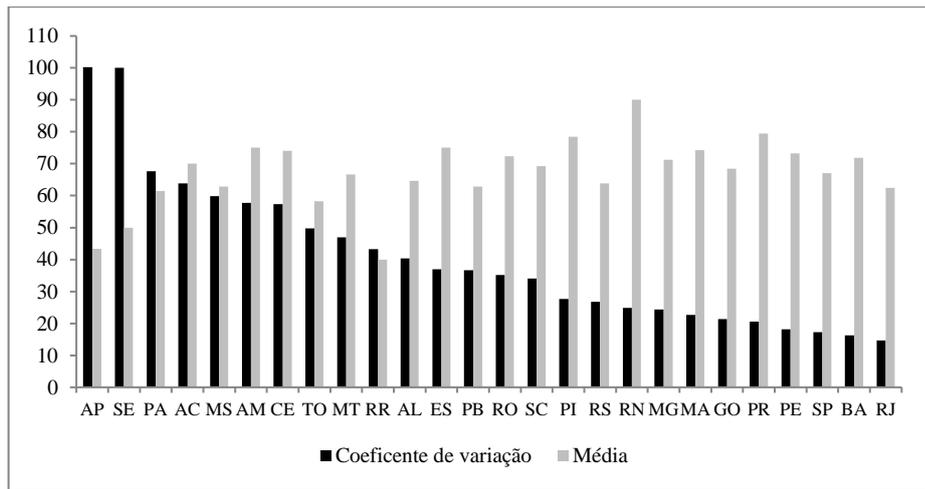
<sup>54</sup> O capítulo 03 apresenta uma análise mais detalhada das coligações partidárias.

**Gráfico 2.11 – Coeficiente de Variação e Percentual de Sucesso Eleitoral - Novatos**



Fonte: TSE

**Gráfico 2.12 – Coeficiente de Variação e Percentual de Sucesso Eleitoral - Veteranos**



Fonte: TSE

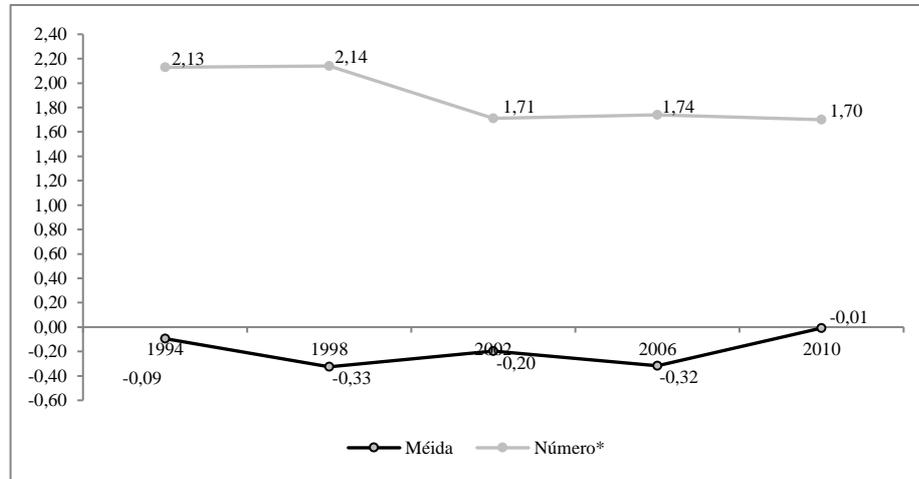
Quanto aos novatos, RR (64,93), RN (63,85), RO (60,04), SE (51,64), SC (47,59) são os distritos onde o percentual de candidatos que conseguem a reeleição tem maior flutuação. Adicionalmente, AC (86,75), PI (78,40), TO (77,00), PA (74,80) e GO (72,60) são os distritos onde a média do percentual de candidatos que consegue reeleger-se é maior. Quanto aos veteranos, o sucesso eleitoral é menos estável nos distritos do AP (100,00), SE (100,00), PA (67,64), AC (63,89) e MS (59,89). Todavia, os estados de RN (90,00), PR (79,40), PI (78,40), AM (75,00) e ES (75,00) são aqueles que registram em média o maior percentual de candidatos à reeleição veteranos eleitos. Isso mostra que os estados podem ser agrupados por níveis de estabilidade do percentual de eleitos.

Em resumo, essa seção mostrou que: 1) a média do percentual de votos é maior para os candidatos que estão concorrendo à primeira reeleição; 2) a média do percentual de eleitos é maior dentre os veteranos e 3) os distritos podem ser agrupados pelo nível de estabilidade do percentual de eleitos, formando grupos diferentes caso novatos e veteranos forem analisados separadamente.

#### *Oscilação na votação*

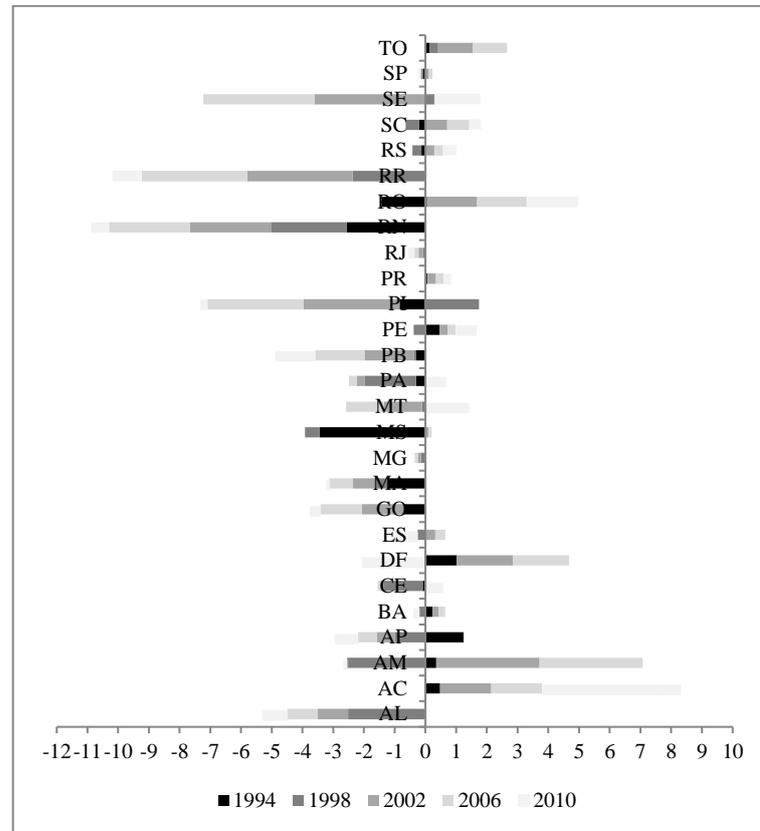
De acordo com a seção anterior, há razões empíricas para acreditar que os candidatos à primeira reeleição merecem uma atenção especial. Do ponto de vista teórico, parte da literatura norte-americana acredita que a análise do desempenho eleitoral desse grupo pode revelar a diferença que o exercício do mandato faz. Em especial, quando a metodologia adotada consiste em comparar o desempenho eleitoral na conquista do mandato com o desempenho da tentativa de reeleição (*Sophomore surge*). Precisamente, procura-se responder a seguinte questão: os candidatos a primeira reeleição conseguem melhorar a sua performance com o exercício do mandato? O gráfico 2.11 apresenta as médias da diferença de desempenho eleitoral (1ª tentativa de reeleição – Conquista do 1º mandato) por eleição.

**Gráfico 2.13** – Diferença de Percentual de Votos (1ª tentativa de reeleição – conquista do 1º mandato)



Fonte: TSE \* Numero na escala 1:100

Todos os anos da série apresentam médias negativas. O pior desempenho é registrado em 1998 (-0,20), o melhor em 2010 (-0,01). Seguramente, a variação no tamanho e no comparecimento do eleitorado influencia essa dinâmica, mas nada determina que essa oscilação tenha efeito negativo. Portanto, esse resultado contra-intuitivo pode realmente significar que, em média, o percentual de votos válidos dos candidatos à primeira reeleição piora depois do exercício do primeiro mandato. Como as demais medidas, essa também assume dinâmicas diferenciadas entre os distritos eleitorais brasileiros. O Gráfico 2.12 apresenta a média da diferença do percentual de votos válidos nos 27 distritos e nas cinco eleições.

**Gráfico 2.14 - Diferença de Percentual de Votos por Distrito**

Fonte: TSE

Claramente, a média da diferença de percentual varia entre os distritos. No geral, a maioria registra médias negativas em grande parte dos pleitos. Entretanto, esse não é o caso de 12 (44%) dos 27 distritos. Antes de concluir qualquer coisa sobre esse achado contraintuitivo é preciso observar se essas médias negativas implicam reduções no número de eleitos. Para tanto, é preciso saber se os candidatos que conseguem sua primeira reeleição devem essa conquista ao seu desempenho progressivo ou a expansão de sua votação.

#### *O ponto de partida*

Até que ponto a conquista da reeleição parlamentar depende do desempenho eleitoral anterior. Precisamente, o método utilizado foi separar os candidatos novatos em dois grupos: reeleitos e não reeleitos. A ideia é observar como os candidatos de cada um desses grupos venceram a primeira disputa. Dessa forma, identificar se os perdedores já eram mais frágeis ou sofreram grandes perdas de votos. As tabelas 08 e 09 auxiliam na resposta.

**Tabela 2.7 - Percentual de Votos - Conquista do Primeiro Mandato (AP)**

Ano	Reeleitos					Não Reeleitos				
	Média	Desvio	Coefficiente de variação	N	( %)	Média	Desvio	Coefficiente de variação	N	%
1994	2,37	2,02	85,23	129	59,72	1,89	1,68	88,89	87	40,28
1998	2,67	2,26	84,64	149	67,73	2,33	2,11	90,56	71	32,27
2002	2,71	2,20	81,18	115	65,34	2,86	2,58	90,21	61	34,66
2006	3,05	2,52	82,62	110	61,11	2,03	1,73	85,22	70	38,28
2010	2,75	2,23	81,09	122	70,52	2,47	2,29	92,71	51	29,48

Fonte: TSE

**Tabela 2.8 – Percentual de Votos na Conquista do Primeiro mandato (AP)**

Situação	Média	Desvio	N
Eleito	2,70	2,25	336
Não Eleito	2,28	2,08	612

Teste F = 1,074 p = 0,300 Teste T = 2,917 p= 0,004

Fonte: TSE

Os dados mostram que, em média, os candidatos bem-sucedidos na renovação do mandato se saíram melhor na primeira conquista. Isso é verdadeiro em quase todas as eleições da série, a única exceção fica por conta de 2002. Pode-se observar também que os eleitos constituem o grupo mais numeroso em toda a série. A tabela 09 reporta às médias dos dois grupos e mostra que a diferença entre elas é estatisticamente significativa. Isso significa que os candidatos bem-sucedidos e os fracassados na primeira tentativa de reeleição tiveram pontos de partida diferentes. Os primeiros largaram na frente, ou melhor, tiveram em média um desempenho eleitoral melhor.

Para fechar, é necessário analisar a diferença no percentual de votos. A ideia é descobrir se os vencedores da primeira renovação são também aqueles que conseguem expandir mais a sua votação. As tabelas 10 e 11 reportam esses dados.

**Tabela 2.9** – Diferença de Desempenho - Candidatos Reeleitos e Não Reeleitos (AP)

Ano	Reeleitos					Não Reeleitos				
	Média	Desvio	Coefficiente de Variação	N	(%)	Média	Desvio	Coefficiente de variação	N	(%)
1994	0,31	1,33	429,00	127	59,62	-0,69	1,03	-149,28	86	40,38
1998	-0,01	1,25	-12500,00	147	68,06	-0,95	1,13	-118,95	69	31,94
2002	0,18	1,08	600,00	112	65,50	-0,90	1,35	-150,00	59	34,50
2006	-0,01	1,26	-12600,00	108	61,02	-0,87	1,10	-126,44	69	38,98
2010	0,27	1,29	477,78	120	70,18	-0,70	1,17	-167,14	51	29,82

Fonte: TSE

**Tabela 2.10** – Diferença de Desempenho - Candidatos Reeleitos e Não Reeleitos (AP)

Situação	Média	Desvio	N
Eleito	0,15	1,25	614
Não Eleito	-0,82	1,15	334

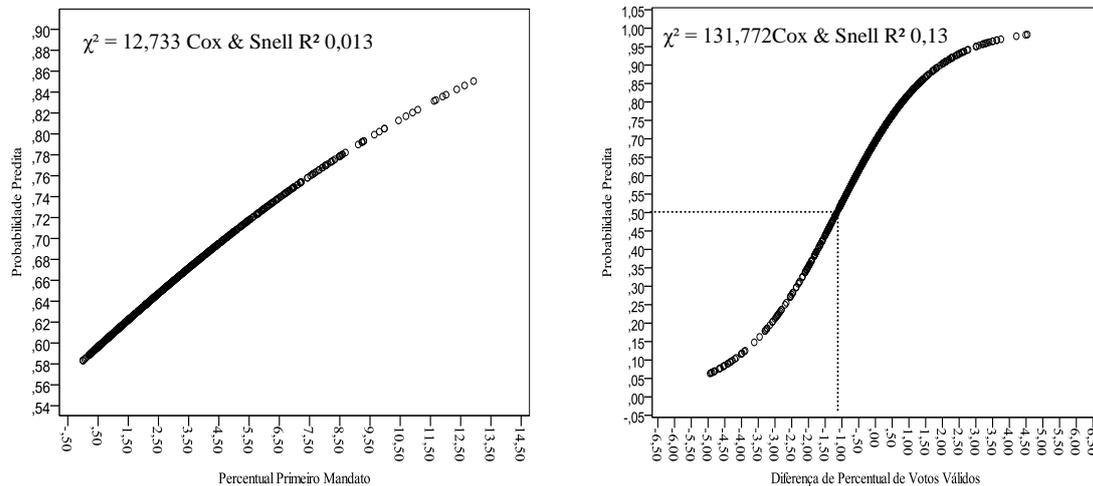
Fonte: TSE Teste F = 0,087 p= 0,768 T = 11,730 p= 0,000

Em apenas dois dos cinco anos da série os candidatos eleitos têm médias negativas. Para os fracassados, todos os anos da série apresentam médias negativas. Mais que isso, as médias mais altas são todas dos candidatos reeleitos. Os vencedores são também, em média, aqueles que ou se saem melhor na disputa pela reeleição ou tem pequenas reduções no percentual de votos conquistados. Vale salientar, mesmo com a amostra aparada, os coeficientes de variação ficam bem acima dos 100%, particularmente, dentre os reeleitos. Isso indica que os grupos ainda preservam grande heterogeneidade. Não sem razão, o teste aponta a significância estatística da diferença entre as médias, mas rejeita a igualdade de variância entre os grupos.

Em resumo, o que pode ser dito é que: 1) os candidatos que conseguem reeleger-se pela primeira vez tiveram, em média, melhor desempenho na conquista do primeiro mandato e 2) Em média, eles são também aqueles que ou conseguem melhorar sua performance ou não sofrem grandes perdas no percentual de votos. Portanto, os resultados não autorizam grandes conclusões sobre o exercício do mandato. A maior parte dos candidatos que consegue a primeira reeleição larga na frente e aumenta sua vantagem depois do exercício do mandato. Um exame mais conclusivo sobre a dependência da reeleição frente à performance eleitoral na conquista do primeiro mandato pode ser tentado a partir da estimação de modelos logísticos. A intenção é

saber qual o peso do desempenho eleitoral da primeira disputa na reeleição e qual relevância da expansão do número de votos. A figura abaixo ajuda tirar essas dúvidas.

**Figura 2.2** – Votação do primeiro mandato - diferença de desempenho e probabilidade de reeleição



Vale lembrar, os modelos são estimados com dados das cinco eleições em conjunto. As medidas de ajuste (qui-quadrado e Cox & Snell  $R^2$ ) demonstram que o modelo 2 é melhor que o 1. A probabilidade estimada a partir da diferença de percentual é mais precisa. De acordo com esse modelo, cada percentual de votos válido aumenta em 103% a sua chance de conquistar a reeleição. Mais que isso, o candidato tem uma probabilidade acima de 0,5 quando evita uma queda de menos 1% no seu percentual de votos. Esse dado confirma a análise descritiva feita anteriormente. Claramente, é possível perder alguns votos e ainda assim continuar se reelegendo. Porém, para se garantir o candidato precisa se esforçar na direção contrária. Por outro lado, um aumento de um ponto percentual na conquista do mandato aumenta em 11,5% a chance de o candidato conquistar a reeleição. Em conjunto, esse resultado aponta a maior relevância da diferença de desempenho eleitoral. O que mais pesa para a obtenção da primeira renovação do mandato é a expansão do percentual de votos válidos. Vale dizer, essa expansão acontece apenas para parte dos candidatos. Esse resultado deixa margem para pensar que o mandato pode fazer diferença, não é apenas uma questão do ponto de partida de cada candidato.

## 2.5 RETRATO À BRASILEIRA

O foco desse capítulo são as diferentes formas de dimensionar a reeleição parlamentar. A discussão teórica apresenta o debate no Brasil e deixa claro que aqui o fenômeno é analisado entre muitos outros. Embora alguns trabalhos se esforcem para identificar os determinantes da reeleição parlamentar, no Brasil, a literatura especializada deixou de lado parte importante da discussão. Precisamente, não existe análise sobre as formas de mensurar a reeleição parlamentar. Mas que isso, os estudos realizados não examinam o fenômeno em série temporal. Conseqüentemente, é impossível ter uma noção da magnitude da reeleição parlamentar no Brasil.

Na tentativa de suprir essa lacuna, o capítulo tenta fazer uma análise das cinco últimas eleições. Com o cuidado de incorporar as características do sistema eleitoral e partidário brasileiro. Por isso, o desempenho eleitoral dos *incumbents* é visto por três primas: 1) geral; 2) por distrito e 3) por partido. Adicionalmente, as clássicas medidas *sophomore surge e retirement slump* são examinadas no contexto brasileiro. O primeiro achado mostra que o número de candidatos à reeleição cresce cerca de 20% no período. Em média, o percentual de eleito dentre eles chega a 66% com pico 71,7% em 2002. Todavia, esses resultados precisam ser observados distrito a distrito. Tanto a média do percentual de votos conquistado pelos *incumbents* quanto o percentual de eleitos variam bastante entre os distritos. Tanto que é possível separar os distritos por níveis de estabilidade do desempenho eleitoral dos candidatos.

Em segundo lugar, a análise revela que agregar os *incumbents* por partido não é uma medida sem fundamento. O sucesso eleitoral do grupo depende estatisticamente da distribuição por partido. Entretanto, os votos deixados pelos desistentes, candidatos que resolvem não concorrer à reeleição, parecem não ser mantido pelo partido. Por fim, os resultados apresentados mostram que em média o desempenho eleitoral dos candidatos à primeira reeleição é pior na luta pela reeleição que na conquista do mandato. Porém, isso não significa que o exercício do mandato seja inútil. A análise mostra que a conquista da reeleição está mais assegurada quando o candidato consegue ampliar sua votação entre a conquista do mandato e a disputa pela reeleição. Ou seja, o ponto de partida importa, mas importa ainda mais melhorar o desempenho eleitoral. Resta saber se o exercício do mandato garante essa ampliação. Obviamente, essa discussão ultrapassa os limites desse capítulo. Seja como for, ficam marcadas a importância da análise por distrito, por partido e a importância de examinar em separado o desempenho eleitoral dos candidatos à primeira reeleição.

## **CAPÍTULO 3**

---

### **REELEIÇÃO PARLAMENTAR E O SISTEMA ELEITORAL**

### 3.1 INTRODUÇÃO

Qual o efeito da competição entre *incumbents* no desempenho eleitoral dos candidatos à reeleição? Poucos discordam que a disputa pela reeleição nos sistemas majoritário e proporcional é bastante distinta. Porém, não são muitos os estudos que se dedicam a analisar em detalhes essa diferença. O motivo central é a ausência de estudos sobre o fenômeno em sistemas proporcionais (Jewell e Breaux, 1988; Cox e Morgenstern, 1995; Cox e Katz, 1996). Uma análise sobre o Brasil tem muito a contribuir para esse debate. Na verdade, sabemos pouco sobre a reeleição parlamentar por aqui. Em geral, a grande maioria dos estudos trata o tema como epifenômeno da governabilidade. Portanto, ainda carecemos de um estudo que una os conhecimentos sobre o sistema eleitoral à análise da reeleição parlamentar. Esse é exatamente o propósito desse capítulo.

O argumento central é que o sistema eleitoral brasileiro fornece incentivos contraditórios à reeleição parlamentar. Por um lado, fortalece o personalismo, e conseqüentemente, reforça a importância dos atributos do mandato (Novaes, 1996; Mainwaring, 2001; Ames, 2003; Nicolau, 2006). Por outro, impulsiona a competição entre os *incumbents* e a dependência deles frente a outros atores políticos (governador e presidente). Portanto, a principal curiosidade desse capítulo é descobrir os efeitos dessa ambigüidade. De início, são revisadas algumas características do sistema de Representação Proporcional por Lista Aberta (RPLA). Na seqüência, são apresentadas duas diferentes interpretações. Por fim, algumas hipóteses são apresentadas e testadas.

### 3.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO DEBATE

De forma geral, os estudos sobre os sistemas eleitorais classificam as regras em duas principais categorias: as que fortalecem os partidos e as que incentivam o personalismo (Katz e King, 1999; Carey e Shugart, 1995; Powell e Vanberg, 2000). Particularmente, o RPLA é geralmente interpretado como um dos cenários mais favoráveis ao personalismo. Acredita-se que seu impacto sobre o sistema partidário é devastador, ainda mais quando combinado com distritos de alta magnitude (Mainwaring, 2001; Ames, 2003; Nicolau, 2006).

No Brasil, a eleição para a Câmara dos Deputados une o RPLA a uma série de outras características que tornam o sistema peculiar (Nicolau, 2006). Aqui o eleitor deposita ou digita

seu voto numa urna indicando o nome/número do candidato de sua preferência. A escolha é feita em meio a um universo amplo de candidatos, um contingente que pode chegar a uma vez e meia o número de vagas por partido. Esse voto é contabilizado junto aos outros conferidos aos candidatos de um mesmo partido/coligação. O número de cadeiras conquistadas por cada partido/coligação é definido por uma fórmula cujo principal componente é o quociente eleitoral.<sup>55</sup> Ocuparão as vagas conquistadas os candidatos mais bem votados do partido/coligação. O voto depositado ou digitado nas urnas serve a dois propósitos: dividir as cadeiras por partido/coligação e ordenar os candidatos dentro da lista deles. Vale dizer, a legislação proíbe candidaturas independentes. Os candidatos precisam estar filiados a um partido há no mínimo um ano, residir no distrito em que disputam o pleito e ser alfabetizados. Em tese, isso confere algum poder aos partidos no recrutamento dos candidatos. Na prática, a exigência legal para a seleção é mínima. O processo de recrutamento é uma prerrogativa das legendas, cada uma decide a maneira mais conveniente de realizá-lo (Mainwaring, 2001; Ames, 2003; Nicolau, 2006). Os partidos precisam apenas oficializar as candidaturas numa convenção.

56

Outro elemento curioso é a organização das campanhas. No Brasil, as regras que buscam limitar o financiamento ainda são bastante frágeis (Samuels, 2001b; 2001c; Peixoto, 2009). A maior parte das doações é feita diretamente aos candidatos, embora haja a possibilidade de direcioná-las aos partidos (doações ocultas). Também são os candidatos os principais responsáveis pela prestação de conta das doações recebidas (TSE, 2012). Esse elemento confere ao candidato controle sobre a organização de sua campanha. Em geral, ele é quem decide como gastar o financiamento. Em compensação, o partido controla a distribuição do tempo na televisão. Esse tempo é distribuído de acordo com a representação dos partidos na Câmara dos Deputados. A propaganda eleitoral em rádio e televisão é gratuita e é proibida a sua comercialização. Os partidos alocam o tempo de acordo com critérios próprios (Schmitt, Carneiro e Kuschnir, 1999; Albuquerque, Steibel e Carneiro, 2008).

---

<sup>55</sup> De acordo com Melo (2012), o número de cadeiras de cada partido/coligação é definido por meio de uma fórmula eleitoral que opera em duas etapas. Na primeira, o número de vagas é definido dividindo-se o total de votos do partido/coligação pelo quociente eleitoral. Na segunda, as vagas não preenchidas são distribuídas dividindo-se a votação de cada partido/coligação pelo número de cadeiras já obtidas mais um.

<sup>56</sup> Segundo Mainwaring (2001), na maioria das vezes as convenções acontecem para cancelar a escolha unilateral de candidatos feita pela cúpula dos partidos. Isso é ainda mais verdadeiro e relevante nas disputas majoritárias.

### 3.3 A REELEIÇÃO E O PERSONALISMO ELEITORAL

A questão é: qual o impacto dessas regras no desempenho eleitoral dos candidatos à reeleição? Segundo a literatura norte-americana, o enfraquecimento dos partidos é um fator decisivo para o aumento da vantagem eleitoral dos *incumbents*. Parte dessa literatura aposta que a queda na identificação partidária leva ao crescimento do personalismo, e principalmente, a uma maior ligação entre eleitor e candidato (Brunham, 1970; Erikson, 1971; 1972; Kernell, 1977; Ferejohn, 1977; 1986; Mayer, 2008; Bartels, 2000, Cover, 1977; Krehbiel e Wright, 1983). A razão central para isso é que os partidos deixam de ser um atalho informacional considerável na decisão do voto. O eleitor assume uma postura mais pragmática e mais atenta aos atributos e as ações dos candidatos.

Essa interpretação é semelhante a que leva parte da literatura nacional a acreditar que o exercício do mandato parlamentar é um diferencial importante para o desempenho eleitoral no Brasil. Mais especificamente, que o volume de recursos destinados pelos parlamentares para suas bases importa para incrementar sua chance de vitória (Novaes, 1996; Mainwaring, 2001; Ames, 2003; Pereira e Mueller, 2002; 2003).

Para os propósitos desse capítulo, é importante deixar claro quais são as regras do sistema eleitoral tomadas como base para esse raciocínio. Para iniciar: *a lista aberta*. Segundo Carey e Shugart (1995), esse é um traço essencial para mensurar o controle dos partidos sobre os candidatos. No sistema de lista aberta o controle do líder partidário sobre os seus correligionários é no mínimo atenuado (Katz e Mair, 2002; Carey e Shugart, 1995). No Brasil, essa característica é complementada pelo forte domínio do candidato sobre a organização das campanhas, uma frágil barreira a entrada de candidatos na disputa (recrutamento com critérios mal definidos), além de um baixo nível de identificação partidária do eleitorado. Juntas essas características conferem um peso maior para o candidato na arena eleitoral. Não sem razão, embora exista o voto de legenda (no partido), um número reduzido de eleitores opta por ele.<sup>57</sup>

Outro componente importante é a *magnitude dos distritos*. No Brasil, ela varia entre oito e setenta vagas. Os estados da federação são tomados como distritos. Alguns são sub e outros são sobrerrepresentados. Isso altera a competição política e sacrifica a proporcionalidade (Ames, 2003; Nicolau, 2006). Todavia, o mais importante é que as altas magnitudes aumentam as

---

<sup>57</sup> Dados sobre esse ponto podem ser acessados no site do Laboratório de Estudos Experimentais (LEEX) - <http://www.ucam.edu.br/leex/>.

chances de qualquer candidato vencer a disputa, independente do partido. Além disso, motivam a fragmentação partidária (Duverger, 1954). Em resumo, as altas magnitudes tendem a enfraquecer os partidos e potencializar as candidaturas individuais. Isso é particularmente verdadeiro com a ausência da lista fechada. Outro efeito não menos importante da magnitude é a ausência de um eleitor mediano (Ames, 2003, Cox, 1999; 1997). Para vencer a eleição o candidato não precisa buscar a preferência desse eleitor, mas sim convencer diferentes grupos a votar nele. Segundo Cox (1997) e Myerson (1993) a alta magnitude dos distritos em sistemas proporcionais geram incentivos centrífugos. Para explicar, motiva os candidatos a buscarem suporte de pequenos grupos ao invés de mirar o apoio do eleitor mediano. Especula-se que essa dinâmica torna o sucesso eleitoral mais custoso. Isso tanto em termos de gastos de campanha, quanto em termos de verbas direcionadas às bases (Ames, 2003; Mainwaring, 2001).

Merecem destaque ainda as *regras de organização da campanha*. O fato dos candidatos serem os responsáveis pela prestação de conta e terem discricionariedade sobre os recursos e a agenda política é apontado como um grande incentivo ao personalismo eleitoral (Ames, 2003; Samuels, 2002). Como visto, os votos recebidos pelo candidato são decisivos para sua alocação dentro da lista, isso o motiva a empregar os recursos que dispõe para promover a sua imagem, a despeito de qualquer outra estratégia coletiva. Por fim, alguns especialistas apontam um caráter personalista na *fórmula eleitoral* utilizada no Brasil (Ames, 1995; Abrúcio e Samuels, 1997 e Nicolau, 2000). Como o número de vagas é conferido de acordo com o número de votos que a coligação/partido consegue acumular, haveria uma dependência das siglas em relação aos candidatos “bons de voto” (Ames, 1995; Abrúcio e Samuels, 1997 e Nicolau, 2006). Aqueles que conseguem atrair os melhores candidatos para as suas fileiras acabam ficando com a maior parcela das cadeiras. Vale dizer, o candidato precisa levar em conta possíveis flutuações na votação total de seu partido/coligação.<sup>58</sup>

Em resumo, *o tipo de lista, a alta magnitude, a organização das campanhas e a fórmula* são variáveis que parecem impulsionar o personalismo no sistema eleitoral brasileiro. Por essa interpretação, pode-se dizer que o sistema conta com fortes incentivos institucionais para alavancar a vantagem dos candidatos à reeleição. Como a disputa é pessoal, eles dispõem de uma série de atributos proporcionados pelo exercício do mandato que os diferenciam dos

---

<sup>58</sup> Isso é ainda mais relevante quando lembramos que o número de candidatos que consegue se reeleger sem depender de transferência de votos é extremamente baixo no Brasil, não atingindo a casa de 2% entre 1994 a 2010 (TSE, 2012).

demais candidatos. Nesse sentido, há razões para crer que eles partem na frente na disputa eleitoral.

### 3.4 O RPLA E A REELEIÇÃO NO BRASIL

A interpretação anterior deixa de lado alguns aspectos importantes do sistema eleitoral brasileiro. O primeiro deles deriva do tipo de lista e da alta magnitude dos distritos. A ausência de uma lista fechada permite a disputa entre os candidatos de um mesmo partido/coligação. Mais que isso, a ausência da lista permite uma *disputa entre candidatos à reeleição*. Para alguns especialistas, esse aspecto é crucial para o retorno eleitoral dos esforços empregados nas bases (Ames, 2003; Crisp e Desposato, 2004; Samuels, 2002). Há um grande debate sobre as estratégias de alocação de recursos dos *incumbents* em distritos de grande magnitude (Heitshusen, Young e Wood, 2005; Petrovic e Desposato, 2004; Cain, Ferejonh e Fiorina, 1987). Grande parte da literatura considera a competição intra-partidária fundamental para mensurar a capacidade do eleitor recompensar os *incumbents*. Quanto maior a competição, menor é a capacidade de discernimento do eleitor (Mitchell, 2000; Chang e Golden 2006; Andre e et al, 2009). Pereira e Andrade e Silva (2009) argumentam que “information on each candidate is a decreasing function of average district magnitude” (p.105).<sup>59</sup> A razão é eminentemente aritmética, o maior número de candidatos eleva o volume de informação e o esforço que precisa ser feito para separar o “joio do trigo”. Nesse sentido, lista aberta e alta magnitude são vistos como entraves ao personalismo. Mais que isso, podem gerar obstáculos ao desempenho eleitoral dos candidatos à reeleição.

Outro aspecto que deve ser levado em conta é a *coligação proporcional*. Pensada para desenvolver as estratégias coletivas de disputa, ela acaba tornando o cálculo eleitoral ainda mais complexo. Na prática, a proporcionalidade permite uma ampliação do número de candidatos que disputam as cadeiras conquistadas pelo bloco. Ao mesmo tempo em que a união pode favorecer a conquista de cadeiras, ela também pode ameaçar os candidatos da coligação (Soares, 1964; Lavareda, 1999; Lima Junior, 1997; Figueiredo, 1994). Isso significa que os candidatos à reeleição disputam com seus semelhantes dentro e fora do partido/coligação. A luta entre iguais é potencializada, o que resulta na redução do retorno eleitoral do exercício do mandato (Crisp e Desposato, 2004; Samuels, 2002; Heitshusen, Young e Wood, 2005; Petrovic e Desposato, 2004).

---

<sup>59</sup> “Informação sobre cada candidato é uma função decrescente da magnitude média do distrito.”

Para finalizar, é importante ressaltar o efeito das *eleições casadas*. Alguns especialistas argumentam que os partidos são substituídos por presidentes e governadores (Shugart e Carey, 1992). O argumento central é que o voto no Legislativo é ponderado pelo desempenho dos governos. Isso seria particularmente verdadeiro para o voto conferido aos *incumbents* (Feldman e Jondrow, 1984; Jones, 1997; Ferejonh, 1977). Supõe-se que o eleitor vota pensando em questões de bem-estar geral administradas pelo Executivo. No Brasil, são poucos os trabalhos que examinam o efeito das eleições presidenciais na performance eleitoral dos candidatos à reeleição (Pereira e Rennó, 2007; Samuels, 2002). Comumente, a ligação entre os pleitos (proporcional e majoritário) é pensada a partir da importância dos atores locais na organização das campanhas. Abrucio e Samuels (1997) e Samuels (2002; 2003) defendem que as eleições proporcionais são centralizadas nos estados. Os governadores teriam um papel decisivo no futuro político dos parlamentares por estarem mais próximo das bases eleitorais e dominarem uma soma importante de recursos. Sendo assim, as estratégias de reeleição dos parlamentares não podem prescindir do apoio dos governadores. Segundo Abrucio e Samuels (1997) e Samuels (2002; 2003), se sae melhor o candidato que disputar as eleições por partidos coligados ao partido do governador.

### 3.5 O EFEITO DAS REGRAS

Ao que parece, quando o assunto é o desempenho eleitoral dos *incumbents* o traço central do sistema eleitoral brasileiro é a ambiguidade. Claramente, é possível especular sobre os efeitos que favorecem e os efeitos que dificultam esse desempenho. Boa parte das regras gera efeitos contraditórios. Por um lado, motiva o personalismo e a relevância dos atributos inerentes aos *incumbents*. Por outro, incentiva a competição entre eles e impulsiona a sua dependência frente a outros atores políticos. A abordagem que considera positivo o avanço do personalismo para os *incumbents* pode não ser adequada para o contexto brasileiro. Esse movimento significa um aumento da competição e da dependência eleitoral desses candidatos.

A essa altura já é possível formular algumas hipóteses. Porém, antes é necessário fazer uma consideração metodológica. Nesse trabalho opto por mensurar o efeito da competição e da dependência. Não apenas devido à originalidade, mas também para não sair da arena eleitoral.<sup>60</sup>

---

<sup>60</sup> Para mensurar o efeito personalista das regras eleitorais seria preciso trabalhar com dados que representam os atributos dos mandatos dos parlamentares. Particularmente, trabalhar a transferência de recursos para as bases eleitorais e o retorno eleitoral que isso garante. Análise como essa já foi realizada por trabalhos anteriores (ver

Além disso, opto por fazer análises separadas para *incumbents* novatos e veteranos. Vale lembrar, são novatos todos aqueles que estão tentando renovar seus mandatos pela primeira vez. Todos os demais são considerados veteranos. Essa opção metodológica tem por base os trabalhos de Shugart, Valdini e Souminen (2005) e Cox e Katz (1996) e visa estimar com maior precisão os efeitos da competição e da dependência. Feitas as observações, é hora de derivar as hipóteses e mostrar como pretendo investigá-las. Os quadros abaixo sintetizam a estratégia de análise adotada:

**Quadro 3.1** – Lista de Hipóteses

<b>Competição</b>	
H1:	<i>Quanto maior a competição entre os candidatos à reeleição menor o sucesso eleitoral deles;</i>
H2:	<i>Quanto maior a competição entre candidatos à reeleição dentro da coligação proporcional menor o sucesso eleitoral deles;</i>
H3:	<i>Ambas as competições têm um efeito maior dentre os candidatos à reeleição veteranos;</i>
<b>Dependência</b>	
H4:	<i>O apoio do governador exerce um efeito positivo no sucesso eleitoral dos candidatos à reeleição;</i>
H5:	<i>O apoio do presidente exerce um efeito positivo no sucesso eleitoral dos candidatos à reeleição;</i>
H6:	<i>O apoio desses atores exerce um efeito maior para os candidatos à primeira reeleição;</i>

Fonte: elaboração própria

**Quadro 3.2** - Desenho de Pesquisa

<b>População</b>	Deputados federais candidatos à reeleição nas cinco últimas eleições (1994 – 2010)
<b>Variáveis</b>	Percentual de votos; Sucesso eleitoral; Índice de Competição entre Candidatos à Reeleição (ICCR); Índice de Competição entre Candidatos à Reeleição na Coligação (ICCRC); Apoio do governador; Apoio do presidente; Razão candidato/vaga de apoiados pelo governador; Razão candidato/vaga apoiados pelo presidente;
<b>Técnicas</b>	Teste t de comparação de médias; Teste de associação $\chi^2$ ; Análise de Corelação r Pearson; Análise de Cluster.

Fonte: elaboração própria

**Quadro 3.3** Especificação das Variáveis

<b>Tipo</b>	<b>Variável</b>	<b>Descrição</b>	<b>Nível de Mensuração</b>
-------------	-----------------	------------------	----------------------------

Samuels, 2002; Ames, 2003; Pereira e Rennó, 2002; 2003). Salvo engano nenhum deles considera o lado oposto, os efeitos da competição entre *incumbents*.

VD	Percentual de votos;	Percentual de votos válidos conquistado por cada candidato;	Contínua
	Sucesso eleitoral	Resultado da eleição para cada candidato ((1) Eleito ou (0) Não Eleito)	Catagórica
VI	ICCR	$ICCR = \frac{N-1}{2W}$ , onde N = número de candidatos à reeleição, W= bancada.	Contínua
	ICCRC	$ICCRC = \frac{N-1}{2W}$ onde N = número de candidatos à reeleição na coligação, W= bancada.	Contínua
	Apoio do Governador	Candidatos que concorrem por partidos que compõem a coligação do candidato do governador em exercício; ((1) Sim / (0) Não) <sup>61</sup> ;	Catagórica
	Apoio do Presidente	Candidatos que concorrem por partidos que compõem a coligação do candidato do presidente em exercício; ((1) Sim / (0) Não) <sup>62</sup> ;	Catagórica
	Razão candidato/vaga governador	Razão candidato/vaga considerando o número total de candidatos dentro da coligação do candidato apoiado pelo governador;	Contínua
	Razão candidato/vaga presidente	Razão candidato/vaga considerando o número total de candidatos dentro da coligação do candidato apoiado pelo presidente;	Contínua

Fonte: elaboração própria

### 3.6 RESULTADOS

Uma análise sobre a divisão das bases eleitorais é o melhor caminho para iniciar a investigação. A intenção é observar a disputa entre os *incumbents*. Para tanto, observamos a divisão de votos no nível municipal. Foram selecionados para análise apenas os municípios considerados divididos, ou seja, todos aqueles em que ao menos dois *incumbents* (novato ou veterano) obtiveram votos. Embora esse critério pareça pouco exigente, a opção por outro soa arbitrária. Dessa forma, analisa-se 99% dos municípios (22.631). <sup>63</sup> Isso significa que raramente

<sup>61</sup> Essa é apenas uma forma de tentar operacionalizar essa variável, é provável que exista uma sorte de apoios não declarados que não são contabilizados aqui. Isso leva a crer que seria preciso uma pesquisa mais detalhada para melhorar a precisão dessa variável.

<sup>62</sup> Essa é apenas uma forma de tentar operacionalizar essa variável, é provável que exista uma sorte de apoios não declarados que não são contabilizados aqui. Isso leva a crer que seria preciso uma pesquisa mais detalhada para melhorar a precisão dessa variável.

<sup>63</sup> Vale lembrar, os municípios são selecionados a cada resultado eleitoral. No limite, o mesmo município pode aparecer quatro vezes na amostra. Por indisponibilidade dos dados, nessa etapa analiso apenas quatro pleitos (1998, 2002, 2006 e 2010).

um *incumbent* disputa uma eleição sem a sombra de outro. A tabela abaixo ajuda a dimensionar a disputa entre *incumbents* nos municípios brasileiros.

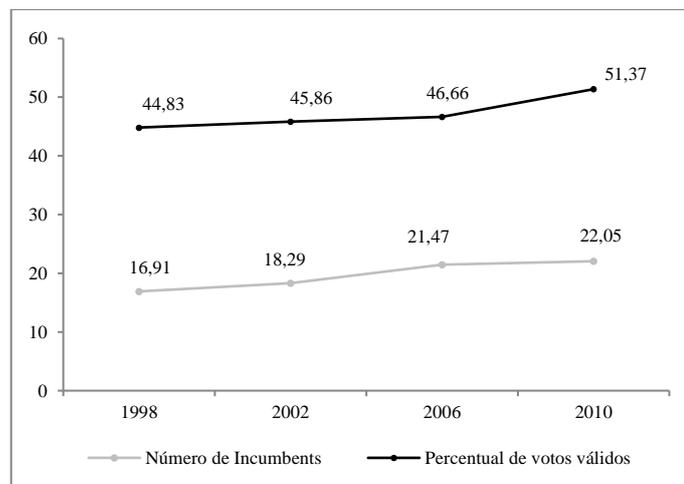
**Tabela 3.1** – Número de *Incumbents* e Percentual de Votos

Variáveis	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão	Coefficiente de Variação	N
Percentual de votos	0	100	47,15	23,15	49,10	22.631
Número de <i>incumbent</i>	2	72	19,66	13,87	70,55	22.631

Fonte: TSE

De acordo com a tabela, em média os municípios brasileiros são disputados por 19,66 candidatos à renovação do mandato. Mais que isso, em média eles conseguem 47,15 % do total de votos válidos destes municípios. O gráfico abaixo mostra os dados desagregados por eleição.

**Gráfico 3.1** - Número Médio de *Incumbents* e Percentual de Votos



Fonte: TSE

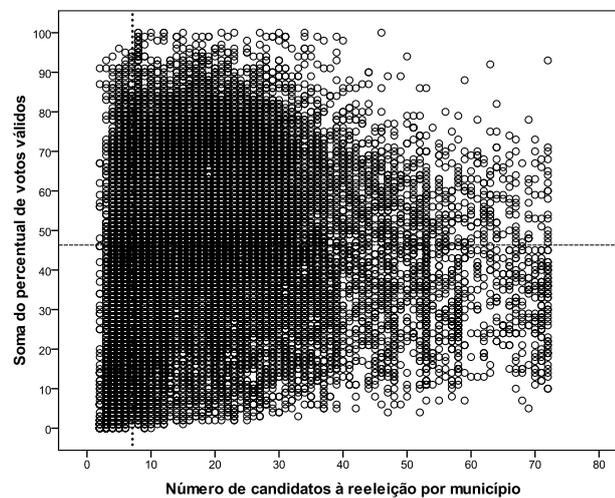
O gráfico mostra que tanto o número médio de candidatos por município quanto à soma do percentual de votos válidos conquistados por eles cresce no período analisado. A princípio, esse cenário sugere que as duas variáveis caminham juntas. O maior número de *incumbents* no município eleva necessariamente o percentual de votos válidos. A tabela e o gráfico abaixo ajudam a investigar essa dinâmica.

**Tabela 3.2** – Correlação - Número de *incumbents* e Percentual de Votos – Controle por Município

Controle	Variáveis	Número de <i>Incumbents</i>	Percentual
Município	Número	1,00	0,086***
	Percentual	0,086***	1,00

Fonte: TSE \*\*\*p < 0,00

**Gráfico 3.2** - Número de *Incumbents* e Soma do Percentual de Votos por Município



Fonte: TSE

A correlação entre as duas variáveis é fraca quando se controla pelo município. Esse mesmo cenário é ilustrado pelo gráfico. Nele, as linhas pontilhadas representam as médias de cada uma das variáveis. Os municípios com disputa mais acirrada são aqueles em que a maior parcela dos votos válidos é dividida entre o maior número de *incumbentes*, ou seja, os que se situam no quadrante superior esquerdo. No extremo, todos os votos registrados no município pertencem a um deles, o que evidencia a disputa. Em resumo, os dados mostram que os candidatos à reeleição que se saíam melhor nesse embate aumentam sua chance de vitória.

### Competição por distrito

A escala municipal amplia sobremaneira o mapeamento do fenômeno, mas torna a análise enfadonha para quem lê, para quem escreve e até para o pacote estatístico. Afinal, são mais de 20.000 mil peças (casos) de um imenso banco de dados. Dessa forma, opto por analisar a competição entre os *incumbents* no nível dos distritos (Estados). O intuito é fornecer informações sobre a quantidade de candidatos ponderada pelo número de vagas, e dessa forma, ter uma noção da competitividade entre eles. A tabela e o gráfico abaixo apresentam os resultados:

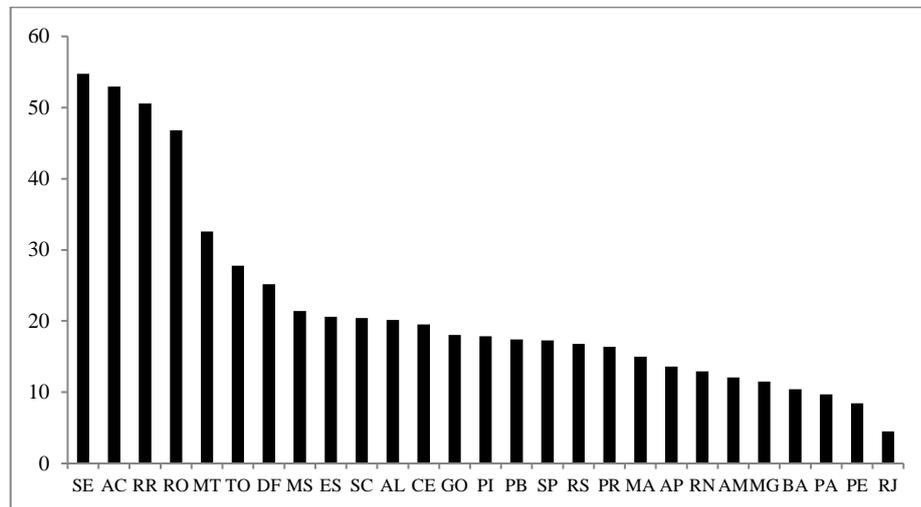
**Tabela 3.3** – Número de Candidatos à Reeleição por Eleição e por Distrito

UF	Ano					Média	Desvio	Coeficiente de Variação
	1994	1998	2002	2006	2010			
AC	7	1	3	7	4	4,40	2,33	52,95
AL	5	6	7	7	4	5,80	1,17	20,17
AM	6	7	5	6	7	6,20	0,75	12,10
AP	7	7	6	7	9	7,20	0,98	13,61
BA	29	31	28	34	37	31,80	3,31	10,41
CE	11	15	20	17	19	16,40	3,20	19,51
DF	7	6	3	6	5	5,40	1,36	25,19
ES	5	8	5	7	8	6,60	1,36	20,61
GO	9	12	12	16	13	12,40	2,24	18,06
MA	11	12	15	16	16	14,00	2,10	15,00
MG	37	46	37	48	47	430	4,94	11,49
MS	7	5	4	7	5	5,60	1,20	21,43
MT	4	5	6	8	10	6,60	2,15	32,58
PA	13	13	11	15	13	13,00	1,26	9,69
PB	6	8	9	10	10	8,60	1,50	17,44
PE	18	20	20	23	22	20,60	1,74	8,45
PI	7	6	7	10	8	7,60	1,36	17,89
PR	18	23	23	29	28	24,20	3,97	16,40
RJ	37	34	37	38	39	37,00	1,67	4,51
RN	5	6	6	5	7	5,80	0,75	12,93
RO	1	4	4	7	6	4,40	2,06	46,82
RR	0	7	6	7	7	5,40	2,73	50,56
RS	21	23	21	31	29	25,00	4,20	16,80
SC	9	9	13	15	11	11,40	2,33	20,44
SE	0	4	6	6	4	4,00	2,19	54,75
SP	41	57	51	65	68	56,40	9,75	17,29
TO	4	8	5	4	6	5,40	1,50	27,78

Total	325	383	370	451	442	394,20	46,93	11,91
-------	-----	-----	-----	-----	-----	--------	-------	-------

Fonte: TSE

**Gráfico 3.3** – Coeficiente de Variação do Número de Candidatos à Reeleição (1994 – 2010)



Fonte: TSE

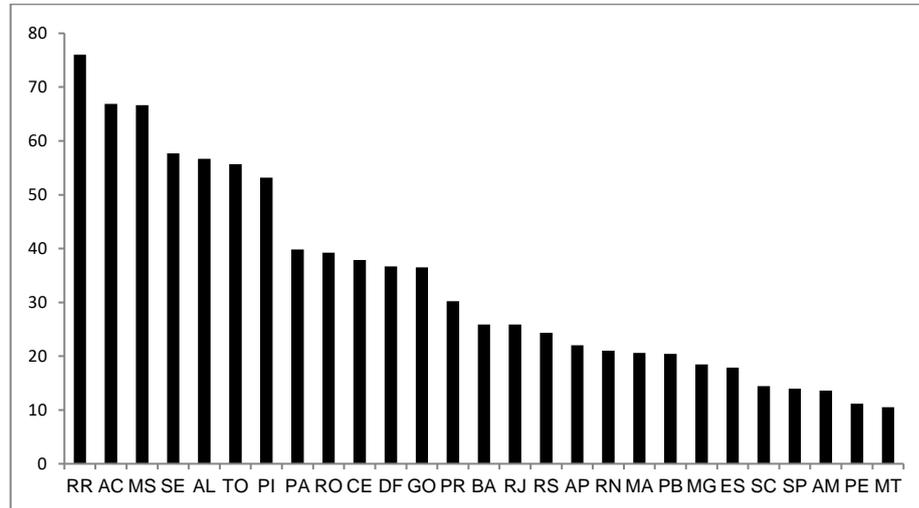
De acordo com o coeficiente de variação, medida adequada para comparar a variância de diferentes amostras, os estados de SE (54,75), AC (52,95) RR (50,56) e RO (46,82) são aquelas que apresentam as maiores variações. Isso significa que nesses estados a competição entre os *incumbents* oscila bastante de uma eleição para outra. Todavia, em meio a esses números se esconde uma grande heterogeneidade. Haja vista que a tabela se refere a todos os candidatos que estão na luta para se reeleger, isso pela primeira ou pela enésima vez. No entanto, a literatura aponta que a competitividade entre os *incumbents* tem uma dinâmica diferente para quem está na primeira tentativa. A tabela abaixo apresenta detalhes sobre a distribuição espacial e temporal desse tipo específico de candidato.

**Tabela 3.4 – Número de Candidatos à Primeira Reeleição por Eleição e por Distrito**

UF	Ano					Média	Desvio	Coeficiente de Variação
	1994	1998	2002	2006	2010			
AC	6	0	2	5	3	3,20	2,14	66,88
AL	0	3	4	3	2	2,40	1,36	56,67
AM	4	4	3	3	4	3,60	0,49	13,61
AP	6	3	5	5	6	5,00	1,10	22,00
BA	15	13	8	17	10	12,60	3,26	25,87
CE	8	12	10	3	7	8,00	3,03	37,88
DF	5	2	2	3	3	3,00	1,10	36,67
ES	4	5	3	5	4	4,20	0,75	17,86
GO	6	8	6	8	2	6,00	2,19	36,50
MA	5	8	7	5	8	6,60	1,36	20,61
MG	25	23	15	17	20	20,00	3,69	18,45
MS	6	2	3	4	0	3,00	2,00	66,67
MT	3	4	4	4	4	3,80	0,40	10,53
PA	12	6	4	6	6	6,80	2,71	39,85
PB	5	5	6	5	3	4,80	0,98	20,42
PE	9	9	9	7	10	8,80	0,98	11,14
PI	4	1	3	2	1	2,20	1,17	53,18
PR	14	14	11	8	6	10,60	3,20	30,19
RJ	25	17	18	12	14	17,20	4,45	25,87
RN	3	2	3	3	4	3,00	0,63	21,00
RO	1	4	2	3	3	2,60	1,02	39,23
RR	0	7	2	3	3	3,00	2,28	76,00
RS	10	16	10	11	8	11,00	2,68	24,36
SC	8	7	7	7	5	6,80	0,98	14,41
SE	0	4	4	3	2	2,60	1,50	57,69
SP	28	36	24	27	31	29,20	4,07	13,94
TO	4	5	1	1	4	3,00	1,67	55,67
Total	216	220	176	180	173	193,00	20,57	10,66

Fonte: TSE

**Gráfico 3.4 – Coeficiente de Variação do Número de Candidatos à Primeira Reeleição (1994 – 2010)**



Fonte: TSE

De acordo com os dados, Roraima é o distrito com maior oscilação no número de candidatos à primeira reeleição. De 0 no ano inicial da série o número sobe para 7 em 2002 ( $cv = 76,00$ ). Na sequência, estão os distritos do Acre ( $cv = 66,88$ ), Mato Grosso do Sul ( $cv = 66,57$ ) e Sergipe ( $cv = 57,69$ ). Em resumo, é possível notar uma grande variação no número de candidatos concorrendo à reeleição. Isso é válido tanto numa análise por distritos quanto por eleição, considerando todos os tipos de *incumbents* ou apenas aqueles que tentam a primeira renovação. Entretanto, o que interessa saber é se essa variação tem efeito sobre o desempenho eleitoral. Imagina-se que o crescimento no número de *incumbents* na disputa representa um bom indício de acirramento da competição entre eles. Mais que isso, que essa disputa enfraquece o retorno eleitoral dos serviços prestados às bases. Portanto, tem-se como H1: *Quanto maior a competição entre os candidatos à reeleição menor o seu sucesso eleitoral.*

#### *Competitividade entre candidatos à reeleição*

Obviamente, espera-se que a elevação da concorrência tenha efeitos na magnitude dos distritos. Portanto, para testar a primeira hipótese, calcula-se um índice de competitividade entre os candidatos à reeleição (ICCR). Isso nos 27 distritos eleitorais e nas cinco eleições

analisadas.<sup>64</sup> Espera-se que o desempenho eleitoral seja em distritos com altos índices. Como o índice varia por distrito e a votação varia por candidato não parece adequado testar a causalidade por meio de modelos que supõem compartilhamento de variância linear.<sup>65</sup> A princípio, a opção é agrupar os distritos via análise de *cluster* em três níveis de competitividade.<sup>66</sup> Na sequência, observa-se a média e o desvio do percentual de votos de *incumbents* eleitos e não eleitos de cada grupo. O resultado da análise de *cluster* separa os distritos conforme o quadro abaixo:

**Quadro 3.4 – Distribuição dos Distritos por Nível de ICCR**

Ano	Grupos		
	Alto	Médio	Baixa
1994	AC, AP, DF, MS, PR, RJ,	AM, BA, MA, MG, PA, PE, PI, RS, SP	CE, ES, GO, MT, PB, RN, RO, SC, TO;
1998	AM, AP, BA, MG, PE, RR, SP, TO	AL, CE, DF, ES, GO, MA, PA, PB, PR, RJ, RN, RS	MS, MT, PI, RO, SC, SE
2002	MA, PE, RJ, SC,	AL, AP, BA, GO, MG, MT, PA, PB, PI, PR, RN, RR, RS, SE, SP	AC, AM, CE, ES, MS, RO, TO
2006	AC, AP, BA, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RO, RR, RS, SC, SP	AL, AM, CE, DF, ES,	RN, TO
2010	AM, AP, BA, CE, MA, MG, MT, PB, PE, PR, RJ, RN, RS, SP	SE, GO, PA, PI, RO, SC, TO,	AC, AL, DF, SE

Fonte: Elaboração Própria<sup>67</sup>

Claramente, a categoria que abriga os distritos de baixo ICCR tem frequência decrescente entre os pleitos. As duas primeiras eleições têm um número maior de distritos classificados como baixa e média competitividade. Nos dois últimos pleitos, o quadro contrário é nitidamente predominante. Uma análise descritiva aponta os distritos de SP (0,400), BA

<sup>64</sup> O ICCR é baseado no índice de competitividade eleitoral de Santos (1997).

<sup>65</sup> Para situações como essa o mais indicado é estimar um modelo multinível. Esse desafio será tentado junto com outras variáveis dos distritos no final do trabalho. Por enquanto, a ideia é levantar evidências de que as diferenças entre os distritos, em termos de competitividade, importa.

<sup>66</sup> Para mais detalhes sobre essa análise de cluster consulte os anexos.

<sup>67</sup> As análises foram feitas conforme recomendações gerais, portanto, observa-se: 1) número de caso por variáveis; 2) presença de outliers; 3) Método de Cálculo da distância (K-means clustering); 4) o número de 3 cluster pré-definido; 5) um particionamento da amostra e comparados os resultados afim de validar os resultados. Para mais detalhes sobre a técnica ver Garson, 2010 e Hair et al, 2006).

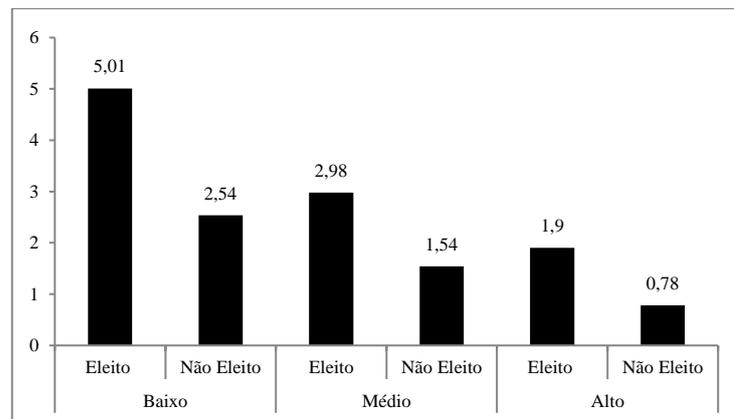
(0,394), AP (0,394), MG (0,393) e PE (0,390) como os mais competitivos.<sup>68</sup> A tabela abaixo traz informações sobre os votos válidos recebidos por eleitos e não eleitos nos três grupos.

**Tabela 3.5** – Medidas Descritivas - Percentual de Votos por Nível de Competitividade (AP)

Grupo	Situação	Média	Desvio Padrão	Coefficiente de Variação	N
Baixo	Eleito	5,01	2,35	46,91	118
	Não Eleito	2,54	1,41	55,51	50
Médio	Eleito	2,98	2,32	77,85	683
	Não Eleito	1,54	1,42	92,21	325
Alto	Eleito	1,90	1,73	91,05	514
	Não Eleito	0,78	0,86	110,26	290

Fonte: TSE

**Gráfico 3.5** – Média do Percentual de Votos por Nível de Competitividade



Fonte: TSE

De acordo com os dados, o grupo com alto nível de competição é também o grupo que registra a menor diferença entre o percentual de votos de eleitos e não eleitos. Esse cenário sugere que a competição faz com que a vantagem entre os *incumbents* bem-sucedidos e os fracassados diminua. Outra forma de examinar o efeito da competição entre os *incumbents* é observar o sucesso eleitoral do grupo. A tabela abaixo apresenta os dados.

<sup>68</sup> A tabela completa está disponível nos anexos.

**Tabela 3.6** – Nível de Competitividade e Situação Eleitoral dos Candidatos

Grupo	Situação (%)	
	Eleito	Não Eleito
Baixo	122 (70,9)	50 (29,1)
Médio	686 (67,9)	325 (32,0)
Alto	514 (63,8)	292 (36,2)
Total	1322 (66,5)	667 (33,5)

Fonte: TSE  $\chi^2 = 6,036$   $p = 0,05$   $CC = 0,052$   $p = 0,05$

O sucesso é maior que o fracasso em todos os grupos. Mas, ele cresce nos distritos que registram o menor nível de competitividade. O teste de qui-quadrado aponta a dependência estatística entre as variáveis. Claro está que os testes realizados estão longe de ser conclusivos, uma vez que outros fatores precisariam ser controlados. De qualquer forma, os achados animam a inclusão do ICCR em modelos mais robustos que visam analisar o fenômeno da reeleição parlamentar.

#### *Heterogeneidade entre incumbents*

Como dito anteriormente, os *incumbents* não constituem um grupo homogêneo. Em meio a eles estão candidatos tentando renovar seu mandato pela primeira (novatos) e pela enésima vez (veteranos). Nesse trabalho, importa fazer ao menos uma diferenciação entre os candidatos à primeira reeleição e aqueles que estão a mais tempo renovando seu mandato. Para não ficar cansativo, repito apenas a análise via tabela de contingência. Ou seja, analiso o sucesso eleitoral dos *incumbents* separados por tipo de candidato e por distrito. Segue a apresentação dos dados:

**Tabela 3.7** – Nível de Competitividade e Situação Eleitoral - Novatos

Grupo	Situação (%)	
	Eleito	Não Eleito
Baixo	73 (67,6)	35 (32,4)
Médio	337 (63,6)	193 (36,4)
Alto	211 (66,1)	108 (33,9)
Total	621 (64,9)	336 (35,1)

Fonte: TSE  $\chi^2 = 0,963$   $p = 0,618$   $CC = 0,024$   $p = 0,757$

**Tabela 3.8** – Nível de Competitividade e Situação Eleitoral - Veteranos

Grupo	Situação (%)	
	Eleito	Não Eleito
Baixo	49 (76,6)	15 (23,4)
Médio	349 (72,6)	132 (27,4)
Alto	303 (62,2)	184 (37,8)
Total	701 (67,9)	331 (32,1)

Fonte: TSE  $\chi^2 = 14,210$   $p = 0,001$  CC = 0,111  $p = 0,002$

Os distritos de menor nível de competitividade apresentam sempre as maiores frequências de sucesso eleitoral. Todavia, o teste de dependência entre as variáveis é significativo apenas na para os candidatos veteranos. O coeficiente de contingência, reportado nas tabelas, aponta que a associação entre as variáveis é mais forte para os candidatos veteranos. Isso é verdadeiro inclusive quando se compara com a distribuição de todos os *incumbents* (tabela 3.6). Em síntese, a análise empreendida sinaliza o previsto em H1 e H3. Pode-se dizer que: 1) há razões para considerar a competição entre os *incumbents* na explicação do sucesso eleitoral; 2) é preciso separar os *incumbents* em novatos e veteranos na estimação desse efeito.

*A competição interna: o efeito nas coligações proporcionais*

No Brasil, o conflito entre os *incumbents* não ocorre apenas entre adversários partidários. A disputa acontece também entre candidatos do mesmo partido graças à magnitude dos distritos e as coligações. Em outros termos, candidatos potencialmente iguais competem entre si sem ter ao menos o partido como marcador. Não sem razão, H2 aposta que: *a competição entre candidatos à reeleição dentro da coligação proporcional exerce um efeito negativo sobre o seu sucesso eleitoral*. A tabela abaixo apresenta os primeiros dados referentes à distribuição dos candidatos à reeleição por coligação.

**Tabela 3.9** – Análise Descritiva - Coligações Proporcionais

Variáveis	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão	Coefficiente de Variação	N
Coligações	1	27	9,01	6,70	74,36	361

Fonte: TSE

Foram catalogadas 361 coligações distintas espalhadas pelas 27 unidades da federação.<sup>69</sup> A maior delas comporta 27 candidatos (*incumbents*), a menor conta com apenas um. Em média, as coligações registram pouco mais de nove *incumbents*. Aqui, interessa saber se elas têm sido vantajosas para os candidatos à reeleição e se essa vantagem varia entre *incumbents* novatos e veteranos. As tabelas abaixo ajudam a oferecer uma resposta inicial. Para ser mais sucinto apresento a análise por tipo de candidato.

**Tabela 3.10** – Percentual de Votos - Coligados e Independentes - Novatos

Grupo	Média	Desvio Padrão	Coefficiente de variação	N
Coligado	2,59	2,47	95,36	636
Independente	1,72	1,73	100,00	106

Fonte: TSE  $t = 3,936$   $p < 0,000$

**Tabela 3.11** – Percentual de Votos - Coligados e Independentes - Veteranos

Grupo	Média	Desvio Padrão	Coefficiente de Variação	N
Coligado	2,58	2,16	83,72	772
Independente	1,38	1,29	93,47	153

Fonte: TSE  $F = 5,861$   $p = 0,016$   $t = 5,749$   $p = 0,000$

O número de candidatos que concorre por partidos independentes é bem menor nos dois tipos de *incumbents*. Também nos dois tipos, os candidatos que concorreram por coligações conseguiram, em média, um percentual mais alto. Os testes apontam a significância estatística da diferença entre as médias. Adicionalmente, é possível notar que os *incumbents* que estão na primeira tentativa são mais beneficiados do que os veteranos. Outra medida possível de avaliação desses dados é analisar o sucesso eleitoral dos candidatos em cada grupo (coligado ou independente). Esse exercício está ilustrado pelas tabelas abaixo.

<sup>69</sup> Por ausência de dados foram contabilizados apenas quatro pleitos (1998; 2002; 2006 e 2010). O Distrito Federal foi considerado como um Estado.

**Tabela 3.12** – *Status* do Partido e Sucesso Eleitoral - Novatos

Status do Partido	Sucesso Eleitoral (%)	
	Eleito	Não Eleito
Coligado	429 (67,5)	207 (32,5)
Independente	63 (59,4)	43 (40,6)
Total	492 (66,3)	250 (33,7)

Fonte: TSE  $\chi^2 = 2,615$   $p = 0,067$  CC = 0,059  $p = 0,106$

**Tabela 3.13** – *Status* do Partido e Sucesso Eleitoral - Veteranos

Status do Partido	Sucesso Eleitoral (%)	
	Eleito	Não Eleito
Coligado	536 (69,3)	238 (30,7)
Independente	93 (60,8)	60 (39,2)
Total	629 (67,9)	298 (32,1)

Fonte: TSE  $\chi^2 = 4,198$   $p = 0,026$  CC = 0,067  $p = 0,040$

Os coligados levam vantagem nos dois grupos, todavia, o teste de dependência entre as variáveis aponta significância estatística apenas dentre os veteranos. Para os novatos, ele apresenta uma magnitude um pouco acima do aceitável. Similarmente, o coeficiente de contingência aponta que a associação entre as variáveis é maior dentre os veteranos. Vale dizer, os dados refletem o que a análise por percentual havia adiantado. Seja como for, espera-se que a concorrência interna entre os *incumbents* pondere esse efeito. Em poucas palavras, quanto maior o número menor a relevância. Como primeiro indicador da competição, analiso a correlação entre o número de candidatos por coligação e a soma de votos recebidos. A tabela abaixo apresenta o resultado.<sup>70</sup>

<sup>70</sup> O controle pelo Estado justifica-se pelo fato de haver uma tendência das coligações lançarem um maior número de candidatos de acordo com o número de vagas em disputa. Além disso, a medida controla também a variação do tamanho do eleitorado.

**Tabela 3.14** – Correlação – Número de *incumbent* e Total de Votos da Coligação – Controle Estado

Controle	Variáveis	Número	Total de Votos
Estado	Número	1,000	0,281***
	Total de votos	0,281***	1,000

Fonte: TSE \*\*\*p < 0,000 Fonte: TSE

Existe uma correlação positiva entre o número de *incumbents* e o total de votos conquistados pela coligação, mas ela pode ser considerada fraca.<sup>71</sup> Apenas 7,8% da variação do total de votos podem ser explicados pela variância do número de candidatos. Em média, os estados comportam 4,8 coligações considerando os quatro pleitos analisados. Como foi visto, o número de candidatos à reeleição por coligação varia bastante ( $s = 6,70$ ). Portanto, é possível pensar em níveis de competitividade dentro das coligações. O mesmo procedimento da seção anterior é utilizado para aprofundar a investigação. Primeiro, agrupo as coligações via análise de *cluster* em três níveis de competitividade. Em seguida, comparo a diferença entre as médias do percentual de votos de eleitos e não eleitos.<sup>72</sup>

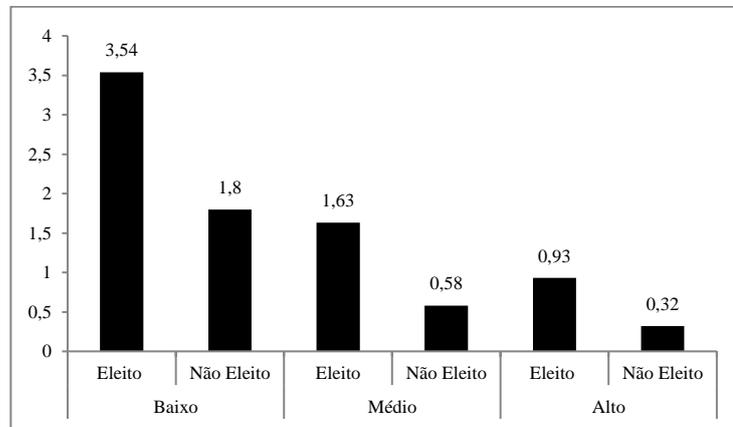
**Tabela 3.15** – Medidas Descritivas do Percentual de Votos - Nível de Competitividade (Coligações)

Grupo	Situação	Média	Desvio Padrão	Coefficiente de Variação	N
Baixo	Eleito	3,54	2,48	70,06	666
	Não Eleito	1,80	1,50	83,33	331
Médio	Eleito	1,63	1,17	71,78	405
	Não Eleito	0,58	0,44	75,86	177
Alto	Eleito	0,93	0,56	60,22	44
	Não Eleito	0,32	0,19	59,38	38

Fonte: TSE

<sup>71</sup> A classificação adotada aqui está baseada em Triola (2008).

<sup>72</sup> Detalhes sobre essa análise de cluster estão disponíveis nos anexos.

**Gráfico 3.6** – Média do Percentual de Votos - Nível de Competitividade (Coligações)

Fonte: TSE

Claramente, a diferença mais acentuada entre as médias se encontra no grupo de coligações com menor nível de competitividade. Esse achado corrobora a hipótese de trabalho, porém não autoriza afirmar muita coisa sobre ela.<sup>73</sup> A análise do sucesso eleitoral dos *incumbents* novatos e veteranos pode oferecer evidências mais significativas. Vale dizer, espera-se que o grupo de candidatos que concorrem em coligações menos competitivas seja mais bem-sucedido. As tabelas abaixo apresentam os resultados.

**Tabela 3.16** – Nível de competitividade e Situação Eleitoral – Novatos (Coligação)

Grupo	Situação (%)	
	Eleito	Não Eleito
Baixo	316 (65,3)	168 (34,7)
Médio	158 (70,5)	66 (29,5)
Alto	18 (52,3)	16 (47,1)
Total	492 (66,3)	250 (33,7)

Fonte: TSE  $\chi^2 = 4,736$   $p = 0,094$   $CC = 0,080$   $p = 0,094$ 

<sup>73</sup> Vale dizer também é possível interpretar os dados de outra forma, qual seja, observando quantas vezes a votação dos eleitos contém a votação dos não eleitos. Por esse critério o grupo com competitividade mais alta oferecer um melhor desempenho para os eleitos.

**Tabela 3.17** – Nível de Competitividade e Situação Eleitoral – Veteranos (Coligação)

Grupo	Situação (%)	
	Eleito	Não Eleito
Baixo	356 (68,6)	163 (31,4)
Médio	247 (69,0)	111 (31,0)
Alto	26 (52,0)	24 (48,0)
Total	629 (67,9)	298 (32,1)

Fonte: TSE  $\chi^2 = 0,963$   $p < 0,047$  CC = 0,081  $p = 0,047$

Nos dois grupos os candidatos que concorrem por coligações mais competitivas têm menor nível de sucesso eleitoral. Embora o cenário mais positivo seja o médio, pode-se considerar o resultado favorável à hipótese de trabalho. Mais que isso, o teste de associação entre as variáveis aponta significância estatística dessa relação dentre os veteranos e fica um pouco acima do aceitável dentre os novatos. Esse resultado corrobora o que previu a H3, e ratifica parcialmente a H2 (apenas para os veteranos). Em resumo, os resultados dessa seção sugerem que: 1) concorrer em um partido coligado aumentam as chances de sucesso eleitoral; 2) Esse comportamento é diferente entre veteranos e novatos e 3) o número de *incumbents* na coligação pondera esse efeito.

#### *Apoio do governador e presidente*

A literatura se divide quanto à influência dos governadores e dos presidentes no desempenho eleitoral dos parlamentares. Segundo Samuels (2002) e Abrúcio e Samuels (1997), o apoio destes atores políticos é crucial para o sucesso eleitoral dos deputados. Isso porque eles dominam um conjunto de recursos importantes, além de dispor de uma maior proximidade com o eleitor. Contrariamente, Cheibub, Figueiredo e Limongi (2009) e Ames (2003) relativizam essa influência tanto nas eleições quanto no comportamento dos parlamentares na arena legislativa. Nesse trabalho a aposta é que a influência dos governadores depende do número de candidatos à reeleição apoiados no distrito. O primeiro passo é evidenciar essa influência. As tabelas abaixo ajudam nesse propósito.

**Tabela 3.18** – Percentual de Votos *Incumbents* Apoiados pelo Governador - Novatos

Apoiado	Média	Desvio	Coefficiente de Variação	N
Sim	2,62	2,38	90,84	384
Não	2,29	2,37	103,49	573

Fonte: TSE F = 0,119 p = 0,730 T = 2,117 p = 0,035

**Tabela 3.19** – Percentual de Votos *incumbnets* Apoiados pelo Governador - Veteranos

Apoiado	Média	Desvio	Coefficiente de Variação	N
Sim	2,31	2,11	90,95	464
Não	2,11	2,11	100,00	571

Fonte: TSE F = 0,152 p = 0,697 T = 1,590 p = 0,112

Sem fugir à regra, testa-se a média de votos para os dois tipos de *incumbents*. De acordo com as tabelas, ela é sempre maior para os candidatos que contam com o apoio do governador. Como já havia sido apontado pela literatura, o favor desse ator político parece melhorar a performance eleitoral dos candidatos à reeleição (Samuels, 2002; Abrúcio e Samuels, 1997). Todavia, essa influência não tem o mesmo efeito para os dois grupos. Os *incumbents* novatos com apoio têm melhor sorte. Resta saber se essa dinâmica se reflete no sucesso eleitoral dos grupos. As tabelas abaixo apresentam a resposta.

**Tabela 3.20** – Apoio do Governador e Sucesso Eleitoral - Novatos

Apoiado	Situação (%)	
	Eleito	Não Eleito
Sim	266 (69,3)	118 (30,7)
Não	355 (62,0)	218 (38,0)
Total	621 (64,9)	336 (35,1)

Fonte: TSE  $\chi^2 = 5,402$  p = 0,012 CC = 0,075 p = 0,020

**Tabela 3.21** – Apoio do Governador e Sucesso Eleitoral - Veteranos

Apoiado	Situação (%)	
	Eleito	Não Eleito
Sim	322 (69,1)	144 (30,9)
Não	383 (67,1)	188 (32,9)
Total	705 (68,0)	332 (32,0)

Fonte: TSE  $\chi^2 = 0,483$   $p = 0,504$  CC = 0,022  $p = 0,487$

A análise de frequência confirma os resultados apresentados pelo percentual de votos. O sucesso eleitoral é sempre maior para os *incumbents* com o apoio do governador. Todavia, esse apoio só é estatisticamente significativo para os *incumbents* que estão na primeira tentativa de renovação do mandato. A essa altura interessa saber se essa dinâmica sofre ou não influência do número de candidatos à reeleição apoiados pelos governadores. Para testar, seleciono um conjunto de 31 distritos nos cinco pleitos. Esse conjunto corresponde aos distritos com maior número de candidato por vaga, considerando os candidatos apoiados pelo governador.<sup>74</sup>

**Tabela 3.22** – Apoio do Governador e Sucesso Eleitoral - Novatos – Distritos Mais Compartilhados

Apoiado	Situação (%)	
	Eleito	Não Eleito
Sim	107 (75,4)	35 (24,6)
Não	48 (60,0)	32 (40,0)
Total	155 (69,8)	67 (30,2)

Fonte: TSE  $\chi^2 = 5,723$   $p = 0,013$  CC = 0,159  $p = 0,017$

<sup>74</sup> A seleção foi feita via análise da variável razão candidato/vaga por quartil, foram escolhidos os distritos com razão acima de 0,500, isso corresponde ao último quartil da distribuição dessa variável. A lista completa de distritos selecionados está disponível nos anexos.

**Tabela 3.23** – Apoio do Governador e Sucesso Eleitoral - Veteranos - Distritos Mais Compartilhados

Apoiado	Situação (%)	
	Eleito	Não Eleito
Sim	125 (65,8)	65 (34,2)
Não	61 (64,2)	34 (35,8)
Total	186 (65,3)	99 (34,7)

Fonte: TSE  $\chi^2 = 0,070$   $p = 0,446$  CC = 0,016  $p = 0,792$

Os resultados não sofrem alterações substantivas. Novamente, os apoiados têm melhor sucesso que o grupo contrário. Todavia, o apoio parece ser mais influente para os novatos. Apenas na distribuição desse grupo o teste de dependência entre as variáveis aponta significância estatística. A única diferença digna de nota é a magnitude da associação. O coeficiente de contingência (CC), reportado nas tabelas, aponta que a associação se intensifica dentre os novatos quando se analisa os distritos com o maior número de candidato por vaga (CC = 0,075 / 0,159). O movimento oposto é registrado no grupo dos veteranos (CC = 0,022 / 0,016). Em resumo, pode-se afirmar que o apoio do governador é relevante para o sucesso eleitoral dos *incumbents* novatos, o mesmo não acontece com os veteranos. Além disso, os resultados mostram que o número de *incumbents* apoiados pelo governador parece não surtir efeito na importância do apoio. Conclusão, os resultados corroboram apenas parcialmente H4, mas está em completo acordo com o que previu H6.

### *O Presidente*

A literatura sobre a influência do presidente no desempenho eleitoral dos parlamentares também é bastante controversa. São poucos os trabalhos que analisam o fenômeno para além dos muros da Câmara (Pereira e Rennó, 2007; Samuels, 2002). Por um lado, Pereira e Rennó (2007) acreditam que “em 1998, a proximidade com o Presidente teve impacto central no sucesso eleitoral de candidatos à reeleição” (Pereira e Rennó, 2007 p. 679). Por outro lado, Samuels (2002) acredita que essa influência tem um efeito apenas indireto. Para ele, a força do Presidente é intermediada pelos atores políticos locais: governadores e prefeitos (Samuels, 2002). A exemplo da seção anterior, aqui interessa investigar se essa influência existe, e além disso, ponderá-la pelo número de candidatos que recebem o apoio do Presidente. Portanto, o

primeiro passo é observar se os apoiados levam vantagem na tentativa de renovar o seu mandato.

**Tabela 3.24** – Percentual de Votos e Apoio do Presidente - Novatos (AP)

Apoiado	Média	Desvio	Coefficiente de Variação	N
Sim	2,64	2,39	90,53	363
Não	2,23	2,19	98,21	591

Fonte: TSE F = 3,190 p = 0,074 T = 2,708 p = 0,007

**Tabela 3.25** – Percentual de Votos e Apoio do Presidente - Veteranos (AP)

Apoiado	Média	Desvio	N
Sim	2,16	1,91	400
Não	2,14	2,01	631

Fonte: TSE F = 1,433 p = 0,232 T = 0,123 p = 0,902

Em média, os apoiados pelo presidente têm o percentual de votos válidos maior. Isso independentemente do grupo ao qual o *incumbent* integra. Todavia, o apoio parece mais proveitoso para os candidatos à primeira renovação do mandato. Vale dizer, apenas dentre eles a diferença entre as médias apresenta significância estatística. Outra maneira de olhar para esses dados é observar a distribuição dos candidatos de acordo com o sucesso eleitoral. As tabelas abaixo apresentam os resultados.

**Tabela 3.26** – Apoio do Presidente e Sucesso Eleitoral - Novatos

Apoiado	Situação (%)	
	Eleito	Não Eleito
Sim	244 (67,2)	119 (32,8)
Não	374 (63,3)	217 (36,7)
Total	618 (64,8)	336 (35,2)

$\chi^2 = 1,526$  p = 0,217 CC = 0,040 p = 0,217

**Tabela 3.27** – Apoio do Presidente e Sucesso Eleitoral - Veteranos

Apoiado	Sucesso Eleitoral	
	Eleito	Não Eleito
Sim	292 (73,0%)	108 (27,0%)
Não	409 (64,8%)	222 (35,2%)
Total	701 (68,0%)	330 (32,0%)

Fonte: TSE  $\chi^2 = 7,531$   $p = 0,006$   $CC = 0,085$   $p = 0,006$

Os candidatos que contam com o apoio do presidente são mais bem sucedidos, independente de serem novatos ou veteranos. Todavia, a relação se inverte. A dependência entre as variáveis só é significativa para os candidatos veteranos. Vale lembrar, esse comportamento não é apenas contrário ao que aponta o percentual, é também contrário ao que ocorre com o apoio do governador. Diante desse quadro contraditório, torna-se ainda mais relevante observar o efeito do número de candidatos apoiados nessa dinâmica. A exemplo do que foi feito na análise do apoio dos governadores, selecionam-se apenas os candidatos que concorrem em distritos em que o apoio é mais compartilhado. As tabelas abaixo apresentam o sucesso eleitoral de *incumbents* apoiados e não apoiados nesses distritos.

**Tabela 3.28** – Apoio do Presidente e Sucesso Eleitoral - Novatos – Distritos Mais Compartilhados

Apoiado	Sucesso Eleitoral	
	Eleito	Não Eleito
Sim	88 (71,5%)	35 (28,5%)
Não	55 (67,1%)	27 (32,9%)
Total	143 (69,8%)	62 (30,2%)

Fonte: TSE  $\chi^2 = 0,495$   $p = 0,536$   $CC = 0,048$   $p = 0,495$

**Tabela 3.29** – *Status* do Partido e Sucesso Eleitoral - Veteranos - Distritos Mais Compartilhados

Apoiado	Sucesso Eleitoral	
	Eleito	Não Eleito
Sim	123 (69,1%)	55(30,9%)
Não	63 (62,4%)	38 (37,6%)
Total	186 (66,7%)	93 (33,3%)

Fonte: TSE  $\chi^2 = 1,311$   $p = 0,156$  CC = 0,068  $p = 0,252$

Novamente, os apoiados são mais bem sucedidos, independente do grupo que eles integram. No entanto, os testes de dependência entre as variáveis não apontam significância em nenhum contexto. Os veteranos, grupo que aproveita melhor o apoio em termos de sucesso eleitoral, não apresentam o mesmo desempenho. Em outros termos, observando apenas os distritos com maior número de candidato apoiado por vaga, a significância estatística da associação entre as variáveis se perde. Esse resultado é confirmado pelos coeficientes de contingência reportados nas tabelas (CC = 0,085 / 0,065). Em resumo, as análises desta seção sugerem que: 1) o apoio do presidente influencia o sucesso eleitoral dos *incumbents* veteranos, embora contribua mais para o aumento do percentual de votos dos novatos; 2) essa influência é menos significativa em distritos nos quais o número de apoiados é maior. Conclusão, os resultados corroboram apenas parcialmente H5 e contradiz por completo o que previa H6.

### 3.7 A FORÇA DO CONTEXTO

Teoricamente, o sistema eleitoral brasileiro motiva ao mesmo tempo o personalismo e acirra a competição. Em tese, ele motiva e dificulta o desempenho eleitoral dos *incumbents* ao mesmo tempo. Motiva porque o personalismo tende a enfraquecer os partidos e ressaltar os atributos individuais. Dificulta porque permite a intensa competição entre os aspirantes à reeleição e aumenta a dependência deles frente a outros atores políticos. Nesse capítulo, o destaque recaiu sobre a segunda dimensão. Em especial, devido à ausência de estudos que enfrentam esse ponto. Afinal, a competição entre os aspirantes à reeleição dificulta o sucesso eleitoral deles? O efeito é o mesmo para *incumbents* veteranos e novatos?

Em primeiro lugar, os dados mostram que quase todos os municípios brasileiros registram votos para, no mínimo, dois candidatos à reeleição. Isso significa que raramente um *incumbent* disputa uma eleição sem a sombra de outro. O que dá margem para estimar um embate entre eles. Não sem razão, os distritos que registram o maior nível de competitividade entre os *incumbents* são também aqueles que registram os piores desempenhos desses candidatos. Algo parecido acontece quando se estima a competição por coligação. Concorrer por um partido coligado aumenta o sucesso eleitoral dos *incumbents*, em especial, os aspirantes a primeira reeleição. Todavia, a competitividade dentro das coligações pondera esse efeito.

Outro componente do sistema eleitoral examinado são as eleições casadas. O peso das eleições majoritárias (executivos estadual e federal). Ao que parece, pertencer a coligação do governador ajuda os candidatos a renovarem seus mandatos. Entretanto, os dados mostram que esse efeito precisa ser ponderado pelo número de candidatos à reeleição que o governador apoia. Mais que isso, a variável tem comportamentos distintos entre candidatos novatos e veteranos. Como era de esperar, esse apoio é mais efetivo dentre os novatos. O mesmo não pode ser dito quanto ao apoio do Planalto. Nos distritos em que o apoio presidencial é mais compartilhado, apoiados e não apoiados não se diferem quanto ao sucesso eleitoral.

Em conjunto, a análise dos dados sugere a relevância do contexto (distrito e coligações) na estimação do sucesso eleitoral dos candidatos à reeleição parlamentar no Brasil. Vale dizer, a intenção aqui é trabalhar a competição e a dependência mais como variáveis intervenientes que causais. Daí a ausência de um modelo que afira a relação de causa e efeito. Na verdade, o intuito maior desse capítulo é evidenciar o peso do contexto no sucesso eleitoral dos parlamentares. No mínimo, ele pondera o retorno eleitoral dos atributos do mandato ou das características pessoais. Obviamente, esses contextos apresentam características difíceis de serem mensuradas. Por exemplo, apoios não declarados, alianças informalmente montadas, perseguições, rivalidades políticas etc. Entretanto, isso não exime o pesquisador de olhar para essa dimensão e tentar incluir na análise o máximo de elementos que ele conseguir enxergar.

## CAPÍTULO 4

---

### REELEIÇÃO PARLAMENTAR, PARTIDOS E SISTEMAS PARTIDÁRIOS

## 4.1 INTRODUÇÃO

No Brasil, poucos temas atraem tanta atenção quanto os partidos e o sistema partidário. O debate é marcado por uma forte controvérsia entre o que diz a política comparada e o que acredita parte da Ciência Política nacional. Para Lamounier (1994), Linz (2002) e Mainwaring (2001) tanto os partidos quanto o sistema nascem com sérias deficiências no Brasil. Segundo eles, partidos e sistema configuram-se de modo bastante distinto do modelo adotado nas democracias avançadas. Mas, como ambos insistem em sobreviver, aos poucos vão surgindo vozes destoantes (Figueiredo e Limongi 2001, Lyne, 2005; Hagopian, Gervasoni e Moraes, 2009). De forma geral, argumenta-se que o sistema político brasileiro apresenta fatores capazes de gerar uma surpreendente estabilidade. Paulatinamente, a fragmentação, a volatilidade e a instabilidade vão dando lugar a um certo nível de estruturação.

De acordo com alguns autores (Figueiredo e Limongi, 2001 e Hagopian, Gervasoni e Moraes, 2009), na Câmara as bancadas registram altos níveis de disciplina. Mais que isso, Melo e Câmara (2012) e Limongi e Cortez (2010) afirmam que já é possível identificar sinais de estruturação na competição partidária em torno da disputa pela Presidência da República. Adicionalmente, Power (2000), Leoni (2002), Lyne (2005) e Power e Zucco (2009) apontam sinais de consolidação do posicionamento ideológico e aumento da coerência programática de coalizões e coligações partidárias. Peres (2005), Rennó, Peres e Ricci (2008) e Bohn e Paiva (2009) indicam uma redução significativa na volatilidade eleitoral brasileira. Portanto, pode-se dizer que atualmente a tese da fragilidade dos partidos e desorganização do sistema partidário é bastante contestada.

Independente de quem está com a razão, o certo é que o conjunto de aspectos considerado nessa discussão acabou se tornando bastante reduzido. A exclusão do tema da reeleição parlamentar é um exemplo claro disso. Diferente de outras tradições, a literatura brasileira não debateu de forma sistemática a relação entre partidos e sistema partidário e reeleição parlamentar. Salvo engano, Pereira e Rennó (2001) são os únicos que listaram a posição ideológica dos partidos entre os possíveis determinantes da reeleição parlamentar. Portanto, predomina a ideia de que os partidos têm pouco a dizer sobre fenômenos eleitorais e que a reeleição tem pouco a ver com a política partidária. Em outros termos, tudo faz crer que a literatura sobre reeleição parlamentar no Brasil acredita, direta ou indiretamente, na tese da fragilidade dos partidos e na desorganização do sistema.

Todavia, o fato dessa tese não ser consensual deixa margem para dúvidas. Afinal, é provável que partidos e sistema partidário influenciem a reeleição parlamentar caso eles não sejam nulos. Comumente, a política partidária é considerada um fator chave para explicar alterações na taxa de reeleição parlamentar (Mayhew, 1974; Fiorina 1977; Fenno, 1978; Stonecash, 2008). O problema é que na maioria das vezes a ligação entre esses dois fenômenos é feita via identificação partidária. Portanto, não surpreende a ausência desse argumento em terras brasileiras. Para pensar a relação entre partidos e reeleição parlamentar no Brasil é preciso reinterpretar os partidos e descobrir novas ligações entre a política partidária e os fenômenos eleitorais. Do ponto de vista teórico, esse é o maior desafio desse capítulo. Não sem razão, sua pergunta central é: os partidos brasileiros são capazes de organizar a disputa pela reeleição parlamentar? Aqui a principal hipótese é que essa capacidade varia conforme o posicionamento ideológico dos partidos, o tamanho das suas máquinas e o nível de estruturação do sistema.

Precisamente, o objetivo é verificar se a renovação do mandato varia entre os partidos e o porquê. Para tanto, o capítulo está organizado em quatro seções. A primeira revisa a literatura que discute conjuntamente partidos, sistemas partidários e reeleição parlamentar. O propósito é fornecer as bases para pensar as ligações entre os três no Brasil. Na sequência, o foco são os estudos produzidos sobre a realidade brasileira. Velhas e novas perspectivas são revisadas tendo em vista ligar à discussão a questão da reeleição parlamentar. Na terceira seção, são levantadas e testadas hipóteses sobre a dinâmica partidária da reeleição parlamentar. Por fim, a quarta seção sumariza os principais achados e relata o que foi possível entender sobre reeleição parlamentar a partir dos partidos e do sistema partidário e vice-versa.

#### **4.2 POR QUE PARTIDOS?<sup>75</sup>**

Nessa seção importa deixar claro como e a partir de quando a literatura especializada passou a discutir em conjunto partidos, sistemas partidários e reeleição parlamentar. Embora incomum no Brasil, a relação entre os três é bastante discutida em outras tradições. O exemplo maior está na literatura norte-americana. Grande parte dela acredita que a interação entre partidos e eleitores está na base do desempenho eleitoral dos *incumbents* (Erikson, 1971; Cover, 1977; Ferejohn, 1977; Cox e Katz, 1996, 2004). Em especial, devido à influência dos partidos

---

<sup>75</sup> O título é uma referência direta ao trabalho do Aldrich (1995).

no voto do eleitor, operada a partir de três principais mecanismos: 1) identificação partidária; 2) redesenho dos distritos e 3) alocação de candidatos. Não sem razão, os três elementos são comumente mobilizados para explicar o crescimento da vantagem dos *incumbents* nos últimos 50 anos.

De início, os estudos nessa área acreditam que a vantagem dos *incumbents* cresce na medida em que a identificação partidária diminui ou perde força. O raciocínio baseia-se numa mudança do comportamento eleitoral. Os autores acreditam que o eleitor se torna mais pragmático e por isso passa a valorizar atributos do mandato e do candidato ao invés da identificação partidária (Erikson, 1971; Cover, 1977; Ferejohn, 1977). Em geral, esses atributos são mais salientes nos *incumbents*. Adicionalmente, Mayhew (1974), Fiorina (1977), Fenno (1978), dentre outros, apostam que a virada pragmática corresponde também a uma valorização de atores que podem oferecer o acesso a benefícios particulares. Os eleitores tornam-se mais individualistas além de menos partidários (Fiorina, 1989; Parke e Parke, 1985; Young, 2005; Petrocik e Desposato, 2004; Goodman, Parker e Roach, 2007; Rivers e Fiorina, 1989). Nesse contexto, a antiga clivagem partidária começa a perder força para a clivagem governo-oposição, sendo o primeiro (o governo) detentor de benefícios bastante atrativos para o eleitor. O raciocínio completa-se com a ideia de que os *incumbents* são os candidatos mais habilitados para garantir esses benefícios (Mayhew, 1974; Fiorina 1977; Fenno, 1978).

Mais recentemente, os estudos sobre reeleição parlamentar passaram a defender a multi-causalidade do fenômeno. Gelman e Huang (2008) acreditam que a reeleição parlamentar precisa ser explicada levando-se em consideração os aspectos ligados ao distrito, ao candidato e a eleição. Cox e Katz (1996) argumentam que o desempenho eleitoral dos *incumbents* é um somatório de: atributos do mandato + concorrentes pouco qualificados + algumas características dos candidatos. Para eles, os *incumbents* são capazes de retroalimentar sua vantagem afastando os concorrentes mais qualificados. O efeito direto disso é um aumento da vantagem dos candidatos à reeleição e uma redução do controle partidário sobre as suas candidaturas. Enquanto os *incumbents* tornam-se candidatos natos, os melhores desafiantes buscam os distritos em que eles não estão presentes (Cox e Katz, 1996, 2004; Levitt e Wolfram, 1997; Jacobson e Kernnel, 1981; Mann e Wolfinger, 1980). De algum modo, essa dinâmica contribui para enfraquecer os partidos e fortalecer os *incumbents*.

Contrariamente, há quem advogue uma interação positiva entre partidos e reeleição parlamentar. Porém o mecanismo que relaciona os dois temas não é mais a identificação

partidária. Cox e Katz (2004) e Brunel (2008) defendem que o crescimento da vantagem dos *incumbents* é resultado de um processo de redesenho dos distritos partidariamente conduzido e orientado. Para eles, os partidos lutam por desenhos que aumentem as chances de vitória dos seus candidatos, não raro, *incumbents*. Logo, os partidos e os *incumbents* podem interagir positivamente garantindo o sucesso um do outro. Na mesma direção, Carson, Engstrom e Roberts (2006; 2007) argumentam que os partidos podem funcionar como um time. Dessa forma, maximizam as chances eleitorais dos seus candidatos à reeleição parlamentar. Para eles, a chave explicativa é a alocação dos candidatos. Os partidos alocam os candidatos mais qualificados para disputar as eleições onde as condições são mais favoráveis. Isso na tentativa de aumentar simultaneamente o tamanho da bancada e maximizar as chances de vitória dos *incumbents* (Summers, 2004; Aldrich, 1995; Carson, Engstrom e Roberts, 2007).

Para fechar, vale lembrar que mesmo os autores que negam o crescimento da vantagem dos *incumbents* nas últimas décadas não fogem do argumento partidário. Stonecash (2003; 2008) afirma que o alardeado crescimento não passa do reflexo circunstancial do realinhamento partidário dos distritos. Isso é ainda mais evidente quando se observa a dinâmica da preferência partidária em termos étnicos e geográficos (Black e Black, 2002; Sinclair, 1982; Polsby, 2004). Stonecash (2008) é taxativo ao defender que o enfoque no fenômeno em si (crescimento da vantagem eleitoral dos *incumbents*) tira de cena o seu caráter mais importante – o viés partidário.

Em resumo, a discussão dessa seção evidencia que a relação entre reeleição parlamentar e partidos políticos é bastante discutida fora do Brasil, mais especificamente, na tradição estadunidense. Mais que isso, demonstra que a influência partidária no voto é o principal ponto da discussão, pensada a partir de três mecanismos: 1) identificação partidária; 2) redesenho dos distritos e 3) alocação dos candidatos. Curiosamente, os três mecanismos são negados no debate brasileiro. Primeiro, a ideia de que os partidos não importam se apoia no baixo nível de identificação partidária do eleitorado. Quanto ao redesenho dos distritos, é sabido que é um fenômeno inexistente no Brasil. Aqui, as fronteiras dos distritos correspondem aos limites territoriais dos estados da federação. Por fim, argumenta-se que a organização das campanhas é controlada pelos candidatos e que a seleção deles tem regras frouxas (Mainwaring, 2001; Ames, 2003). Sem dúvida, essas lacunas ajudam a explicar porque reeleição parlamentar, partidos e sistemas partidários não são analisados conjuntamente no Brasil. Seguramente, para aproximar os temas é necessária uma reinterpretação do debate.

### 4.3 TALVEZ PARTIDOS

Ao que parece, sem identificação e sem alocação partidária dos candidatos é difícil pensar numa relação mais próxima entre partidos e reeleição parlamentar. Pois esses são os dois braços mais importantes da política partidária na dinâmica eleitoral. No Brasil, o saber convencional argumenta que ambos são no mínimo tênues. Portanto, a questão é conhecer a razão dessa configuração, e mais, saber se é possível uma interpretação diferente. Para investigar essa possibilidade convém sumarizar o que denominei de saber convencional e apresentar a contracorrente.

*O saber convencional: “os partidos inúteis”*

Em grande medida, o debate sobre partidos e sistema partidário brasileiros reproduz os argumentos da política comparada (Ames, 2003; Mainwaring, 2001; Nicolau, 2000; Samuels, 2002; Lucas e Samuels, 2010). Particularmente, está ancorado na tese do declínio dos partidos e no conceito de institucionalização. De início, argumenta-se que os partidos possuem um baixo nível de enraizamento social e um conteúdo ideológico vago e impreciso. Em termos teóricos, aproximam-se os partidos brasileiros aos do tipo *catch all* (Mainwaring, 2001; Lamounier, 1994; Maneguelo, 1998; Samuels, 2002; Ames, 2003). Isso significa que os partidos brasileiros são acusados de forjar plataformas ecléticas que impedem os cidadãos de acessar os verdadeiros interesses gerais (Dalton e Wattenberg, 2002; Koole, 1996). Mais que isso, os críticos os caracterizaram por: 1) manutenção de uma estrutura organizacional leve; 2) adesão a uma ideologia vaga e imprecisa e 3) orientação excessivamente voltada para competição eleitoral (Kichheimer, 1966).<sup>76</sup> Ao invés das clivagens ideológicas, esses partidos investiriam na profissionalização das campanhas. Em especial, a partir do suporte técnico de profissionais do *mass media* (Kirchheimer, 1966; Katz e Mair, 1995).

Segundo Lamounier (1994) e Mainwaring (2001), no Brasil os partidos são forjados pelas elites e estão longe de refletir clivagens presentes na sociedade. Para eles, os partidos se caracterizam por serem organizações frouxas, que permitem que os políticos atuem com desconsideração de regras e compromissos. Nas palavras de Mainwaring (2001):

---

<sup>76</sup> Com algumas diferenças, os partidos de *catch-all* foram também chamados de *electoral-professional e modern cadre* por Panebianco (1982) e Koole (1996), respectivamente.

*No Brasil os partidos catch-all nacionais são fracos, oficialmente, seus organismos internos dispõem de amplos poderes, mas na prática são pobres de recursos e em pessoal, tem pouca função nas campanhas eleitorais, fraca presença no Congresso raramente se reúne e é pouco institucionalizados (Idem, p.180).*

Mainwaring (2001) acredita que esse quadro baseia-se em fatores macro-históricos e regras institucionais. A primazia dos candidatos sobre os partidos é ratificada pela representação proporcional com lista aberta (RPLA), pela alta fragmentação partidária, pelo baixo enraizamento social dos partidos e pelo fortalecimento do federalismo. Para completar, esse desenho institucional é agraciado por um cenário em que predominam elites governantes com pouca tradição democrática e uma sociedade civil debilmente organizada e marcada pelo patrimonialismo e pelo clientelismo (Mainwaring, 2001).

Meneguello (2000) e Kinzo (1990; 1992) enfatizam ainda o efeito perverso da descontinuidade da política partidária. Elas argumentam que os partidos da Nova República têm pouca ligação com os do regime militar. Na prática, isso significa que eles foram criados perdendo o pouco da identidade social e ideológica que existia. Políticos remanescentes do MDB e da Arena deram origem a partidos diversos anulando o efeito do bipartidarismo vigente no Regime Militar. Além disso, alguns políticos se esforçaram para livrar-se da herança do Regime, notadamente, os que foram filiados à arena.<sup>77</sup> Por conseguinte, tornou-se praticamente impossível posicionar os partidos brasileiros dentro da escala direita/esquerda. Mais que isso, não é fácil distingui-los em termos de conteúdo ideológico (Maneguello; 2000 e Kinzo, 1993; 2001). Vale acrescentar, essa é a tônica da política partidária desde a redemocratização. De acordo com Kevin e Samuels (2010), hoje a única clivagem ideológica distinguível no Brasil é entre o PT e os demais partidos. Para eles, apenas os parlamentares do PT revelam preferências ideológicas distintas. Por consequência, a escala direta/esquerda tem pouca ou nenhuma aplicação no Brasil.

---

<sup>77</sup> Esse é um dos componentes do fenômeno chamado “Direita Envergonhada”. Documentada desde os anos 1980 corresponde à tendência dos políticos de direita não se reconhecerem enquanto tal.

Mas, o que parece ruim pode piorar. Até mesmo as “consagradas” funções de organização da competição política e formação dos governos são postas em xeque.<sup>78</sup> Há dúvidas se a competição entre os partidos constitui o melhor mecanismo para assegurar *accountability*. Além disso, questiona-se a cooperação entre os partidos como um meio eficiente para formar governos estáveis (Linz, 2002; Schmitter, 2001). Segundo Mainwaring (2001) e Ames (2003) no Brasil os partidos também falham na arena parlamentar. Eles são incapazes de assegurar níveis razoáveis de disciplina partidária. Em perspectiva comparada, nossos partidos apresentam uma disciplina abaixo da média dos países de industrialização avançada, cerca de 80% (Mainwaring, 2001). No entanto, o mais grave é que no Brasil os líderes não punem os indisciplinados, embora o estatuto dos partidos lhes conceda poderes para isso. Segundo Mainwaring (2001), a fragilidade dos líderes é explicada pela facilidade com que os deputados podem migrar junto à generosa oferta de partidos separados por tênues fronteiras ideológicas.

Por seu turno, Ames (2003) acredita que o Brasil é um caso típico de “governo por partidos condicionais” (Cox e McCubbins, 1993). Ou seja, um governo de partidos onde “as ações dos líderes dependem do apoio dos deputados de base, assunto por assunto” (Ames, 2003 p.256). Aqui, a disciplina partidária é resultado de um processo de barganha bem-sucedido em que grande parte dos deputados fica satisfeita com as recompensas recebidas (Ames, 2003; Pereira e Rennó, 2002; 2003). De acordo com Ames (2003), essa dinâmica reverbera na formação das coalizões governistas. O fato dos partidos participarem da coalizão não garante que os parlamentares oferecerão suporte ao governo. Isso porque a decisão convém a cada deputado individualmente, sem o constrangimento da orientação da bancada. A chave da governabilidade brasileira são os recursos que o Executivo libera para as bases dos parlamentares (Pereira e Rennó, 2001; 2003). Uma dinâmica que aumenta o custo e por vezes entrava a democracia (Ames, 2003).

Em resumo, a exemplo do que acontece com os partidos de *catch all*, nossos partidos são acometidos de dois grandes males: 1) fortes oscilações no seu desempenho eleitoral e 2) perda de controle sobre a seleção dos candidatos. Com isso, eles se tornam vulneráveis e, até certo ponto, dependentes da penetração de *outsiders* (políticos anti-partidários) (Mainwaring, 2001; Lamounier, 1994; Maneguelo, 1998; Samuels, 2002; Ames, 2003). As consequências mais graves são: a baixa estabilidade do sistema partidário e a incapacidade do partido propor

---

<sup>78</sup> Desde Downs (1999) aceita-se a ideia de que a organização das campanhas e a formação dos governos são as principais funções desempenhadas pelos partidos.

e oferecer suporte às políticas governamentais (Lehmbruch e Schmitter, 1982). Dessa forma, é plausível supor que os partidos falham nas suas quatro funções primordiais: 1) provisão de uma identidade simbólica; 2) agregação de interesses; 3) estruturação da competição política e 4) formação dos governos (Lehmbruch e Schmitter, 1982).

Essa visão leva os autores a acreditarem que o sistema partidário brasileiro apresenta um baixo nível de consolidação e/ou institucionalização (Sartori, 1994; Mawaring, 2001; Ames, 2003). Para Mainwaring e Torcal (2005) “um sistema partidário é um conjunto de partidos que interagem de maneiras padronizadas” (Mainwaring e Torcal, 2005 p. 252). Isso implica três condições: 1) a existência de ao menos dois elementos constitutivos (partidos); 2) regularidades na distribuição do apoio eleitoral por partidos ao longo do tempo e 3) alguma continuidade dos componentes que formam o sistema (p. 252). No Brasil, a única condição respeitada é a primeira (a numérica). Todavia, há muito se sabe que o número de partidos não é condição suficiente para caracterizar os sistemas partidários (Sartori, 1976). A alta volatilidade eleitoral e o aparecimento e desaparecimento de legendas são indicadores da violação da segunda e da terceira condição (Mainwaring, 2001; Coppedge, 1994). Portanto, o sistema partidário brasileiro apresenta sinais claros de baixo nível de institucionalização, precisamente: 1) instabilidade na competição entre os partidos; 2) baixo enraizamento social; 3) falta de legitimidade dos partidos frente aos atores políticos e 4) supremacia dos interesses particulares sobre as organizações partidárias.<sup>79</sup> Dificilmente existirá qualquer sinal de padronização das relações entre partidos em um cenário como esse. O sistema é fracamente consolidado e/ou institucionalizado (Sartori, 1976; Mainwaring e Torcal, 2005).

Por esse prisma, dificilmente a explicação de qualquer fenômeno eleitoral precisa levar em conta os partidos e o sistema partidário. Afinal, eles não conseguem desenvolver suas funções e nem promover o mínimo de estabilidade para as disputas. Portanto, não há motivo para supor que a disputa pela reeleição parlamentar é partidariamente orientada. Para o diagnóstico inverso, o primeiro passo é atribuir alguma importância aos partidos e supor que o resultado das eleições não é apenas fruto das estratégias individuais.

---

<sup>79</sup> Segundo Mainwaring e Torcal (2005): “Institucionalização refere-se a um processo pelo qual uma prática ou organização se torna bem estabelecida e amplamente conhecida, senão universalmente aceita. Os atores desenvolvem expectativas, orientações e comportamentos baseados na premissa de que essa prática ou organização prevalecerá no futuro previsível. Em política, institucionalização significa que os atores políticos têm expectativas claras e estáveis em relação ao comportamento dos outros atores. (Mainwaring e Torcal, 2005 p. 254).

*O saber alternativo: rumo à estruturação*

De forma contrária, alguns autores apontam sinais do fortalecimento dos partidos e do sistema partidário brasileiro (Figueiredo e Limongi, 2001; Cheibub, Figueiredo e Limongi, 2009; Lyne 2005; Epstein, 2009; Hagopian, Gervasoni e Moraes, 2009; Power e Zuco, 2009; Zuco e Lauderdale, 2011; Limongi e Cortez, 2010; Melo e Câmara, 2012; Melo, 2010). A princípio, esse diagnóstico se apoia em aspectos institucionais negligenciados pela corrente anterior. Figueiredo e Limongi (2001) são os primeiros a documentar um nível surpreendente de disciplina partidária. O argumento central deles é que algumas regras e procedimentos presentes na arena legislativa fortalecem os partidos e enfraquecem o personalismo e a descentralização (Figueiredo e Limongi 2001; Cox e McCubbins, 1993). Os autores enfatizam o poder de agenda regimental à disposição dos líderes de bancada.<sup>80</sup> O suposto é que o líder utiliza suas prerrogativas para incentivar o comportamento disciplinado. Isso seria ainda mais eficaz quando a liderança está associada ao chefe do Executivo. Figueiredo e Limongi (2001) vão mais longe e defendem que a votação no plenário obedece a um padrão unidimensional. “Os partidos podem ser dispostos num *continuum* ideológico que vai da esquerda à direita” (p.113). Por isso, em geral os partidos mais à esquerda votam de modo diferente dos mais à direita. Esse cenário retoma os partidos na arena parlamentar.

Por sua vez, Lyne (2005) mostra que a coerência programática e a coesão das coalizões partidárias são maiores que as admitidas pela literatura. Segundo Lyne (2005), no atual regime, a oposição e a situação apresentam padrões de votação bastante distintos, diferente do período 1945-64. “Brazilian parties have clearly begun to behave in ways that allow them to distinguish themselves from one another in their public records of support for distinctive policy platforms and legislative programs.” (Lyne, 2005 p. 212)<sup>81</sup>. Isso significa que atualmente os partidos podem reclamar os benefícios de ser governo ou de ser oposição (Carey, 1997). Além disso, Lyne (2005) chama atenção para o alto nível de coerência ideológica das coligações proporcionais. Segundo ela, a maior parte das coligações é formada por partidos vizinhos na escala direita/esquerda (Lyne, 2005). Portanto, os partidos brasileiros tornam-se mais programáticos, apoiadores consistentes de políticas governamentais.

---

<sup>80</sup> Quanto aos líderes, Figueiredo e Limongi (2001) estão se referindo as seguintes prerrogativas: 1) apresentar pedido de urgência; 2) limitar número de emendas aos projetos; 3) mudar o regime de votação dos projetos; 4) nomear os membros das comissões, dentre outros mecanismos menos formais.

<sup>81</sup> Partidos brasileiros tem claramente começado a se guiar por caminhos que permitem a eles distinguir-se um dos outros quanto ao suporte a plataformas políticas e a agenda legislativa.

Adicionalmente, Hagopian, Gervasoni e Moraes (2009) afirmam que não por acaso a disciplina partidária cresce e a volatilidade eleitoral diminui no Brasil. Segundo eles, essas medidas refletem uma valorização do caráter programático dos partidos. Em especial, impulsionado pela redução na disponibilidade de recursos para patronagem e pela homogeneização e polarização dos partidos (Hagopian, Gervasoni e Moraes, 2009). Os autores afirmam que “parties are being transformed from loose patronage machines to programmatically coherent and distinctive groupings.” (Hagopian, Gervasoni e Moraes, 2009 p.3).<sup>82</sup> Esta é a razão para queda da volatilidade eleitoral brasileira para patamares de países com sistemas partidários mais institucionalizados (de 45 em 1990 para 12,5 em 1998). Principalmente, essa é a razão para a delegação de autoridade aos líderes partidários e para os altos níveis de disciplina partidária (Hagopian, Gervasoni e Moraes, 2009). Portanto, há razões para crer que os partidos brasileiros vêm se fortalecendo, se não aos moldes dos partidos de massa, mas como verdadeiros agentes estatais. Como advertem Katz e Mair (2002) e Mair (2006) os partidos tem várias faces. Comumente, eles desenvolvem estruturas para participar dos governos (*public office*), organizar as bases (*on the ground*) e se organizar (*central office*). Por isso, precisam ser avaliados considerando essa diversidade (Mair, 2006; Katz e Mair, 2002).

Por seu turno, Power (2000), Leoni (2002) e Power e Zucco (2009) afirmam que é possível distinguir os partidos brasileiros dentro da escala direita/esquerda. Segundo eles, a diferença entre os partidos é saliente tanto em termos de auto percepção e percepção recíproca dos parlamentares quanto em termos de padrões de votação no plenário. Power e Zucco (2009) mostram que, em vinte anos, poucos partidos mudam de posição dentro da escala, isso tomando como parâmetro as respostas dos parlamentares. Eles mostram que os partidos são distinguíveis na escala direita/esquerda e que eles permanecem por um bom tempo nas mesmas posições. Nesse sentido, pode-se dizer que o sistema partidário brasileiro mantém um razoável nível de organização e diferenciação ideológica (Power, 2000; Power e Zucco, 2009).

Adicionalmente, Leoni (2002) trabalha as votações do plenário da Câmara e conclui que “falar em centro, direita e esquerda parece, afinal, fazer sentido no caso brasileiro.” (Leoni, 2002 p. 2). Ele constata que “os “governistas” ocupam um extremo e a “oposição”, o outro, estando os deputados distribuídos ao longo desse *continuum* ideológico.” (Leoni, 2002 p. 2). Mais que isso, os resultados apresentados por Ele mostram que os deputados não mudam de

---

<sup>82</sup> De máquinas de patronagem soltas os partidos são transformados em máquinas programáticas coerentes e agrupamentos distinguíveis.

posição ideológica de uma legislatura para outra. Em conjunto, os achados de Leoni (2002) evidenciam que a disciplina partidária dos parlamentares brasileiros tem também um forte componente ideológico. Zucco e Lauderdale (2011) discordam um pouco desse cenário e acrescentam um ponto importante. Para eles, a votação é dominada pela clivagem governo-oposição. Isso fica mais claro com a alternância de poder ocorrida na última década. Zucco e Lauderdale (2011) constataam certa distância entre o posicionamento ideológico mensurado através do *survey* e o posicionamento medido através da votação em plenário. Em geral, essa distância assume um viés governista, o que deixa clara a força da clivagem governo-oposição no comportamento parlamentar. Vale dizer, esse viés não se manifesta apenas individualmente. Alguns partidos também cambiam sua posição com a alternância do poder (Zucco e Lauderdale, 2011).

Seja como for, essa literatura aponta para sinais de estruturação da distribuição dos partidos na escala direita/esquerda, algo fundamental para pensar a consolidação do sistema partidário (Mainwaring, 2001). Não sem razão, o conceito de estruturação da competição tem sido cada vez mais usado para análise do sistema partidário brasileiro. Há um argumento implícito na literatura de que o sistema avança em outras dimensões que não correspondem exatamente à institucionalização (Melo, 2010; Melo e Câmara, 2012; Limongi e Cortez, 2010; Santos, 2008).

De modo explícito ou não, os trabalhos seguem a sugestão de Mair (1996) e Bardi e Mair (2008) quanto à necessidade de novos parâmetros para avaliar os sistemas partidários. Para eles, os padrões de competição pelo governo são os principais componentes da interação entre os partidos. Segundo Mair (1996), isso implica a análise de três fatores: 1) alternância no governo; 2) formação de coalizões e 3) acesso ao governo. Para Mair (1996), esses três critérios juntos caracterizam dois tipos de sistemas: fechados ou abertos. Os fechados são aqueles que apresentam maior frequência de alternância total, que formam a maioria das coalizões de modo corriqueiro e que contam com um pequeno número de partidos com chance de ocupar o governo. Os abertos são os que apresentam a configuração contrária. Mair (1996) afirma ainda que os sistemas fechados são aqueles que contam com um padrão de competição mais estável e previsível. Adicionalmente, Bardi e Mair (2008) acreditam que os sistemas partidários são multidimensionais. Isso significa que os padrões de competição precisam ser examinados em mais de uma divisão. Mais precisamente, em três: vertical, horizontal e funcional. Segundo eles,

a análise dessas divisões pode revelar a existência de subsistemas partidários. Isso é particularmente importante para estudos em perspectiva comparada.

No Brasil, as análises inspiradas nessas ideias abordam tanto o sistema partidário nacional quanto os subsistemas estaduais (Melo, 2007; Melo, 2010; Melo e Câmara, 2012; Limongi e Cortez, 2010; Santos, 2008; Melo, 2010, Epstein, 2009; Santos, 2007). No nacional, o argumento central é que a competição pela Presidência da República estrutura o sistema em termos de blocos partidários bem definidos (Melo, 2007; Melo, 2010; Melo e Câmara, 2012; Limongi e Cortez, 2010; Santos, 2008). Para Melo e Câmara (2012), “a partir de 1994, a competição pela Presidência da República adquiriu um padrão estável, claramente identificável nas estratégias delineadas pelos partidos” (p. 73). Segundo eles, esse padrão tem reflexo direto na organização das coligações partidárias. Na prática, isso significa que o sistema pode ser traduzido em termos de blocos partidários distintos, três, para ser mais preciso (liderados pelo PT, liderados pelo PSDB e independentes).

Limongi e Cortez (2010) sustentam um argumento semelhante, mas apostam apenas numa arrumação circunstancial. Para eles, é fato que a disputa presidencial tem sido protagonizada pelos mesmos partidos desde 1994. Além disso, é verdade que essa estruturação repercute nas disputas para os governos estaduais. Nesse âmbito os partidos avaliam o lançamento de candidaturas tendo em vista estratégia do partido na disputa presidencial (Limongi e Cortez, 2010). Como resultado, a fragmentação partidária tende a diminuir nos cargos executivos, ficando restrita ao Legislativo. Todavia, Limongi e Cortez (2010) advertem que a falta de enraizamento social da polarização entre o PT e o PSDB, deixa a porta entreaberta para o surgimento de uma terceira força. Por fim, Santos (2008), baseado em Duverger (1956), acredita que parte dessa estruturação se deve ao fato das eleições majoritárias tenderem ao bipartidarismo. Para ele, o efeito da fórmula eleitoral gera externalidades positivas para todo o sistema. Além disso, Santos (2008) argumenta que essa estruturação é perfeitamente compatível com o teorema do eleitor mediano, tal como foi definido por Downs (1999). De acordo com o autor, PSDB e PT, após alguns deslocamentos, se tornaram os partidos mais confiáveis para representar os eleitores com alguma inclinação para direita ou para esquerda, respectivamente. A disputa entre eles tende agora a ser resolvida a partir da avaliação do desempenho dos governos dirigidos por cada um (voto retrospectivo) (Santos, 2008).

No âmbito dos estados, o destaque vai para a volatilidade eleitoral dos sistemas e para fragmentação partidária. Para Epstein (2009), embora a maioria deles apresente alto nível de

fragmentação, é possível identificar diferenças importantes em termos de continuidade, de distinção e de identificação dos partidos. Eles são diferentes quanto à capacidade de oferecer para o eleitor uma estrutura de competição (Downs, 1999). Ainda de acordo com Epstein (2009), o grau de competitividade e o nível de estabilidade da disputa são as duas características fundamentais para classificar os sistemas partidários estaduais. Dessas duas dimensões é possível derivar quatro padrões de competitividade: fragmentado, competitivo instável, competitivo estável e hegemônico. Apoiado no trabalho do Kitschelt (2000) e em modelos econométricos, Epstein (2009) argumenta que a relação clientelista entre políticos e eleitores é o fator que mais explica a variação dos sistemas. Por seu turno, Melo (2010) argumenta que os sistemas partidários estaduais apresentam diferentes níveis de estabilidade da competição eleitoral. Para ele, essa estabilidade está correlacionada à valorização dos partidos pelos deputados estaduais. O raciocínio é simples: onde a competição é mais estável e o sistema é mais institucionalizado, os deputados tendem a valorizar mais as legendas. O motivo é a transformação dos partidos em referências importantes para a escolha eleitoral (Melo, 2010).

Adicionalmente, Rennó, Peres e Ricci (2008) e Bohn e Paiva (2009) tratam da volatilidade eleitoral dos sistemas partidários estaduais. Segundo os primeiros, essa variação é fortemente influenciada pela migração partidária e a desistência de candidatos de concorrerem à reeleição. Porém, parte da explicação deve-se a variáveis socioeconômicas e fatores político-institucionais. Já para Bohn e Paiva (2009) o sistema partidário brasileiro vem registrando uma tendência geral de redução da volatilidade eleitoral. Elas argumentam que o eleitorado estadual vem produzindo um patamar de oscilação de preferência bastante similar em todo o país. Mais que isso, a análise empreendida por elas permite identificar uma “progressiva nacionalização do sistema partidário inaugurado com a transição para a democracia.” (Bohn e Paiva, 2009 p.187). Mais da metade dos estados reproduzem na disputa estadual o padrão da disputa nacional. A oferta estável de candidaturas é aventada como principal hipótese para explicar esse fenômeno (Bohn e Paiva, 2009). Nas palavras delas “desde o início dos anos noventa, por exemplo, tem havido uma polarização sistemática entre dois partidos, o PT e o PSDB.” (Bohn e Paiva, 2009 p.204).

Por fim, Borges (2010) argumenta que as máquinas partidárias estaduais precisam ser reavaliadas. A ideia de que os governadores comandam poderosas máquinas eleitorais já não é tão fidedigna, sobretudo nos estados mais pobres. Segundo Borges (2010), a relação clientelista que rege o funcionamento dessas máquinas é eminentemente instável, a exemplo de todas as

outras desse tipo (Diaz-Cayeros, Magaloni e Weingast, 2003; Stokes, 2005). Para Borges (2010), “as instituições políticas brasileiras conspiram contra a construção dos monopólios políticos necessários para dar estabilidade às redes de patronagem estaduais ao longo do tempo” (Borges, 2010 p. 172). Precisamente, o maior “inimigo” dessas redes é a competição no âmbito nacional. O realinhamento de força no Planalto tem impacto direto na capacidade dos governadores continuarem sustentando suas redes clientelistas. Para Borges (2010), claramente “a relação entre as coalizões nacionais e estaduais é de interdependência.” (p. 185).

Em resumo, parte importante da literatura desafia o diagnóstico de que os partidos e o sistema partidário brasileiro são sinônimos de: fragilidade, fragmentação, volatilidade, instabilidade, ineficiência e clientelismo (Santos, 2008). Isso a partir do aprofundamento do debate em diversas questões, por exemplo: disciplina, coerência ideológica, padrão de competição e subsistemas estaduais (Figueiredo e Limongi, 2001; 2009; Cheibub, Figueiredo e Limongi, 2009; Lyne 2005; Epstein, 2009; Hagopian Gervasoni e Moraes, 2009; Power e Zuco, 2008; Zuco e Lauderdale, 2011; Limongi e Cortez, 2010; Melo e Câmara, 2012; Melo, 2010; Rennó, Peres e Ricci, 2008 e Bohn e Paiva 2009; Borges, 2010). Em conjunto, esse esforço mostra sinais do que parecia impossível: relevância dos partidos e estruturação do sistema partidário brasileiro.

#### **4.4 PARTIDOS E REEELIÇÃO NO BRASIL**

Creeceram as controvérsias sobre os partidos e o sistema partidário brasileiro. Já não é tão simples sustentar que as bancadas são indisciplinadas e que os partidos são indistinguíveis ideologicamente. Assim como, dificilmente pode-se ignorar a redução da volatilidade eleitoral e a emergência de um certo nível de estruturação da competição partidária. Nesse capítulo, interessa saber se os partidos atuam como fator estruturante da disputa à reeleição parlamentar no Brasil. Como visto, na base da relação entre partidos e reeleição parlamentar está a influência dos partidos no comportamento eleitoral. Precisamente, a partir da identificação partidária e da alocação de candidatos. Quanto à primeira, não há indícios de mudanças no Brasil (Carreirão, 2008; Tarouco e Paiva, 2011). Com algumas exceções, a literatura aponta que por aqui a identificação partidária não está vinculada a uma determinação do voto (Kinzo, 1993; 2001; Carreirão e Kinzo, 2004; Carreirão, 2008; Paiva, Batista e Stabile, 2008). Quanto à alocação de candidatos, há indícios de que o sistema passa por uma paulatina estruturação. De acordo com

a literatura recente, servem como indicadores desse processo: o posicionamento ideológico dos partidos, a disciplina partidária, os padrões de competição e a volatilidade eleitoral dos subsistemas partidários estaduais (Lyne 2005; Epstein, 2009; Hagopian Gervasoni e Moraes, 2009; Power e Zuco, 2008; Zuco e Lauderdale, 2011; Limongi e Cortez, 2010; Melo e Câmara, 2012; Melo, 2010).

A principal tarefa aqui é mensurar o impacto desses indícios na reeleição parlamentar. Mais precisamente, desafiar o saber convencional e encontrar sinais da relevância dos partidos em um fenômeno eminentemente eleitoral. Vale advertir, não se trata de considerar os partidos e/ou sistema partidário como determinantes da reeleição. A intenção é observar se algumas características deles modificam o retorno eleitoral dos recursos empregados pelos *incumbents*. Para tanto, o primeiro passo é agrupar os candidatos à reeleição de acordo com essas características e observar se o desempenho eleitoral dos grupos difere estatisticamente.<sup>83</sup> Antes, porém, é preciso informar que as análises são feitas separadamente para *incumbents* novatos e veteranos. Vale lembrar que são novatos todos aqueles que estão tentando renovar seu mandato pela primeira vez. Todos os demais são considerados veteranos. Essa opção metodológica tem por base os trabalhos de Shugart *et al* (2005) e Cox e Katz (1996) e visa estimar com maior precisão os efeitos dos partidos e do sistema partidário. Nos quadros abaixo se encontra resumida a metodologia utilizada para prosseguir a análise:

#### Quadro 4.1 – Lista de Hipóteses

<b>Partidos</b>	
H1:	<i>Quanto maior a clareza ideológica do partido, maior o desempenho eleitoral dos seus candidatos à reeleição;</i>
H2:	<i>Quanto maior o tamanho da máquina partidária, maior o desempenho eleitoral dos seus candidatos à reeleição;</i>
<b>Sistema Partidário</b>	
H3:	<i>Quanto mais estável a competição partidária, maior o desempenho eleitoral dos candidatos à reeleição;</i>
H4:	<i>Quanto menor a instabilidade eleitoral das disputas partidárias nos distritos, maior o desempenho eleitoral dos candidatos à reeleição;</i>

Fonte: elaboração própria

<sup>83</sup> Existe a possibilidade das diferenças encontradas serem causadas pela heterogeneidade dentro dos grupos. No entanto, para que isso ocorra é preciso atuação de algum viés de seleção, algo pouco plausível quando se trabalha com grandes contingentes. Aqui o universo é de 1994 candidatos distribuídos em cinco pleitos (1994-2010). Vale dizer, o modelo final da tese afasta por completo essa possibilidade.

### Quadro 4.2 - Desenho de Pesquisa

<b>População</b>	Deputados federais candidatos à reeleição nas cinco últimas eleições (1994 – 2010)
<b>Variáveis</b>	Percentual de votos; Sucesso eleitoral; Posicionamento Ideológico; Máquina Partidária; Fragmentação Partidária e Estabilidade da Competição;
<b>Técnicas</b>	Teste t de comparação de médias; Análise de variância; Teste de associação $\chi^2$ ; Análise de correlação r pearson; Análise de Cluster e Modelo Logístico Binário.

Fonte: elaboração própria

### Quadro 4.3 - Especificação das Variáveis

<b>Tipo</b>	<b>Variável</b>	<b>Descrição</b>	<b>Nível de Mensuração</b>
VD	Percentual de votos;	Percentual de votos válidos conquistado por cada candidato;	Contínua
	Sucesso eleitoral	Resultado da eleição para cada candidato ((1) Eleito ou (0) Não Eleito)	Categórica
VI	Bloco Partidário	Partidos separados por bloco de acordo com a classificação efetuada por Santos (2008) e Zucco e Lauderalde (2011);	Categórica
	Posicionamento Ideológico	Classificação dos partidos na escala esquerda/direita conforme autopercepção e percepção recíproca dos deputados;	Contínua/ Categórica
	Clareza Ideológica	Coefficiente de variação da classificação dos partidos na escala esquerda/direita conforme autopercepção e percepção recíproca dos deputados;	Contínua/ Categórica
	Máquina Partidária	Fator constituído pelo número de prefeituras controladas pelos partidos e votação recebida pelos prefeitos eleitos, ponderados pelo número de municípios e tamanho do eleitorado, respectivamente.	Contínua/ Categórica
	Fragmentação dos Sistemas partidários	Número de partidos que elegem um número de deputados acima de um quinto das vagas (Epstein, 2009).	Contínua/ Categórica
	Estabilidade da competição	Número de partidos que consegue esse patamar dividido pelo valor máximo possível subtraído por um (Epstein, 2009).	Contínua/ Categórica
	Instabilidade da Competição	Fator formado por quatro variáveis: volatilidades dos legislativos estadual e federal, percentual de deputados migrantes e diferença de votos recebidos pelo	Contínua/ Categórica

		governador e pelos candidatos a deputado federal do seu partido (Melo, 2010).	
--	--	---	--

Fonte: elaboração própria

## 4.5 RESULTADOS

O primeiro passo da análise é observar a variação do desempenho eleitoral dos candidatos à reeleição por partido. Dada a alta fragmentação partidária na Câmara, o diagnóstico trabalha apenas com os onze maiores partidos, considerando todo o período (1994-2010). As tabelas abaixo trazem informações sobre o percentual de votos válidos e o sucesso eleitoral dos *incumbents* por partido:

**Tabela 4.1** – Percentual de Votos por Partidos (1994-2010) (AP)

Partido	Média	Desvio Padrão	Coefficiente de Variação	N
DEM	2,72	2,11	77,57	302
PC do B	2,39	2,46	102,92	35
PDT	1,31	1,34	102,29	95
PMDB	2,48	2,03	81,85	347
PP	2,31	1,85	80,08	242
PPS	1,71	1,73	101,16	38
PR	2,16	1,94	89,81	112
PSB	2,51	2,47	98,41	79
PSDB	1,99	1,67	83,92	256
PT	1,82	1,66	91,21	238
PTB	1,92	1,81	94,27	115
Outros	1,60	1,89	118,12	101

Fonte: TSE F = 7,411 p = 0,000

**Tabela 4.2** – Sucesso Eleitoral por Partido (1994-2010)

Partidos	Eleitos		Não Eleitos	
	N	%	N	%
DEM	225	73,53	81	26,47
PCdoB	27	75,00	9	25,00
PDT	52	54,74	43	45,26
PMDB	242	67,79	115	32,21

PP	163	65,46	86	34,54
PPS	19	50,00	19	50,00
PR	72	62,60	43	37,40
PSB	48	60,00	32	40,00
PSDB	180	70,31	76	29,69
PT	182	74,89	61	25,10
PTB	71	61,21	45	38,79
Outros	46	44,66	57	55,34

Fonte: TSE  $\chi^2 = 54,095$   $p = 0,000$ <sup>84</sup>

CC = 0,163  $p = 0,000$

A performance eleitoral dos *incumbents* difere entre os partidos tanto em termos de percentual de votos válidos quanto em termos de sucesso eleitoral. De acordo com os dados, o DEM é o partido cujos candidatos alcançam em média o maior percentual de votos (2,72), seguido pelo PSB (2,51), PMDB (2,48) e PCdoB (2,39). Quanto ao sucesso eleitoral, a bancada mais vitoriosa pertence ao PCdoB, 75% dos candidatos à reeleição consegue renovar seu mandato, seguido do PT (74,893%), DEM (73,53%) e PSDB (70,31%). Chama atenção o fato da categoria outros (que abriga os partidos nanicos) ser a única a registrar um percentual de fracasso maior que o de sucesso. Por alguma razão, os deputados desses partidos são mais ameaçados. A análise de variância aponta a diferença estatística das médias e os testes de dependência estatística entre as variáveis apontam significância da associação entre variáveis. Em conjunto, esses achados evidenciam que o desempenho eleitoral dos *incumbents* varia de forma robusta entre os partidos.

#### *Heterogeneidade entre incumbents*

Como dito anteriormente, a análise dos *incumbents* como um grupo homogêneo pode ser pouco confiável. Incluso no grande grupo estão candidatos tentando renovar seu mandato pela primeira vez (novatos) e pela enésima vez (veteranos). Nesse trabalho, importa fazer ao menos uma diferenciação entre os candidatos a primeira reeleição e aqueles que estão há mais tempo renovando seu mandato. Para não ficar cansativo, repito apenas a análise via tabela de contingência.

<sup>84</sup> A categoria outros, criada para agrupar os demais partidos, é desconsiderada nos testes estatísticos deste capítulo.

**Tabela 4.3 – Sucesso Eleitoral por Partido - Novatos (1994-2010)**

Partidos	Eleitos		Não Eleitos	
	N	%	N	%
DEM	90	70,32	38	29,68
PCdoB	14	70,00	6	30,00
PDT	28	50,91	27	49,09
PMDB	109	65,66	57	34,34
PP	72	62,07	44	37,93
PR	34	65,38	18	34,62
PSB	23	54,76	19	45,24
PSDB	87	69,05	39	30,95
PT	94	75,20	31	24,80
PTB	31	62,00	19	38,00
Outros	27	50,94	26	49,06

Fonte:TSE  $\chi^2 = 23,549$   $p = 0,015$

CC = 0,155  $p = 0,015$

**Tabela 4.4 – Sucesso Eleitoral por Partido - Veteranos (1994-2010)**

Partidos	Eleitos		Não Eleitos	
	N	%	N	%
DEM	135	75,84	43	24,16
PCdoB	13	81,25	3	18,75
PDT	24	60,00	16	40,00
PMDB	133	69,63	58	30,37
PP	91	68,42	42	31,58
PR	38	60,32	25	39,68
PSB	25	65,79	13	34,21
PSDB	93	71,54	37	28,46
PT	88	75,58	30	25,42
PTB	40	60,60	26	39,39
Outros	19	62,00	31	38,00

Fonte:TSE  $\chi^2 = 36,244$   $p = 0,000$

CC = 0,184  $p = 0,000$

Dentre os novatos, o PT foi o partido com maior nível de sucesso eleitoral. 75,20% dos seus candidatos à primeira reeleição conseguiram renovar seus mandatos. Na sequência, estão o

DEM (70,32%), PCdoB (70,00%) e PSDB (69,05%). Dentre os veteranos, o PCdoB é o partido com maior sucesso (81,25%), seguido por DEM (75,84%), PT (75,58%) e PSDB (71,54%). Vale informar, o percentual médio de sucesso é maior no grupo dos veteranos (68,27% contra 63,29% dos novatos). Além disso, a dependência estatística entre as duas variáveis é mais forte entre os *incumbents* veteranos. Todavia, o teste aponta significância estatística da relação nos dois grupos.

#### *Posicionamento e Clareza ideológica*

Uma dúvida que surge é se características dos partidos ajudam a entender essa variação. Vale dizer, não se trata de considerar os partidos como causa da vitória dos *incumbents*, mas como detentor de características que influenciam o seu desempenho eleitoral. Comumente, utiliza-se o posicionamento ideológico como principal marcador dos partidos. O suposto é que o posicionamento na escala direita/esquerda ajuda-os a cumprir sua principal função: fornecer ao eleitor um atalho informacional para decisão do voto (Downs, 1999; Sartori, 1976; Pitkin, 1967). No Brasil, comumente se advoga que os partidos possuem um baixo nível de enraizamento social e um conteúdo ideológico vago e impreciso (Mainwaring, 2001; Ames, 2003; Kevin e Samuels, 2010 e Samuels, 2006). Todavia, Power (2000), Leoni (2002) e Power e Zucco (2008) defendem a utilidade da escala direita/esquerda na organização do quadro partidário brasileiro. O objetivo aqui é observar se esse posicionamento influencia o desempenho eleitoral dos *incumbents*. Baseado em Santos (2008) e Zucco e Lauderalde (2011), classifico os partidos em três blocos ideológicos: Esquerda (PT, PDT, PSB, PC do B); Centro (PPS; PMDB; PSDB) e Direita (PTB; PP; PR; DEM). As tabelas abaixo apresentam a média do percentual de votos e o sucesso eleitoral dos blocos partidários:

**Tabela 4.5** – Percentual de Votos por Bloco Partidário (AP)

Bloco	Média	Desvio Padrão	Coefficiente de Variação	N
Esquerda	1,88	1,88	100,00	447
Centro	2,24	1,89	84,38	641
Direita	2,39	1,98	82,85	771

Fonte: TSE F = 10,084 p = 0,000

**Tabela 4.6** – Sucesso Eleitoral por Bloco Partidário

Bloco	Eleitos		Não Eleitos	
	N	%	N	%
Esquerda	309	68,07	145	31,93
Centro	441	67,74	210	32,25
Direita	531	67,55	255	32,44

Fonte: TSE  $\chi^2 = 0,034$   $p = 0,983$  CC = 0,004  $p = 0,983$

Em média, os *incumbents* dos partidos de direita têm um percentual 27,12% maior que os candidatos à reeleição do outro extremo da escala. Além disso, eles correspondem ao grupo mais numeroso. A análise de variância aponta significância estatística da diferença entre as médias. Entretanto, o sucesso eleitoral assinala um cenário diferente. Os percentuais de sucesso dos três grupos são muito próximos, a esquerda tem uma pequena vantagem de menos de 1%. Não sem razão, o teste de dependência estatística entre as variáveis não aponta significância estatística. A análise dos dados desagregada por tipo de *incumbent* pode ajudar a esclarecer essa controvérsia. As tabelas abaixo apresentam os resultados.

**Tabela 4.7** – Sucesso Eleitoral por Bloco Partidário – Novato

Bloco	Eleitos		Não Eleitos	
	N	%	N	%
Esquerda	159	65,70	83	34,30
Centro	208	65,62	109	34,38
Direita	227	65,61	119	34,39

Fonte: TSE  $\chi^2 = 0,001$   $p = 1,00$  CC = 0,001  $p = 1,00$

**Tabela 4.8** – Sucesso Eleitoral por Bloco Partidário – Veterano

Bloco	Eleitos		Não Eleitos	
	N	%	N	%
Esquerda	150	70,76	62	29,24
Centro	233	69,76	101	30,24
Direita	304	69,09	136	30,90

Fonte: TSE  $\chi^2 = 0,189$   $p = 0,910$  CC = 0,014  $p = 0,910$

O enigma persiste, os três blocos possuem desempenhos muito próximos nos dois tipos de *incumbents*. O teste de dependência estatística entre as variáveis não aponta significância em nenhum dos grupos. Novatos e veteranos de diferentes blocos ideológicos não têm sucessos eleitorais distintos. Em resumo, ao que parece os *incumbents* da direita embora conquistem em média maior percentual de votos válidos, não transformam isso em maior sucesso eleitoral.

Todavia, a primeira hipótese aposta mesmo é no nível de clareza ideológica dos partidos. A ideia é que a clareza no posicionamento ideológico melhora o desempenho eleitoral dos *incumbents*. Segundo Hagopian Gervasoni e Moraes (2009), a virada programática dos partidos brasileiros traz consigo um ganho eleitoral para os seus membros. De acordo com eles, esse aspecto é fruto de uma redução dos recursos disponíveis para manter as redes clientelistas e de uma homogeneização e polarização dos partidos (Hagopian Gervasoni e Moraes, 2009). Para testar essa hipótese, utilizo os dados do *survey* realizado por Power (2000). Precisamente, a classificação dos partidos na escala direita/esquerda a partir dos próprios deputados. Com base nela, agrupo os partidos pelo nível de variação no posicionamento ideológico: alto, médio e baixo.<sup>85</sup> O suposto é que quanto menor a variação dos escores atribuídos aos partidos, mais clara é a posição ideológica. As tabelas apresentam os resultados.

**Tabela 4.9** – Percentual de Votos por Variação da Posição Ideológica (AP)

Nível	Média	Desvio Padrão	Coefficiente de Variação	N
Alto	1,76	1,90	99,48	184
Médio	1,92	1,86	99,47	373
Baixo	2,34	1,94	82,55	1301

Fonte: TSE F = 10,745 p = 0,000

<sup>85</sup> A unidade básica para o agrupamento é o coeficiente de variação das classificações recebidas por cada partido.

**Tabela 4.10** - Comparação Múltiplas das Médias (AP)

Grupo	Grupos	Diferença entre Médias	Turkey HSD <sup>86</sup>
			P
Alto	Baixo	-0,59	0,015
	Médio	-0,16	0,742
Médio	Baixo	-0,42	0,000
	Alto	0,16	0,742
Baixo	Médio	0,42	0,000
	Alto	0,59	0,015

Fonte: TSE

**Tabela 4.11** – Sucesso Eleitoral por Variação na Clareza Ideológica

Bloco	Eleitos		Não Eleitos	
	N	%	N	%
Alto	207	58,14	149	41,86
Médio	163	78,36	45	21,63
Baixo	910	68,63	416	31,37

Fonte: TSE  $\chi^2 = 26,212$   $p = 0,000$   $CC = 0,117$   $p = 0,000$ 

Os resultados estão dentro do esperado tanto em termos de percentual de votos quanto em termos de sucesso eleitoral. Os *incumbents* membros dos partidos com menor variação na posição ideológica (maior clareza) têm uma média 32,95% maior. A comparação mútua mostra que a média dos partidos com menor variação difere significativamente dos demais grupos. No caso do sucesso eleitoral, os *incumbents* membros de partidos com variação média são os mais bem-sucedidos. Apesar disso, o menor percentual é registrado dentre os candidatos membros de partidos com alta variação, conforme previa a hipótese 1. Para uma análise mais precisa, é salutar separar os *incumbents* em novatos e veteranos. As tabelas seguintes apresentam os resultados dessa clivagem.

---

<sup>86</sup> Os mesmos testes foram feitos com o Bonferroni apresentado resultados muito semelhantes.

**Tabela 4.12** – Percentual de Votos por Clareza Ideológica –Novatos (AP)

Nível	Média	Desvio Padrão	Coefficiente de Variação	N
Alto	1,99	2,05	103,01	179
Médio	1,92	1,95	101,56	106
Baixo	2,26	2,04	90,26	600

Fonte: TSE F = 4,854 p = 0,008

**Tabela 4.13** – Percentual de Votos por Clareza Ideológica – Veterano (AP)

Nível	Média	Desvio Padrão	Coefficiente de Variação	N
Alto	1,64	1,66	101,22	172
Médio	2,05	1,78	86,83	98
Baixo	2,47	1,86	75,30	703

Fonte: TSE F = 8,765 p = 0,000

**Tabela 4.14** – Sucesso Eleitoral por Clareza Ideológica- Novatos

Bloco	Eleitos		Não Eleitos	
	N	%	N	%
Alto	100	54,94	82	45,05
Médio	85	77,98	24	22,02
Baixo	409	66,61	205	33,39

Fonte: TSE  $\chi^2 = 16,848$  p = 0,000 CC = 0,135 p = 0,000

**Tabela 4.15** – Sucesso Eleitoral por Clareza Ideológica – Veteranos

Bloco	Eleitos		Não Eleitos	
	N	%	N	%
Alto	107	61,49	67	38,51
Médio	78	78,79	21	21,21
Baixo	501	70,37	211	29,63

Fonte: TSE  $\chi^2 = 9,557$  p = 0,008 CC = 0,098 p = 0,008

A média é mais alta dentre os membros dos partidos com menor variação na posição ideológica. Dentre os novatos, a diferença atinge 13,56%, já no grupo dos veteranos ela atinge os 50,6%. Quanto ao sucesso eleitoral, o resultado é semelhante ao do grupo geral. Em ambos, os candidatos à reeleição membros de partidos com variação média são os mais bem-sucedidos. Todavia, o grupo com alta variação é de fato o que apresenta o menor nível de sucesso, em ambos os grupos. Vale dizer, a análise de variância aponta significância estatística da diferença entre as médias. Da mesma forma, o teste de dependência estatística aponta significância da relação entre a variação do posicionamento ideológico e o sucesso eleitoral. Dessa forma, até aqui é possível dizer que: 1) candidatos à reeleição de partidos de direita conquistam em média um percentual de votos maior; 2) essa vantagem não é acompanhada por um maior sucesso eleitoral desse grupo e 3) candidatos à reeleição membros de partidos com maior clareza no posicionamento ideológico têm desempenho eleitoral melhor, tanto em termos de percentual de votos válidos quanto em termos de sucesso eleitoral.

### *Máquinas partidárias*

Parte importante da literatura acredita que o posicionamento ideológico é apenas uma das múltiplas formas de avaliar a força dos partidos políticos (Mair, 1996; Aldrich, 1995; Katz e Mair, 2006). Para Aldrich (1995), o principal parâmetro de avaliação dos partidos são os interesses dos seus membros. Sua função é impedir a instabilidade das maiorias e apatia da militância. Portanto, eles ajudam seus membros a: 1) resolver disputas internas pelo poder; 2) solucionar conflitos na escolha de políticas prioritárias e 3) garantir a mobilização da militância. Indubitavelmente, todas essas funções não são cumpridas apenas pelo posicionamento ideológico (Aldrich, 1995). No Brasil, é de se esperar que o grau de capilaridade importe, dado o federalismo forte e o nível de fragmentação partidária. Portanto, aqui os partidos são caracterizados pelo número e pelo tamanho das prefeituras que controlam. Precisamente, a máquina partidária é um fator resultante do número de prefeituras, do tamanho delas e do número de votos válidos recebidos pelos prefeitos eleitos.<sup>87</sup> Não sem razão, a segunda hipótese aposta que o tamanho dessas máquinas influencia positivamente o desempenho eleitoral dos *incumbents*. O teste dessa hipótese é feito a partir de dois procedimentos: 1) análise de dependência estatística entre as variáveis (*tamanho das máquinas* e *sucesso eleitoral dos incumbents*) e 2) modelo logístico binário com o *sucesso eleitoral* (variável dependente) e o

---

<sup>87</sup> As três variáveis foram ponderadas pelos números totais delas nos estados, portanto, reduzem-se os percentuais de prefeituras, eleitorado e votos, respectivamente. O procedimento foi feito via análise fatorial, detalhes sobre ela podem ser consultados nos anexos.

*tamanho das máquinas* (variável independente). Para o primeiro deles, as máquinas são separadas em três categorias: grande, médio e pequeno porte. Na sequência, observa-se o sucesso eleitoral dos seus *incumbents*. Para não ficar cansativo, analiso os *incumbents* já em tipos separados e apenas via tabela de contingência.

**Tabela 4.16** – Máquina Partidária e Sucesso eleitoral – Novatos

Porte	Eleitos		Não Eleitos	
	N	%	N	%
Grande	171	72,50	65	27,50
Médio	76	72,38	29	27,62
Pequeno	215	61,43	135	38,57

Fonte: TSE  $\chi^2 = 9,442$   $p = 0,009$  CC= 0,116  $p = 0,009$

**Tabela 4.17** – Máquina Partidária e Sucesso eleitoral - Veteranos

Porte	Eleitos		Não Eleitos	
	N	%	N	%
Grande	225	74,50	77	25,50
Médio	103	77,44	30	22,55
Pequeno	287	63,77	163	36,22

Fonte: TSE  $\chi^2 = 14,474$   $p = 0,001$  CC= 0,127  $p = 0,001$

Dentre os novatos, o tamanho da máquina apresenta o resultado esperado. Os candidatos à reeleição com menor nível de sucesso eleitoral são membros de partidos de máquinas pequenas. Isso também é verdadeiro para os veteranos. Mais que isso, o teste de dependência estatística entre as variáveis aponta a significância da relação. A diferença entre o sucesso eleitoral das máquinas pequenas e a faixa mais bem-sucedida é de 11,07%, dentre os novatos, e 13,67% no grupo dos veteranos. Para ter uma maior precisão do impacto desse resultado, o modelo logístico calcula a chance de renovação do mandato de acordo com o tamanho das máquinas. A tabela abaixo apresenta o resultado.

**Tabela 4.18 – Modelo Logístico – Máquina Partidária**

		B	S.E	Wald	df	Sig	Exp (b)
Novato	Máquina Partidária	0,195	0,084	5,353	1	0,021	1,215
	Constante	0,709	0,081	75,910	1	0,000	2,032
Veterano	Máquina Partidária	0,291	0,079	13,481	1	0,000	1,338
	Constante	0,840	0,074	128,259	1	0,000	2,316

Fonte: TSE Cox & Snell R Square = 0,008 / 0,016 e Nagelkerke R Square = 0,011 / 0,023<sup>88</sup>

De acordo com o modelo, cada ponto a mais na máquina eleva 1,21 vezes a chance de um *incumbent* novato conquistar a renovação do mandato. Em outros termos, cada ponto a mais na máquina aumenta em 21,5% a probabilidade do candidato conseguir a reeleição. Isso significa que alguns candidatos à reeleição têm 2,79 vezes mais chance de conquistar a renovação do mandato, considerando que a maior diferença entre máquinas pequenas e grandes é de 2,31 pontos. Para os veteranos, os números revelam um cenário ainda mais decisivo. Cada ponto a mais na máquina partidária aumenta em 1,33 vezes a chance de um *incumbent* veterano conquistar a renovação do mandato. Ou melhor, cada ponto a mais eleva em 33,8% a probabilidade de um candidato desse tipo se reeleger. Como a diferença entre a menor e a maior máquina é de 2,31 pontos, alguns *incumbents* veteranos têm 3,07 vezes mais chance de conquistar a renovação do mandato. Dessa forma, tanto para novatos quanto para veteranos, o tamanho da máquina partidária tem um impacto positivo na chance de vitória dos candidatos à reeleição, conforme previu a hipótese 2.

#### *Os sistemas: Institucionalização, Fragmentação e Estabilidade*

A maior parte da literatura aposta suas fichas na existência de subsistemas partidários estaduais (Epstein, 2009; Melo, 2010; Rennó, Peres e Ricci, 2008 e Bohn e Paiva, 2009). A ideia é que os subsistemas apresentam grandes diferenças em relação ao grau de fragmentação e estabilidade da disputa eleitoral. Pode-se dizer que os trabalhos se dividem quanto à importância conferida a volatilidade eleitoral. Em geral, os autores que trabalham o conceito de institucionalização adotam a volatilidade com indicador chave para analisar os sistemas

<sup>88</sup> Embora o ajuste dos dois modelos seja muito baixo, a intenção aqui não é prever com precisão a ocorrência de sucesso e fracasso dos *incumbents*. Mais detalhes sobre os modelos podem ser consultados nos anexos.

partidários (Melo, 2010). Os trabalhos que fogem desse conceito buscam outras vias, particularmente, a partir da ideia de estruturação da competição partidária (Epstein, 2009).

No campo da estruturação da disputa, o destaque vai para o trabalho de Epstein (2009). Segundo ele, os sistemas partidários estaduais podem ser classificados segundo o grau de fragmentação e estabilidade da disputa para Câmara dos Deputados. Nesse trabalho, fragmentação é “the proportion of seats in the chamber won by all parties that exceeded the state’s threshold”, enquanto estabilidade é a “measure divides the number of threshold crossings by the maximum observed and subtracts the result from 1” (Epstein, 2009 p.343).<sup>89</sup> Vale dizer, esse limite refere-se ao número mínimo de cadeiras acima do qual qualquer partido pode ser considerado grande e abaixo do qual um partido pode ser considerado pequeno, em geral, corresponde a um quinto das cadeiras (Epstein, 2009). Para Epstein (2009), sistemas com baixo nível de fragmentação e alto nível de estabilidade facilitam a vida do eleitor racional, permite que ele resuma as plataformas partidárias e vote de acordo com seus interesses. Aqui, importa saber se *incumbents* que concorrem em sistemas com esse perfil apresentam melhor desempenho eleitoral. Primeiro, cabe classificar os sistemas partidários estaduais de acordo com as duas dimensões. Para se aproximar do trabalho de Epstein (2009) a classificação é feita em quatro níveis, o quadro abaixo mostra como os estados estão distribuídos entre eles:<sup>90</sup>

**Quadro 4.4 – Nível de Fragmentação e Estabilidade dos Sistemas Partidários**

Dimensões	Níveis	Estados
Concentração	Muito Concentrado	PI, RN, SC, TO, MT, RJ,
	Concentrado	BA, CE, PB, RS, AC, AM, MA, PA, RO, RR, PA
	Fragmentado	GO, PE, SP, AP, DF, ES, MG, PR, MS,
	Muito Fragmentado	AL, MT, RJ, SE
Estabilidade	Muito Estável	CE, PE, PI, RN, RS, SC
	Estável	BA, GO, PB, SP
	Instável	AC, AL, AM, AP, DF, ES, MA, MG, MS, MT, PA, RJ, RR, SE, TO
	Muito Instável	PR, RO

<sup>89</sup> “A proporção das cadeiras da Câmara ganha por todos partidos que conseguem exceder o limite estadual.” É a “divisão do número de partidos que cruzaram esse limiar pelo número máximo observado, o resultado é subtraído de 1.

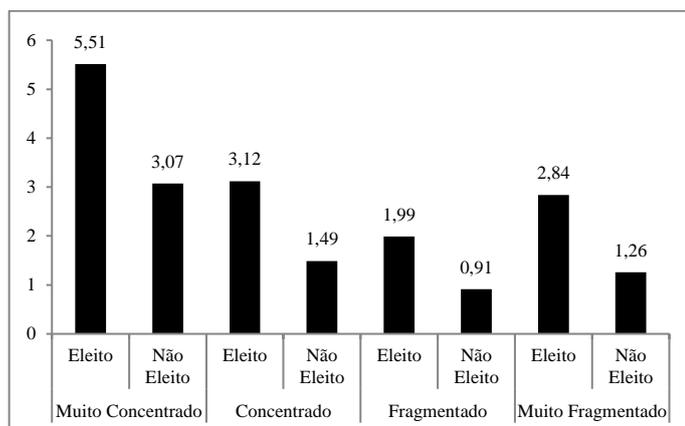
<sup>90</sup> A classificação foi feita via análise de cluster tendo como base os dados coletados por Epstein (2009). Diferente dele, classifiquei os estados via análise de cluster tentando maximizar a semelhança entre os casos quanto as duas dimensões Fragmentação e Estabilidade. Portanto, os quatro níveis das duas variáveis não correspondem exatamente aos quatro tipos de sistemas partidários sugeridos por Epstein (2009).

As classificações apontam uma frequência maior nas categorias intermediárias. Quanto à concentração, apenas quatro das 27 unidades podem ser consideradas altamente fragmentadas. Mais que isso, onze estados foram classificados como concentrados, a maior categoria. Quanto à estabilidade, a grande maioria é considerada instável, apenas dez dos 27 são considerados não-instáveis. Segundo Epstein (2009), em sistema com menor nível de fragmentação, a diferenciação entre os partidos tende a ser mais clara. Por isso, eles ganham mais importância e podem influenciar mais decisivamente no desempenho eleitoral dos candidatos. Aqui se espera que isso resulte numa elevação da performance eleitoral dos *incumbents*. As tabelas abaixo auxiliam na análise.

**Tabela 4.19** – Percentual de Votos por Nível de Concentração (AP)

Níveis	Situação	Média	Desvio Padrão	Coefficiente de Variação	N
Muito	Eleito	5,51	2,52	45,74	107
Concentrado	Não Eleito	3,07	1,51	49,19	47
Concentrado	Eleito	3,12	2,12	67,95	452
	Não Eleito	1,49	1,16	77,85	201
Fragmentado	Eleito	1,99	1,82	91,46	607
	Não Eleito	0,91	1,02	112,09	309
Muito	Eleito	2,84	2,67	94,01	158
Fragmentado	Não Eleito	1,26	1,53	121,43	109

Fonte: TSE

**Gráfico 4.1** – Média do Percentual de Votos e Nível de Concentração (AP)

Fonte: TSE

De acordo com os dados, a diferença entre as médias é maior nos sistemas partidários com maior nível de concentração. Nos sistemas de alta concentração, a diferença entre as médias chega a 2,44 pontos (79,47% a mais). Isso significa que o desempenho eleitoral dos vencedores é melhor nos distritos com maior concentração. Entretanto, espera-se mais que isso, a expectativa é que os *incumbents* vençam significativamente mais nesses distritos. Como de praxe, analisa-se o resultado separando os *incumbents* novatos dos demais. As tabelas trazem os resultados.

**Tabela 4.20** – Sucesso Eleitoral por Nível de Concentração – Novato

Nível	Eleitos		Não Eleitos	
	N	%	N	%
Muito Concentrado	48	64,00	27	36,00
Concentrado	209	68,30	97	31,70
Fragmentado	287	64,20	160	35,80
Muito Fragmentado	77	59,69	52	40,31

Fonte: TSE  $\chi^2 = 3,211$   $p = 0,360$   $CC = 0,058$   $p = 0,360$

**Tabela 4.21** – Sucesso Eleitoral por Nível de Concentração – Veterano

Nível	Eleitos		Não Eleitos	
	N	%	N	%
Muito Concentrado	59	74,68	20	25,32
Concentrado	243	70,00	104	30,00
Fragmentado	321	68,01	151	31,99
Muito Fragmentado	62	59,00	57	41,00

Fonte: TSE  $\chi^2 = 7,609$   $p = 0,055$  CC = 0,085  $p = 0,055$

Os percentuais de sucesso eleitoral são sempre maiores nos sistemas partidários de maior nível de concentração. Mais que isso, nos dois tipos de *incumbents* as menores taxas de sucesso são registradas nos sistemas partidários que apresentam alta fragmentação. Todavia, o teste de dependência estatística entre as variáveis aponta significância apenas entre os veteranos. Nessa categoria, a diferença do percentual de eleitos chega a 15,68%, comparando as categorias dos extremos. Esse resultado confirma a expectativa de que sistemas partidários mais concentrados são mais favoráveis aos *incumbents*, mais decisivamente, aos veteranos.

Como visto, a outra dimensão analisada pelo Epstein (2009) diz respeito à estabilidade. Fundamentalmente, Epstein (2009) espera que a maior estabilidade favoreça a capacidade do eleitor distinguir os partidos. Conseqüentemente, ele espera que os partidos ganhem maior relevância dentre os eleitores e dentre os seus membros (Epstein, 2009). Aqui se espera que isso tenha reflexos positivos no desempenho eleitoral dos candidatos à reeleição. A tabela e o gráfico apresentam os primeiros dados quanto à estabilidade dos sistemas partidários.

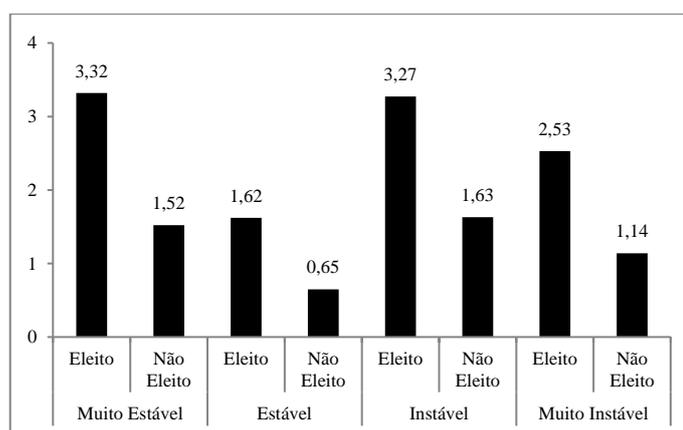
**Tabela 4.22** – Medidas descritivas - Percentual de Votos por Nível de Estabilidade (AP)

Níveis	Situação	Média	Desvio Padrão	Coefficiente de Variação	N
Muito Estável	Eleito	3,32	2,23	67,17	308
	Não Eleito	1,52	1,25	82,24	133
Estável	Eleito	1,62	1,39	85,80	368
	Não Eleito	0,65	0,74	113,85	194
Instável	Eleito	3,27	2,65	81,04	540
	Não Eleito	1,63	1,52	93,25	297

Muito	Eleito	2,53	1,60	63,24	104
Instável	Não Eleito	1,14	0,95	83,33	42

Fonte: TSE

**Gráfico 4.2** – Média do Percentual de Votos e Nível de Estabilidade (AP)



Fonte: TSE

Curiosamente, as maiores diferenças entre as médias são assinaladas em níveis opostos, muito estável e instável. Além disso, a menor delas é registrada nos sistemas partidários estáveis. Esse resultado traz uma ambiguidade inesperada, os *incumbents* vencedores parecem ter melhor performance em sistemas partidários com níveis bastante distintos de estabilidade. Dessa forma, não é possível saber se estabilidade auxilia o desempenho eleitoral dos candidatos à reeleição. A análise do sucesso eleitoral pode ajudar a solucionar essa ambiguidade. As tabelas abaixo apresentam os resultados.

**Tabela 4.23** – Sucesso Eleitoral por Nível de Estabilidade – Novato

Nível	Eleitos		Não Eleitos	
	N	%	N	%
Muito Estável	130	65,33	69	34,67
Estável	168	63,88	95	36,12
Instável	278	64,80	151	35,20
Muito Instável	45	68,18	21	31,82

Fonte: TSE  $\chi^2 = 0,450$   $p = 0,930$   $CC = 0,022$   $p = 0,930$

**Tabela 4.24** – Sucesso Eleitoral por Nível de Estabilidade – Veterano

Nível	Eleitos		Não Eleitos	
	N	%	N	%
Muito Estável	180	73,77	64	26,23
Estável	200	66,44	101	33,56
Instável	265	64,48	146	35,52
Muito Instável	60	74,08	21	25,92

Fonte: TSE  $\chi^2 = 7,784$   $p = 0,051$  CC = 0,086  $p = 0,051$

A ambiguidade se mantém. Os sistemas partidários muito estáveis e muito instáveis registram os maiores percentuais de eleitos. Isso independentemente do tipo de *incumbent*. Dentre os veteranos, única categoria em que existe dependência estatística entre as variáveis, o desempenho mais baixo é registrado nos sistemas partidários instáveis. Seja como for, os resultados não levam a nenhuma conclusão substantiva. Portanto, não há indícios de que a maior estabilidade dos sistemas partidários favorece o desempenho eleitoral dos *incumbents*.

Felizmente, essa não é nem a única nem a mais convencional forma de mensurar estabilidade dos sistemas partidários. Em geral, essa dimensão é medida a partir da volatilidade eleitoral. Para Mainwaring e Scully (1995) a volatilidade constitui um dos principais indicadores do grau de institucionalização dos sistemas partidários. Quanto menor ela for, maior é o nível de institucionalização. No Brasil, os trabalhos mais recentes têm demonstrado uma redução da volatilidade nos mais diferentes pleitos (Rici, Peres, Rennó e Ricci, 2008 e Bohn e Paiva, 2009). Mais que isso, há muita dúvida se essa redução aponta uma maior institucionalização do sistema (Luna e Altman, 2011). Melo (2010) compõe um índice de instabilidade da competição eleitoral nos estados a partir da combinação de uma série de indicadores: volatilidade (nas Assembleias, na Câmara e no Governo Estadual), percentual de migrantes no estado e a diferença de percentual de votos recebido pelo governador e pelo seu partido. Claramente, Melo (2010) oferece uma medida alternativa à calculada por Epstein (2009). Portanto, o intuito aqui é calcular a estabilidade a partir dele. O primeiro passo é reduzir as seis variáveis a um único construto. De acordo com os resultados da análise fatorial, as seis dimensões podem ser reduzidas em um único construto carregando 66% do total da variância. Mais que isso, pode-se observar que as volatilidades são as variáveis que mais contribuem para

construção do fator, sendo o percentual médio de migrantes a que menos contribui.<sup>91</sup> Na sequência, os estados são classificados, via análise de cluster, em quatro categorias conforme o nível de instabilidade da competição eleitoral. O quadro abaixo apresenta essa classificação.

**Quadro 4.5** – Nível de Instabilidade da Competição Eleitoral

Dimensões	Níveis	Estados
Instabilidade	Muito Estável	RS, SC, SP
	Estável	AC, BA, CE, DF, GO, MG, PA, PB, PE, PI, RN, TO
	Instável	AP, ES, MA, MS, MT, PR, RJ,
	Muito Instável	AL, AM, RO, RR, SE

Fonte: Elaboração Própria / Dados do TSE

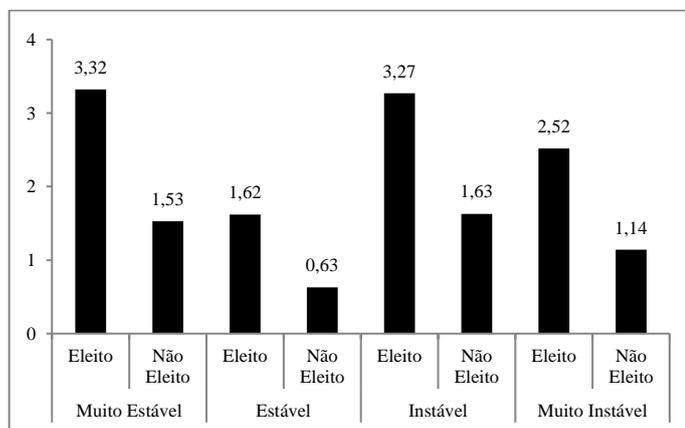
De acordo com o quadro, mais da metade dos sistemas pode ser considerada estável. Contrariamente, apenas cinco dos 27 são classificados como muito instáveis. A expectativa é que os *incumbents* alcancem maior desempenho eleitoral nos sistemas com competições eleitorais mais estáveis. Para seguir o padrão, comparo primeiro a média do percentual de votos válidos conquistados por *incumbents* eleitos e não-eleitos. A tabela e o gráfico apresentam os resultados.

**Tabela 4.25** – Medidas descritivas - Percentual de Votos por Nível de Instabilidade (AP)

Níveis	Situação	Média	Desvio Padrão	Coefficiente de Variação	N
Muito	Eleito	3,32	2,23	67,17	308
Estável	Não Eleito	1,53	1,25	81,70	133
Estável	Eleito	1,62	1,39	85,80	368
	Não Eleito	0,63	0,65	40,88	194
Instável	Eleito	3,27	2,65	81,04	540
	Não Eleito	1,63	1,51	92,64	297
Muito	Eleito	2,52	1,60	63,49	104
Instável	Não Eleito	1,14	0,94	82,46	42

Fonte: TSE

<sup>91</sup> Mais detalhes sobre essa análise fatorial podem ser encontrados nos anexos.

**Gráfico 4.3** – Média do Percentual de Votos e Nível de Instabilidade (AP)

Fonte: TSE

Confirmando a expectativa, a maior diferença entre as médias é registrada na categoria de maior estabilidade. Isso significa que nessa categoria os *incumbents* vencedores alcançam uma vantagem mais ampla sobre aqueles que não conseguem triunfar. Espera-se resultado semelhante na análise do sucesso eleitoral dos candidatos à reeleição. Como de praxe, apresento os resultados separando os *incumbents* novatos dos demais.

**Tabela 4.26** – Sucesso Eleitoral por Instabilidade da Competição Eleitoral – Novato

Nível	Eleitos		Não Eleitos	
	N	%	N	%
Muito Estável	145	61,70	90	38,30
Estável	277	69,08	124	30,92
Instável	155	61,51	97	38,50
Muito Instável	44	63,76	25	36,23

Fonte: TSE  $\chi^2 = 5,438$   $p = 0,142$   $CC = 0,075$   $p = 0,142$

**Tabela 4.27** - Sucesso Eleitoral por Instabilidade da Competição Eleitoral – Veterano

Nível	Eleitos		Não Eleitos	
	N	%	N	%
Muito Estável	160	64,52	88	35,48
Estável	338	72,22	130	27,78
Instável	170	65,64	89	34,36
Muito Instável	37	59,68	25	40,32

Fonte: TSE  $\chi^2 = 7,853$   $p = 0,049$  CC = 0,087  $p = 0,049$

Embora a categoria ‘Muito Estável’ não apresente o maior percentual de eleitos, os resultados não são propriamente desalentadores. O sucesso eleitoral dos *incumbents* é maior dentre os sistemas partidários considerados estáveis. Mais que isso, as categorias que apontam maior instabilidade registram os menores percentuais de sucesso eleitoral, isso independentemente do tipo de *incumbent*. Em conjunto, esses resultados evidenciam que sistemas com competição mais estáveis são mais favoráveis ao desempenho eleitoral dos *incumbents*. Portanto, há indícios de que a hipótese 4 está correta, em especial, para os *incumbents* veteranos.

#### 4.6 PARTIDOS E SISTEMAS: OS EFEITOS

Quando o assunto é a reeleição parlamentar, os partidos não parecem tão desprezíveis quanto poderia supor o saber convencional. De início, nota-se que *incumbents* membros de partidos com posição ideológica mais clara têm desempenho eleitoral melhor. Não é possível afirmar com certeza que isso se deve a uma orientação partidária do eleitor, mas o certo é que essa característica precisa ser levada em consideração na análise da reeleição parlamentar. De forma semelhante, o tamanho da máquina partidária parece surtir efeito no desempenho eleitoral dos *incumbents*. De posse de grandes prefeituras os partidos registram um melhor desempenho de seus candidatos à reeleição. De acordo com as análises, para os *incumbents* veteranos, cada ponto a mais no tamanho das máquinas, aumenta em mais de 33,8% a probabilidade do candidato conquistar a reeleição. Os partidos parecem fazer diferença, seja por um aspecto programático ou pragmático.

Quanto aos sistemas, as hipóteses trabalham com ideia de que a fragmentação partidária e o grau de estabilidade da disputa afetam o desempenho eleitoral dos candidatos à reeleição. De fato, sistemas com menor nível de fragmentação são mais favoráveis. Seria apressado dizer que isso se deve a um maior nível de racionalização do processo (Epstein, 2009). Da mesma forma, a instabilidade, medida fundamentalmente pelas volatilidades, parece ser um fator negativo. Em sistemas mais estáveis os candidatos à reeleição são mais bem votados e mais bem-sucedidos. O detalhe é que essas afirmações são mais seguras para os *incumbents* veteranos. A hipótese mais razoável para esse viés é o tempo que esses atores estão no sistema. Ao meu ver, é razoável esperar que tendências de concentração e estabilização do sistema afetem mais fortemente os agentes do sistema que estão na disputa eleitoral há mais tempo. A ideia é que eles reúnem mais condições (expertise e influência) para tirar proveito dessas circunstâncias. Vale dizer, raciocínio semelhante se aplica ao tamanho das máquinas partidárias. Não é difícil imaginar o porquê dessas máquinas favorecerem mais aos decanos do que aos novatos.

Fundamentalmente, os achados revelam que há partidos e sistemas mais favoráveis à reeleição. Vale observar, o contrário seria supor que a disputa é semelhante em todos os partidos e em todos os sistemas partidários espalhados pelos 27 estados brasileiros. Em termos mais diretos, isso equivaleria a dizer, por exemplo, que os candidatos à reeleição do PSDB/SP têm as mesmas chances de vitória que os *incumbents* do PP/AP, excetuando apenas as diferenças individuais entre os membros desses dois grupos. O fato é que os sistemas partidários de São Paulo e Amapá têm níveis de concentração e estabilidade distintos. Mais que isso, o posicionamento ideológico e a máquina partidária do PSDB e do PP são também bastante diferentes. Portanto, não é de se estranhar que essas características tenham efeito sobre retorno eleitoral dos recursos empregados pelo *incumbents* em busca da reeleição.

## **CAPÍTULO 5**

---

### **REELEIÇÃO PONDERADA: DISTRITO, PARTIDOS E SISTEMAS PARTIDÁRIOS**

## 5.1 INTRODUÇÃO

Como visto, existem poucos trabalhos sobre reeleição parlamentar no Brasil (Pereira e Rennó, 2001; 2007; Pereira, Leoni e Rennó, 2003; Santos, 2003). Salvo engano, nenhum deles testa a hipótese de que o retorno eleitoral dos determinantes da reeleição é significativamente diferente entre os 26 estados brasileiros. Mas, afinal, a disputa pela renovação do mandato ocorre em condições iguais em todos os estados? Sob o aspecto legal a resposta é afirmativa. As regras que regulamentam o pleito são válidas em todo território nacional (TSE, 2012). Apesar disso, o número de candidatos disputando, o tamanho das máquinas e o nível de fragmentação dos sistemas partidários, por exemplo, são características que variam de um estado para outro (Episten, 2009; Melo, 2010). Portanto, é preciso saber se essas variáveis são capazes de influenciar efetivamente o desempenho eleitoral dos *incumbents*. Até aqui, foi possível observar que quando agrupados por tipos de distritos, partidos e sistemas partidários, os candidatos à reeleição apresentam desempenhos eleitorais estatisticamente diferentes.

Nesse capítulo, o propósito é fazer uma análise mais detalhada dessa diferença. Investigar como algumas variáveis do sistema eleitoral e partidário podem influenciar o desempenho eleitoral dos *incumbents*. Primeiro, é preciso advertir que não se trata de considerar essas variáveis como causas da “sorte” eleitoral de nenhum candidato. No máximo, os sistemas eleitoral e partidário geram condições sob as quais a disputa pela renovação do mandato se desenrola. Isso significa que o resultado da disputa é modelado pela interação entre características individuais e aspectos desses dois sistemas. Portanto, o objeto da análise são os componentes das equações utilizadas para estimar o desempenho eleitoral dos *incumbents*. Busca-se investigar se e porque esses componentes variam dentre os 27 estados e dentre os onze maiores partidos políticos brasileiros. Em termos mais técnicos, procura-se discutir a validade da estimação efetuada a partir de uma equação geral. A questão é: a estimação a partir de um modelo geral (equação única) é a mais adequada? Qual a contribuição que um modelo multinível pode prestar à análise da reeleição parlamentar no Brasil?

Há razões teóricas e metodológicas para enfrentar essas questões. Os poucos trabalhos que buscam estimar os determinantes da reeleição parlamentar no Brasil, quando muito, controlam as variáveis dos sistemas eleitorais e partidários (Pereira e Rennó, 2001; 2007). Normalmente, declaram a validade dos resultados a despeito deles. Aqui, a lógica é invertida, um conjunto de variáveis oriundas dos sistemas eleitoral e partidário é utilizado para precisar o efeito de alguns determinantes da reeleição parlamentar. Em termos teóricos, isso significa abrir

a explicação para fatores contextuais. Do ponto de vista metodológico, o principal atrativo é a utilização de modelos multiníveis no lugar dos singulares. Com eles, espera-se testar adequadamente a hipótese de que os determinantes da reeleição precisam ser ponderados por estados e partidos no Brasil.

O capítulo está organizado em cinco seções. Na primeira, é retomada a discussão sobre a variação do percentual de votos válidos e do sucesso eleitoral por distrito e por partido. O propósito é evidenciar a necessidade de análises que considerem as diferenças entre essas unidades. Na seção seguinte, procura-se discutir as propriedades dos modelos singulares e multiníveis. Mais que isso, busca-se mostrar porque os últimos são mais adequados para analisar a reeleição parlamentar no Brasil. Na terceira seção, apresentam-se variáveis independentes e dependentes, além de alguns procedimentos metodológicos. Na quarta, os resultados da análise são apresentados e discutidos. A quinta e última seção resume os achados.

## **5.2 VARIAÇÃO DA REELEIÇÃO POR DISTRITO E PARTIDO**

Essa seção retoma uma discussão já apresentada, mas que precisa ser sintetizada para que o objetivo do capítulo fique bem colocado. Salvo engano, a discussão sobre a variação do desempenho eleitoral dos *incumbents* por distrito e por partidos no Brasil é inédita na literatura especializada, ainda mais considerando os cinco últimos pleitos. Em geral, os trabalhos não focam nessa variação e analisam períodos menores. Portanto, o desafio desse capítulo, como de toda a tese, é colocar a necessidade de considerar essa variação. Em outros termos, considerar que o retorno eleitoral dos determinantes da reeleição parlamentar tem efeitos diferentes entre os estados e os partidos. Mais que isso, entender que é preciso utilizá-lo para aumentar precisão do efeito deles.

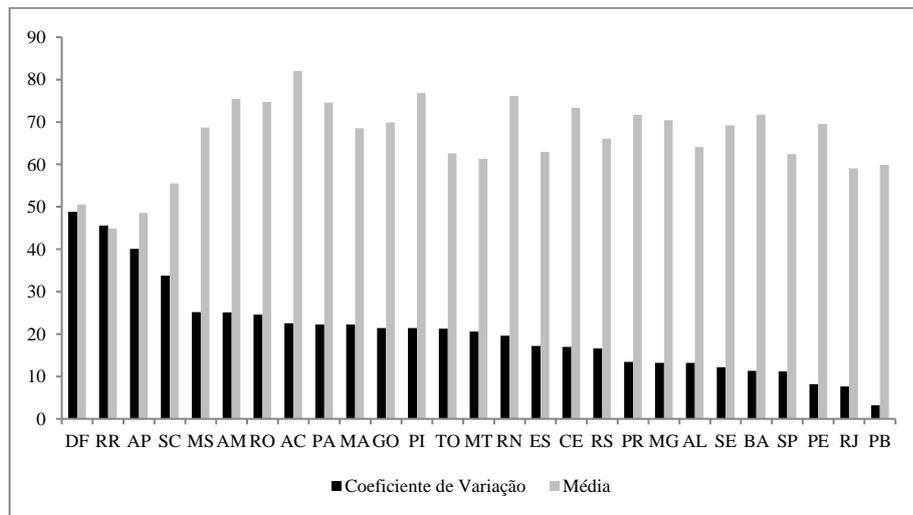
Nos capítulos anteriores, verificou-se que o nível de sucesso eleitoral dos *incumbents* cresceu no período de 1994-2010. Isso também é verdadeiro em termos de percentual de votos válidos. No entanto, verificou-se que ambas as medidas variam significativamente entre os estados brasileiros. Nesse ponto, vale a pena reproduzir os gráficos 2.5 e 2.6 a fim de oferecer uma noção da dinâmica do fenômeno.

**Gráfico 2.5 – Percentual dos Votos e Coeficiente de Variação (AP) (1994-2010)**



Fonte: TSE

**Gráfico 2.6 – Percentual de Incumbents Eleitos e Coeficiente de Variação (1994-2010)**



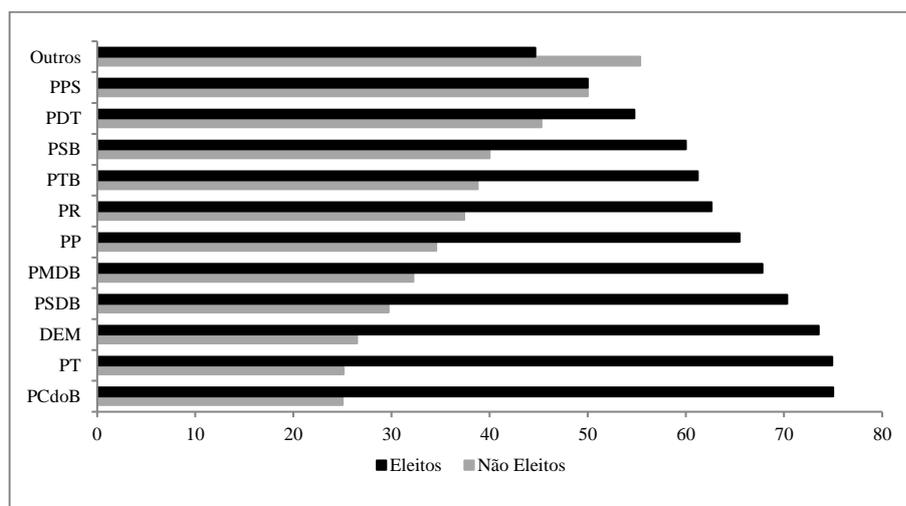
Fonte: TSE

As médias oferecem uma ideia da dimensão da reeleição por distritos, já o coeficiente evidencia que as médias sofrem variações dentre as eleições. Claramente, há bastante oscilação tanto em termos de votos válidos quanto em percentual de eleitos. Os dados referentes aos cinco pleitos revelam que Roraima (RR) é o distrito com menor média de eleitos, enquanto o Acre (AC) é o distrito onde os candidatos se saíram melhor no período (em média, 82% dos candidatos conseguiram se reeleger). Por meio dos coeficientes de variação é possível notar que

o desempenho varia de uma eleição para outra no mesmo estado. Em termos de percentual de eleitos, o Distrito Federal (DF) tem a maior oscilação (48,85%) no período, enquanto o distrito da Paraíba (PB) registra a menor (3,91%). Na prática, isso significa que a disputa tem níveis de estabilidade bastante distintos entre os estados. Vale lembrar, esses dados sofrem novas alterações se *incumbents* novatos e veteranos forem considerados separadamente. Esse cenário coloca ao menos um senão sobre modelos generalistas que negam essa variação.

Algo semelhante pode ser dito em relação aos partidos. Por alguma razão o desempenho das bancadas de *incumbents* varia significativamente de um partido para outro. Até hoje, sabe-se pouco sobre a relação entre os partidos e esse tipo específico de candidato. Ao que parece, a literatura preferiu ignorar qualquer tipo de ligação entre eles (Ames, 2003; Mainwaring, 2001). Para contrariar essa orientação, vale a pena reproduzir alguns dados para mostrar o tamanho dessa ignorância.

**Gráfico 5.1** – Sucesso Eleitoral por Partido (1994-2010)



Fonte: TSE  $\chi^2 = 54,095$   $p = 0,000$ <sup>92</sup>  $CC = 0,163$   $p = 0,000$

De acordo como o gráfico, a bancada mais vitoriosa pertence ao PCdoB. Nesse partido, 75% dos candidatos à reeleição consegue renovar seu mandato, seguido do PT (74,893%), DEM (73,53%) e PSDB (70,31%). No lado oposto, estão os pequenos partidos (outros) com fracasso eleitoral de 55,43% dos candidatos, seguido do PPS (50%), PDT (45,26%) e PSB (40%). O teste de dependência entre as variáveis não deixa dúvidas, há uma variação significativa no

<sup>92</sup> A categoria outros, criada para agrupar os demais partidos, é desconsiderada nos testes estatísticos deste capítulo.

nível de sucesso eleitoral dos candidatos à reeleição por partido. Portanto, os partidos parecem constituir outro nível de análise importante quando o assunto é a reeleição parlamentar. Obviamente, não é surpresa para ninguém que a reeleição parlamentar varie por distrito e por partido. No entanto, o mais importante é saber se isso coloca a necessidade de mudanças metodológicas no modo como se costuma estimar esse fenômeno no Brasil. Nessa tese se aposta numa resposta afirmativa.

### 5.3 VARIAÇÃO DOS ESTIMADORES

A pergunta é: qual a maneira mais adequada de incluir distritos e partidos na explicação da reeleição parlamentar? Duas estratégias podem ser pensadas: 1) incluí-los como variáveis de controle; 2) incluí-los como níveis de análise. De certa forma, a primeira estratégia foi executada por Pereira e Rennó (2001; 2007). Por exemplo, eles computaram alguns atributos dos partidos junto a outras variáveis consideradas determinantes da reeleição parlamentar.<sup>93</sup> Contrariamente, não há registro da utilização da segunda estratégia. Mas, existe diferença substantiva entre elas? Para responder a essa questão é preciso evidenciar a diferença entre o modelo de regressão (linear) e o modelo hierárquico.<sup>94</sup>

#### *Do Linear ao hierárquico: principais diferenças*

De acordo com Pallant (2007), a “regressão múltipla não é apenas uma técnica, mas uma família de técnicas que pode ser usada para explorar a relação entre uma variável dependente contínua e um número de variáveis independentes ou preditoras” (p.146). O objetivo é utilizar a correlação linear entre uma variável dependente  $Y$  e  $X_n$  variáveis independentes para prever os valores da variável dependente ( $Y$ ). Em termos mais técnicos, o modelo sintetiza a relação entre variáveis a partir de uma reta traçada no lugar que minimiza a soma dos quadrados dos resíduos. O modelo representa a correlação linear entre as variáveis (reta de regressão) e procura minimizar a diferença entre essa representação e os dados observados. A distância entre os pontos e a reta é os resíduos ou erros de estimação. O ajustamento do modelo é uma medida da minimização desses erros, quanto menor forem eles, melhor é o ajuste (Stock e Watson, 2004). Para ajudar no entendimento, o gráfico abaixo

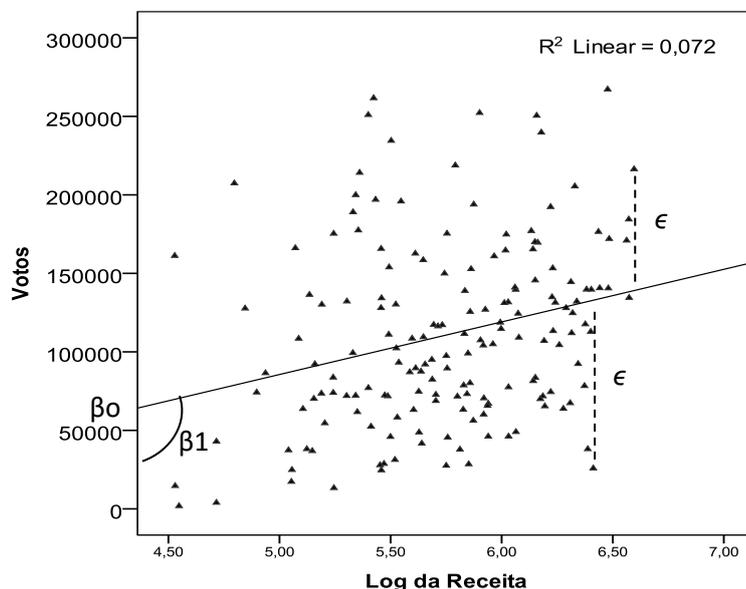
---

<sup>93</sup> O capítulo 2 traz a lista completa das variáveis utilizadas para dizer a probabilidade da conquista da reeleição nesses e em outros trabalhos.

<sup>94</sup> A explicação foi desenvolvida com o modelo linear de MQO para tornar a exposição mais didática, mas a dinâmica é mesma para os demais modelos que não levam em conta a hierarquização dos dados.

representa um modelo de regressão linear de mínimos quadrados ordinários com as variáveis: Receita de Campanha e Votos dos *incumbents*.

**Gráfico 5.2 - Modelo Regressão Linear – Votos e Receita de Campanha**



Fonte: TSE

No gráfico acima,  $\beta_0$  (constante ou intercepto) representa a quantidade de votos recebidos por um *incumbent* com receita média.<sup>95</sup> Já  $\beta_1$  (efeito ou inclinação) é o efeito esperado no número de votos a cada um real a mais recebido pelo *incumbent*. Por fim,  $\epsilon$  (erro ou resíduos) é a diferença entre o valor observado e o valor predito pelo modelo. Sendo assim, qualquer observação pode ser predita pelo modelo a partir da seguinte equação:

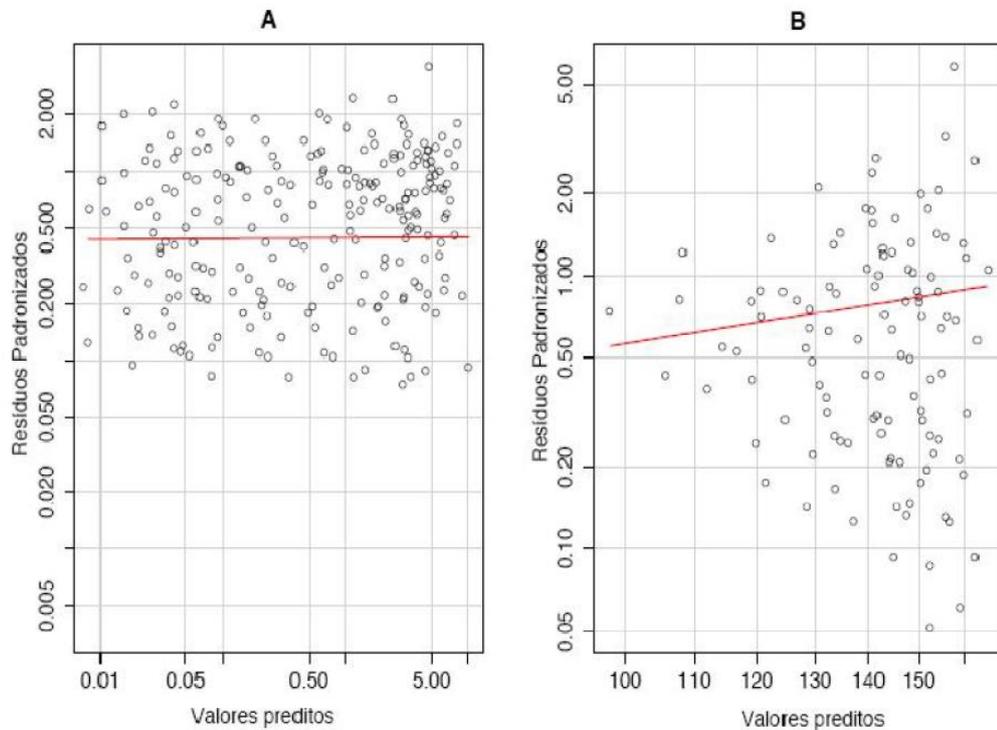
$$Y_i = \beta_0 + \beta_1 X_i + \epsilon_i$$

Na prática, isso significa que o modelo trabalha com o pressuposto de que tanto o intercepto ( $\beta_0$ ) quanto o efeito ( $\beta_1$ ) são similares para todas as observações. Caso algum conjunto de dados, dentro da amostra analisada, apresente um padrão de relação diferente entre as variáveis, o referido pressuposto precisará ser revisto. Em termos técnicos, diz-se que não há homocedasticidade na distribuição dos resíduos. A distribuição dos resíduos não tem variância constante, conseqüentemente, apresenta um padrão dentre os valores preditos da variável

<sup>95</sup> Isso porque a variável receita de campanha (log) está centralizada pela média.

dependente (Hair et al, 2006; Tabachnick e Fidell, 2007). A figura abaixo, retirada do artigo de Britto, et al (2011 p. 91), ajuda a ilustrar esse ponto.

**Figura 5.1** – Distribuição dos pontos estimados em torno da reta de resíduos

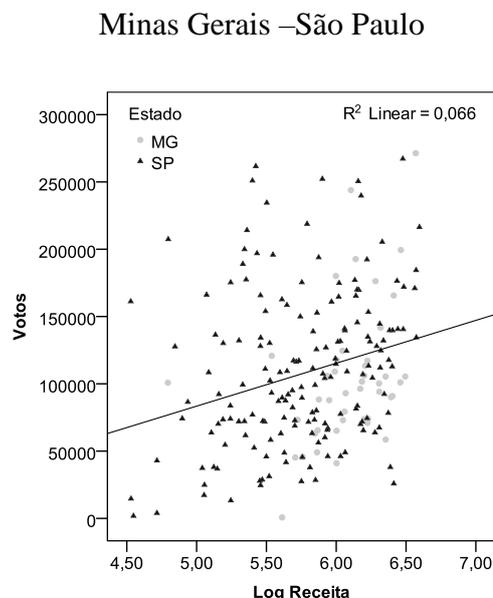


Fonte: Elaboração de Britto, et al (2011)

A figura A representa uma distribuição homocedástica, ou seja, os valores preditos e os resíduos padronizados estão distribuídos aleatoriamente, não constituem nenhum padrão de variância. Contrariamente, a figura B ilustra uma distribuição heterocedástica, claramente é possível observar que a variância dos resíduos é maior nos valores preditos mais altos. Uma forma alternativa de constatar essa variância é observar a inclinação da reta, quanto maior for a inclinação, menor a eficiência dos coeficientes de regressão e maior o erro da estimação (Britto, et al 2011). Para ser mais claro, a maior inclinação coloca em dúvida a capacidade do intercepto ( $\beta_0$ ) e do efeito ( $\beta_1$ ) serem bons estimadores.

Como é sabido, o modelo de regressão linear (MQO) precisa respeitar um conjunto bem mais amplo de pressupostos.<sup>96</sup> Todavia, a variância constante dos resíduos é a principal diferença em relação ao modelo hierárquico. De acordo com Goldstein (1995) os modelos multiníveis surgiram para resolver o problema de heterocedasticidade. A ideia é trabalhar agrupamento dentro da amostra. O modelo parte do pressuposto de que existem estruturas que hierarquizam os casos (Gelman e Hill, 2006). Mais que isso, que essas estruturas implicam variações significativas do intercepto ( $\beta_0$ ) e do efeito ( $\beta_1$ ). Dessa forma, oferece mecanismos para estimar os estimadores (Raudensbush e Bryk, 2002). Por isso, constatar a variação dos estimadores ( $\beta_0$ ;  $\beta_1$ ) é o primeiro passo para verificar a necessidade de utilização de um modelo hierárquico (Goldstein, 1995). A figura 5.1 ajuda a entender melhor esse ponto.

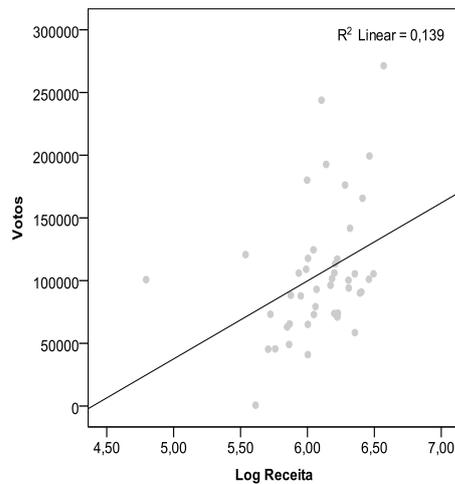
**Figura 5.2** – Votos e Log da Receita de Campanha (*Incumbents* MG e SP 2010)<sup>97</sup>



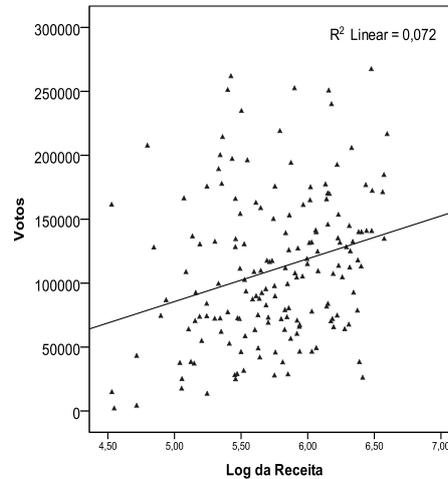
<sup>96</sup> De acordo com Lewis-Beck (1980) e Kennedy (2009) o modelo de MQO precisa respeitar dez pressupostos: (1) a relação entre a variável dependente e as variáveis independentes deve ser linear; (2) as variáveis foram medidas adequadamente, ou seja, assume-se que não há erro sistemático de mensuração; (3) a expectativa da média do termo de erro é igual a zero; (4) homocedasticidade, ou seja, a variância do termo de erro é constante para os diferentes valores da variável independente; (5) ausência de autocorrelação, ou seja, os termos de erros são independentes entre si; (6) a variável independente não deve ser correlacionada com o termo de erro; (7) nenhuma variável teoricamente relevante para explicar Y foi deixada de fora do modelo e nenhuma variável irrelevante para explicar Y foi incluída no modelo; (8) as variáveis independentes não apresentam alta correlação, o chamado pressuposto da não multicolinearidade; (9) assume-se que o termo de erro tem uma distribuição normal e (10) há uma adequada proporção entre o número de casos e o número de parâmetros estimados (Britto, *et al* 2011 p. 52).

<sup>97</sup> O exemplo é realizado com dados reais e com amostras aparadas, ou seja, foram retirados da amostra os *outliers*, considerando o conjunto de dados para os dois distritos.

Minas Gerais



São Paulo



Fonte: TSE

Claramente, a reta do modelo geral (SP-MG) tem intercepto e inclinações diferentes dos modelos por estado (SP; MG). Mais que isso, pode-se dizer que os distritos de Minas Gerais e São Paulo em 2010 se diferenciam em dois aspectos. Primeiro, a média da receita em São Paulo é maior que a média em Minas Gerais. Essa constatação é retirada da diferença do intercepto nos dois distritos ( $\beta_{0SP} > \beta_{0MG}$ ). Segundo, a capacidade preditiva da receita é maior em Minas Gerais. Haja vista a diferença da inclinação da reta nos dois estados ( $\beta_{1MG} > \beta_{1SP}$ ). Portanto, pode-se dizer que nesse pleito os *incumbents* de São Paulo são mais homogêneos que os *incumbents* de Minas Gerais em termos de receita de campanha ( $\beta_{1SP} < \beta_{1MG}$ ).

Ao que parece, a relação receita-voto se diferencia entre dois dos maiores colégios eleitorais brasileiros. Isso tanto em termos de intercepto quanto de efeito. Na prática, esse é um pequeno sinal da necessidade de controlar essa variação na análise dos determinantes da reeleição parlamentar. Mais que isso, alerta para a possibilidade da relação receita-voto está sendo sub ou sobreestimada pelos modelos singulares. A utilização de um modelo hierárquico pode diminuir esse erro. Em especial, por permitir que o intercepto e o efeito sejam calculados por equações separadas do modelo geral. O procedimento pode ser descrito pelas seguintes equações:

Modelo linear simples:

$$Y_{ij} = \beta_{0j} + \beta_{1j}X_i + \epsilon_i$$

Modelo Hierárquico:

$$B_{0j} = \gamma_{00} + \mu_{0j}$$

$$\beta_{1j} = \gamma_{10} + \mu_{1j}$$

Logo:

$$Y_{ij} = \gamma_{00} + \gamma_{10} (X_{ij} + \bar{X}_{.j}) + \mu_{0j} + \mu_{1j} (X_{ij} + \bar{X}_{.j}) + r_{ij}$$

Onde:

$\gamma_{00}$  é a média do intercepto entre as unidades de nível-2 (distritos);

$\gamma_{10}$  é a média dos efeitos entre as unidades de nível-2 (distritos);

$\mu_{0j}$  é o incremento do intercepto associado unicamente à unidade do nível-2 (distrito);

$\mu_{1j}$  é o incremento do efeito associado unicamente à unidade do nível-2 (distrito);

A grande diferença entre o modelo linear e o hierárquico em termos algébricos está na inclusão de mais dois termos de erro ( $\mu_{0j}$ ;  $\mu_{1j}$ ). O modelo trabalha com intercepto e efeito médios, que podem ser estimados por outras variáveis e termos de erro separados (Raudensbush e Bryk, 2002). Em geral, o pesquisador levanta variáveis do segundo nível para explicar a variação dos estimadores. Todavia, nada impede que ele utilize também variáveis do primeiro nível. Vale acrescentar, isso é possível porque o modelo hierárquico relaxa os pressupostos da independência das observações e da auto-correlação dos resíduos. Assim, a mesma variável pode ser utilizada para explicar a variação de componentes de níveis de análise distintos (Raudensbush e Bryk, 2002).

Em resumo, o modelo hierárquico oferece um conjunto de novas possibilidades. Primeiro, com ele é possível testar a hipótese de que o intercepto e/ou a inclinação da reta de regressão variam dentre as unidades de segundo nível. Em outros termos, pode-se testar a hipótese de que os estimadores da relação voto-receita variam significativamente dentre os distritos brasileiros. Caso a variação seja encontrada, também é possível desenhar equações que

tentem explicá-la. Tanto os aspectos dos distritos quanto as características dos *incumbents* podem ser utilizados nessa tentativa.

#### 5.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A hipótese central dessa tese é que variáveis do sistema eleitoral e partidário influenciam a disputa pela reeleição parlamentar. A ideia não é considerar essas variáveis como determinantes da reeleição, mas como fatores que criam condicionantes para disputa. Aposta-se que características individuais e aspectos dos dois sistemas modelam os resultados dos pleitos. Sendo assim, a análise incide fundamentalmente sobre a variação dos estimadores dos determinantes da reeleição parlamentar. Vale lembrar, os capítulos 3 e 4 discutiram características do sistema eleitoral e partidário com a mesma pretensão. Neles, verificou-se que o desempenho eleitoral dos *incumbents* varia significativamente por distritos, partidos e sistemas partidários.

A primeira hipótese é que o sucesso eleitoral e a segurança eleitoral variam significativamente entre os estados. Vale dizer que a primeira medida já vem sendo utilizada desde capítulos anteriores; já a segunda pretende substituir o percentual de votos válidos trabalhado até aqui. A razão é que a variação do percentual assim como do número de votos está fortemente correlacionada com o tamanho do eleitorado dos estados. Portanto, isso implica uma variação alheia à diferença de desempenho que é o que interessa nessa tese. A alternativa é controlar essa variação pelo quociente eleitoral dos distritos. Alguns testes revelaram que a distância entre a votação dos candidatos e o quociente não está correlacionada com o tamanho do eleitorado dos distritos.

##### *Os distritos: variáveis do sistema eleitoral*

O alvo do capítulo é explicar a variação da segurança e do sucesso eleitoral. As apostas recaem no nível de competição entre os *incumbents*. Dados apresentados no capítulo 3 mostram que *incumbents* de distritos mais competitivos apresentam médias de percentual de votos válidos e, principalmente, médias de sucesso eleitoral menores. O pressuposto é que a disputa entre iguais é o grande responsável pelo maior fracasso dos *incumbents*. Ela acaba neutralizando a vantagem dos atributos do mandato. Não sem razão, a competição tem um efeito maior dentre os *incumbents* veteranos (aqueles que têm mais proveito a tirar da sua posição). Sendo assim,

espera-se que o nível de competitividade dos distritos ajude a explicar a variação da constante e do efeito de alguns determinantes da reeleição (a antiguidade congressional, receita de campanha e apoio dos governadores).<sup>98</sup>

Cabe aqui uma justificativa para escolha dessas três variáveis independentes. A primeira razão é a recorrência delas em trabalhos anteriores sobre reeleição parlamentar (Pereira e Rennó, 2001; 2007; Leoni, Pereira e Rennó, 2003; Santos, 2003; Samuels, 2002).<sup>99</sup> A segunda, e mais importante, é que elas encerram a maior parte da polêmica entre os trabalhos. Não raro, o debate gira em torno da importância das emendas orçamentárias *vs.* a receita de campanha e o apoio dos governadores. Por uma questão de acesso aos dados, resolveu-se testar a plausibilidade das variáveis levantadas por Abrucio e Samuels (1997), Samuels (2002; 2000), Santos (2003), chamada nesse trabalho de “tese do trampolim”.<sup>100</sup>

Dessa forma, a aposta é que a competição entre os *incumbents* é um dos fatores que altera o retorno eleitoral da receita de campanha desse grupo. A ideia é que a receita vale mais onde a competitividade entre os *incumbents* é mais acirrada. O dinheiro tem mais força nos distritos em que os candidatos são mais homogêneos em relação a outras características. Portanto, espera-se um efeito positivo da competitividade no efeito da receita de campanha, em especial, para os *incumbents* veteranos. Expectativa semelhante é formulada para a antiguidade congressional. De acordo como o capítulo 3, apoio do governador corresponde à dependência do candidato frente a outros atores políticos. Espera-se que essa dependência cresça em distritos mais competitivos, afinal, um maior número de concorrentes tem atributos semelhantes. Essa afirmação é ainda mais válida para os *incumbents* novatos (com menos diferenciais).<sup>101</sup>

### *Os partidos: clivagens do sistema partidário*

Os partidos políticos são outro nível de análise a ser considerado. Como demonstrado anteriormente, tanto o percentual de votos válidos quanto o sucesso eleitoral dos

---

<sup>98</sup> No capítulo 3 também foi examinado o apoio presidencial mas não encontrou-se variação significativa tanto em termos de percentual de votos quanto em termos de sucesso eleitoral. Por essa razão, aqui trabalha-se apenas com o apoio dos governadores.

<sup>99</sup> Vale lembrar, no capítulo 2 é possível encontrar uma lista completa dos determinantes da reeleição parlamentar em cada trabalho.

<sup>100</sup> Essa nomenclatura aparece no capítulo 2 da tese, dá nome aos teóricos que argumentam que o Legislativo brasileiro tem baixa capacidade de atração.

<sup>101</sup> No capítulo sobre a variação por distrito também testou-se a variação por coligação, a ausência desta clivagem nesse capítulo se justifica pela complexidade a mais que ela traria a análise. Precisamente, as coligações precisariam ser tomadas como mais um nível de análise. Portanto, examiná-las tornaria o exercício desse capítulo um tanto enfadonho.

*incumbents* varia significativamente dentre os maiores partidos brasileiros.<sup>102</sup> Mais do que isso, é possível encontrar variações significativas nas duas medidas dada a classificação de partidos e sistemas partidários. Dentre os primeiros, a clareza ideológica e o tamanho da máquina apareceram como marcadores importantes. Mais precisamente, *incumbents* de partidos com posição ideológica mais clara têm desempenho eleitoral melhor tanto em percentual de votos válidos quanto em sucesso eleitoral. De forma semelhante, o tamanho da máquina partidária parece surtir efeito no desempenho eleitoral dos *incumbents*. Candidatos à reeleição filiados a partidos que dominam máquinas maiores têm desempenho eleitoral melhor. Adicionalmente, verificou-se que o nível de fragmentação partidária e a estabilidade da disputa eleitoral nos estados também parecem surtir efeito. Em geral, os *incumbents* têm melhor desempenho em distritos menos fragmentado e com disputas mais estáveis.

Dessa forma, nesse capítulo, aposta-se que a clareza ideológica, o tamanho da máquina partidária, o nível de fragmentação e o nível de estabilidade dos sistemas eleitorais alteram o retorno eleitoral de alguns determinantes da reeleição. Precisamente, trabalha-se a antiguidade congressual, a receita de campanha e a antiguidade partidária. Cabe justificar a escolha dessas variáveis e a ausência de outras. Notadamente, do apoio do governador e do presidente. As ausências podem ser explicadas pela falta de significância estatística dessas variáveis na maioria dos testes realizados. Da forma como foram medidos, os apoios do governador e do presidente não se mostram um bom preditor do desempenho eleitoral dos *incumbents*. Já a inclusão da variável antiguidade partidária é uma inovação. Estudos anteriores trabalharam o exercício de cargos no partido (Pereira e Rennó, 2001; 2007). Mas, o tempo de filiação, salvo engano, nunca foi considerado. Como a tese aposta que os partidos fazem diferença, resolveu-se tentar ponderar essa importância pelo tempo que o *incumbent* dedica a sua sigla partidária.

Portanto, a primeira aposta é que existe uma variação estatisticamente significativa da segurança e do sucesso eleitoral dos *incumbents* por partido. Além disso, acredita-se que a explicação dessa variação está relacionada a características dos partidos e dos sistemas partidários. Mais especificamente, as variáveis ligadas diretamente aos partidos (clareza ideológica e máquina) ajudam a explicar os efeitos enquanto os aspectos do sistema (concentração e estabilidade) ajudam a explicar a variação da média. A razão para essa divisão é mais metodológica do que teórica. Aqui, cada partido é considerado dentro de sistemas estaduais. Melhor dizendo, o mesmo partido ganha entradas diferentes em estados diferentes.

---

<sup>102</sup> O capítulo 4 detalhou o desempenho eleitoral dos *incumbents* dos 11 maiores partidos brasileiros no período de 1998-2010.

Portanto, é possível pensar que a média da segurança e do sucesso eleitoral dos *incumbents* estão correlacionadas a características dos sistemas compostos por esses partidos.

A expectativa sobre cada variável vale para *incumbents* novatos e veteranos. Para simplificar, as hipóteses são descritas sem levar essa tipificação em conta, embora haja razão para crer na diferença de magnitude dos efeitos das variáveis. Seja como for, os resultados são apresentados separando os dois tipos de *incumbents*, como foi feito durante toda a tese. Outro detalhe que vale apenas ressaltar é o fato da análise restringir-se as três últimas eleições. Aqui a explicação é simples: acesso aos dados. Para a variável *receita de campanha* os dados estão disponíveis apenas partir de 2002. Para uniformizar, trabalha-se com o mesmo período para as demais variáveis. Por fim, os quadros abaixo sumarizam o desenho de pesquisa deste capítulo.

### Quadro 5.1 – Lista de Hipóteses

<b>Distritos</b>	
H1d	<i>ICCR tem um efeito negativo e significativo na média da segurança eleitoral dos incumbents.</i>
H2d	<i>ICCR tem um efeito negativo e significativo na probabilidade média de sucesso eleitoral dos incumbents.</i>
H3d	<i>ICCR tem um efeito positivo e significativo no efeito da receita de campanha sobre a segurança e o sucesso eleitoral dos incumbents.</i>
H4d	<i>ICCR tem um efeito positivo e significativo no efeito da antiguidade congressional sobre a segurança e o sucesso eleitoral dos incumbents.</i>
H5d	<i>ICCR tem um efeito positivo e significativo no efeito do apoio do governador sobre a segurança e o sucesso eleitoral dos incumbents.</i>
<b>Partidos<sup>103</sup></b>	
H1p	<i>A Concentração e a Estabilidade dos sistemas partidários têm um efeito positivo e significativo na média da segurança eleitoral dos incumbents.</i>
H2p	<i>A Concentração e a Estabilidade dos sistemas partidários têm um efeito positivo na probabilidade média de sucesso eleitoral dos incumbents.</i>
H3p	<i>A clareza ideológica e a máquina partidária têm um efeito positivo e significativo no efeito da antiguidade partidária sobre a segurança e o sucesso eleitoral dos incumbents.</i>
H4p	<i>A clareza ideológica e a máquina partidária têm um efeito positivo e significativo no efeito da antiguidade congressional sobre a segurança e o sucesso eleitoral dos incumbents.</i>
H5p	<i>A clareza ideológica e a máquina partidária têm um efeito positivo e significativo no efeito da receita de campanha sobre a segurança e o sucesso eleitoral dos incumbents.</i>

Fonte: elaboração própria

<sup>103</sup> A rigor, as hipóteses deveriam ser descritas correlacionando apenas uma variável independente e uma dependente, mas para simplificar elas aparecem aos pares. Caso uma das relações não apresente significância estatística, a hipótese será considerada parcialmente corroborada.

**Quadro 5.2 - Desenho de Pesquisa**

<b>População</b>	Deputados federais candidatos à reeleição nas três últimas eleições (2002 – 2010)
<b>Variáveis</b>	Segurança eleitoral; Sucesso eleitoral; ICCR, Antiguidade Congressual, Antiguidade Partidária, Apoio do Governador, Apoio do Presidente, Receita de Campanha, Clareza Ideológica; Máquina Partidária; Fragmentação partidária e Estabilidade da Competição.
<b>Níveis</b>	Distritos Eleitorais e Partidos
<b>Técnicas</b>	Modelo Hierárquico Linear; Modelo Hierárquico Logístico.

Fonte: elaboração própria

**Quadro 5.3 - Especificação das Variáveis**

<b>Tipo</b>	<b>Variável</b>	<b>Descrição</b>	<b>Nível de Mensuração</b>
VD	Segurança Eleitoral	Total de votos recebidos pelo candidato menos o quociente eleitoral;	Contínua
	Sucesso eleitoral	Resultado da eleição para cada candidato ((1) Eleito ou (0) Não Eleito)	Categórica
Níveis	Distritos	Distritos eleitorais (estados) brasileiros em cada eleição. Cada estado é considerado um grupo distinto a cada eleição (EX. PE-2002 e PE-2010).	Categórica
	Partidos	Os onze maiores partidos brasileiros no período de 2002 a 2010. Cada partido compõe um grupo diferente a cada estado (Ex. PSDB/SP e PSDB/MG).	Categórica
VI	Antiguidade Congressual	Número de mandatos do <i>incumbent</i> .	Contínua
	Antiguidade Partidária	Tempo de filiação do <i>incumbent</i> considerando o partido da tentativa de reeleição.	Contínua
	Apoio do Governador	Candidatos que concorrem por partidos que compõem a coligação do candidato do governador; ((1) Sim / (0) Não);	Categórica
	Apoio do Presidente	Candidatos que concorrem por partidos que compõem a coligação do candidato do presidente; ((1) Sim / (0) Não);	Categórica
	Receita de Campanha (log)	Logaritmo na base 10 da Receita de Campanha dos candidatos à reeleição.	Contínua
	ICCR	$ICCR = \frac{N-1}{2W}$ , onde N = número de candidatos à reeleição, W= bancada.	Contínua

	Clareza Ideológica	Coefficiente de variação da classificação dos partidos na escala esquerda/direita conforme autopercepção e percepção recíproca dos deputados;	Contínua/ Categórica
	Máquina Partidária	Fator constituído pelo número de prefeituras controladas pelo partido e votação recebida pelos prefeitos eleitos, ponderado pelo número de municípios e tamanho do eleitorado, respectivamente.	Contínua/ Categórica
	Fragmentação dos Sistemas partidários	Número de partidos que elege um número de deputados acima de um quinto das vagas (Epstein, 2009).	Contínua
	Instabilidade da Competição	Fator formado por quatro variáveis: volatilidades dos legislativos estadual e federal, percentual de deputados migrantes e diferença de votos recebidos pelo governador e pelos candidatos a deputado federal do seu partido (Melo, 2010).	Contínua

Fonte: elaboração própria

## 5.5 RESULTADOS

Nessa primeira etapa, as atenções são voltadas para a variação por distrito. O primeiro passo é verificar se há necessidade de estimar um modelo hierárquico. A dúvida é se a variação da variável dependente justifica considerar mais de um nível de análise. De acordo com Raudensbush e Bryk, (2002) o teste do modelo nulo é o mecanismo adequado para fazer essa verificação. Nessa etapa, o modelo testa a capacidade preditiva da média populacional da variável dependente prever a média de cada grupo que compõe o segundo nível de análise. Caso a média populacional não seja um estimador muito preciso das médias dos grupos, evidencia-se a necessidade de utilização do modelo hierárquico. A princípio, a expectativa é que a segurança eleitoral, distância da votação recebida pelo candidato frente a quociente eleitoral, varie significativamente entre os 27 distritos eleitorais brasileiros. Isso tanto para *incumbents* novatos quanto para os veteranos. As tabelas abaixo reportam os resultados desse primeiro teste.

**Tabela 5.1** – Teste de Modelo Nulo – Segurança Eleitoral por Distrito

Tipo de <i>Incumbent</i>	Efeitos Aleatórios	Componente de variância	Desvio Padrão	GL	$\chi^2$	<i>p</i>
Novatos	Média da segurança eleitoral por distrito ( $\mu_{0j}$ )	928344875,91	30468,75	79	252,479	0,00
	Variância nível individual ( $\sigma^2$ )	4066849247,75	63771,85			
Veteranos	Média da segurança eleitoral por distrito ( $\mu_{0j}$ )	874214871,15	29567,12	76	515,446	0,00
	Variância nível individual ( $\sigma^2$ )	2624850381,64	51233,29			

Fonte: TSE

Ao que parece, o emprego do modelo hierárquico se justifica para os dois tipos de candidatos. A média da segurança eleitoral da população de candidatos não é um estimador consistente dessa medida em cada grupo. Mais que isso, de acordo com os modelos, dentre os novatos, 18,58% da variância da segurança eleitoral deve-se a variância entre os grupos (27 distritos). Para os veteranos esse número é de 24,98%. Portanto, restam poucas dúvidas de que a análise via modelo hierárquico é adequada para o fenômeno.<sup>104</sup> O próximo passo é estimar o modelo e observar se os efeitos (inclinação da reta) das variáveis independentes também variam por distrito. Para ser mais claro, aqui o procedimento compreende duas etapas: 1) estimar os efeitos e 2) observar se eles variam. Na primeira etapa, importa observar a magnitude, o sinal e a significância dos coeficientes. Na segunda, a significância da variação dos componentes. Para relembrar, o teste será realizado com quatro variáveis independentes: *Antiguidade congressional*, *Apoio do governador*, *Apoio do presidente* e *Receita de campanha (log)*. As tabelas abaixo trazem os resultados considerando os dois tipos de *incumbents*.

<sup>104</sup> Também foi feita a análise de resíduo dos modelos cujos pressupostos são semelhantes ao Modelo de Regressão por Mínimos Quadrados Ordinários, com exceção da independência dos resíduos e das observações (ver Raudensbush e Bryk, 2002; Gelman e Hill, 2007).

**Tabela 5.2 – Determinantes da Reeleição - Novatos\***

Efeitos Fixos	Coefficiente	Erro Padrão	T	GL	P
Constante	-84731,43	5831,05	-14,531	79	<0,001
Apoio do governador	5901,17	6539,03	0,902	399	0,367
Apoio do Presidente	2702,61	6220,21	0,434	399	0,664
Antiguidade Congressual**	-2434,35	2055,55	-1,184	399	0,237
Receita log**	17424,60	3716,42	4,689	399	<0,001

Fonte: TSE \*Resultados com erro padrão robusto.

\*\* variáveis centralizadas na média do grupo;

**Tabela 5.3 – Determinantes da Reeleição - Veteranos\***

Efeitos Fixos	Coefficiente	Erro Padrão	t	GL	P
Constante	-78932,01	4953,67	-15,934	75	<0,001
Apoio do governador	-6708,69	3516,84	-1,908	645	0,057
Apoio do Presidente	-1706,73	3875,94	-0,440	645	0,660
Antiguidade Congressual**	2519,60	1326,60	1,899	645	0,058
Receita log**	19748,16	2001,54	9,866	645	<0,001

Fonte: TSE \*Resultados com erro padrão robusto.

\*\* Variáveis centralizada na média do grupo;

**Tabela 5.4 – Teste dos Efeitos Aleatórios – Variação por Distrito - Novatos**

Efeitos Aleatórios	Componente de variância	Desvio	GL	$\chi^2$	p
Média segurança ( $\mu_j$ )	972573734,45	31186,11	25	73,630	<0,001
Efeito apoio do Governador	320032261,43	17889,44	25	39,109	0,036
Efeito apoio do Presidente	109017324,10	10441,13	25	22,168	>0,500
Efeito antiguidade congressual	12123497,78	3481,88	25	15,207	>0,500
Efeito da Receita (Log)	35394341,09	5949,31	25	27,475	0,332

Fonte: TSE

**Tabela 5.5** – Teste dos Efeitos Aleatórios – Variação por Distrito - Veteranos

Efeitos Aleatórios	Componente de variância	Desvio Padrão	GL	$\chi^2$	<i>p</i>
Média de segurança ( $\mu_{oj}$ )	1063590462,20	32612,73	32	159,525	<0,001
Efeito apoio do Governador	25398800,03	5039,72	32	23,696	>0,500
Efeito apoio do Presidente	39173447,09	6258,87	32	34,562	0,346
Efeito antiguidade congressional	6293831,62	2508,75	32	34,571	0,346
Efeito da Receita (Log)	15410581,16	3925,63	32	27,109	>0,500

Fonte: TSE

Para os novatos, a tabela de efeitos fixos (5.2) revela que apenas a receita pode ser considerada um determinante significativo para a segurança eleitoral. A constante negativa indica que um candidato com receita média fica a -84.731 votos do quociente eleitoral. Já para os veteranos, conta o apoio do governador, a antiguidade congressional e a receita. Neste grupo, além da constante, o apoio do governador também apresenta sinal negativo. Ou seja, o apoio do governador reduz a segurança eleitoral do candidato veterano à reeleição.

As tabelas que reportam os testes de efeitos aleatórios revelam um quadro bastante semelhante entre os dois grupos de candidatos. Para os veteranos, permanece a constante variando significativamente entre os distritos. Nenhum dos efeitos apresenta essa propriedade. Isso significa que o apoio do governador, antiguidade congressional e a receita (efeitos significativos) têm magnitudes semelhantes dentre os distritos eleitorais brasileiros. Pode-se dizer, por exemplo, que a receita aproxima o candidato do quociente eleitoral do mesmo modo em São Paulo e no Acre. A única diferença em relação aos novatos é o efeito aleatório do Apoio do governador. Esse apoio se mostrou insignificante para esse grupo, porém isso pode ocorrer devido à imprecisão na sua estimação.

Dessa forma, há duas variações que precisam ser explicadas: da constante nos dois grupos e do apoio do governador dentre os novatos.<sup>105</sup> A primeira é a única que de fato importa. Na prática, ela significa que os modelos lineares estão sobre-estimando a segurança eleitoral dos *incumbents* médios sem apoio do governador ou do presidente.<sup>106</sup> Uma hipótese razoável é que essa variação sofre influência do grau de competição nos distritos. Dada a controvérsia entre o que diz a literatura e os resultados do apoio do presidente, convém testar uma hipótese

<sup>105</sup> Devido à incerteza sobre a significância estatística desse efeito resolveu-se não testá-lo.

<sup>106</sup> A sobre e não subestimação se justifica pelo sinal positivo da constante no modelo nulo.

*ad hoc*: a proporção de candidatos apoiados pelo presidente eleva a média da segurança eleitoral. A tabela abaixo reporta os testes das duas hipóteses.

**Tabela 5.6 – Determinantes da Constante - Novatos\***

Efeitos Fixos	Coeficiente	Erro Padrão	t	GL	P
Constante	-78385,09	4864,18	-16,115	77	<0,001
Índice competição**	-174906,00	69706,39	-2,509	77	0,014
Apoio presidente**	32858,59	15740,68	2,087	77	0,040

Fonte: TSE \*Resultados com erro padrão robusto

\*\* Variáveis centralizada na média do grupo;

**Tabela 5.7 – Determinantes da Constante - Veteranos\***

Efeitos Fixos	Coeficiente	Erro Padrão	t	GL	P
Constante	-76275,53	4436,26	-17,194	73	<0,001
Índice competição**	-167195,89	51001,30	-3,278	73	0,002
Apoio presidente**	11500,43	19525,20	0,589	73	0,558

Fonte: TSE \*Resultados com erro padrão robusto

\*\* Variáveis centralizada na média do grupo

De acordo com os resultados, o *índice de competitividade entre os candidatos à reeleição* (ICCR) está negativa e significativamente correlacionado com a média da segurança eleitoral. Em outros termos, em distritos em que a competição é mais acirrada essa média é menor, logo, os candidatos médios (na média dos determinantes) ficam mais longe de atingir o quociente eleitoral. Vale dizer, esse efeito é verdadeiro para os dois grupos, embora a magnitude seja um pouco maior dentre os novatos. Quanto ao *Apoio do presidente*, o efeito é significativo apenas para os *incumbents* novatos. Para eles, a média da segurança eleitoral cresce com o aumento da proporção de candidatos apoiados pelo presidente.<sup>107</sup>

Em síntese, os resultados da análise realizada até aqui mostram que: 1) a média da *segurança eleitoral* varia significativamente por distrito; 2) *apoio do governador, antiguidade congressual e receita* explicam segurança eleitoral dentre os *incumbents* veteranos. Para os novatos 3) apenas a receita parece fazer diferença; 4) nenhum efeito com significância estatística varia significativamente entre os distritos. Por fim 5) o ICCR para os dois grupos e

<sup>107</sup> Refiro-me a proporção porque a variável, apesar de nominal, entrou no modelo centralizada pela média do grupo (ver Raudensbush e Bryk, 2002; Gelman e Hill, 2007).

o Apoio do presidente para os novatos ajudam a explicar a variação da média de segurança eleitoral por distrito.

### *Sucesso Eleitoral*

Embora bastante esclarecedora, a análise da segurança precisa ser complementada pelo exame do sucesso eleitoral. Vale dizer, durante toda a tese esse foi o procedimento utilizado. Aqui o alvo principal é a probabilidade dos *incumbents* conseguirem renovar seus mandatos. Portanto, a diferença substantiva está na variável dependente, de resto repete-se o passo a passo da análise anterior. Para começar, a tabela abaixo reporta o teste do modelo nulo.

**Tabela 5.8** – Teste de Modelo Nulo – Sucesso Eleitoral por Distrito\*

Tipo de <i>Incumbent</i>	Efeitos Aleatórios	Componente de variância	Desvio Padrão	GL	$\chi^2$	<i>p</i>
Novatos	Média da probabilidade de sucesso eleitoral ( $\mu_{oj}$ )	0,072	0,268	79	81,157	0,412
Veteranos	Média da probabilidade de sucesso eleitoral ( $\mu_{oj}$ )	0,114	0,338	76	103,410	0,020

Fonte: TSE \* Modelo Logístico - Benoulli

Os resultados mostram que o modelo hierárquico é adequado apenas para os *incumbents* veteranos. Em outros termos, a probabilidade média do sucesso eleitoral dos candidatos à reeleição novatos não varia dentre os distritos eleitorais brasileiros. O mesmo não pode ser dito em relação aos veteranos. Como aqui o foco são as variações da constante e/ou efeitos dentre os distritos, a análise se restringe a esse último grupo. Primeiro é preciso observar quais variáveis tem efeito significativo na probabilidade de reeleição e se alguma varia por distrito. As tabelas abaixo ajudam a tirar essas dúvidas.

**Tabela 5.9** – Determinantes da Reeleição - Veteranos\*

Efeitos Fixos	Coeficiente	Erro Padrão	Razão de Chance	GL	<i>P</i>
Constante	0,838	0,181	2,31	75	<0,001
Apoio do governador	-0,092	0,193	0,91	645	0,632
Apoio do Presidente	0,311	0,210	1,36	645	0,138
Antiguidade Congressional**	0,179	0,072	1,19	645	0,012
Receitalog**	0,912	0,128	2,48	645	<0,001

Fonte: TSE \*Resultados com erro padrão robusto;

**Tabela 5.10** – Teste dos Efeitos Aleatórios – Variação por Distrito - Veteranos

Efeitos Aleatórios	Componente de variância	Desvio Padrão	GL	$\chi^2$	<i>p</i>
Probabilidade Média ( $\mu_{0j}$ )	0,753	0,567	56	82,688	0,012
Efeito apoio do Governador	0,525	0,276	32	25,297	>0,500
Efeito apoio do Presidente	0,548	0,300	32	14,389	>0,500
Efeito antiguidade congressual	0,226	0,051	32	35,925	0,289
Efeito da Receita (Log)	0,329	0,108	32	31,431	>0,500

Fonte: TSE

Antiguidade congressual e receita são as únicas variáveis que tem efeito significativo na probabilidade de reeleição dos *incumbents* veteranos. Por exemplo, cada mandato a mais aumenta em 1,97 vezes a chance do parlamentar renovar seu mandato. Quanto aos efeitos aleatórios, nenhuma novidade é registrada em relação ao modelo da segurança eleitoral. Novamente, a constante é o único componente do modelo a registrar uma variação aleatória digna de nota. Vale dizer, esse resultado é coerente com os testes realizados com a segurança eleitoral como variável dependente. De acordo com o que foi sugerido no capítulo 3, é importante testar a hipótese de que essa variação pode ser explicada pelo ICCR (índice de competitividade entre *incumbents*). Para repetir o modelo anterior incluo ainda o apoio do presidente. A tabela abaixo apresenta o resultado.

**Tabela 5.11** – Determinantes da Constante - Veteranos\*

Efeitos Fixos	Coefficiente	Erro Padrão	Razão de Chance	t	GL	<i>P</i>
Constante	0,964	0,174	2,62	5.546	73	<0,001
Índice competição**	-4,260	1,607	0,01	-2.652	73	0,010
Apoio presidente	-0,731	0,648	0,48	-1.128	73	0,263

Fonte: TSE \*Resultados com erro padrão robusto

\*\* Variável centralizada na média do grupo.

Restam poucas dúvidas de que a competição é de fato um estimador consistente da média da probabilidade de reeleição dos veteranos. Novamente, o apoio do presidente não apresenta significância estatística. Vale salientar, devido à escala o efeito do ICCR pode parecer baixo (0,014). Para ilustrar melhor o potencial dessa variável vale analisá-la no formato

intervalar (em categorias classificatórias de distritos). Mais que isso, a tabela abaixo reporta o efeito dessa mesma variável caso ela fosse utilizada como um determinante da reeleição.

**Tabela 5.12** – Potencial explicativo do ICCR Cluster - Veteranos\*

Efeitos Fixos	Coefficiente	Erro Padrão	Razão de Chance	t	GL	P
Constante	1,794	0,449	6,01	3,995	75	<0,001
Cluster ICCR	-0,438	0,158	0,64	-2,767	75	0,007

Fonte: TSE \*Resultados com erro padrão robusto

A análise a partir de distritos agrupados revela que o ICCR está negativa e significativamente correlacionado com a probabilidade de reeleição. Para ser mais preciso, nos distritos mais competitivos a probabilidade média da reeleição é quase duas vezes (1,93) menor.<sup>108</sup> Isso para um *incumbent* veterano médio. Ou seja, com receita de campanha e antiguidade congressuais médias. Em outros termos, isso significa que quando a competição é alta a chance de vencer torna-se positiva apenas quando o parlamentar arrecada bem acima da média e/ou acumula um maior número de mandatos.

Em resumo, a análise do sucesso eleitoral revela que: 1) apenas a probabilidade média dos candidatos à reeleição veteranos varia por estado; 2) *antiguidade congressual e receita de campanha* são fatores que aumentam a probabilidade de reeleição; 3) *o apoio do presidente e o apoio do governador* não apresentam efeitos significativos; 4) a competitividade entre *incumbents* nos distritos ajuda a explicar a variação da probabilidade média; 5) nos distritos mais competitivos essa probabilidade pode chegar a ser 1,93 vezes menor que em distritos com ICCR mais baixo.

### *Partidos*

Vale lembrar que nesse nível de análise os *incumbents* são agrupados por partidos estaduais, isso para manter a coerência com a análise anterior e respeitar a forte heterogeneidade dos partidos brasileiros dentre os estados. Essa medida implica algumas mudanças substantivas nos procedimentos estatísticos, embora pareça acertada do ponto de vista teórico. A principal delas é que só é possível realizar a análise do sucesso eleitoral (variável binária) a partir de um modelo que reúna os dois tipos de *incumbents*. Isso porque o número de casos por grupo (partido estadual) é muitas vezes insuficiente para gerar resultados confiáveis. Vale lembrar,

<sup>108</sup> Cálculo feito a partir da multiplicação da razão de chance (0,6454) por 3 níveis de competição (ICCR).

nos modelos logísticos os casos em cada grupo são divididos entre eleitos e não eleitos. Seja como for, o exame da *segurança eleitoral* pode ser feito tal como na seção anterior. Como de praxe, a tabela inicial da análise reporta ao teste do modelo nulo.

**Tabela 5.13** – Teste de Modelo Nulo – Segurança Eleitoral por Partido

Tipo de <i>Incumbent</i>	Efeitos Aleatórios	Componente de variância	Desvio Padrão	GL	$\chi^2$	<i>p</i>
Novatos	Média da Segurança Eleitoral ( $\mu_{oj}$ )	958604177,56	30961,33	190	295,290	<0,001
	Variância nível individual ( <i>r</i> )	3929370764,73	62684,69			
Veteranos	Média da Segurança Eleitoral ( $\mu_{oj}$ )	1188814167,74	34479,18	175	576,606	<0,001
	Variância nível individual ( <i>r</i> )	2498227701,57	49982,28			

Fonte: TSE

Os testes revelam que a média da segurança eleitoral varia significativamente entre os partidos. Portanto, parece adequado utilizar o modelo hierárquico para incluir esse nível de análise (partidos) na estimação dos determinantes da reeleição parlamentar. Vale informar, entre os novatos, a variância devido aos grupos chega a 24,39%, para os veteranos esse patamar é de 32,24%.<sup>109</sup> O próximo passo é estimar o modelo com os determinantes e observar se os efeitos também variam por partido. Como já anunciado, o teste será realizado com: *Antiguidade congressual*, *Antiguidade Partidária* e *Receita de Campanha (log)*. As tabelas abaixo apresentam os resultados

**Tabela 5.14** – Determinantes da Reeleição - Novatos\*

Efeitos Fixos	Coefficiente	Erro Padrão	t	GL	<i>P</i>
Constante	-85903,03	3918,86	-2,920	186	<0,001
Antiguidade Congressual**	-9983,00	3484,43	-2,865	186	0,005
Antiguidade Partidária**	1181,37	504,09	2,344	186	0,020
Receita (Log)**	27308,53	7833,91	3,486	186	<0,001

Fonte: TSE \*Resultados com erro padrão robusto

\*\* variáveis centralizadas na média do grupo;

<sup>109</sup> Também foi feita a análise de resíduo dos modelos cujos pressupostos são semelhantes ao Modelo de Regressão por Mínimos Quadrados Ordinários, com exceção da independência dos resíduos e das observações (ver Raudensbush e Bryk, 2002).

**Tabela 5.15** – Determinantes da Reeleição - Veteranos\*

Efeitos Fixos	Coefficiente	Erro Padrão	t	GL	P
Constante	-182641,83	34702,24	-5,263	169	<0,001
Antiguidade Congressual**	-1470,22	1857,17	-0,792	169	0,430
Antiguidade Partidária**	-276,26	439,30	-0,629	169	0,530
Receita (Log)**	16810,32	6399,23	2,627	169	0,009

Fonte: TSE \*Resultados com erro padrão robusto

\*\* variáveis centralizadas na média do grupo;

**Tabela 5.16** – Teste dos Efeitos Aleatórios – Variação por Partido - Novatos

Efeitos Aleatórios	Componente de variância	Desvio Padrão	GL	$\chi^2$	p
Constante	1049066274,16	32389,29	38	168,676	<0,001
Antiguidade Congressual	94148167,65	9702,10	38	26,768	>0,500
Antiguidade Partidária	3160789,09	1777,86	38	53,109	0,052
Receita (Log)	289653647,21	17019,21	38	30,892	>0,500

Fonte: TSE

**Tabela 5.17** – Teste dos Efeitos Aleatórios – Variação por Partido - Veteranos

Efeitos Aleatórios	Componente de variância	Desvio Padrão	GL	$\chi^2$	p
Constante	51382708640,86	226677,54	58	110,367	<0,001
Antiguidade Congressual	40343119,92	6351,62	58	79,300	0,033
Antiguidade Partidária	5010405,78	2238,39	58	116,208	<0,001
Receita (Log)	1871975367,59	43266,33	58	112,462	<0,001

Fonte: TSE

Para os novatos, a tabela dos determinantes, revela que os dois tipos de antiguidade e a receita de campanha têm efeito significativo sobre a segurança eleitoral. O detalhe é que a primeira antiguidade tem um sinal contrário do que seria esperado. Os candidatos à reeleição novatos com maior número de mandatos ficam mais distantes do quociente eleitoral. Já para os veteranos, apenas a receita apresenta significância estatística. Nesse grupo, surpreendentemente

as duas antiguidades apresentam sinais contrários ao esperado.<sup>110</sup> Por fim, é importante observar que para os dois grupos a constante é negativa e significativa.

Quanto aos efeitos aleatórios, a constante e a antiguidade partidária são elementos que variariam significativamente para os dois grupos. Isso significa que tanto a média de segurança eleitoral quanto o efeito do tempo no partido variam bastante dentre os *incumbents*, quer sejam novatos, quer sejam veteranos. Exclusivamente para os últimos, os efeitos da antiguidade congressual e da receita também variam significativamente. Em nome da parcimônia, para os novatos, a análise incidirá apenas sobre a variação da constante e da antiguidade partidária. Para os veteranos, os alvos serão a variação da constante e da receita.<sup>111</sup>

A essa altura convém testar a hipótese de que essas variações podem ser explicadas por variáveis com origem nos partidos e no sistema partidário. Precisamente: clareza ideológica e máquina dos partidos e instabilidade e fragmentação dos sistemas. Os dois primeiros referentes à antiguidade partidária, os dois últimos referentes à constante. As tabelas abaixo apresentam os resultados.

**Tabela 5.18** –Variação dos Determinantes - Novatos\*

Determinante	Variáveis	Coefficiente	Erro Padrão	t	GL	P
Constante	Constante	-81690,09	3540,45	-23,073	184	<0,001
	Concentração	151744,03	29212,27	5,195	184	<0,001
	Estabilidade	23234,98	3397,55	6,839	184	<0,001
Antiguidade Partidária	Constante	5315,60	2173,73	2,445	184	0,015
	Clareza Ideológica**	-122,35	66,27	-1,846	184	0,066
	Máquina Partidária**	1310,88	708,24	1,851	184	0,066

Fonte: TSE \*Resultados com erro padrão robusto, testes com modelos separados;

\*\*Variáveis centralizadas na média do grupo.

<sup>110</sup> Esses resultados são surpreendentes pelo sinal e pela insignificância dos efeitos, uma hipótese razoável é que a estimação precisaria ser melhorada, já que ambos têm erros aleatórios variando significativamente.

<sup>111</sup> A opção é por examinar apenas os efeitos significativos nos dois grupos.

**Tabela 5.19** –Variação dos Determinantes - Veteranos\*

Determinante	Variáveis	Coefficiente	Erro Padrão	t	GL	P
Constante	Constante	-86156,27	2911,73	-29,589	167	<0,001
	Concentração	156891,64	24099,06	6,510	167	<0,001
	Estabilidade	24431,85	3021,41	8,086	167	<0,001
Receita de Campanha	Constante	1,84	0,28	4,844	167	<0,001
	Clareza Ideológica	0,03	0,03	1,193	167	0,235
	Máquina Partidária	-0,05	0,30	-0,164	167	0,870

Fonte: TSE \*Resultados com erro padrão robusto, testes com modelos separados;

De acordo com os resultados apresentado nas tabelas acima, a clareza ideológica e a máquina partidária são determinantes significativos da variação do efeito da antiguidade partidária. Vale dizer, o sinal negativo da clareza ideológica está dentro do esperado. Quanto maior a variação da classificação dos partidos na escala direita-esquerda menor o impacto do efeito da antiguidade partidária. Quanto à receita, não é possível dizer o mesmo. Ao que parece, tanto a clareza quanto o tamanho da máquina não explicam a variação da receita de campanha.<sup>112</sup> As variáveis referentes aos sistemas (Concentração e Estabilidade) explicam significativamente a variação da constante nos dois grupos. Mais precisamente, a segurança eleitoral média dos candidatos à reeleição é maior em sistemas partidários menos fragmentados e mais estáveis.

Em resumo, a análise do sucesso eleitoral dos *incumbents* agrupados por partidos revela que: 1) a média da *segurança eleitoral* dos candidatos à reeleição novatos ou veteranos varia significativamente entre os partidos; 2) a *antiguidade partidária* para os novatos e a *receita de campanha* para os veteranos são as variáveis independentes que apresentam efeitos significativos com variação significativa entre os grupos; 3) A *clareza ideológica* e o *tamanho das máquinas partidárias* ajudam a explicar a variação do efeito da *antiguidade partidária*; 4) ambas não apresentam significância estatística na explicação da variação do efeito da *receita de campanha*. Por fim, 5) O nível de *concentração* e *estabilidade* ajudam a explicar a variação da média de segurança eleitoral.

<sup>112</sup> Seguramente outras possibilidades poderiam ser tentadas para explicar a variação desse efeito, inclusive por meio de variáveis não controladas aqui. Britto (2012) mostrou que parte da variação do efeito da receita pode ocorrer devido ao nível de pobreza dos distritos brasileiros. Seja como for, aqui a opção é restringir-se ao teste das hipóteses anunciadas.

### *Sucesso Eleitoral*

A exemplo do que foi feito durante toda a tese, a análise também é feita em termos de probabilidade de reeleição. Como já anunciado, por questões metodológicas, não é possível fazê-la para categorias separadas de *incumbents*. Vale dizer, esse nível de agregação torna até certo ponto irrelevante o teste do modelo nulo, por isso, segue a análise dos efeitos fixos e da variação dos determinantes da reeleição.<sup>113</sup>

**Tabela 5.20 –Determinantes da Reeleição\***

Efeitos Fixos	Coefficiente	Erro Padrão	Razão de Chace	t	GL	P
Constante	0,17	0,150	1,19	1,137	219	0,257
Antiguidade Congressual**	0,12	0,048	1,12	2,398	219	0,017
Antiguidade Partidária**	0,03	0,008	1,03	3,791	219	<0,001
Receita (Log)**	1,21	0,172	3,36	7,036	219	<0,001

Fonte: TSE \*Resultados com erro padrão robusto;

\*\* Variáveis centralizada na média do grupo.

**Tabela 5.21 – Teste dos Efeitos Aleatórios**

Efeitos Aleatórios	Componente de variância	Desvio Padrão	GL	$\chi^2$	p
Constante	5,86	34,39	87	111,484	0,039
Antiguidade Congressual	0,32	0,10	87	122,147	0,008
Antiguidade Partidária	0,04	0,00	87	107,941	0,063
Receita (Log)	1,23	1,52	88	114,459	0,030

Fonte: TSE

De acordo com os resultados, as três variáveis têm efeitos significativos na probabilidade do sucesso eleitoral dos candidatos à reeleição. Por exemplo, cada mandato a mais aumenta em 1,12 vezes a chance do parlamentar conseguir se reeleger. Como visto anteriormente, esse efeito precisa ser visto separadamente de acordo com o tipo de *incumbent*. A tabela dos efeitos aleatórios revela que a constante e os efeitos também variam significativamente. Para manter a coerência com a análise da segurança eleitoral, vale analisar

<sup>113</sup> O teste do modelo mostra que a variação do intercepto é significativo, o que indica a necessidade do modelo hierárquico para realização da análise.

a variação da constante, da antiguidade partidária e da receita de campanha. A tabela abaixo reporta os resultados.

**Tabela 5.22** – Variação dos Determinantes\*

Determinante	Variáveis	Coefficiente	Erro Padrão	t	GL	P
Constante	Constante	0,89	0,080	11,076	217	<0,001
	Concentração	1,53	0,624	2,444	217	0,015
	Estabilidade	0,07	0,076	0,929	217	0,354
Antiguidade Partidária	Constante	0,03	0,018	1,622	217	0,106
	Concentração	0,12	0,135	0,865	217	0,388
	Estabilidade	0,01	0,017	0,533	217	0,595
Receita de Campanha (Log)	Constante	1,22	0,238	5,121	217	<0,001
	Concentração	-3,85	1,632	-2,363	218	0,019
	Estabilidade	-0,59	0,204	-2,922	218	0,004

Fonte: TSE \*Resultados com erro padrão robusto, testes com modelos separados

Apenas a concentração explica a variação da constante. Já a variação da receita é explicada por ambas: concentração e estabilidade. Mais que isso, ambas têm impacto negativo na variação da receita, ou seja, em distritos com concentração e estabilidade maiores o efeito da receita é menor. A surpresa fica por conta da antiguidade partidária, nem a concentração, nem a estabilidade dos sistemas alteram significativamente o seu efeito. Todavia, ambas têm sinais na direção do que era esperado, ou seja, aumentam o efeito da variável.

Em resumo, o exame do sucesso eleitoral revela que: 1) a *antiguidade congressional*, a *antiguidade partidária* e a *receita de campanha* são determinantes significativos da reeleição parlamentar; 2) a constante e o efeito das três variáveis variam significativamente dentre os partidos; 3) o nível de *concentração* ajuda a explicar a variação constante e da receita; 4) a *estabilidade* dos sistemas ajuda a explicar apenas a variação da *receita de campanha*; Por fim 5) a *receita de campanha* tem efeito menor em sistemas partidários mais concentrados e mais estáveis.

## 5.6 ESTIMADORES POR DISTRITOS E PARTIDOS

Em conjunto os resultados atestam a necessidade da utilização de modelos multiníveis para a análise da reeleição parlamentar. Com exceção do sucesso eleitoral dos novatos, em todos os casos, a constante da variável dependente varia significativamente dentre os grupos. Na maioria absoluta dos casos a estimação precisa considerar que a média populacional não é um bom preditor da média dos grupos. Em termos estatísticos, isso significa que os estudos anteriores tendem a sub ou sobre estimar a segurança ou sucesso eleitoral dos candidatos. O índice de competição entre os *incumbents* ajuda a explicar a variação dessa medida por distrito. Mais precisamente, a elevação da competição reduz a constante. Isso tanto em termos de segurança eleitoral quanto em termos de percentual de votos. Portanto, candidatos médios em distritos mais competitivos tendem a ter um desempenho eleitoral pior que em distritos em que a competição é menos acirrada. Adicionalmente, o intercepto também varia significativamente por partido. Nesse nível, características dos sistemas partidários estaduais, em especial, a concentração, ajudam a explicar essa variação.

A análise também incidiu sobre a variação de alguns efeitos. Particularmente, a antiguidade partidária e a receita são as principais variáveis com efeitos significativos e variantes entre os grupos. Dentre os *incumbents* novatos, a clareza ideológica e o tamanho das máquinas partidárias ajudam a explicar a variação da antiguidade partidária. Isso em termos de segurança eleitoral. Precisamente, o efeito do tempo no partido é maior para candidatos de partidos com maior clareza ideológica e que contam com máquinas partidárias maiores. Por fim, a variação do efeito da receita no sucesso eleitoral (probabilidade de reeleição) pode ser parcialmente explicada pela concentração e estabilidade dos sistemas partidários. Sistemas menos fragmentados e mais estáveis reduzem o efeito da receita de campanha.

## 6. CONCLUSÃO

A análise da reeleição parlamentar é bastante tênue no Brasil. Em outras tradições, é possível encontrar um vasto número de trabalhos discutindo desde a magnitude do fenômeno até a interação entre as suas principais causas. Aqui, os poucos estudos existentes dividem sua atenção entre analisar as causas da ambição política e da renovação parlamentar. Essa carência reflete-se numa série de lacunas analíticas. A primeira diz respeito ao debate sobre as medidas utilizadas para dimensionar a reeleição. No Brasil, sabe-se pouco sobre a vantagem dos *incumbents* frente aos desafiantes, sobre a segurança eleitoral dos primeiros e sobre o que significa exatamente cada uma dessas medidas. Da mesma forma, as causas da reeleição parlamentar ainda são uma grande incógnita. Particularmente, quando se examina o efeito de características dos sistemas eleitoral e partidário.

O objetivo central dessa tese foi tentar suprir algumas dessas lacunas. A princípio a tentativa foi dimensionar o desempenho eleitoral dos candidatos à reeleição nas cinco últimas eleições (1994-2010). Isso a partir de quatro medidas: 1) percentual de votos válidos; 2) sucesso eleitoral; 3) *sophomore surge* e 4) *retirement slump*. As duas primeiras medidas foram examinadas por distrito e por partido. As duas últimas são medidas comumente observadas pela literatura internacional e que foram adaptadas para contexto brasileiro. Nessa etapa, os principais achados mostraram que o número de candidatos à reeleição cresce cerca de 20% no período. Em média, o percentual de eleito dentre eles chega a 66% com pico 71,7% em 2002. Todavia, esses resultados precisam ser observados distrito a distrito. Tanto o número de candidatos quanto o percentual de eleitos variam significativamente entre os distritos. Adicionalmente, a análise revela que agregar os *incumbents* por partido também é uma iniciativa importante. O sucesso eleitoral do grupo depende estatisticamente da distribuição deles por partido. Entretanto, os votos deixados pelos desistentes, parlamentares que resolvem não concorrer à reeleição, parece não ser mantido pelas legendas. Por fim, os resultados apresentados mostraram que em média o desempenho eleitoral dos candidatos à primeira reeleição é pior na luta pela reeleição que na conquista do primeiro mandato. Porém, isso não significa que o exercício do mandato é inútil, apenas diz que ele não garante necessariamente maior segurança eleitoral para todos os *incumbents*.

Os passos seguintes da tese consistiram em tentar mensurar o efeito de características dos sistemas eleitoral e partidário no desempenho eleitoral dos candidatos à reeleição. A princípio o foco recaiu na competição entre eles. Os dados mostraram que quase todos os

municípios brasileiros registram votos para, no mínimo, dois candidatos à reeleição. Isso significa que raramente um *incumbent* disputa uma eleição sem a sombra de outro. Mais que isso, os distritos que registram o maior nível de competitividade entre os *incumbents* são também aqueles que registram os piores desempenhos. Algo parecido acontece ao se estimar a competição por coligação. De acordo com o que foi visto, concorrer por um partido coligado aumenta o sucesso eleitoral dos *incumbents*, em especial, os aspirantes a primeira reeleição. Todavia, a competitividade dentro das coligações pondera esse efeito. Outro componente do sistema eleitoral examinado foi a eleição casada. Ou melhor, o peso das eleições majoritárias (executivos estadual e federal) na disputa pela reeleição parlamentar. Mas, a análise não apresenta resultados consistentes sobre esse ponto. De acordo com os resultados do modelo hierárquico, as variáveis *apoio do governador* e *apoio do presidente* não influenciam significativamente o desempenho eleitoral dos *incumbents*.

Quanto aos partidos, nota-se que os *incumbents* membros de partidos com posição ideológica mais clara têm desempenho eleitoral melhor. Não é possível afirmar com certeza que isso se deve a uma orientação partidária do eleitor, mas o certo é que essa característica precisa ser levada em consideração na análise da reeleição parlamentar. De forma semelhante, o tamanho da máquina partidária parece surtir efeito no desempenho eleitoral dos *incumbents*. De acordo com as análises, para os *incumbents* veteranos, cada ponto a mais no tamanho das máquinas, aumenta em mais de 33,8% a probabilidade do candidato conquistar a reeleição. Portanto, os partidos parecem fazer diferença, seja por um aspecto programático ou pragmático. Mais que isso, as máquinas também ajuda a explicar a variação do efeito da antiguidade partidária para esses mesmos candidatos. Precisamente, a antiguidade partidária tem um efeito maior em partidos com máquinas maiores.

Os partidos fazem efeito não apenas individualmente, mas também conjuntamente. Sistemas partidários com menor nível de fragmentação são mais favoráveis ao desempenho eleitoral dos *incumbents*. Seria apressado dizer que isso se deve a um maior nível de racionalização do processo. Da mesma forma, a instabilidade, medida fundamentalmente pelas volatilidades, parece ser um fator negativo. Em sistemas mais instáveis os candidatos à reeleição são menos votados e menos eleitos. Ambas as características, concentração e estabilidade dos sistemas, ajudam a explicar a variação da média da probabilidade de vitória dos *incumbents*. Sistemas mais concentrados e mais estáveis aumenta a probabilidade média de vitória.

Fora as descobertas pontuais, o avanço metodológico mais significativo da tese é o emprego de modelos hierárquicos para análise da reeleição parlamentar no Brasil. Em termos teóricos, essa mudança corresponde a elevar distritos e partidos à categoria de níveis de análise distintos do individual. Os resultados mostram que na maioria absoluta dos casos a estimação precisa considerar que a média populacional da variável dependente (segurança ou sucesso eleitoral) não é um bom preditor da média dos grupos. Sejam os grupos formados por distrito ou por partido. Em termos estatísticos, isso significa que os estudos anteriores tenderam a sub ou sobre estimar a segurança ou sucesso eleitoral dos candidatos. A análise também revela que o efeito de alguns determinantes (antiguidade partidária e receita) varia significativamente entre distritos e partidos. Por isso, é preciso considerar esses níveis de análise para melhorar as estimativas.

Claro está que o esforço realizado aqui constitui uma etapa inicial. Afinal, não é tarefa fácil considerar o conjunto de variáveis oriundas dos distritos e dos partidos. Nessa tese, trabalhou-se apenas algumas, as mais citadas direta ou indiretamente pela literatura. Mas, muito ainda precisa ser feito. Isso tanto para estimar as médias (constantes) da variável dependente quanto para calcular os efeitos de alguns determinantes da reeleição parlamentar. Portanto, usando-se essa estratégia de análise, tem-se uma enorme agenda de pesquisa pela frente.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOWITZ, ALAN I. Incumbency, Campaign Spending, and the Decline of Competition in U.S. House Elections. **The Journal of Politics**, v. 53, p. 34–56, 1991.
- ABRAMOWITZ, ALAN I; SAUDERS, KYLE L. Ideological Realignment in the U.S. Electorate. **Journal of Politics**, v. 60, n. 3, p. 634–652, 1998.
- ABRUCIO, LUIZ F. O Ultra-Presidencialismo Estadual. In: R. ANDRADE (Ed.). **Processo de Governo no Município e no Estado**. São Paulo: Edusp, 1998. .
- ABRUCIO, LUIZ F; SAMUELS, DAVID. A Nova Política dos Governadores. **Lua Nova**, n. 40/41, p. 138–326, 1997.
- ALBUQUERQUE, AFONSO; STEIBEL, FABRO BOAZ; CARNEIRO, CAROLINA M. Z. A Outra Face do Horário Gratuito: Partidos Políticos e Eleições Proporcionais na Televisão. **Dados**, v. 51, n. 2, p. 459–487, 2008.
- ALDRICH, JOHN H. **Why Parties? The Origin and Transformation of Political Parties in America**. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.
- ALFORD, JOHN R; BARDY, DAVID W. Personal and Partisan Advantage in U.S. Congressional Elections, 1846–1986. In: LAWRENCE DODD; BRUCE OPPENHEIMER (Eds.). **Congress Reconsidered**. Washington: CQ Press, 1989. .
- AMES, BARRY. Electoral Rules, Constituency Pressures, and Pork Barrel: Bases of Voting in the Brazilian Congress. **The Journal of Politics**, v. 57, n. 2, p. 324–343, 1995.
- AMES, BARRY. **Os Entraves da Democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- AMORIM NETO, OTAVIO; SANTOS, FABIANO. Facções Pró e Anti-governo e Disciplina Partidária no Brasil. **Dados**, v. 44, n. 2, 2003.
- AMORIM NETO, OTAVIO; TAFNER, PAULO. Governos de Coalizão e Mecanismos de Alarme de Incêndio no Controle Legislativo das Medidas Provisórias. **American Political Science Review**, v. 45., n. 1, p. 5–38, 2002.
- ANDRÉ, AUDREY et al. **District Magnitude and Legislators' Personal Vote-Seeking**. In: ENCONTRO APSA. Toronto, 2009.
- ANSOLABEHERE, STEPHEN; BRADY, DAVID; FIORINA, MORRIS. The Vanishing Marginals and Electoral Responsiveness. **British Journal of Political Science**, v. 22, n. 1, p. 21–38, 1992.
- ANSOLABEHERE, STEPHEN; SNYDER, JAMES M; STEWART, CHARLES. Old Voters, New Voters, and the Personal Vote: Using Redistricting to Measure the Incumbency Advantage. **American Journal of Political Science**, v. 44, p. 17–34, 2000.
- ANSOLABEHERE, STEPHEN; SNYDER, JAMES M. **The Incumbency Advantage in U.S. Elections: An Analysis of State and Federal Onces, 1942-2000**, 2002.

BARDI, LUCIANO. Change in the Italian Party System. **Res Publica**, v. 38, n. 0, p. 279–294, 2008.

BARDI, LUCIANO; MAIR, PETER. The Parameters of Party Systems. **Party Politics**, v. 14, n. 2, p. 147–166, 2008.

BARTELS, L. M. Partisanship and Voting Behavior, 1952–1996. **American Journal of Political Science**, v. 44, n. 1, p. 35–49, 2000.

BARTELS, LARRY M. Partisanship and Voting Behavior, 1952–1996. **American Journal of Political Science**, v. 44, n. 1, p. 35–49, 2000.

BERRY, W; BERKMAN, M; SCHNEIDERMAN, S. Legislative Professionalism and Incumbent Reelection: The Development of Institutional Boundaries. **The American Political Science Review**, v. 94, n. 4, p. 859–874, 2000.

BLACK, EARL; BLACK, MERLE. **Politics and Society in the South**. Cambridge: Harvard University Press, 1987.

BLACK, EARL; BLACK, MERLE. **The Rise of Southern Republicans**. Cambridge: Harvard University Press, 2002.

BLAIR, DIANE K; HENRY, ANN R. The Family Factor in State Legislative Turnover. **Legislative Studies Quarterly**, v. 6, p. 55–68, 1981.

BLALOCK, H. M. **Measurement in the social sciences: Theories and strategies**. Chicago: Aldine Publishing Company, 1974.

BOHN, SIMONE; PAIVA, DENISE. A volatilidade eleitoral nos estados, sistemas partidários e democracia no Brasil. **Revista Sociologia e Política**, v. 17, n. 33, p. 187–208, 2009.

BORGES, ANDRÉ. Já não se fazem mais máquinas políticas como antigamente: competição vertical e mudança eleitoral nos Estados brasileiros. **Revista de Sociologia e Política**. v. 18, n. 35, p. 167-188, 2010.

BOTERO, FELIPE; RENNÓ, LUCIO. Career Choice and Legislative Reelection. **Brazilian Political Science Review**, v. 1, n. 1, p. 102–124, 2007.

BRUNELL, THOMAS L. **Redistricting and Representation: Why Competitive Elections are Bad for America**. New York: Taylor & Francis e-Library, 2008.

BURNHAM, W. D. **Critical Elections and the Mainsprings of American Politics**. New York: Norton and Company, 1970.

BURNHAM, WALTER D. Communications. **American Political Science Review**, v. 68, p. 210, 1974.

BUTLER, DAVID E. **The Electoral System in Britain Since 1918**. Oxford: Clarendon Press, 1963.

BUTLER, DAVID E; STOKES, DONALD. **Political Change in Britain**. London: Macmillan, 1969.

CAIN, BRUCE E. Assessing the Partisan Effects of Redistricting. **American Political Science Review**, v. 79, p. 320–333, 1985.

CAIN, BRUCE E; FERREJOHN, JOHN A; FIORINA, MORRIS. **The Personal Vote: Constituency Service and Electoral Independence**. Cambridge: Harvard University Press, 1987. v. 79

CAMPBELL, JAMES E; JUREK, STEVEN J. The Decline of Competition and Change in Congressional Elections. In: SUNIL AHUJA; ROBERT DEWHIRST (Eds.). **Congress Responds to the Twentieth Century**. Columbus: Ohio State University Press, 2003.

CAREY, JOHN M.; SHUGART, MATTHEW S. Incentives to Cultivate a Personal Vote: a Rank Ordering of Electoral Formulas. **Electoral Studies**, v. 14, n. 4, p. 417–439, 1995.

CAREY, JOHN.; SHUGART, MATTHEW SOBERG. **Presidents and assemblies. Constitutional design and electoral dynamics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

CARREIRÃO, Y. DE S. Opiniões políticas e sentimentos partidários dos eleitores brasileiros. **Opinião Pública**, v. 14, n. 2, p. 319–351, 2008.

CARREIRÃO, YAN; KINZO, MARIA D. Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989/2002). **DADOS**, v. 14, n. 4, 2004.

CARSON, JAMIE L; ENGSTROM, ERIK J; ROBERTS, JASON M. Redistricting, Candidate Entry, and the Politics of Nineteenth-Century U.S. House Elections. **American Journal of Political Science**, v. 50, p. 283–293, 2006.

CARSON, JAMIE L; ENGSTROM, ERIK J; ROBERTS, JASON M. Candidate Quality, the Personal Vote, and the Incumbency Advantage in Congress. **American Political Science Review**, v. 101, n. 2, p. 289–301, 2007.

CARTER, DAN T. **The Politics of Rage: George Wallace, the Origins of the New Conservatism and the Transformation of American Politics**. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1995.

CHANG, ERIC C.C.; MIRIAM A. GOLDEN. Electoral Systems, District Magnitude and Corruption. **British Journal of Political Science**, v. 37, n. 1, p. 115–137, 2006.

CHEIBUB, JOSÉ ANTONIO; FIGUEIREDO, ANGELINA C.; LIMONGI, FERNANDO. Partidos Políticos e Governadores como Determinantes do Comportamento Legislativo na Câmara dos Deputados, 1988-2006. **DADOS**, v. 52, n. 2, p. 263–299, 2009.

COLLIE, MELISSA P. Incumbency, Electoral Safety, and Turnover in the House of Representatives, 1952- 1976. **American Political Science Review**, v. 75, p. 119–131, 1981.

COPPEDGE, MICHAEL. **Strong Parties and Lame Ducks: Presidential Patriarchy and Factionalism in Venezuela**. Stanford: Stanford University Press, 1976.

COVER, ALBERT D. One Good Term Deserves Another: The Advantage of Incumbency in Congressional Elections. **American Journal of Political Science**, v. 21, p. 523–541, 1977.

COX, G. W. Electoral Rules and the Calculus of Mobilization. **Legislative Studies Quarterly**, v. 24, p. 387–420, 1999.

COX, G. W.; MORGENSTERN, S. The Incumbency Advantage in Multimember Districts: Evidence from the U. S. States. **Legislative Studies Quarterly**, 3. v. 20, n. 3, p. 329 – 349, 1995.

COX, GARY W. **Making Votes Count**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

COX, GARY W; KATZ, JONATHAN N. Why Did the Incumbency Advantage in U.S. House Elections Grow? **American Journal of Political Science**, v. 40, n. 2, p. 478–497, 1996.

COX, GARY W; KATZ, JONATHAN N. **Elbridge Gerry's Salamander: The Electoral Consequences of the Reapportionment Revolution**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

COX, GARY W; MCCUBBINS, MATTHEW D. **Legislative Leviathan: Party Government in the House**. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1993.

COX, GARY W; MORGENSTERN, SCOTT. The Increasing Advantage of Incumbency in the U.S. States. **Legislative Studies Quarterly**, v. 18, p. 495–514, 1993.

CRISP, BRIAN F.; DESPOSATO, SCOTT. Constituency building in multimember districts: Collusion of conflict? **Journal of Politics**, v. 66, n. 1, p. 136–156, 2004.

DALTON, RUSSELL; WATTENBERG, MARTIN. **Parties without Partisans: Political Changes in Advanced Industrial Democracies**. New York: Oxford University Press, 2002.

DANCEY, CHRISTINE; REIDY, JOHN. **Estatística Sem Matemática para Psicologia: Usando SPSS para Windows**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DEGLER, CARL N. American Political Parties and the Rise of the City: An Interpretation. **Journal of American History**, v. 51, n. 1, p. 41–59, 1964.

DESPOSATO, SCOTT W; PETROCIK, JOHN R. The Variable Incumbency Advantage: New Voters, Redistricting, and the Personal Vote. **American Journal of Political Science**, v. 47, p. 18–32, 2003.

DIAZ-CAYEROS, A.; MAGALONI, B.; WEINGAST, B. R. Tragic Brilliance : Equilibrium Hegemony and Democratization in Mexico. Disponível em : [http:// papers . s s r n . c o m / s o l 3 / papers.cfm?abstract\\_id=1153510](http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1153510). Acesso em : 9.nov.2009., 2003.

DIONNE, E. J., JR. **They Only Look Dead**. New York: Touchstone, 1997.

DOWNS, ANTHONY. **Uma Teoria Econômica da Democracia**. São Paulo: Edusp, 1999.

DUVERGER, MAURICE. **Political Parties: Their Organization and Activities in the Modern State**. London: Methuen, 1954.

EPSTEIN, DANIEL J. CLIENTELISM VERSUS IDEOLOGY Problems of Party Development in Brazil. **PARTY POLITICS**, v. 15, n. 3, p. 335–355, 2009.

ERIKSON, R. S. The Advantage of Incumbency in Congressional Elections. **Polity**, v. 3, p. 395–405, 1971.

ERIKSON, R. S. Malapportionment, Gerrymandering, and Party Fortunes in Congressional Elections. **American Journal Political Science**, v. 66, n. 4, p. 1234–1245, 1972.

ERIKSON, ROBERT S. The Advantage of Incumbency in Congressional Elections. **Polity**, v. 3, p. 395–405, 1971.

ERIKSON, ROBERT S. Malapportionment, Gerrymandering, and Party Fortunes in Congressional Elections. **American Journal Political Science**, v. 66, n. 4, p. 1234–1245, 1972.

FELDMAN, PAUL; JONDROW, JAMES. Congressional Elections and Local Federal. **American Journal of Political Science**, v. 28, n. 1, p. 147–164, 1984.

FENNO, RICHARD. **Homestyle: House Members in Their Dis- tricts**. Boston: Little Brown, 1978.

FEREJOHN, J. A. Incumbent Performance And Electoral Control. **Public Choice**, v. 50, n. 1, p. 5 – 25, 1986.

FEREJOHN, JOHN A. On the Decline of Competition in Congressional Elections. **The American Political Science Review**, v. 71, n. 1, p. 166–176, 1977.

FEREJOHN, JOHN A. Incumbent Performance And Electoral Control. **Public Choice**, v. 50, p. 5–25, 1986.

FIGUEIREDO, ANGELINA C.; LIMONGI, FERNANDO. **Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, v. 68, 2001

FIGUEIREDO, MARCUS. Competição Eleitoral: eleições casadas, resultados solteiros. **Monitor Público**, n. 2, p. 21–27, 1997.

FIGUEIREDO FILHO, DALSON B. et al. O que Fazer e o que Não Fazer com a Regressão: pressupostos e aplicações do modelo linear de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). **Revista Política Hoje**, v. 20, n. 1, p. 44–90, 2011.

FIGUEIREDO FILHO, DALSON B. **Gasto de Campanha, Níveis de Pobreza e Resultados Eleitorais no Brasil**. Tese, Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2013.

FIORINA, MORRIS P. Electoral Margins, Constituency Influence, and Policy Moderation: A Critical Assessment. **American Politics Quarterly**, v. 1, n. 4, p. 479–498, 1973.

FIORINA, MORRIS P. The Case of the Vanishing Marginals: The Bureaucracy Did It. **The American Political Science Review**, v. 71, n. 1, p. 177–181, 1977.

FIORINA, MORRIS P. **Retrospective Voting in American National Elections**. New Haven: Yale University Press, 1981.

FIORINA, MORRIS P. **Congress: Key of The Washington Establishment**. New Haven: Yale University, 1989.

FORMAN, LEWIS A., JR. Inter-party Constituency Differences and Congressional Voting Behavior. **American Political Science Review**, v. 57, n. 1, p. 57–61, 1963.

GARAND, JAMES C; GROSS, DONALD A. Changes in the Vote Margins for Congressional Candidates: A Specification of Historical Trends. **American Political Science Review**, v. 78, p. 17–30, 1984.

GARSON, G. D. Topics in Multivariate Analysis. Disponível em: <<http://faculty.chass.ncsu.edu/garson/PA765/statnote.htm>>, v. 67, 2010.

GELMAN, ANDREW; HILL, JENNIFER. **Data Analysis Using Regression and Multilevel/Hierarchical Model**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

GELMAN, ANDREW; HUANG, ZAIYING. Estimating Incumbency Advantage and Its Variation, as an Example of a Before–After Study. **Journal of the American Statistical Association**, v. 103, n. 482, 2008.

GELMAN, ANDREW; KING, GARY. Estimating Incumbency Advantage without Bias. **American Political Science Review**, v. 34, n. 4, p. 1142–1164, 1990.

GOLDSTEIN, H. **Multilevel Statistical Models**. 2. ed. London: Edward Arnold, 1995.

GOODMAN, CRAIG; PARKE, DAVID C. W.; ROACH, LAURA E. **Home Style Revisited: The Presentation of Self and Member Allocation of Office Resources**. In: ANNUAL MEETING OF THE MIDWEST POLITICAL SCIENCE ASSOCIATION,. Chicago, 2007.

GREEN, JOHN C. E ET AL. The Soul of the South: Religion and the New Electoral Order. In: CHARLES S. BULLOCK III; MARK J. ROZELL (Eds.). **The New Politics of the Old South**. Boulder: Rowman and Littlefield, 1998. .

HAGOPIAN, FRANCES; GERVASONI, CARLOS; MORAES, JUAN ANDRÉS. From Patronage to Program: The Emergence of Party-Oriented Legislators in Brazil. **Comparative Political Studies**, v. 42, n. 3, p. 360–391, 2009.

HAIR, JR et al. **Multivariate Data Analysis**. 6. ed. Upper Saddle River: Pearson Prentice Hall, 2006.

HEITSHUSEN, VALERIE; YOUNG, GARRY; WOOD, DAVID M. Electoral Context and MP Constituency Focus in Australia, Canada, Ireland, New Zealand, and the United Kingdom. **American Journal of Political Science**, v. 49, n. 1, p. 32–45, 2005.

HIBBING, JOHN R. The Career Paths of Members of Congress. In: SHIRLEY WILLIAMS; EDWARD L. LASCHER, JR (Eds.). **Ambition e Beyond**. Berkeley: Institute of Governmental Studies Press, 1993. .

HINCKLEY, BARBARA. House Reelections and Senate Defeats: The Role of the Challenger. **British Journal of Political Science**, v. 10, p. 441–460, 1980.

HONAKER, JAMES; KATZ, JONATHAN N; KING, GARY. A Fast, Easy, and Efficient Estimator for Multiparty Electoral Data. **Political Analysis**, v. 10, n. 1, p. 84–100, 2002.

JACOBSON, GARY C. The Marginals Never Vanished: Incumbency and Competition in Elections to the U.S. House of Representatives, 1952–1982. **American Journal of Political Science**, v. 31, n. 1, p. 126–141, 1987.

JACOBSON, GARY C. Strategic Politicians and the Dynamics of U.S. House Elections, 1946–1986. **American Political Science Review**, v. 83, p. 773–793, 1989.

JACOBSON, GARY C. **The Politics of Congressional Elections**. New York: Longman, 2001.  
JACOBSON, GARY C. **A Divider, Not a Uniter: George W. Bush and the American People**. New York: Pearson Longman, 2007.

JACOBSON, GARY C; KERNELL, SAMUEL. **Strategy and Choice in Congressional Elections**. New Haven: Yale University Press, 1981.

JEWELL, M. E.; BREAUX, D. The Effect of Incumbency on State Legislative Elections. **Legislative Studies Quarterly**, 4. v. 13, n. 4, p. 495 – 514, 1988.

JONES, MARK P. Federalism and the Number of Parties in Argentine Congressional Elections. **The Journal of Politics**, v. 59, n. 2, p. 538–549, 1997.

KARSON, JONATHAN S. **Challengers, Competition, and Reelection**. New Haven: Yale University Press, 1994.

KARSON, JONATHAN S; GREEN, DONALD P. Preempting Quality Challengers in House Elections. **Journal of Politics**, v. 50, p. 920–936, 1988.

KATZ, JONATHAN N; KING, GARY. A Statistical Model for Multiparty Electoral Data. **American Political Science Review**, v. 93, n. 1, p. 15–32, 1999.

KATZ, JONATHAN N; MAIR, PETER; GUNTHER, R. A Statistical Model for Multiparty Electoral Data. In: MONTEIRO, J.; LINS, JUAN (Eds.). **Political Parties: Old Concepts and New Challenges**. Oxford: Oxford University Press, 2002. v. 93.

KATZ, RICHARD; MAIR, PETER. Changing Models of Party Organization and Democracy: The Emergence of the Cartel Party. **Party Politics**, v. 1, n. 1, p. 5–28, 1995.

KERNELL, S. Toward Understanding 19th Century Congressional Careers: Ambition, Competition, and Rotation. **American Journal of Political Science**, v. 21, p. 669–693, 1977.

KEVIN, LUCAS; SAMUELS, DAVID. A “Coerência” Ideológica do Sistema Partidário Brasileiro. **Journal of Politics in Latin America**, v. 2, n. 3, p. 39–69, 2010.

KEY, V. O. Secular Realignment and the Party System. **Journal of Politics**, v. 21, n. 2, p. 198–210, 1959.

KING, GARY. Representation through Legislative Redistricting: A Stochastic Model. **American Journal of Political Science**, v. 33, n. 4, p. 787–824, 1989.

KING, GARY. Constituency service and incumbency advantage. **British Journal of Political Science**, v. 21, n. 1, p. 119–128, 1991.

KING, GARY. How not to lie with statistics: avoiding common mistakes in quantitative political science. Disponível em: <http://gking.harvard.edu/#>, 2001.

KING, GARY; GELMAN, ANDREW. Systemic Consequences of Incumbency Advantage in U.S House Elections. **American Journal of Political Science**, v. 35, n. 1, p. 110–138, 1991.

KINZO, MARIA D. **Radiografia do Quadro Partidário Brasileiro**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 1993.

KINZO, MARIA D. Democratização Brasileira: um balanço do processo político desde a transição. **São Paulo em Perspectiva**, v. 14, n. 4, 2001.

KIRCHHEIMER, OTTO. The transformation of the Western European party systems. In: LAPALOMBARA, JOSEPH; WEINER, MYRON (Eds.). **Political parties and political development**. Princeton: Princeton University Press, 1966. .

KITSCHOLT, HERBERT. Linkages between Citizens and Politicians in Democratic Polities. **Comparative Political Studies**, v. 33, p. 845–879, 2000.

KOOLE, RUUD. The Vulnerability of the Modern Cadre Party in the Netherlands. In: KATZ, RICHARD; PETER, MAIR (Eds.). **How Parties Organize**. London: Sage, 1994. .

KOSTROSKI, WARREN L. Party and Incumbency in Postwar Senate Elections. **American Political Science Review**, v. 67, p. 1213–1234, 1973.

KRAMER, GERALD H. A Dynamical Model of Political Equilibrium. **Journal of Economic Theory**, v. 16, p. 310–334, 1977.

KREHBIEL, K.; WRIGHT, J. R. The Incumbency Effect in Congressional Elections: A Test of Two Explanations. **American Journal of Political Science**, v. 27, p. 140–157, 1983.

LAMOUNIER, BOLÍVAR. A democracia Brasileira de 1985 à década de 90: a síndrome da paralisia hiperativa. In: VELLOSO, J. P. DOS REIS (Ed.). **Governabilidade, sistema político e violência urbana**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994. .

LAVAREDA, ANTÔNIO. **A democracia nas urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

LEHMBRUCH, G.; SCHMITTER, P. **Patterns of Corporatist Policy-Making**. London: Sage, 1982.

LEONI, EDUARDO. Ideologia, democracia e comportamento parlamentar: A Câmara dos Deputados (1991–1998). **Dados**, v. 45, n. 3, p. 361–386, 2002.

LEONI, EDUARDO; PEREIRA, CARLOS; RENNÓ, LÚCIO. Estratégias para sobreviver politicamente: Escolhas de carreiras na Câmara de Deputados do Brasil. **Opinião Pública**, v. 9, n. 1, p. 44–67, 2003.

LEONI, EDUARDO; PEREIRA, CARLOS; RENNÓ, LÚCIO. Political Survival Strategies: Political Career Decisions in the Brazilian Chamber of Deputies. **Journal of Latin American Studies**, v. 36, p. 109–130, 2004.

LEVITT, STEVEN D. A Hierarchical Model for Studying School Effects. **Sociology of Education**, p. 1–77, 1986.

LEVITT, STEVEN D. Using Repeat Challengers to Estimate the Effect of Campaign Spending on Election Outcomes in the U.S. House. **Journal of Political Economy**, v. 102, p. 777–798, 1994.

LEVITT, STEVEN D; WOLFRAM, CATHERINE D. Decomposing the Sources of Incumbent Advantage in The U.S. House. **Legislative Studies Quarterly**, v. 22, n. 1, p. 45–60, 1997.

LEWIS-BECK, MICHAEL. **Applied Regression: an introduction. Series Quantitative Applications in the Social Sciences**. 2. ed. London: Sage, 1980.

LIJPHART, AREND. **Modelos de democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LIMA JÚNIOR, OLAVO BRASIL. **O sistema partidário brasileiro: diversidades e tendências (1982-1994)**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

LIMONGI, FERNANDO; CORTEZ, RAFAEL. As Eleições de 2010 e o Quadro Partidário. **Novos Estudos**, n. 88, p. 21–37, 2010.

LINZ, JUAN. Parties in Contemporary Democracies: Problems and Paradoxes. In: GUNTHER, R.; MONTERO, J. R; LINZ, JUAN (Eds.). **Political Parties, Old Concepts and New Challenges**. Oxford: Oxford University Press, 2002. .

LUNA, JUAN PABLO; ALTMAN, DAVID. Uprooted but Stable: Chilean Parties and the Concept of Party System Institutionalization. **Latin American Politics and Society**, v. 53, n. 2, 2011.

LYNE, MONA M. PARTIES AS PROGRAMMATIC AGENTS A Test of Institutional Theory in Brazil. **PARTY POLITICS**, v. 11, n. 2, p. 193–216, 2005.

MAINWARING, SCOTT P. **Sistemas Partidários em Novas Democracias: o caso do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

MAINWARING, SCOTT P; SCULLY, T. R. Party systems in Latin America. In: MAINWARING, SCOTT P; SCULLY, T. R. (Eds.). **Building democratic institutions: party systems in Latin America**. Stanford: Stanford University Press, 1995. .

MAINWARING, SCOTT P; TORCAL, MARIANO. Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democratização. **Opinião Pública**, v. 9, n. 2, p. 249–286, 2005.

MAIR, PETER. Party Systems and Structures of Competition. In: LEDUC, LARRY; NEMI, RICHARD G.; NORRIS, PIPPA (Eds.). **Comparing Democracies**. London: Sage, 1996.

MAIR, PETER; KATZ, RICHARD. Party System Change. In: CROTTY, W. (Ed.). **Handbook of Party Politics**. London: Sage, 2006. v. 93.

MANCUSO, WAGNER PRALON. Construindo Leis: As Construtoras e as Concessões de Serviços. **Lua Nova**, v. 58, 2003.

MANN, THOMAS E; WOLFINGER, RAYMOND E. Candidates and parties in congressional elections. **American Political Science Review**, v. 74, p. 617–632, 1980.

MAYER, W. G. What Exactly Is a Swing Voter? Definition and Measurement. In: MAYER, W. G. (Ed.). **The Swing Voter in American Politics**. Washington: Brookings Institution, 1986. p. 5 – 25.

MAYER, WILLIAM G. What Exactly Is a Swing Voter? Definition and Measurement. In: WILLIAM G. MAYER (Ed.). **The Swing Voter in American Politics**. Washington: Brookings Institution, 2008. .

MAYHEW, DAVID. **Congress: The Electoral Connection**. New Haven: Yale University Press, 1974b.

MAYHEW, DAVID. Congressional Elections: The Case of the Vanishing Marginal. **Polity**, v. 6, p. 295–317, 1974.

MAYHEW, DAVID. **Electoral realignments: A critique of an American genre**. New Haven: Yale University Press, 2002.

MCKELVEY, RICHARD D. Policy Related Voting and Electoral Equilibrium. **Econometrica**, v. 43, p. 815–843, 1975.

MCKELVEY, RICHARD D; REIZMAN, RAYMOND G. Seniority in Legislatures. **American Political Science Review**, v. 86, p. 951–965, 1992.

MELO, CARLOS R. Nem tanto ao Mar, nem tanto a Terra: Elementos para uma Análise do Sistema Partidário Brasileiro. In: MELO, CARLOS R.; SÁEZ, MANUEL A. (Eds.). **A Democracia Brasileira: Balanço e Perspectivas para o Século 21**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007. .

MELO, CARLOS R. Eleições presidenciais, jogos aninhados e sistema partidário no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 4, p. 13–41, 2010.

MELO, CARLOS R.; CAMARA, RAFAEL. Estrutura da Competição pela Presidência e Consolidação do Sistema Partidário no Brasil. **DADOS**, v. 55, n. 3, p. 71–117, 2012.

MENEGUELLO, RACHEL. **Partidos e Governos no Brasil Contemporâneo (1985 – 1997)**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MITCHELL, PAUL. Voters and their Representatives: Electoral Institutions and Delegation in Parliamentary Democracies. **European Journal of Political Research**, v. 37, n. 3, p. 335–351, 2000.

MYERSON, ROGER B. Incentives to Cultivate Favored Minorities under Alternative Electoral Systems. **American Journal Political Science**, n. 87, p. 856–869, 1993.

NICOLAU, JAIRO. Disciplina Partidária e Base Parlamentar na Câmara dos Deputados no Primeiro Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998). **Dados**, v. 43, n. 4, 2000.

NICOLAU, JAIRO. O Sistema Eleitoral de Lista Aberta no Brasil. **Dados**, v. 49, n. 4, p. 689–720, 2006.

NOVAES, C. A. MARQUES. Dinâmica institucional da representação? individualismo e partidos na Câmara dos Deputados. **Novos Estudos Cebrap**, n. 38, p. 99–147, 1996.

PAIVA, DENISE; BATISTA, C. M.; STABILE, M. A evolução do sistema partidário brasileiro: número de partidos e votação no plano subnacional. **Opinião Pública**, v. 14, n. 2, p. 432–453, 2008.

PAIVA, DENISE; TAROUCO, GABRIELA S. Voto e identificação partidária: os partidos brasileiros e a preferência dos eleitores. **Opinião Pública**, v. 17, n. 2, p. 426 – 451, 2011.

PANEBIANCO, ÂNGELO. **Modelos de Partido**. Madrid: Alianza Editorial, 1982.

PARKE, GLENN R; SUZANNE L. PARKE. Correlates and Effects of Attention to District by U.S. House Members. **Legislative Studies Quarterly**, v. 10, p. 223– 242, 1985.

PATTERSON, THOMAS E. **We the People: A Concise Introduction to American Politics**. 6. ed. New York: McGraw-Hill, 2006.

PAYNE, JAMES L. The Personal Electoral Advantage of House Incumbents, 1936- 1976. **American Politics Quarterly**, p. 465–482, 1980.

PEIXOTO, V. DE M. Financiamento de campanhas: o Brasil em perspectiva comparada. **Perspectiva**, v. 35, p. 91 – 116, 2009.

PEREIRA, CARLOS; MUELLER, BERNARDO. Comportamento Estratégico em Presidencialismo de Coalizão: As Relações entre Executivo e Legislativo na Elaboração do Orçamento Brasileiro. **Dados**, v. 45, n. 2, p. 265–301, 2002.

PEREIRA, CARLOS; MUELLER, BERNARDO. Partidos Fracos na Arena Eleitoral e Partidos Fortes na Arena Legislativa: A Conexão Eleitoral no Brasil. **Dados**, v. 46, n. 4, p. 735–771, 2003.

PEREIRA, CARLOS; RENNÓ, LUCIO. O que É que o Reeleito Tem? Dinâmicas Político-Institucionais Locais e Nacionais nas Eleições de 1998 para a Câmara dos Deputados. **Dados**, v. 44, n. 2, p. 133–172, 2001.

PEREIRA, CARLOS; RENNÓ, LUCIO. Successful re-election strategies in Brazil: the electoral impact of distinct institutional incentives. **Electoral Studies**, v. 22, n. 3, p. 425–448, 2003.

PEREIRA, CARLOS; RENNÓ, LUCIO. O que é que o reeleito tem? O retorno: o esboço de uma teoria da reeleição no Brasil. **Revista de Economia e Política**, v. 27, n. 4, p. 664–683, 2007.

PEREIRA, PAULO T.; ANDRADE E SILVA, JOAO. Citizens' freedom to choose representatives: Ballot structure, proportionality and “fragmented” parliaments. **Electoral Studies**, v. 28, n. 1, p. 101–110, 2009.

PERES, PAULO. **O Sistema Partidário e a Volatilidade Eleitoral na Dinâmica Democrática Brasileira**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.

PETROVIC, JOHN R; DESPOSATO, SCOTT W. Incumbency and Short-Term Influences on Voters. **Political Research Quarterly**, v. 57, n. 3, p. 363–373, 2004.

PHILLIPS, KEVIN. **The Emerging Republican Majority**. New York: Anchor, 1969.

POLSBY, NELSON W. The Institutionalization of the U.S. House of Representatives. **American Political Science Review**, v. 62, p. 144–168, 1968.

POLSBY, NELSON W. **How Congress Evolves: Social Bases of Institutional Change**. New York: Oxford University Press, 2004.

POWELL, BINGHAM; VANBERG, GEORG S. Election Laws, Disproportionality and Median Correspondence: Implications for Two Visions of Democracy. **British Journal of Political Science**, v. 30, n. 3, p. 383–411, 2000.

POWER, TIMOTHY. **The Political Right in Postauthoritarian Brazil: Elites, Institutions, and Democratization**. University Park: Penn State Press, 2000.

POWER, TIMOTHY; ZUCCO, CESAR. Estimating Ideology of Brazilian Legislative Parties, 1990-2005: A Research Communication. **Latin American Research Review**, v. 44, n. 1, p. 218–246, 2009.

RAUDENBUSH, S. W.; BRYK, A. S. **Hierarchical Linear Models**. 2. ed. Thousand Oaks: Sage, 2002.

RENNÓ, LÚCIO; PERES, PAULO; RICCI, PAOLO. A variação da volatilidade eleitoral no Brasil: um teste com as explicações econômicas, políticas e sociais. In: **VI Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política**. Unicamp – Campinas, 2008.

RIVERS, DOUGLASS; FIORINA, MORRIS P. Constituency Service, Reputation, and the Incumbency Advantage. In: MORRIS P. FIORINA; DAVID ROHDE (Eds.). **Home Style and Washington Work**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1989. .

ROHDE, DAVID. Risk Bearing and Progressive Ambition: The Case of the Members of the United States House of Representatives. **American Journal of Political Science**, v. 23, n. 1, p. 1–26, 1979.

ROMERO, DAVID W; SANDERS, FRANCINE. Loosened Partisan Attachments and Receptivity to Incumbent Behaviors: A Panel Analysis, 1972-1976. **Political Research Quarterly**, v. 47, n. 1, p. 177–192, 1994.

ROSENTHAL, ALAN. State Legislative Development: Observations from Three Perspectives. **Legislative Studies Quarterly**, v. 21, n. 2, p. 169–198, 1996.

SAMUELS, D. Financiamento de campanhas no Brasil e propostas de reforma. In: SOARES, G. D. (Ed.). **Reforma política: lições da história recente**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. .

SAMUELS, DAVID. Ambition and Competition: Explaining Legislative Turnover in Brazil. **Legislative Studies Quarterly**, v. 25, n. 3, p. 481–497, 2000b.

SAMUELS, DAVID. Money, Elections and Democracy in Brazil. **Latin American Politics and Society**, v. 43, n. 7, p. 27–48, 2001b.

SAMUELS, DAVID. Does Money Matter? Campaign Finance in Newly Democratic Countries: Theory and Evidence from Brazil. **Comparative Politics**, v. 34, p. 23–42, 2001c.

SAMUELS, DAVID. The Gubernatorial Cattails Effect: Federalism and Congressional Elections in Brazil. **Journal of Politics**, v. 62, n. 1, p. 240–253, 2000.

SAMUELS, DAVID. Pork Barreling Is Not Credit Claiming or Advertising: Campaign Finance and the Sources of the Personal Vote in Brazil. **Journal of Politics**, v. 64, n. 3, p. 845–863, 2001.

SAMUELS, DAVID. **Ambition, Federalism, and Legislative Politics in Brazil**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

SANDERS, ELIZABETH. **Roots of Reform: Farmers, Workers, and the American State**. Chicago: University of Chicago Press, 1999.

SANTOS, FABIANO. **O Poder Legislativo no Presidencialismo de Coalizão**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

SANTOS, FABIANO. Brazilian Democracy and Power of “Old” Theory of Parties Competition. **Brazilian Political Science Review**, v. 2, n. 1, p. 57–76, 2008.

SARTORI, GIOVANI. **Partidos e Sistemas Partidários**. Brasília: UnB, 1976.

SCHMITT, R.; CARNEIRO, L. P.; KUSCHNIR, K. Estratégias de Campanha no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral em Eleições Proporcionais. **Dados**, v. 42, n. 2, 1999.

SCHMITT, ROGÉRIO; CARNEIRO, LEANDRO PIQUET; KUSCHNIR, KARINA. Estratégias de Campanha no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral em Eleições Proporcionais. **Dados**, v. 42, n. 2, p. 277–301, 1999.

SHUGART, MATTHEW S.; VALDINI, MELODY ELLIS; SUOMINEN, KATI. Looking for Locals: Voter Information Demands and Personal Vote-Earning Attributes of Legislators under Proportional Representation. **Latin American Politics and Society**, v. 43, n. 7, p. 27–48, 2001.

SHUGART, MATTHEW SOBERG; CAREY, JOHN M. **Presidents and Assemblies: Constitutional Design and Electoral Dynamics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

SINCLAIR, BARBARA. **Congressional Realignment 1925–1978**. Austin: University of Texas Press, 1982.

SOARES, GLÁUCIO ARY. Alianças e coligações eleitorais: notas para uma teoria. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, n. 17, p. 95–124, 1964.

SPECK, B. Três ideias para oxigenar o debate sobre dinheiro e política no Brasil. **Debate**, v. 2, n. 3, p. 6 – 13, 2010.

SQUIRE, PEVERILL. The Theory of Legislative Institutionalization and the California Assembly. **The Journal of Politics**, v. 54, n. 4, p. 1026–1054, 1992.

SQUIRE, PEVERILL. Membership Turnover and the Efficient Processing of Legislation. **Legislative Studies Quarterly**, v. 23, n. 1, p. 23–32, 1998.

STOCK, JAMES H.; WATSON, MARK W. **Econometria**. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2004.

STOKES, DONALD E; MILLER, WARREN E. Party Government and the Salience of Congress. **Public Opinion Quarterly**, v. 26, p. 531–546, 1962.

STOKES, S. C. Perverse Accountability : a Formal Model of Machine Politics with Evidence from Argentina. **American Political Science Review**, v. 99, n. 3, p. 315–325, 2005.

STONECASH, JEFFREY M. Reconsidering the Trend in Incumbent Vote Percentages in House Elections. **American Review of Politics**, v. 24, n. 1, p. 225–239, 2003.

STONECASH, JEFFREY M. The Rise of Conservatives: More Conservatives or More Concentrated Conservatives? In: JOHN GREEN (Ed.). **The State of the Parties**. Boulder: Rowman and Littlefield, 2007.

STONECASH, JEFFREY M. **Reassessing the Incumbency Effect**. Cambridge: Cambridge University press, 2008.

STONECASH, JEFFREY M; BREWER, MARK D; MARIANI, MACK D. **Diverging Parties: Social Change, Realignment, and Party Polarization**. Boulder: Westview, 2003.

SUMMERS, MARK W. **Party Games: Getting, Keeping, and Using Power in Gilded Age Politics**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2004.

SUMMERS, MARKWAHLGREN. **Party Games: Getting, Keeping, and Using Power in Gilded Age Politics**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2004.

TABACHNICK, BARBARA; FIDELL, LINDA. **Using multivariate analysis**. 6. ed. Needham Heights: Allyn & Bacon, 2007.

TUFTE, EDWARD R. The Relationship Between Seats and Votes in Two-Party Systems. **American Political Science Review**, v. 67, p. 540–554, 1973.

TUFTE, EDWARD R. Communications. **American Political Science Review**, v. 68, p. 212, 1974.

WEBER, RONALD E.; TUCKER, HARVEY J.; BRACE, PAUL. Vanishing Marginals in State Legislative Election. **Legislative Studies Quarterly**, v. 16, p. 29–47, 1991.

YOUNG, GARRY. **Home Style Choices: House Members and the Distribution of Their Representational Allowances** Chicago, 2005.

ZELLER, R. A.; CARMINES, E. G. **Measurement in the social sciences: The link between theory and data**. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

ZUCCO, CESAR; LAUDERDALE, BENJAMIN E.; BRACE, PAUL. Distinguishing Between Influences on Brazilian Legislative Behavior. **Legislative Studies Quarterly**, v. 16, p. 29–47, 2011.

## ANEXO

Tabela 01 – Média do percentual de votos válidos dos candidatos à reeleição por estado

Distrito	1994		1998		2002		2006		2010		Média	Desvio	Coeficiente de variação
	n	Média											
AC	6	5,55	1	0,48	3	4,33	5	5,08	3	8,71	4,83	2,95	60,98
AL	5	6,02	7	5,04	7	4,87	7	4,60	4	3,53	4,81	0,89	18,59
AM	6	4,16	8	6,57	5	7,77	6	6,55	7	7,90	6,59	1,50	22,82
AP	7	5,61	7	3,56	6	3,74	7	3,18	9	4,43	4,10	0,96	23,27
BA	28	1,39	31	1,62	29	1,39	34	1,19	36	1,19	1,36	0,18	13,16
CE	11	2,59	15	2,71	21	2,62	18	2,61	19	2,44	2,59	0,10	3,76
DF	7	6,44	0		2	8,74	3	4,64	3	3,72	5,89	2,21	37,61
ES	5	3,59	8	3,25	5	4,67	8	3,40	8	4,26	3,83	0,61	15,84
GO	9	2,52	12	2,79	12	2,51	17	2,76	13	4,08	2,93	0,65	22,33
MA	11	2,59	12	3,19	15	3,29	16	2,27	16	2,59	2,79	0,44	15,62
MG	36	0,88	47	0,83	37	1,05	48	0,79	48	0,86	0,88	0,10	11,53
MS	7	4,46	5	4,41	4	5,52	7	6,02	5	5,32	5,15	0,70	13,54
MT	4	4,12	5	6,39	6	6,39	8	4,12	10	5,67	5,34	1,15	21,53
PA	13	2,16	13	2,55	11	2,78	15	2,97	13	3,98	2,89	0,68	23,62
PB	7	3,65	8	3,93	10	3,97	10	3,79	10	0,38	3,14	1,55	49,37
PE	17	2,01	20	2,11	21	2,37	23	1,94	22	2,18	2,12	0,17	7,81
PI	7	4,96	6	6,02	7	5,25	10	5,14	7	5,23	5,32	0,41	7,63
PR	18	1,35	27	1,53	23	1,88	28	1,68	27	1,65	1,62	0,20	12,07
RJ	37	0,94	33	0,90	35	0,87	38	0,79	38	0,79	0,86	0,07	7,76
RN	5	8,28	6	7,72	6	5,18	5	6,36	8	9,66	7,44	1,73	23,25
RO	1	2,50	4	4,89	4	5,44	7	4,19	6	5,87	4,58	1,32	28,85
RR	0	-	7	5,16	6	5,56	6	3,93	8	4,17	4,71	0,78	16,58
RS	20	1,29	23	1,43	21	1,68	32	1,50	29	1,60	1,50	0,15	10,15
SC	9	2,49	9	2,54	13	2,88	16	2,80	12	3,31	2,80	0,33	11,71
SE	0	-	4	7,24	6	4,27	6	5,00	4	6,57	5,77	1,37	23,74
SP	40	0,58	57	0,57	52	0,69	69	0,51	71	0,56	0,58	0,06	11,06
TO	4	6,38	9	7,03	5	4,56	4	4,14	6	5,16	5,45	1,22	22,35

Fonte: TSE

**Tabela 02** – Percentual de candidatos à reeleição eleitos por estado

Distrito	1994		1998		2002		2006		2010		Média	Desvio	Coeficiente
	n	%	N	%	n	%	n	%	n	%			
AC	5	83,3	1	100	2	66,7	3	60	3	100	82,00	18,49	22,55
AL	3	60	5	71,4	4	57,1	4	57,1	3	75	64,12	8,47	13,21
AM	3	50	6	75	5	100	4	66,7	6	85,7	75,48	18,92	25,07
AP	5	71,4	3	42,9	2	33,3	2	28,6	6	66,7	48,58	19,46	40,05
BA	21	72,4	25	80,6	20	69	27	77,1	22	59,5	71,72	8,14	11,35
CE	6	54,5	11	73,3	18	85,7	15	83,3	14	70	73,36	12,43	16,94
DF	6	85,7	-	-	1	50	1	33,3	1	33,3	50,58	24,70	48,85
ES	3	60	4	50	4	80	5	62,5	5	62,5	63,00	10,81	17,16
GO	5	55,6	8	66,7	7	58,3	13	76,5	12	92,3	69,88	14,95	21,40
MA	6	54,5	10	83,3	12	80	8	50	12	75	68,56	15,26	22,26
MG	26	70,3	32	66,7	31	83,8	28	58,3	35	72,9	70,40	9,30	13,21
MS	3	42,9	3	60	3	75	6	85,7	4	80	68,72	17,30	25,18
MT	2	50	4	80	4	66,7	4	50	6	60	61,34	12,61	20,56
PA	7	53,8	9	69,2	10	90,9	10	66,7	12	92,3	74,58	16,61	22,27
PB	4	57,1	5	62,5	6	60	6	60	6	60	59,92	1,91	3,19
PE	13	72,2	14	70	16	76,2	14	60,9	15	68,2	69,50	5,66	8,14
PI	5	71,4	6	100	6	85,7	7	70	4	57,1	76,84	16,44	21,39
PR	11	61,1	18	66,7	20	87	21	72,4	20	71,4	71,72	9,64	13,45
RJ	23	62,2	21	61,8	22	61,1	20	51,3	23	59	59,08	4,52	7,65
RN	4	80	5	83,3	3	50	4	80	7	87,5	76,16	14,94	19,62
RO	-	-	3	75	4	100	4	57,1	4	66,7	74,70	18,38	24,61
RR	-	-	5	71,4	3	50	2	33,3	2	25	44,93	20,48	45,60
RS	10	47,6	17	70,8	16	76,2	21	65,6	21	70	66,04	10,97	16,62
SE			7	77,8	8	61,5	10	62,5	9	75	69,20	8,40	12,14
SC	4	44,4	3	75	2	33,3	3	50	3	75	55,54	18,75	33,77
SP	27	65,9	38	65,5	37	69,8	37	52,1	43	58,9	62,44	6,98	11,18
TO	3	75	7	77,8	3	60	2	50	3	50	62,56	13,31	21,28

Fonte: TSE

**Tabela 03** – Sucesso eleitoral por estado – candidatos à reeleição novatos

Estado	1994				1998				2002				2006				2010			
	Eleitos		Não Eleitos		Eleitos		Não Eleitos		Eleitos		Não Eleitos		Eleitos		Não Eleitos		Eleitos		Não Eleitos	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
AC	4	80	1	20	-	-	-	-	2	100	0	0	2	67	1	33	2	100	0	0
AM	3	75	1	25	3	75	1	25	3	100	0	0	1	33	2	67	3	75	1	25
AL	-	-	-	-	1	50	1	50	3	75	1	25	2	67	1	33	1	50	1	50
AP	4	67	2	33	1	33	2	67	2	40	3	60	2	40	3	60	4	67	2	33
BA	11	74	4	26	9	69	4	31	5	63	3	37	14	82	3	18	7	70	3	30
CE	6	75	2	25	8	67	4	33	7	70	3	30	1	33	2	67	4	57	3	43
DF	4	80	1	20	-	-	-	-	1	50	1	50	1	33	2	67	1	33	2	67
ES	2	50	2	50	2	40	3	60	2	50	1	50	4	80	1	20	2	50	2	50
GO	3	50	3	50	6	75	2	25	3	50	3	50	7	88	1	12	2	100	0	0
MA	2	40	3	60	6	75	2	25	6	86	1	14	2	40	3	60	6	75	2	25
MG	15	60	10	40	19	83	4	17	12	80	3	20	9	53	8	47	17	85	3	15
MS	3	50	3	50	1	50	1	50	2	67	1	33	4	100	0	0	-	-	-	-
MT	1	33	2	67	3	75	1	25	3	75	1	25	2	50	2	50	4	100	0	0
PA	7	58	5	41	5	75	1	25	3	75	1	25	4	83	1	17	5	83	1	17
PB	3	60	2	40	3	60	2	40	2	33	4	67	4	80	1	20	2	67	1	33
PE	6	67	3	33	6	67	3	33	5	56	4	44	5	71	2	29	7	70	3	30
PI	3	75	1	25	1	100	0	0	2	67	1	33	1	50	1	50	1	100	0	0
PR	7	50	7	50	10	71	4	29	9	82	2	18	5	62	3	38	5	83	1	17
RJ	15	60	10	40	10	59	7	41	9	50	9	50	7	58	5	42	8	58	6	42
RN	2	67	1	33	1	50	1	50	0	0	3	100	3	100	0	0	3	75	1	25
RO	0	0	1	100	3	75	1	25	2	100	0	0	2	67	1	33	2	67	1	33
RR	5	50	5	50	5	71	2	29	1	50	1	50	0	0	2	100	1	33	2	67
RS	5	50	5	50	10	63	6	37	8	80	2	20	7	64	4	36	7	87	1	13
SC	3	37	5	63	6	86	1	14	5	71	2	29	2	29	5	71	5	100	0	0
SE	-	-	-	-	3	75	1	25	1	25	3	75	3	100	0	0	1	50	1	50
SP	17	60	11	40	21	58	15	42	16	67	8	33	13	48	14	52	20	64	11	36
TO	3	75	1	25	3	60	2	40	1	100	0	0	1	100	0	0	2	50	2	50

Fonte: TSE

**Tabela 04** – Sucesso eleitoral por estado – candidatos à reeleição veteranos

Estado	1994				1998				2002				2006				2010			
	Eleitos		Não Eleitos		Eleitos		Não Eleitos		Eleitos		Não Eleitos		Eleitos		Não Eleitos		Eleitos		Não Eleitos	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
AC	1	100	0	0	1	100	0	0	0	0	1	100	1	50	1	50	1	100	0	0
AM	0	0	2	100	3	75	1	25	2	100	0	0	3	100	0	0	3	100	0	0
AL	3	60	2	40	4	80	1	20	1	33	2	67	2	50	2	50	2	100	0	0
AP	1	100	0	0	2	50	2	50	0	0	1	100	0	0	2	100	2	67	1	33
BA	10	71	4	29	16	89	2	11	15	71	6	29	13	72	5	28	15	56	12	44
CE	0	0	3	100	3	100	0	0	11	100	0	0	14	93	1	7	10	77	3	23
DF	2	100	0	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ES	1	100	0	0	2	67	1	33	2	100	0	0	1	33	2	67	3	75	1	25
GO	2	67	1	33	2	50	2	50	4	67	2	33	6	67	3	33	10	91	11	9
MA	4	67	2	33	4	100	0	0	6	75	2	25	6	54	5	46	6	75	2	25
MG	11	92	1	8	13	52	12	48	19	87	3	13	19	61	12	39	18	64	10	36
MS	0	0	1	100	2	67	1	33	1	100	0	0	2	67	1	33	4	80	1	20
MT	1	100	0	0	1	100	0	0	1	50	1	50	2	50	2	50	2	33	4	67
PA	0	0	1	100	4	57	3	43	7	100	0	0	2	50	2	50	7	100	0	0
PB	1	50	1	50	2	67	1	33	4	100	0	0	2	40	3	60	4	57	3	43
PE	7	78	2	22	8	73	3	27	11	92	1	8	9	56	7	44	8	67	4	33
PI	2	67	1	33	5	100	0	0	4	100	0	0	6	75	2	25	3	50	3	50
PR	4	100	0	0	8	61	5	39	11	92	1	8	16	76	5	24	15	68	7	32
RJ	8	67	4	33	11	65	6	35	13	72	5	28	13	48	14	52	15	60	10	40
RN	2	100	0	0	4	100	0	0	3	100	0	0	1	50	1	50	4	100	0	0
RO	-	-	-	-	-	-	-	-	2	100	0	0	2	50	2	50	2	67	1	33
RR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	50	2	50	2	50	2	50	1	20	4	80
RS	5	45	6	55	7	87	1	13	8	73	3	27	2	50	2	50	14	64	8	36
SC	1	100	0	0	1	50	1	50	3	50	3	50	8	89	1	11	4	57	3	43
SE	-	-	-	-	-	-	-	-	1	50	1	50	0	0	3	100	2	100	0	0
SP	10	77	34	23	17	77	5	23	21	72	8	28	24	54	20	46	23	55	19	45
TO	-	-	-	-	4	100	0	0	2	50	2	50	1	33	2	67	1	50	1	50

Fonte: TSE

### Análise de Cluster – Distrito

**Tabela - 04** Centro Inicial do Cluster

	Cluster		
	1	2	3
Oscilação na competitividade	,06	-2,75	2,87

**Tabela 05** - Histórico de Interação

Interação	Trocas no Centro do Cluster		
	1	2	3
1	,379	,917	1,129
2	,074	,387	,189
3	,032	,141	,070
4	,064	,144	,000
5	,000	,000	,000

a. Convergence achieved due to no or small change in cluster centers. The maximum absolute coordinate change for any center is ,000. The current iteration is 5. The minimum distance between initial centers is 2,810.

**Tabela 06** - Centro Final do Cluster

	Cluster		
	1	2	3
Oscilação na competitividade	,61	-1,16	1,48

**Tabela 07 - Media e Desvio da ICCR por distrito**

Estado	N	Média	Desvio Padrão
RR	15	,2093	,22613
TO	15	,1013	,13778
SE	13	,0969	,13823
RO	13	,0838	,12101
MT	19	,0800	,04853
GO	30	,0500	,06465
ES	21	,0476	,09808
SP	146	,0414	,05927
RS	55	,0400	,06793
AC	16	,0363	,17420
PB	24	,0350	,02964
PR	53	,0340	,04617
AP	25	,0312	,06864
RN	15	,0307	,07146
BA	63	,0290	,03938
MA	33	,0288	,03018
PI	11	,0273	,07538
CE	40	,0273	,06741
MS	15	,0213	,11407
SC	34	,0200	,08060
AM	18	,0150	,07123
PE	44	,0132	,02892
MG	100	,0089	,06889
AL	12	,0067	,08659
PA	34	,0035	,06080
RJ	86	,0005	,02075
DF	15	-,0073	,11883

Fonte: TSE

**Análise de Cluster - Coligação****Tabela 08 - Centro Inicial do Cluster**

	Cluster		
	1	2	3
Competição Coligação	32,97	15,97	,75

Fonte: TSE

**Tabela 09 - Histórico de Interações**

Interação	Mudança no Centro do Cluster		
	1	2	3
1	2,870	1,834	3,091
2	1,986	,539	,463
3	,000	,000	,000

a. Convergence achieved due to no or small change in cluster centers. The maximum absolute coordinate change for any center is ,000. The current iteration is 3. The minimum distance between initial centers is 15,221.

**Tabela 10 - Centro Final do Cluster**

	Cluster		
	1	2	3
Competição Coligação	28,12	14,68	4,30

Fonte: TSE

**Tabela 11 - Distritos Selecionados – Apoio Governador**

Ano da eleição	Estado	cand/vaga
2006	AC	0,63
1994	AM	0,5
1998	AM	0,63
2002	AM	0,5
2006	AM	0,5
2010	AM	0,63
1998	BA	0,54
2010	CE	0,5
2010	ES	0,8
2006	GO	0,53
1998	MA	0,56
2002	MA	0,56
2006	MA	0,56
1998	MG	0,57
2010	MG	0,55
2006	MS	0,5
2006	MT	0,75

2010	MT	0,88
1998	PB	0,58
2002	PE	0,6
2010	PE	0,64
2002	PI	0,5
1998	PR	0,53
2010	PR	0,57
2006	RJ	0,5
2010	RJ	0,59
1998	RO	0,5
2006	RO	0,5
2006	RR	0,75
2010	RR	0,75
1998	TO	0,88
2010	TO	0,5

Fonte: TSE

### Análise de Cluster Clareza Ideológica

**Tabela 12** - Centro Inicial do Cluster

	Cluster		
	1	2	3
Coefficiente de Variação posicionamento ideológico dos partidos	17,90	67,22	41,70

Fonte: TSE

**Tabela 13** – Histórico de Interação

Interação	Mudança no centro do cluster		
	1	2	3
1	6,422	6,879	1,907
2	,613	2,265	1,974
3	,000	,000	,000

a. Convergence achieved due to no or small change in cluster centers. The maximum absolute coordinate change for any center is ,000. The current iteration is 3. The minimum distance between initial centers is 23,800.

**Tabela 14** – Centro Final do Cluster

	Cluster		
	1	2	3
Coefficiente de Variação posicionamento ideológico dos partidos	24,94	58,08	41,77

Fonte: TSE

**Tabela 15** – Número de Casos por Cluster

Cluster	N
1	1397,000
2	102,000
3	392,000
Válidos	1891,000
Ausentes	103,000

Fonte: TSE

**Análise Fatorial – Máquina Partidária****Tabela 16** – Matriz de Correlação

	Número de prefeituras relativo	Percentual do eleitorado relativo das prefeituras	Votação recebidas pelos prefeitos relativa
Número de prefeituras relativo	1,000	,636	,674
Percentual do eleitorado relativo das prefeituras	,636	1,000	,934
Votação recebidas pelos prefeitos relativa	,674	,934	1,000

a. Determinant = ,069

**Tabela 17** – KMO e Bartlett's Teste

Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy.		,665
Bartlett's Test of Sphericity	Approx. Chi-Square	4198,024
	df	3
	Sig.	,000

**Tabela 18 - Comunalidades**

	Initial	Extraction
Número de prefeituras relativo	1,000	,689
Percentual do eleitorado relativo das prefeituras	1,000	,896
Votação recebidas pelos prefeitos relativa	1,000	,920

Extraction Method: Principal Component Analysis.

**Tabela 19 – Total de Variância Explicada**

Componente	Initial Eigenvalues			Extraction Sums of Squared Loadings		
	Total	% de Variância	% cumulativo	Total	% de Variância	% cumulativo
1	2,505	83,498	83,498	2,505	83,498	83,498
2	,431	14,359	97,858			
3	,064	2,142	100,000			

Extraction Method: Principal Component Analysis.

**Tabela 20 – Matriz de Componentes**

Número de prefeituras relativo	,830
Percentual do eleitorado relativo das prefeituras	,946
Votação recebidas pelos prefeitos relativa	,959

Extraction Method: Principal Component Analysis.

a. 1 components extracted.

### Análise de Cluster (Máquina partidária)

**Tabela 21 – Centro Inicial do Cluster**

	Cluster		
	1	2	3
Máquina partidária estaduais	-1,27297	1,15293	3,57660

Tabela 22 – Histórico de Interações

Interação	Mudança no Centro do Cluster		
	1	2	3
1	,516	,374	,619
2	,027	,058	,494
3	,014	,074	,202
4	,012	,082	,201
5	,004	,041	,084
6	,002	,034	,072
7	,010	,037	,051
8	,017	,045	,044
9	,007	,017	,014
10	,001	,001	,000

a. Iterations stopped because the maximum number of iterations was performed. Iterations failed to converge. The maximum absolute coordinate change for any center is ,001. The current iteration is 10. The minimum distance between initial centers is 2,424.

Tabela 23 – Centro Final do Cluster

	Cluster		
	1	2	3
Máquina partidária estaduais	-,79714	,39095	1,79573

Tabela 24 – Número de Casos por Cluster

1	800,000
2	538,000
3	238,000
Válido	1576,000
Ausente	418,000

## Modelo Logístico – Máquina Partidária

**Case Processing Summary**

Incumben concorrendo a primeira renovação			N	Percent
Unweighted Cases <sup>a</sup>				
Não	Selected Cases	Included in Analysis	885	85,4
		Missing Cases	151	14,6
		Total	1036	100,0
	Unselected Cases		0	,0
	Total		1036	100,0
Sim	Selected Cases	Included in Analysis	691	72,1
		Missing Cases	267	27,9
		Total	958	100,0
	Unselected Cases		0	,0
	Total		958	100,0

a. If weight is in effect, see classification table for the total number of cases.

**Dependent Variable Encoding**

Incumben concorrendo a primeira renovação	Original Value	Internal Value
Não	0	0
	Eleito	1
Sim	0	0
	Eleito	1

**Classification Table<sup>a,b</sup>**

Incumben concorrendo a primeira renovação				Predicted		
				Situação do candidato		Percentage Correct
				0	Eleito	
Não	Step 0	Situação do candidato	0	270	,0	
		Eleito	0	615	100,0	
		Overall Percentage			69,5	
Sim	Step 0	Situação do candidato	0	229	,0	
		Eleito	0	462	100,0	
		Overall Percentage			66,9	

a. Constant is included in the model.

b. The cut value is ,500

**Variables in the Equation**

Incumben concorrendo a primeira renovação			B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Não	Step 0 <sup>a</sup>	Constant	,823	,073	127,147	1	,000	2,278
Sim	Step 0 <sup>a</sup>	Constant	,702	,081	75,419	1	,000	2,017

a. Variable(s) entered on step 1: Máquinapatidária.

**Variables not in the Equation**

Incumben concorrendo a primeira renovação				Score	df	Sig.
Não	Step 0	Variables	Máquinapatidária	13,738	1	,000
Overall Statistics				13,738	1	,000
Sim	Step 0	Variables	Máquinapatidária	5,400	1	,020
Overall Statistics				5,400	1	,020

### Omnibus Tests of Model Coefficients

Incumben concorrendo a primeira renovação			Chi-square	df	Sig.
Não	Step 1	Step	14,366	1	,000
		Block	14,366	1	,000
		Model	14,366	1	,000
Sim	Step 1	Step	5,524	1	,019
		Block	5,524	1	,019
		Model	5,524	1	,019

### Model Summary

Incumben concorrendo a primeira renovação		Step	-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
Não	1	1	1074,381 <sup>a</sup>	,016	,023
Sim	1	1	872,278 <sup>b</sup>	,008	,011

a. Estimation terminated at iteration number 4 because parameter estimates changed by less than ,001 for split file Incumben concorrendo a primeira renovação = Não.

b. Estimation terminated at iteration number 3 because parameter estimates changed by less than ,001 for split file Incumben concorrendo a primeira renovação = Sim.

### Variables in the Equation

Incumben concorrendo a primeira renovação			B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Não	Step 1 <sup>a</sup>	Máquinapatidária	,291	,079	13,481	1	,000	1,338
		Constant	,840	,074	128,259	1	,000	2,316
Sim	Step 1 <sup>a</sup>	Máquinapatidária	,195	,084	5,353	1	,021	1,215
		Constant	,709	,081	75,910	1	,000	2,032

a. Variable(s) entered on step 1: Máquinapatidária.

### Cluster Estabilidade

#### Tabela () – Centro Inicial do Cluster

	Cluster	
	1	2
Estabilidade do Sistema Partidário (Epsin)	,000000	1,000000

Tabela () Histórico de Interação

Interação	Mudança no Centro do Cluster	
	1	2
1	,355	,279
2	,055	,025
3	,000	,000

a. Convergence achieved due to no or small change in cluster centers. The maximum absolute coordinate change for any center is ,000. The current iteration is 3. The minimum distance between initial centers is 1,000.

Tabela () Centro Final do Cluster

	Cluster	
	1	2
Estabilidade do Sistema Partidário (Epstein)	,409349	,745423

Tabela () Análise de Variância Cluster Estabilidade

**ANOVA**

	Cluster		Error		F	Sig.
	Mean Square	df	Mean Square	df		
Estabilidade do Sistema Partidário (Epstein)	47,331	1	,017	1992	2719,946	,000

The F tests should be used only for descriptive purposes because the clusters have been chosen to maximize the differences among cases in different clusters. The observed significance levels are not corrected for this and thus cannot be interpreted as tests of the hypothesis that the cluster means are equal.

Tabela () Número de Casos por Cluster

1	599,000
2	1395,000
Válido	1994,000
Ausente	,000

**Cluster Fragmentação**

Tabela () Centro Inicial do Cluster

	Cluster			
	1	2	3	4
Concentração do sistema (Episten)	,666667	,833333	,333333	,500000

Tabela () Histórico de Interação

Interação	Mudança no Centro do Cluster			
	1	2	3	4
1	,003	,013	,021	,030
2	,001	,027	,005	,006
3	,000	,000	,000	,000

a. Convergence achieved due to no or small change in cluster centers. The maximum absolute coordinate change for any center is ,000. The current iteration is 3. The minimum distance between initial centers is ,167.

Tabela () Centro Final do Cluster

	Cluster			
	1	2	3	4
Concentração do sistema (Episten)	,670443	,793290	,358704	,535995

Tabela () Número de Casos por Cluster

1	653,000
2	154,000
3	268,000
4	919,000
Válido	1994,000
Ausente	,000

### Cluster Estabilidade (Epstein)

Tabela () Centro Inicial do Cluster

	Cluster			
	1	2	3	4
Estabilidade do Sistema Partidário (Epsein)	,466670	,733330	1,000000	,133330

Tabela () Histórico de Interações

Interação	Mudança no Centro do Cluster			
	1	2	3	4
1	,076	,013	,096	,020
2	,000	,000	,000	,000

a. Convergence achieved due to no or small change in cluster centers. The maximum absolute coordinate change for any center is ,000. The current iteration is 2. The minimum distance between initial centers is ,267.

Tabela () Centro Final do Cluster

	Cluster			
	1	2	3	4
Estabilidade do Sistema Partidário (Epsein)	,542937	,720565	,904139	,153286

Tabela () Número de Casos por Cluster

1	840,000
2	564,000
3	443,000
4	147,000
Válido	1994,000
Ausente	,000

### Análise Fatorial (Índice de Instabilidade - Ranulfo)

	Volatilidade nas Assembleias Estaduais	Volatilidade na Câmara dos Deputados	Volatilidade no Governo Estadual	Percentual Médio de Migrantes	Média da Diferença do percentual de votos dado ao Governador eleito e ao seu partido
Volatilidade nas Assembleias Estaduais	1,000	,853	,822	,325	,628
Volatilidade na Câmara dos Deputados	,853	1,000	,803	,396	,446
Volatilidade no Governo Estadual	,822	,803	1,000	,361	,625
Percentual Médio de Migrantes	,325	,396	,361	1,000	,352
Média da Diferença do percentual de votos dado ao Governador eleito e ao seu partido	,628	,446	,625	,352	1,000

a. Determinant = ,031

Tabela () KMO e Batlett's

Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy.		,744
Bartlett's Test of Sphericity	Approx. Chi-Square	6922,090
	df	10
	Sig.	,000

Tabela () Comunalidades

	Inicial	Extração
Volatilidade nas Assembleias Estaduais	1,000	,856
Volatilidade na Câmara dos Deputados	1,000	,790
Volatilidade no Governo Estadual	1,000	,840
Percentual Médio de Migrantes	1,000	,286
Média da Diferença do percentual de votos dado ao Governador eleito e ao seu partido	1,000	,557

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Tabela () Total de Variância Explicada

Componentes	Eigenvalues			Extraction Sums of Squared Loadings		
	Total	% de Variância	% Acomulado	Total	% de Variância	% Acomulado
1	3,328	66,566	66,566	3,328	66,566	66,566
2	,795	15,899	82,465			
3	,582	11,644	94,108			
4	,188	3,757	97,865			
5	,107	2,135	100,000			

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Tabela () Matriz de Componentes

	Componente
	1
Volatilidade nas Assembleias Estaduais	,925
Volatilidade na Câmara dos Deputados	,889
Volatilidade no Governo Estadual	,916
Percentual Médio de Migrantes	,535
Média da Diferença do percentual de votos dado ao Governador eleito e ao seu partido	,746

Extraction Method: Principal Component Analysis.

a. 1 components extracted.

## Análise de Cluster Índice de Instabilidade

**Tabela 21** – Centro Inicial do Cluster

	Cluster			
	1	2	3	4
Índice de Instabilidade (Ranulfo)	-1,81087	3,03351	1,64767	-,15420

**Tabela 22** – Histórico de Interação

Iteração	Mudanças no Centro do Cluster			
	1	2	3	4
1	,495	,311	,522	,211
2	,000	,000	,179	,152
3	,000	,231	,035	,000
4	,000	,127	,034	,000
5	,000	,148	,041	,000
6	,000	,000	,000	,000

a. Convergence achieved due to no or small change in cluster centers. The maximum absolute coordinate change for any center is ,000. The current iteration is 6. The minimum distance between initial centers is 1,386.

**Tabela 23** – Centro Final do Cluster

	Cluster			
	1	2	3	4
Índice de Instabilidade (Ranulfo)	-1,31538	2,21671	,83640	-,09489

**Tabela 24** – Número de Casos por Cluster

1	483,000
2	131,000
3	511,000
4	869,000
Valid	1994,000
Missing	,000

9 9910 9232